

Trayectorias Humanas Trascontinentales

ISSN : 2557-0633

Directora de publicación : Dominique GAY-SYLVESTRE

Directora del número : Luciane PINHO DE ALMEIDA

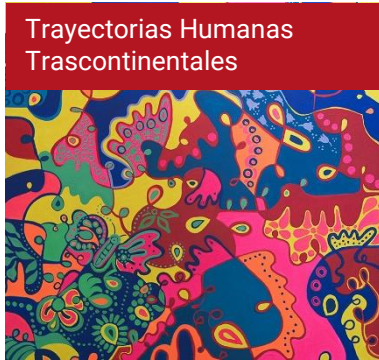
Publicado en línea el 22 de julio de 2020

<http://unilim.fr/trash/2220>

TraHs Números especiales N°6 | 2020
Desafios migratórios contemporâneos



Université
de Limoges



Note

Dominique Gay-Sylvestre

Directrice Revue TraHs

Les phénomènes migratoires, quelles que soient les formes qu'ils adoptent, sont révélateurs de profonds changements sociétaux qu'il est impossible, désormais, d'ignorer. Au-delà de savoir s'il existe « [...] un bonheur pour l'exilé... l'émigré¹ » ou le réfugié, les auteurs des articles qui composent ce hors-série de la revue TraHs, issus de continents très différents, portent un regard lucide, pertinent et fidèle sur des destins bouleversés, complexes et fragiles à la fois.

¹ Tchak, S. (2001). *La sexualité féminine en Afrique*. Paris : L'Harmattan, p. 16.



Prólogo

Prologue

Irmã Rosane Costa Rosa

Coordenadora da Pastoral dos Migrantes
Congregação das Irmãs Scalibrianas
Arquidiocese de Campo Grande/MS - Brasil
rosanecostarosa@hotmail.com

O mundo das migrações é marcado por transformações permanentes, são reflexos de mudanças que ocorrem na sociedade e que impactam nas vidas das pessoas. Essa realidade em transformação sempre provoca uma nova leitura, metodologia de trabalho, estudos e pesquisas em relação ao fenômeno da migração.

A importância do estudo do fenômeno migratório, no campo da ciência em que são analisados em diversos aspectos resultados de vários fatores, ajuda no conhecimento da realidade, dos migrantes e dos refugiados, das diversas culturas, crenças, sonhos; favorece a construção de políticas públicas e políticas migratórias em favor da pessoa humana. Promover as pesquisas, a discussão e os debates sobre a integração das políticas públicas, sociais, educacionais, trabalho, oportuniza a defesa, a efetivação e a concretização dos direitos humanos.

O fenômeno das migrações vem nos chamando atenção a observar como estes desafios tendem enfatizar as situações de vulnerabilidade destes migrantes e refugiados, deslocados e os processos de mudanças que atingem a vida das pessoas em toda sua dignidade.

Muitas vezes o acolhimento a quem chega é realizado por entidades da sociedade civil, como exemplo, a Pastoral dos Migrantes e da Mobilidade Humana, as quais se unem também diversos setores da sociedade seja no âmbito governamental local, estadual e federal.

Importante também destacar a importância e força que se tem as redes de parcerias e migração. O papel das redes sociais que essas exercem para o acompanhamento e intervenções ao fenômeno migratório.

As redes conectam migrantes e refugiados, por sua vez, estimulando o associativismo solidário, como também buscam atuar frente à situações de criminalidade como o de interesses das máfias, os atravessadores, tráfico de pessoas, contrabandos de migrantes, exploração de trabalhadores e exploração ou abuso sexual.

Deste modo, a atuação das redes sociais se concretiza na defesa dos direitos humanos, na qual se busca construir um novo paradigma, repensar a migração focando o olhar especialmente na subjetividade dos processos migratórios.

É igualmente importante pensar na feminilização da migração que está crescendo cada vez mais, pois nestas as mulheres assumem o duplo papel de chefe e cuidadora de sua família, fardos por muitas vezes pesado já que ao migrarem em condições precárias perpassam por situações de violência e de risco social com o objetivo principal da sobrevivência, defesa da vida e de suas famílias. São mulheres fortes e que na sua fortaleçam demonstram a potência do viver!

Mulheres migrantes muitas vezes são invisíveis, mas os fluxos migratórios femininos são notáveis. Quando se fala de migração, continua-se pensando em homens, que são alcançados em um segundo momento pelas suas esposas. Elas mulheres migrantes são a ponte entre as diversas culturas e são elas que pensam no futuro dos seus filhos. Elas respiram um ar de liberdade que antes, em muitos casos, não tinham, e isso favorece nelas o desencadeamento de processos de liberdade. Elas são sujeitos fundamentais da integração social dos migrantes. São protagonistas e mantêm unidos mundos diferentes. Costuram de novo, tecem, como as outras mulheres, e principalmente projetam sonhos, defesa da vida, promovem cultura, e lutam por dignidade da pessoa humana.

Frente essas realidades, é oportuno apresentar a Congregação das Irmãs Missionárias Scalabrinianas que atuam em 27 países, e sua existência hoje conta com 125 anos de fundação, atuando sempre no mundo das migrações.

As Irmãs Scalabrinianas atuam na defesa dos Direitos Humanos dos migrantes e refugiados, reconhecem a migração como um fenômeno histórico e social positivo e saudável quando este se dá de forma voluntária e deixa de ser um problema a ser resolvido ou uma contingência a ser controlada.

“As pessoas têm, junto com o direito de emigrar, também o ‘direito de não emigrar’, enfatizou Irmã Neusa de Fátima Mariano.¹ Irmã Neusa, ressaltou que a conjuntura se apresenta complexa, com situações críticas e diversificadas de emergência humanitária difíceis de serem resolvidas e apontou alguns desafios: a regularização de migrantes, a criação de ‘corredores humanitários’, a interrupção das políticas de construção de muros, o compromisso de combater o Tráfico de Seres Humanos, as redes de exploração de migrantes e refugiados; o trabalho forçado, o conseqüente reconhecimento e proteção dos direitos humanos, o acolhimento humanitário de crianças e adolescentes não acompanhados e mulheres em situações de vulnerabilidade, a implementação de políticas adequadas para a integração e acolhimento de solicitantes de asilo, intervenções estruturais sobre as causas da migração forçada; crescimento da pobreza e todos os tipos de violência e de preconceitos contra os migrantes e refugiados.

Para responder a estas demandas a Congregação, segundo Irmã Neusa, passou por um processo de reorganização interna. “Estamos fazendo opções corajosas e proféticas, por meio de uma releitura aprofundada de nossas presenças, serviços e atividades e obras, mantendo o foco no migrante e refugiado, fechando aquelas obras que não respondem mais e abrindo novas frentes missionárias, onde o clamor dos migrantes é mais forte”. Chamou atenção para a importância do cuidado com o risco de numeralizar os migrantes e refugiados. “Para além dos números, estamos falando de vidas, projetos e sonhos de pessoas expostas a vários tipos de exploração, a violações de direitos fundamentais, carecem de referências e de redes de contatos que facilitem a integração no novo país”.

Diante deste fenômeno, as Scalabrinianas “lançam um olhar compassivo para as pessoas mais vulneráveis, especialmente as mulheres e crianças, adotando uma leitura da migração na qual os sujeitos envolvidos possam afirmar seu direito à vida, à paz e ao respeito à sua dignidade, sem negar o de outros”, acrescentou Irmã Neusa.²

1 Superiora geral da congregação das irmãs missionárias Scalabrinianas, Roma, Itália.
www.scalabriniane.org

2 Fonte: Imprensa Scalabriniana – SP, newsletter, Missionárias scalabrinianas Província Maria, Mães dos migrantes América do Sul e África.
<http://www.missionariasscalabrinianas.org.br>

Aqui no Mato Grosso do Sul a Missão Scalabriniana está presente há 46 anos, que também através do Serviço Pastoral dos Migrantes completa 35 anos de atuação no estado. Algumas características que nós desenvolvemos na pastoral dos migrantes vem incrementada à promoção e defesa dos direitos humanos com, para e na pessoa do migrante e refugiado.

Entre alguns dos aspectos trabalhados pela Missão Scalabriniana de Mato Grosso do Sul pode-se citar: 1) a espiritualidade é preservar sua fé, e os princípios como pessoa humana; a acolhida da pessoa do migrante e integração na sociedade; 2) o conhecimento e a promoção da cultura, através das festas do país, música, gastronomia, a antropologia que nos leva a compreensão humana; 3) abrir as portas - oportunizando a organização do migrante, com migrante, para o migrante - protagonismo, formando associações, ONG's, comunidades multiculturais; 4) ser ponte, sensibilização, conscientização, visibilização, ser voz dos que não tem voz, sair do invisível, amar aqueles que ninguém ama, acreditar no outro, desenvolvendo suas potencialidades; 5) Compreensão da importância do idioma, da comunicação, da expressão de si mesmo, da sua cultura que se dá no reconhecimento, na relevância da vida humana; 6) No reconhecimento do imigrante como pessoa em qualidade, modo de acolhimento, sonhos, futuros, autoimagem, identidade, interação bilíngüe e multilíngüe; 7) Na cidadania, na construção das políticas públicas, dos direitos humanos e assessoria jurídica, moradia, trabalho, educação, saúde, documentação, geração de renda familiar e enfim na 8) promoção da articulação com as pastorais, parcerias, redes, entidades afins, as parcerias com as universidades, sociedade civil, órgãos públicos, grupos de voluntários fortalecendo a comunhão nas diversidades, reconhecimento, potencialidade diante dos desafios, da impotência, da vulnerabilidade.

Esse olhar sobre a migração nos oferece oportunidades, riquezas, descobertas, interação, informações relevantes, troca de experiências, tornando-nos protagonistas, mesmo quando surgem os problemas que devem eles ser vistos sobre vários pontos de vista diferentes, em diversas áreas de profissionais, assim desenvolvemos a capacidade de trabalhar em equipe multidisciplinar surgindo possibilidades e potencialidades de nos enriquecer com as culturas diferentes.

O potencial humano fortalece o interior da pessoa em defesa da vida, vivência valores éticos, generosidade, altruísmo, inspiração, criatividade, interação, responsabilidade, gratidão, alegria e vida.

Ser migrante com os migrantes, o encontro, o olhar a essência de ser humano, o ser e viver onde não basta só existir é preciso reconhecimento como pessoa que se transforma na acolhida, no amor, na atenção, no aprendizado, e no fortalecimento da identidade humana em busca de sonhos, de fé, esperança, solidariedade. Assim, cada encontro oportuniza o enriquecer com o diferente, com o novo, e deste modo, torna-se forte, é a reafirmação do ser forte.

A presente obra é construída em três partes:

1- Migração, refúgios e direitos humanos – nessa perspectiva os autores trazem presente os direitos humanos diante da dinâmica da migração e refúgio, isto é, os novos desafios, sofrimentos enfrentados e vivenciados pelos imigrantes e nos convoca a dar atenção e construir o novo modo de ver, uma nova leitura sobre a construção das políticas públicas na migração.

2 - Migração, refúgio e educação - O conhecimento e a promoção dos direitos humanos ajudam a formar consciência crítica, valores humanos trazendo dignidade da pessoa humana e que possam ser respeitados.

3 - Migração, refúgio e trabalho - nesta nova perspectiva de visão do processo migratório e a construção de uma política migratória no país; é importante destacar os princípios da promoção dos direitos humanos dos migrantes e refugiado não apenas para tender o mercado do trabalho, mas a participação deles na implementação dessa política. As experiências vivenciadas no âmbito do trabalho, possam potencializar o protagonismo dos migrantes em todos os setores, com sua inserção laboral e cultural.

O sinal positivo do fenômeno migratório passou ser um portador de cidadania universal, novas convenções e acordos, o avanço do pluralismo planetário e o surgimento das redes, cooperação de ajuda mútua aglutinando pessoas em grupos. O migrante, em sua alteridade cultural, social, econômica é religiosa desafia a surgir em novos conceitos e paradigmas, e nos ajuda a construir a políticas migratórias em base aos direitos humanos.

Deste modo, agradeço a oportunidade de escrever compartilhando as experiências nesse mundo das migrações.



Migración y refugio en Venezuela 1998 – 2020. Dos miradas de una tragedia

Migration and refuge in Venezuela 1998 – 2020.
Two looks of a tragedy

Mauricio Phélan C.¹

Instituto de Investigaciones Económicas y Sociales (IIES)
Facultad de Ciencias Económicas y Sociales (FaCES)
Universidad Central de Venezuela (UCV)
Caracas, Venezuela

mauphelan@gmail.com

Emilio Osorio A.²

Instituto de Investigaciones Económicas y Sociales (IIES)
Facultad de Ciencias Económicas y Sociales (FaCES)
Universidad Central de Venezuela (UCV)
Caracas, Venezuela

osorioalvarez.emilio@gmail.com

URL : <https://www.unilim.fr/trahs/2226>

DOI : 10.25965/trahs.2226

Licence : CC BY-NC-ND 4.0 International

Este artículo evalúa la intervención del gobierno o una entidad equivalente para explicar la movilidad externa venezolana durante las últimas dos décadas (1998 – 2020). En ese período, cinco millones de personas, incluidos migrantes y refugiados, se han movilizado a otros países. Ese desplazamiento creado por una crisis humanitaria interna en Venezuela, a su vez, ha creado una crisis regional. El setenta y cinco por ciento de las personas desplazadas han huido a las naciones andinas y sudamericanas. ¿Por qué estas personas se van del país? La respuesta parece estar detrás de la intervención del gobierno. Los problemas no resueltos como los bajos salarios, el desempleo, la atención médica insuficiente, la desnutrición y la necesidad de alimentos explican la crisis humanitaria. William Petersen explica que algunos regímenes tienen y usan el poder político para activar la migración. La movilización venezolana parece apoyar esta suposición. Los autores de este artículo utilizaron documentos, comunicados de prensa y consultas a diecisiete informantes clave para evaluar el tema. Al final, extraen cuatro argumentos y sus correspondientes premisas de apoyo, exponiendo la posición del gobierno bolivariano y la visión alternativa.

Palavras-chave: migración, población, refugio, revolución bolivariana, Venezuela

Cet article évalue l'intervention du gouvernement ou une entité équivalente pour expliquer la mobilité extérieure vénézuélienne au cours des deux dernières décennies (1998 – 2020). Au cours de cette période, cinq millions de personnes, dont

¹ Profesor Titular. Escuela de Sociología. Departamento de Métodos. Director de la Línea Población y Sociedad.

² Profesor Titular. Escuela de Sociología. Departamento de Población y Ambiente. Investigador de la Línea Población y Sociedad.

des migrants et des réfugiés, se sont mobilisées vers d'autres pays. Ce déplacement provoqué par une crise humanitaire interne au Venezuela, à son tour, a créé une crise régionale. Soixante-dix pour cent des personnes déplacées ont fui vers les pays andins et sud-américains. Pourquoi ces gens quittent-ils le pays ? La réponse semble être à l'origine de l'intervention du gouvernement. Des problèmes tels que les bas salaires, le chômage, l'insuffisance des soins de santé, la malnutrition et le besoin de nourriture expliquent la crise humanitaire. William Petersen explique que certains régimes ont et utilisent le pouvoir politique pour déclencher la migration. La mobilisation vénézuélienne semble soutenir cette hypothèse. Les auteurs de cet article se sont servis de documents, de communiqués de presse et d'entrevues avec dix-sept informateurs clés pour évaluer le sujet. En fin de compte, ils dessinent quatre arguments et leurs prémisses correspondantes de soutien, en exposant la position du gouvernement bolivarien et la vision alternative.

Mots-clefs : migration, population, réfugié, révolution bolivarienne, Venezuela

Este artigo apresenta uma avaliação realizada da intervenção do governo, ou de uma instituição equivalente, para explicar a mobilidade venezuelana externa nas últimas duas décadas do século XXI (1998-2020). Durante esse período, aproximadamente cinco milhões de pessoas, incluindo migrantes e refugiados, se mobilizaram para outros países. Esse deslocamento, criado por uma crise humanitária interna na Venezuela criou, por sua vez, uma crise regional. Setenta por cento das pessoas deslocadas fugiram para países andinos e sul-americanos. Por que essas pessoas estão deixando o país? A resposta parece estar no tipo de intervenção do governo. Problemas como os baixos salários, o desemprego, os insuficientes cuidados de saúde, a desnutrição e a necessidade de alimentos podem explicar a crise humanitária. William Petersen explica que alguns regimes têm e usam o poder político para gerar a migração. A mobilização venezuelana parece apoiar essa suposição. Os autores deste artigo se apoiaram na revisão de documentos, comunicados à imprensa e entrevistas a dezessete informantes-chave, para avaliar o tema. Finalmente, são apresentados quatro argumentos, e as suas premissas de apoio correspondentes, expondo a posição do governo bolivariano e a visão alternativa.

Palabras clave: migración, población, refugiados, revolución bolivariana, Venezuela

This article evaluates government intervention or an equivalent entity to explain Venezuelan external mobility during the last two decades (1998-2020). In that period, five million people, including migrants and refugees, have mobilized to other countries. This displacement created by an internal humanitarian crisis in Venezuela has, in turn, created a regional crisis. Seventy five percent of the people displaced have fled to the Andean and South American nations. Why are these people leaving the country? The answer appears to be behind government intervention. Unsolved problems such as low wages, unemployment, insufficient medical care, malnutrition, and the need for food explain the humanitarian crisis. William Petersen explains that some regimes have and use political power to activate migration. The Venezuelan mobilization seems to support this assumption. The authors of this article used documents, press releases, and interviews with seventeen key informants to assess the topic. In the end, they extract four arguments and their corresponding supporting premises, exposing the position of the Bolivarian government and the alternative vision.

Keywords: migration, population, refuge, Bolivarian revolution, Venezuela

Introducción

En las dos primeras décadas del presente siglo, Venezuela pasó de ser un país próspero económicamente y receptor de migrantes de muchos lugares del mundo, a un país de expulsión de población. Con base en cifras del Alto Comisionado de las Naciones Unidas para los Refugiados (ACNUR) y de la Organización Internacional para las Migraciones (OIM), han salido del país más de cinco millones de personas entre migrantes y refugiados. (*Regional Inter-Agency Coordination Platform 2020*). Esto equivale al 17% de la población del país. La salida se produce en años en los cuales el país recibió los mayores ingresos en su historia contemporánea por exportación de petróleo. También, en un contexto en el cual se opera un proceso revolucionario de carácter progresista, que en su discurso reivindica derechos sociales.

¿Por qué salió y sigue saliendo tanta población? ¿Por qué salieron tantas personas en un país que no vive una confrontación bélica, como tampoco un desastre natural? Esta es la interrogante que orienta el presente trabajo, para lo cual, desde una perspectiva cualitativa, se construyen argumentos explicativos, que se sustentan sobre diferentes documentos y sobre consultas a diecisiete informantes.

El trabajo se divide en cinco partes. En la primera se presenta de manera general el contexto social y político de Venezuela en el cual se produce la migración y el refugio de población. En la segunda se exponen los cimientos teóricos que orientan el trabajo apelando a William Petersen autor de *La Tipología General de las Migraciones*, y además promotor de la teoría del Impulso - Atracción (*Push and Pull*). (Petersen, 1958) En la tercera parte se describe el diseño metodológico adoptado para la construcción y sustentación de los supuestos explicativos. En la cuarta parte se exponen los cuatro supuestos explicativos con sus respectivas argumentaciones. Y, por último, en la quinta parte, se presentan las reflexiones finales. Se deja abierta al lector la elección por el supuesto explicativo que le resulte más plausible sobre el fenómeno migratorio venezolano.

I.- El Contexto socio político

Durante medio siglo (1948 - 1998) Venezuela fue considerado un país de atracción migratoria. Las corrientes de población que llegaron durante ese lapso lo hacían primordialmente desde el Sur de Europa y desde Latinoamérica y el Caribe. Esos flujos inmigratorios estuvieron fuertemente atados a los extraordinarios ingresos que el país recibió durante años, como resultado de las exportaciones petroleras. Con la llegada a la presidencia de Hugo R Chávez se acentúa el cambio en el patrón migratorio iniciado en 1984. El curso histórico señala que los contingentes de migrantes de antaño ya no llegarían: al contrario, comienza la salida de población en la búsqueda de oportunidades y condiciones de vida dignas. La tragedia se iniciaba.

El presidente Chávez alguna vez se preguntó cómo sacar a nuestros pueblos de la miseria, el atraso y la exclusión.³ Al llegar a la presidencia en 1999, convocó una Asamblea Constituyente cuyo objetivo era la redacción de una nueva Constitución

3 En el año 2004 el presidente Chávez se preguntaba "... ¿Cómo sacar a nuestros pueblos de la miseria, el atraso y la exclusión? (2004, 14)." República Bolivariana de Venezuela - Gabinete Social (2004) Cumpliendo Las Metas Del Milenio.
https://www.undp.org/content/dam/undp/library/MDG/english/MDG%20Country%20Reports/Venezuela/Venezuela_MDGReport_2004_SP.pdf

con el fin supremo de la refundación del país, asegurando que los derechos sociales básicos y la justicia social llegaran a toda la población. Una vez aprobada la nueva Constitución, se formuló el Plan de Desarrollo Económico y Social de la Nación para el lapso 2001 - 2007, con un horizonte temporal hasta el año 2021. El plan estuvo dividido en dos grandes etapas: la primera se denominó la Década de Plata o de Transición (equilibrio político e internacional) y la segunda etapa se llamó la Década de Oro o de la Revolución Bolivariana (equilibrio económico y social).

Bajo esos principios, el modelo de desarrollo se fundamentó en la democratización de la propiedad de los medios de producción, donde las comunidades serían las responsables del desarrollo de sus propuestas productivas tomando decisiones respecto a ellas y su implantación, hasta lograr la plena producción. La transformación del Estado venezolano pasaba inicialmente por: "...La confrontación entre un viejo sistema - el Capitalismo - que no ha terminado de fenecer... y un nuevo sistema - el Socialismo - que está naciendo...".⁴

Esta transformación incidió en la desaparición de un numeroso grupo de industrias, hecho que redujo el parque industrial existente y aumentó la inseguridad jurídica, produciendo incertidumbre entre los empresarios sobre el futuro de la economía y las finanzas. De manera paralela se crearon las misiones sociales que impactaron el funcionamiento de los entes e instituciones tradicionales duplicando los gastos y produciendo desorden gubernamental. Se establecieron procedimientos judiciales y de seguridad política para limitar y/o restringir la participación opositora.

Movilización de Población

Si bien primero, el Gobierno del presidente Hugo Chávez y más tarde Nicolás Maduro, no alcanzaron a esbozar una política pública emigratoria, sí respaldaron acuerdos y declaraciones surgidos de encuentros regionales en materia migratoria. Tal es el caso de la Conferencia Sudamericana de Migración 2000 - 2018, cuyo objetivo consiste en velar por el derecho de los migrantes internacionales, entre otros aspectos, asociados a la movilidad de población. La salida de población, desde Venezuela, se dio en dos grandes oleadas o momentos, que coinciden, con el gobierno de Hugo Chávez F, lapso 1998-2014, y con el de Nicolás Maduro, lapso 2015-2020.

Durante el lapso (1998 - 2014) la movilización de venezolanos al exterior alcanzó las 768.000 personas (Ver Tabla N° 1). Fue una emigración impulsada por la percepción de riesgo. Esta primera cohorte emigró principalmente hacia Estados Unidos, Canadá, Europa y Australia, considerándose migrantes de recorrido de larga distancia. Esta oleada de migrantes fue bien recibida por cuanto tenían recursos financieros, nivel educativo, relaciones económicas y sociales y muchos eran descendientes de europeos. La mayoría de estos migrantes tenían fuertes valores asociados al capitalismo, la social democracia, la meritocracia, el liberalismo o el conservadurismo, entre otros.

En el segundo lapso (2015-2020), y con base a las estimaciones de OIM/ACNUR, salieron de Venezuela 4.322.000 personas entre migrantes y refugiados (Ver Tabla N° 1). Los principales países de destino fueron Colombia, Perú, Ecuador, Chile y Brasil. En su mayoría son personas con limitados recursos económicos. Los que corrieron con mejor suerte contaban con redes de apoyo que facilitaron su inserción en los países de acogida. Los menos afortunados soportaron el tránsito y la llegada

4 Proyecto Nacional Simón Bolívar. Primer Plan Socialista. Desarrollo Económico y Social de la Nación; 2007 -2013.

Nueva Ética Socialista: 5

en condiciones de precariedad y abandono y para sobrellevar la crisis en los países de recepción fue necesario el auxilio de organismos Internacionales como la Cruz Roja Internacional, el ACNUR, la OIM y la Organización Internacional para el Trabajo (OIT).

Tabla N° 1
 Cuadro Sinóptico sobre las dos etapas de movilidad internacional venezolana reciente.
 Lapso 1998 - 2020

	Lapso 1998 - 2014	Lapso 2015 - 2020
Característica de la Movilidad Humana	Emigración o Asilo	Desplazamiento o Refugio.
Población Movilizada entre migrantes y refugiados	768.181	4.322.000
Dirección de la movilidad venezolana	Sur - Norte	Sur - Sur
Condición Económica predominante de países de destino	Alta	Media
Desarrollo Humano predominante de países de destino	Muy Alta	Alta
Fuerza Impulsora	Miedo / violencia	Hambre / NBI
Percepción del riesgo por parte de los movilizados	Reconocieron las amenazas y valoraron sus consecuencias	Sufrimiento de consecuencias no anticipadas.
Clase de Movimiento	Propiciado (Espontánea)	Forzada
Tipo de Movilidad	Huida	Desplazamiento
Tipo de Movilidad	Migrantes	Refugiados

Humana Predominante		
Fuente de Información	INE-Venezuela	ONEDESA / OIM

Fuente: Elaboración propia

Nota: NBI equivale a Necesidades Básicas Insatisfechas

II.- Relación Hombre - Estado

Dos aspectos han impulsado el flujo migratorio al exterior: **el miedo y el hambre**. Ulrich Beck señalaba hace dos décadas que "... la fuerza impulsora de la sociedad de clases se puede resumir en la expresión ¡Tengo hambre!, en tanto que en la sociedad del riesgo se reconoce en la frase ¡Tengo miedo!" (Beck, 1998: 56). El miedo y el hambre han sido agentes causales de los movimientos espaciales de la población venezolana al exterior. Se entiende que el miedo como emoción o presunción, así como el hambre como necesidad fisiológica, son los principales propulsores de la movilidad de migrantes y refugiados venezolanos.

William Petersen, uno de los impulsores de la Teoría del Impulso - Atracción (*Push and Pull*), estableció cinco tipos o categorías de migraciones: primitiva, forzada, impulsada, libre y de masas (Petersen 1958). Para este autor cada una de estas migraciones es precipitada por una fuerza que puede originarse en una situación ecológica, una situación política de Estado o debido a las aspiraciones superiores del hombre.

Tabla N° 2

Tipo de Interacción, fuerza migratoria, clase de migración y tipo de migración de acuerdo con la interacción Relación Hombre - Estado.
 según *Tipología Migratoria* de William Petersen (1958)

Tipo interacción de	Fuerza migratoria	Clase migración de	Tipo de migración
El hombre y el Estado (o equivalente)	Política migratoria	Impulsada	Huida
		Forzada	Desplazamiento

Fuente: William Petersen (1968). *La Población. Un análisis actual*: 544

Petersen afirma que la relación entre las personas y el Estado se da a través de diversos mecanismos que pueden ejercer acciones, o cumplir funciones que generan procesos migratorios con independencia de la voluntad o la decisión de las propias personas. (ver Tabla No 2). Es decir, la migración puede ser precipitada o impulsada y posiblemente acelerada desde el propio Estado o, en su defecto, por una institución equivalente a éste. De acuerdo con el autor, de la interacción Hombre - Estado se deriva un marco de relaciones, de tiempo y de lugar, a las que se debe ajustar la conducta. Se trata del contenido de leyes, códigos, reglamentos y estatutos, que determinan la actuación, los comportamientos y sus efectos para las personas, así como para los diferentes grupos de la sociedad.

En esta relación, el Estado o su equivalente puede ser un activador de la migración, bien sea impulsada o forzada.

Es útil distinguir la migración impulsada, cuando las personas implicadas retienen un cierto poder para decidir si se marcharán o no, de la migración forzada, en que carecen de este poder (Petersen,1968: 539).

Para Keeley Brien (2012) la migración no ocurre en un vacío porque la decisión individual de emigrar o no, siempre está facilitada o frenada por un conjunto de factores externos. Añade el autor:

...que la teoría de expulsión-atracción de la migración pone demasiado énfasis en el papel desempeñado por la elección de la persona e ignora los contextos social, económico, cultural y político más amplios que pueden afectar esas elecciones. (Keeley, 2012:46)

Estos factores o condiciones subjetivas y objetivas conforman un círculo vicioso, una suerte de remolino que resulta ser un propulsor para la emigración. La migración se presenta como válvula de escape de unas condiciones externas a las personas y de unas condiciones internas de las personas. Y dentro de esa mezcla de condiciones objetivas y subjetivas habrá alguna que funcione como la causa o el detonante para tomar la decisión de emigrar. Generalmente, el detonante está asociado al temor frente a la amenaza a la seguridad personal o de la familia o de la propiedad. También, la indefensión ante un contrincante poderoso y contra el cual nada o poco se puede hacer. Además, hay detonantes basados en experiencias de violencia, de hambre, de persecución por ideas o por opiniones. En este trabajo, precisamente, se menciona migración impulsada o inducida.

Tal como lo señaló E.G. Ravenstein unos ciento cuarenta años antes:

... las leyes malas u opresivas, ... un entorno social desagradable e incluso la coacción ... han producido y siguen produciendo corrientes migratorias, pero ninguna ...se puede comparar ... (con el) deseo ... de los hombres de prosperar en el aspecto material... (Ravenstein, 1885-1889: 286, citado por Arango 2003:5).

III.- Diseño Metodológico

A fin de encontrar respuestas al éxodo de población desde Venezuela, se construyeron y sustentaron supuestos explicativos. No se trata de hipótesis en el sentido estricto del término. Es decir, no se trata de construir una hipótesis y menos una hipótesis científica, entendida como una respuesta anticipada, verosímil y sustentada teóricamente, porque para formular una hipótesis sería imprescindible disponer de datos estadísticos, documentos o evidencias empíricas que permitan establecer una relación de causalidad entre la población emigrada y la intención del Estado o su equivalente. Y no se cuenta ni con documentos, ni con referencias empíricas que permitan su comprobación. En otras palabras, hay fuertes sospechas, pero no se encuentran indicios suficientes. Con base a estas limitaciones se construyen supuestos explicativos del fenómeno migratorio venezolano.

Con la finalidad de explorar explicaciones sobre el éxodo masivo de población, en las dos citadas etapas, se construyeron suposiciones basadas en dos conjeturas expuestas de manera sucinta en el trabajo de Osorio y Phélan (2019). En el citado artículo una conjetura asumiría que el éxodo masivo de población es un proceso de desestabilización subregional. La otra conjetura sugiere la existencia de una política de población, no explícita, que buscaría fundamentalmente neutralizar o desterrar a amplios sectores de la oposición política venezolana. En términos de Petersen, en

ambos casos, el éxodo obedece a la idea de la intervención del Estado o su equivalente.

La primera conjetura se pudo sustentar con información copiosa, obtenida de artículos de prensa, declaraciones, transcripciones de programas radiales, videos y de diversos documentos. Este supuesto coincide y refleja la perspectiva del régimen bolivariano. Para la segunda conjetura, al no encontrar suficiente información de carácter secundario que permitiera su sustentación, se procedió a realizar una consulta a diecisiete informantes calificados en temas sociopolíticos.

La conformación del grupo de informantes fue de acuerdo con su experiencia, trabajo e intereses por temas socio políticos, desde diferentes disciplinas. La selección de los informantes estuvo compuesta por profesionales universitarios venezolanos de diferentes áreas de conocimiento, género y generaciones.⁵ El límite del número de informantes se estableció sobre el criterio de saturación de la información. Ocho mujeres y nueve hombres. Diez de los consultados viven en el exterior y siete en Venezuela. La consulta se realizó durante el primer trimestre de 2020. Por vía electrónica se solicitó a cada informante su opinión calificada sobre la siguiente suposición: *“El régimen propició la salida de población. Le interesaba que salieran los que eran incómodos políticamente y, más recientemente, los que representan un peso económico y social”*. Las respuestas obtenidas no se limitaron a la suposición planteada, sino que fueron más extensas al proporcionar nuevos argumentos, lo que permitió construir dos supuestos explicativos adicionales. A continuación, se exponen los supuestos explicativos.

IV.- Supuestos Explicativos

1.- Primera Argumentación. Posición y discurso oficial del Gobierno Bolivariano.

Este primer supuesto afirma que el éxodo de población busca desprestigiar internacionalmente al país como violador de derechos y libertades. En ese orden, la emigración es inducida por gobiernos opuestos al régimen venezolano. La migración adquiere un carácter político de presión sobre la opinión pública internacional. Es parte de la guerra mediática y económica contra el Gobierno Bolivariano de Venezuela. Este supuesto sobre la emigración venezolana se sustenta en tres premisas: impulsada internacionalmente, impulsada por sectores sociales y beneficiosa para la región.

- Impulsada Internacionalmente

Para el discurso oficial, la migración considerada como *“atípica”* ha sido impulsada por entes internacionales con diferentes intereses y objetivos, pero principalmente, con la finalidad de presentar las condiciones objetivas que justificarían una intervención militar foránea. Asimismo, las condiciones económicas que propician la migración son consecuencia de medidas externas a las políticas tomadas en Venezuela y son, por lo tanto, inducidas. En otras palabras, la salida de población busca generar una campaña de descredito para proyectar la imagen de un país en una situación de caos, en crisis humanitaria y el cual, además, representa una

⁵ Se preserva el anonimato de las personas consultadas, a la vez se agradece su dedicación y en especial sus aportes, que hicieron posible el presente artículo.

amenaza internacional, en especial para la subregión. En ese sentido, el Ministerio del Poder Popular para las Relaciones Exteriores sostiene que:

...la migración venezolana deriva de la situación económica que se produjo a consecuencia de las ilegales medidas coercitivas unilaterales impuestas por el gobierno de los Estados Unidos al país suramericano... Aquí nadie está forzado a desterrarse ni es perseguido políticamente, precisamente por eso no se le debe dar ningún estatus de refugiado que es la matriz que están intentando promover para decir que en Venezuela hay una dictadura y justificar una intervención. (MPPRE, 2019) ⁶

- En el plano interno

Sectores sociales que rechazan el modelo socialista han impulsado la emigración además de encontrar en el éxodo un escape a la crisis y contribuir con la campaña de desprestigio. En los primeros años de la revolución, la composición social de buena parte de la población que emigró era de estratos sociales altos y medio alto. Son grupos que, con poco apego por el país, han tomado la decisión de salir. Al respecto Acosta Vladimir señala:

No actúan como venezolanos, lo que ha quedado demostrado claramente en la conflictividad desatada por este proceso bolivariano... Numerosos miembros de esa clase media actúan...como agentes coloniales. ... De modo que, ... luego de hacer dinero en Venezuela, ... muchos están descontentos por los cambios sociales que vive el país, ... quieren ... volverse a Europa, o irse a Estados Unidos... (Acosta V 2007: 1)

- Beneficios para los países de la región

La emigración venezolana ofrece beneficios laborales a los países receptores. Se benefician con la llegada de una población joven, con buena formación académica, cubriendo el mercado de trabajo con personas de alta calificación y a bajo costo. Al respecto señala Rivas Pérez C, que los migrantes profesionales son recibidos por países de destino porque "... es una mano de obra barata para ellos... Mientras que Venezuela hace un gran sacrificio para mantener la educación gratuita en todos los niveles, especialmente el universitario" (Rivas Pérez 2016: 1). Por su parte, el viceministro de Relaciones Exteriores, William Castillo, sustenta que "...Venezuela nunca ha solicitado recursos al sistema internacional bajo el pretexto de atender a los migrantes de otros países."⁷

2.- Argumentaciones alternativas a la versión oficial

A continuación, se presentan tres diferentes supuestos que surgieron de las consultas a diecisiete informantes y que permiten explicar la salida de población venezolana desde una argumentación alternativa a la posición oficialista: (a) la emigración internacional venezolana fue provocada o inducida por el propio régimen bolivariano; (b) la emigración internacional venezolana no fue impedida por ninguna institución del régimen bolivariano; (c) la emigración de población

6 <http://mppre.gob.ve/2019/12/04/migracion-venezolana-guerra-comunicacional/>

7 <http://mppre.gob.ve/2018/12/15/viceministro-catillo-migracion-venezolanos/>

venezolana fue un efecto no deseado o no esperado por parte del régimen bolivariano.

a.- Primer Supuesto Explicativo: la emigración internacional venezolana fue provocada o inducida por el propio régimen bolivariano

Este supuesto alega que la salida de venezolanos fue provocada o inducida por el propio régimen bolivariano. Hay una intención política de salir de aquellos que se oponen a las transformaciones de la sociedad que la revolución quiere implantar. El régimen aplica una serie de acciones y medidas tales como expropiaciones, devaluación y control de cambio, restricciones a las libertades civiles y políticas, entre otras. Por otra parte, emplea discursos, declaraciones y, sobre todo, amenazas a través de diferentes medios y canales de comunicación e información. Igualmente, auspicia el deterioro de las condiciones de vida, la vulneración de derechos y libertades para propiciar, también, la salida de población del país. El régimen tiene como objetivo el control absoluto del poder político, económico y social; "...forma parte de toda la estrategia de dominación que han desarrollado paulatinamente desde el año 2000" (Respuesta # 13).

Este supuesto se sustenta en cuatro premisas: la salida de población se da por etapas; es una práctica importada de otras experiencias totalitarias; es una transferencia de esos emigrantes a los países vecinos; y es una acción de repoblamiento.

- Salida de población por etapas

La salida de población que resulta incómoda o peligrosa al régimen fue de su interés desde el inicio del proceso revolucionario:

... desde el primer año del gobierno del presidente Chávez (éste) ha usado una serie de estrategias, que buscan exactamente desanimar políticamente a la población que les puede resultar incómoda para su aspiración totalitaria. La primera y más eficaz, desde el punto de vista simbólico, es la discursiva. La segunda sería de carácter más físico, como las agresiones y la violencia que los grupos afines al chavismo ejercen sobre jóvenes de clase media, comerciantes, miembros del sector universitario, profesores y alumnos. (Respuesta #7).

Desde el establecimiento del gobierno del presidente Chávez comenzó la salida de

...(la) población (que) tiene la capacidad analítica de visualizar escenarios y tomar acción planeada; se movieron más por necesidades superiores como seguridad, visión de futuro y oportunidades de carrera, bienestar de su familia. y los eventos de 1998-2002 ... (Respuesta # 14).

- Es una práctica importada

Es una práctica importada o copiada de otras experiencias totalitarias tal como "... la experiencia cubana (que) debe haber funcionado como una orientación para el gobierno." (Respuesta # 2). Desde luego, para demostrar este supuesto habrá que contar con evidencias y documentos que lo respalden, "... tal como sucedió con el caso de Ucrania, en el que muchos años después, ... se desclasificaron los archivos soviéticos..." (Respuesta # 3). En todo caso, como ilustra uno de los consultados:

“...juntando las piezas y viendo, como diría Humberto Eco ... a las dictaduras les encanta quedarse con la menor cantidad de gente” (Respuesta # 12).

- *Carga negativa para los países receptores*

Los que están saliendo con carencias y necesidades principalmente durante el último quinquenio,

... no analizaron escenarios, ni planifican; son reactivos, se mueven por necesidades básicas, (salen por sobrevivir al no tener comida, salud, ni servicios, son los menos preparados, en pobreza extrema) (Respuesta # 14).

Mediante la emigración de población en condiciones de pobreza y de pobreza extrema, se procura de manera efectiva bajar la presión social, económica y política tal como ocurrió “...En el siglo XX ... (con) ...el éxodo cubano de los Marielitos (Cuba) en la década de los ochenta.” (Respuesta # 11). Sin ninguna duda, este desplazamiento externo de venezolanos constituye una carga negativa para países receptores, agravándose la misma por haber entre ellos:

... grupos de delincuentes (también los conocidos como Colectivos) que viajaron a países como Colombia, Perú y Ecuador a delinquir y propiciar reyertas. Al mismo estilo de lo que hicieron lo cubanos en los 80, Cuando Fidel mandó un grupo de delincuentes para desprestigiar a la migración cubana en Miami. (Respuesta # 17).

- *Es una acción de repoblamiento*

La solución a la pérdida de población viene dada por una política de repoblamiento:

... hace unos pocos días Maduro, (tal como lo hizo Chávez en su momento) al invitar a parir 6 hijos a cada mujer venezolana es ni más ni menos que un burdo intento de repoblar con acólitos. De cubrir la falta de casi 5 millones de personas que se han ido de manera forzada del país. (Respuesta # 7).

b.- Segundo Supuesto Explicativo: La emigración internacional venezolana no fue impedida por ninguna institución del régimen bolivariano

Desde las primeras corrientes de emigración de población, entre 1998 - 2014, el régimen no tomó medidas ni acciones ni realizó o impulsó campañas a través de medios oficiales y privados que intentasen detener o disuadir el flujo migratorio observado durante ese período. El proyecto bolivariano perseguía el control político más que el bienestar de la población y, en ese sentido, la salida de población poco les importaba, lo que conllevó a no frenar el éxodo. No se aplicó ninguna política o medida para desalentar la migración o retener la salida de población. Puede sostenerse, asimismo, que el régimen actuó por omisión, negligencia e irresponsabilidad, frente a unas condiciones humanitarias que expulsaban población.

Para algunos de los consultados:

... la migración fue, si no impulsada, si querida, y sobre todo NO IMPEDIDA.... No se tomaron medidas para frenarla a pesar de los números alarmantes, hasta el año pasado (2019)

cuando se puso más difícil lo relacionado con (la renovación de) pasaportes ... (Respuesta # 5).

Tal como se puede evidenciar de la respuesta, la falta de compromiso, solidaridad y responsabilidad de un régimen hacia su pueblo:

Que en Venezuela el gobierno ignorara la migración masiva, y que el chavismo no se mostrara alarmado por el desplazamiento de millones de venezolanos, sin duda que merece ser explicado. (Respuesta # 11).

Este supuesto se apoya en tres premisas: la salida de una población calificada, el desinterés del régimen por disponer de datos e información referida a la emigración internacional venezolana y el Plan Vuelta a la Patria que se puso en marcha para ayudar al retorno de aquellos que querían regresar al país y no tenían recursos para lograr dicho propósito.

- Salida de población calificada

Un primer asunto vinculado a la emigración internacional venezolana guarda relación con la pérdida de la población educada y calificada que requiere un país para su desarrollo.⁸ “De interés particular para el análisis resulta que no se haya impedido la salida de los médicos y los profesores ...” (Respuesta #5). Se puede constatar que el país no contó ni cuenta con una política para impedir la movilidad de científicos, ingenieros petroleros, médicos, profesionales y docentes de diferentes niveles educativos.

Desde el año 2000 se observaba un dramático aumento en el número de científicos emigrados, cifra que, para los primeros años del presente siglo, se estima, alcanzan los 1.512 investigadores. Han salido del país investigadores en áreas sensibles para el país como es el personal de salud, científicos, docentes y profesionales (Requena y Caputo 2016).

Esta pérdida de población calificada puede ser complementada con los resultados de un estudio realizado por Osorio (2016), en el cual examina la relación entre las variables aspiraciones personales y opción emigratoria. En el estudio descubrió que, de los estudiantes encuestados, de diferentes carreras de los últimos semestres de la Universidad Central de Venezuela (UCV), nueve de cada diez querían marcharse del país. La razón dada por 7 de cada 10 estudiantes encuestados para abandonarlo estaba relacionada con el clima político, social y emocional que afectaba su vida diaria. La restante proporción de la muestra (30 %), manifestó sentirse inquieta ante las condiciones, calidad y costo de vida.

- Desinterés por disponer de datos e información sobre migración

La falta de un registro de migración que indique cuántos venezolanos entran o salen del país es una deuda de importancia. En los registros administrativos relacionados con la migración, hay un claro desinterés sobre las estadísticas que dan cuenta sobre el éxodo creciente de venezolanos. Por ejemplo, el Servicio Administrativo de Identificación, Migración y Extranjería (SAIME), como organismo público responsable de producir y difundir información sobre el flujo migratorio, no publica o difunde las estadísticas relacionadas con la movilidad venezolana al exterior (Páez *et alter* 2019). Asimismo, el hecho de que el Instituto Nacional de Estadísticas (INE) de Venezuela, como ente rector de las estadísticas nacionales carezca de información

⁸ La definición de población calificada es muy amplia. En este caso se trata de población con altos niveles de educación formal, correspondiente a niveles universitarios.

de este fenómeno social, crea suspicacias y llama a la reflexión acerca de la poca importancia que se le quiere dar al fenómeno migratorio (Osorio A *et alter* 2019). Si hay cifras sobre el éxodo de venezolanos es gracias a los organismos internacionales y a los sistemas estadísticos de los países de acogida.

- Plan Vuelta a la Patria

El único programa en el cual el régimen bolivariano ha puesto algún interés, en materia de la emigración venezolana, es el Plan vuelta a la Patria. Este programa se inició en agosto de 2019 y a la fecha, primer trimestre de 2020, se han repatriado 17.522 personas de 100.426 registradas. Las principales razones para retornar son: problemas económicos e imposibilidad para obtener empleo; en segundo lugar, hostigamiento en el país receptor, denunciando fuertes episodios de xenofobia, explotación, maltrato laboral y social; y, en tercer lugar, por problemas de salud. ⁹

c.- Tercer Supuesto Explicativo: la emigración de población venezolana fue un efecto no deseado o no esperado por parte del régimen bolivariano.

La tercera suposición señala que la salida de población no estaba contemplada dentro del proyecto socialista, al menos durante los primeros catorce años. Si bien se trataba de someter a la ciudadanía mediante diversos mecanismos de control ideológico, político y social, no se perseguía la emigración de población al menos de manera masiva. Las condiciones para el éxodo de población fue consecuencia del modelo socialista que se quiso implantar. Este supuesto se sustenta en cuatro premisas: migración en años de altos ingresos; fue un proyecto fracasado; la decisión de salir fue voluntaria; y, el régimen no tiene la capacidad para llevar adelante un proceso migratorio de esa magnitud.

- País con elevados ingresos

La población sale en los años del 2004 al 2014, cuando el país recibe los mayores ingresos por concepto de petróleo (Osorio 2014). En los primeros años de la revolución, si bien hubo signos de control político y social, no hubo políticas o acciones explícitas para la salida de población. Al contrario, entre 2003 y 2014, a raíz del control de cambio, el gobierno crea un mecanismo a través de la Comisión de Administración de Divisas (CADIVI), mediante el cual otorga una cantidad o cupo anual de divisas en dólares americanos para viajes al exterior, remesas y gastos en tarjetas de crédito, en el caso de los ciudadanos, y, en el caso de las empresas, para importaciones.

Este mecanismo generó una gran movilidad de personas hacia el exterior, la mayoría de tránsito. El monto asignado estaba por debajo del precio del dólar oficial, lo que se tradujo en un negocio para miles de venezolanos. Los viajes al exterior se multiplicaron con el principal objetivo de obtener el monto en divisas asignadas para turismo para, luego, ser revendido en Venezuela a precio oficial y así obtener ganancias con el diferencial cambiario. Es decir, se produjo un mercado paralelo de divisas, apoyado en viajes al exterior.

- Proyecto fracasado

9 Ver: http://mppre.gob.ve/wp-content/uploads/2020/02/2020-02-10_Boletín_Vuelta_a_la_Patria.pdf

La emigración venezolana es una consecuencia del fracaso del modelo del socialismo del Siglo XXI. En ese sentido uno de los entrevistados sostiene que:

...La quiebra de la ilusión de armonía en que vivía el país ... y ... el agotamiento de la modernización venezolana, que el chavismo aceleró, puede ser uno de los fenómenos de la cara oculta de la migración venezolana. (Respuesta # 11).

De esa opinión se evidencian dos hechos: la ilusión de refundar la república y tener una sociedad distinta desaparece, se fractura y con ella la unidad de un pueblo. Adicionalmente, el intento de imponer un modelo socialista cuya noción no era la esperada por el pueblo, impulsó la salida de aquellos que habían contribuido a la modernización del país.

De manera complementaria, otra de las razones para marcharse se explica por la destrucción de la institucionalidad, tal como se conoció durante los cuarenta años previos a la llegada de la revolución

... el debilitamiento o desmantelamiento de las instituciones, normas, usos sociales diversos que han alterado, desorientado, desesperado y exasperado a quienes se han movilizadо fuera de las fronteras nacionales ... (Respuesta #8).

Irrumpir con violencia sobre la manera de ser de una sociedad causa incertidumbre e impulsa a la búsqueda de unos espacios donde las normas y usos aprendidos puedan llevarse sin sobresaltos. El liderazgo del partido de gobierno y los burócratas bolivarianos dados al control político y económico de la sociedad, con su actitud contribuyeron a "...la expropiación de todo un país y de las riquezas de su población... han tenido como saldo colateral, una enorme diáspora, que no era su objetivo y que tampoco les importa." (Respuesta # 9).

- Decisión voluntaria de salir

Los sectores que emigraron en los años iniciales contaban con recursos, opciones e información para tomar la decisión de emigrar, sin la necesidad de ser presionados o inducidos por el régimen:

La conjetura de que el régimen estimuló la migración podría ser otra paradoja al menos en el caso de la migración de los años iniciales... La paradoja sería que los sectores con menos restricciones para irse precisaron que el régimen estimulara su salida. (Respuesta # 11).

Para muchos posibles emigrantes se hace necesario que les empujen para tomar la decisión de marcharse. Suele decirse que las personas tienden a permanecer en el lugar donde nacieron o donde está la cuna (o tumba) de sus padres o hijos.

- Régimen sin capacidad

Finalmente, el régimen no tenía la capacidad para desarrollar y poner en marcha una política migratoria, sea velada o no. Afirmar eso es otorgarle una habilidad que no tuvo en esos años y que posiblemente no tiene en la actualidad. "Esto así no lo comparto; porque es atribuir a quienes controlan el poder, ese cálculo desde el inicio y creo que no fue así." (Respuesta # 8)

V.- Reflexiones Finales

Este trabajo es un ejercicio metodológico que se llevó a cabo para construir, desde una perspectiva cualitativa, supuestos explicativos del éxodo migratorio venezolano durante el lapso 1998 - 2020. El trabajo no allana todas las posibles explicaciones sobre el fenómeno migratorio venezolano. Seguramente hay y habrá nuevas conjeturas a la luz de nuevos acontecimientos y de la aparición de más evidencias documentales y empíricas. Son supuestos que pretenden ir más allá de las cifras, como bien afirma Achotegui J.:

...consideramos que existe una gran deshumanización al abordar las migraciones de hoy, ya que se presta muy poca atención a los sentimientos, a las vivencias de los protagonistas de la migración, los inmigrantes. (Achotegui, 2012: 6)

Más aún, cuando las migraciones en el siglo XXI parecen haber entrado en el juego de los debates ideológicos, buscando dividendos de diversa índole, donde poco importan las personas sino la presión que éstas puedan ejercer. Como apunta Nair Sami, "... el migrante es considerado como una mercancía que se compra y se vende según la necesidad del mercado. Se recurre a él cuando hace falta, o se rechaza en caso contrario." (Nair, 2010: 564)

En este artículo, se han presentado cuatro argumentos explicativos, verosímiles y sustentados, sobre la emigración venezolana durante los últimos veinte años. Cada lector tendrá elementos para inclinarse por alguna, o posiblemente por ninguna, o tienda a construir una propia versión. Sobre lo que no hay dudas es sobre la complejidad del fenómeno migratorio venezolano el cual ha sido, y sigue siendo, un proceso mixto, por cuanto combina causalidades y en él han intervenido, igualmente, múltiples actores con intereses diversos y desde lugares diferentes.

Tampoco hay duda de que ha sido un proceso migratorio forzado o inducido por el Estado o su equivalente; con una finalidad política donde la vida de la mayoría de los cuatro millones de emigrados y cerca de un millón de refugiados, poco ha importado. (*Regional Inter-Agency Coordination Platform* 2020). En especial, durante el lapso 2015-2020, cuando la mayoría de la población ha sufrido una enorme pérdida de libertades y derechos. Millones de personas a quienes se le amputaron las opciones para tener la libertad de elegir las oportunidades para alcanzar una vida digna. Libertad para forjarse el tipo de vida que cada uno valora. En palabras de Amartya Sen "... los procesos que hacen posible la libertad de acción y de decisión (derechos) como las oportunidades reales que tienen los individuos, dadas sus circunstancias personales y sociales" (Sen, 2000: 33).

En el primer lapso (1998- 2014), el escenario frente a la amenaza por la privación de oportunidades y libertades generó miedo, emoción que surgió como el principal motor de estímulo a la salida de población. Como afirma Martha Nussbaum, las emociones, y entre éstas el miedo, pueden desestabilizar a una comunidad o fragmentarla; también puede ayudar a que se coopere más para conseguir la justicia (Nussbaum 2019). Las causas que motivan el miedo son diversas, pero, sobre todo, están asociadas a la posibilidad de pérdida de situaciones o de condiciones como, por ejemplo, el nivel de vida alcanzado, incluyendo desde la vida misma hasta los activos. "El miedo puede ser manipulado por informaciones ciertas y por informaciones falsas, y puede producir reacciones tanto apropiadas como inapropiadas" (Nussbaum, 2019: 70).

Así como el miedo, también, la desesperanza y la indefensión son el resultado de un conjunto de acciones, de amenazas, de información verdadera y de información falsa, que va conformando unas condicionantes subjetivas que propician la emigración. Para Bauman, algunos gobiernos no están interesados en calmar ese tipo de inquietudes ciudadanas; al contrario, buscan sacar provecho político de tales inseguridades. Señala el mismo autor que, detrás de la migración masiva, hay ciertas fuerzas impulsoras externas no identificadas. Es decir, la emigración para ciertos regímenes, y en particular para los de corte autoritario, constituye una estrategia que genera dividendos (Bauman,2016).

Junto a las condiciones subjetivas hay también condiciones objetivas que alteran el estado de normalidad que caracteriza la vida cotidiana de la mayoría de las personas. Condiciones objetivas que han sido el resultado de un conjunto de medidas y políticas, muchas veces sorpresivas y con consecuencias inmediatas en la población. En el segundo lapso (2015- 2020), la vulneración de las libertades y derechos pasa de ser un riesgo a una realidad que toca a la población, en una larga lista de carencias expresadas, entre otras, en desabastecimiento, devaluación, inseguridad personal, vulneración a la propiedad privada, a la libertad de prensa, a las libertades civiles y políticas. Todo ello conforma un marco de factores que impiden el ejercicio de las capacidades humanas básicas, que propone Martha Nussbaum, como requisitos mínimos para alcanzar la dignidad humana dentro de un orden político (Nussbaum, 2019).

Finalmente, si bien los cuatro argumentos explicativos son difíciles de comprobar, por la falta de suficientes evidencias empíricas, se puede concluir que el Estado venezolano nunca procedió con responsabilidad frente a sus ciudadanos. Mantuvo y mantiene una posición negligente frente a las causas que impulsan la salida masiva de personas. No realizó ninguna campaña por ningún medio o canal de comunicación oficial para desalentar el éxodo. Tampoco realizó esfuerzo alguno por recabar y estimar el volumen de población emigrada; al contrario, subestimó las cifras. El Estado venezolano, en especial durante los últimos cinco años, actuó por omisión, porque a través de sus instituciones, debió velar por el cumplimiento de los derechos fundamentales y de las condiciones humanas básicas de sus ciudadanos, porque un Estado que no garantice estos derechos y esas condiciones está condenando a un pueblo a sucumbir o a buscar en otros países, lo que el suyo no le procura.

Un 17% de su población nacional está regada por el mundo, y casi 75% de los que están afuera se ubican en los países vecinos. Para el momento de escribir estas reflexiones, en medio de la pandemia por el Covid-19, cientos de venezolanos salen de Chile, Perú, Ecuador y Colombia para intentar retornar a Venezuela. Son personas pobres y vulnerables. Muchos son niños y mujeres que en medio de una amenaza - *el miedo* - y una realidad apremiante - *el hambre* -, buscan apoyo de un ente que, por ahora, parece dejarlos desamparados. Estamos tal vez frente a un nuevo capítulo de la movilidad internacional venezolana.

Referencias

Acosta, V. (2007). *Racismo, clase media e inmigración europea (I) y (II)*, consultado en www.aporrea.org/medios/a37632.html y www.aporrea.org/medios/a38021.html.

Achotegui, J. (2012). La crisis como factor agravante del síndrome de Ulises (síndrome del duelo migratorio extremo) en *Temas de Psicoanálisis*, Núm. 3 – enero 2012. España.

- Arango, J. (2003) *La Explicación Teórica De Las Migraciones: Luz Y Sombra. Migración y Desarrollo*. Consultado en: [
<http://rimd.reduaz.mx/revista/rev1/JoaquinArango.pdf>
- Castles, S. (2000). Migración internacional a comienzos del siglo XXI: tendencias y problemas mundiales, en *Revista Internacional de Ciencias Sociales*, UNESCO, n. 165, p. 17-32, 2000.
- _____. (2006), *Factores que hacen y deshacen las políticas migratorias*, en Portes. Alejandro y De Wind, Josh *Repensando las migraciones. Nuevas perspectivas teóricas y empíricas*, México, Porrúa, Consultado en :[<https://robuenosaires.iom.int/sites/default/files/publicaciones/Migración%2C%20derechos%20humanos%20y%20política%20migratoria.pdf>
- Iturriza, R. (2016), *La migración en Venezuela: un pasaje de ida y vuelta*, en *Supuesto Negado*, consultado en:
<https://elotrosaberypoder.wordpress.com/2016/09/14/la-migracion-en-venezuela-un-pasaje-de-ida-y-vuelta/>.
- Keeley, B. (2012). *El lado humano de la globalización, Migración Internacional*, Esenciales OCDE, OECD Publishing-Instituto de Investigaciones Económicas UNAM. México.
- Naïr, S. (2010), *La Europa mestiza. Inmigración, ciudadanía, codesarrollo*. Edita Galaxia Gutenberg, Barcelona.
- Nussbaum, M. (2012). *Crear capacidades. Propuesta para el DH*, Edita Paidós, 1ª edición, España.
- Nussbaum, M. (2019). *La monarquía del miedo. Una mirada filosófica a la crisis política actual*, Edita Paidós, Barcelona, pp 303.
- Osorio A, E. (2017). Aspiraciones individuales y opción emigratoria internacional de los y las estudiantes de la Universidad Central de Venezuela (UCV). En *Instituto Internacional de Unesco para la Educación Superior en América Latina y el Caribe (IESALC)*, Educación Superior y Sociedad (ESS), Colección N.º 25 Aniversario, Vol. 23, Caracas.
- Osorio A, E; Mauricio P. C. (2019). Venezuela: de la bonanza económica a la crisis humanitaria. La opacidad de la migración venezolana 1999 - 2019. En *FERMENTUM, Revista Venezolana de Sociología y Antropología*, volumen 29, año 2019, número 85, mayo-agosto. ISSN 07983069, Editada por el Centro de Investigaciones en Ciencia Humanas-HUMANIC, Universidad de Los Andes, Mérida, Venezuela,
- Páez T. Mauricio P. C. (2019), *Emigración venezolana hacia España en tiempos de revolución bolivariana (1998-2017)*, en *Revista Internacional de Estudios Migratorios*, ISSN: 2173-1950, 2018, Vol. 8(2), pp. 319-355., Almería, España.
- Petersen, W. (1958). A general typology of migration. *American Sociological Review*, Number 23, Volume 3. USA.
- _____. (1958b). *La Población, un análisis actual*. Editorial Tecnos. Madrid, España
- _____. (1968). *La población*. Editorial Tecnos. Madrid, España:
- Phelan M, Camacho J, Osorio E, Paredes A. (2013). Los colombianos que llegaron a Caracas. (el caso de Nuevo Horizonte, Parroquia Sucre), en *Revista Venezolana de Análisis de Coyuntura*, 2013, Vol. XIX, No. 1 (ene-jun), pp. 205-229, Caracas.

Regional Inter-Agency Coordination Platform (2020). *Response for Venezuela*, April 2020. Consultado: <https://r4v.info/en/situations/platform>.

Requena, J.; Caputo C. (2016). Pérdida de talento en Venezuela: migración de sus investigadores, en *Interciencia*, Julio 2016, VOL. 41 N.º 7, Venezuela.

Rivas Pérez, C. (2016). El que se quiera ir de Venezuela que se vaya, pero sin título, *Aporrea*, 06/07/2016, Consultado: <https://www.aporrea.org/actualidad/a230471.html>.

Sassen, S. (2006). La formación de las migraciones internacionales: implicaciones políticas, en: *Revista Internacional de Filosofía Política*, Nro. 27, 2006, pp. 19-39. España.

Sen, Amartya. (2000), *Desarrollo y Libertad*, Edita Planeta. España.



Direitos humanos e o refúgio: direito fundamental à saúde sob a ótica do sistema único de saúde do Brasil

Human rights and refuge: fundamental right to health under the view of the unique health system in Brazil

Karen Giuliano Soares¹

Universidade Católica Dom Bosco (UCDB)
Campo Grande, Mato Grosso do Sul, Brasil

karengiuliano@gmail.com

Karine Giuliano Soares²

Universidade Católica Dom Bosco (UCDB)
Campo Grande, Mato Grosso do Sul, Brasil

karinegiuliano@gmail.com

URL : <https://www.unilim.fr/trahs/2253>

DOI : 10.25965/trahs.2253

Licence : CC BY-NC-ND 4.0 International

Os refugiados deixam o seu país de origem por diferentes circunstâncias e, seguem para outros territórios em busca de segurança, proteção, saúde e até mesmo da própria sobrevivência. A saúde dos refugiados pode se encontrar fragilizada devido aos traumas enfrentados no país de origem, como também em decorrência de todo o processo de refúgio e chegada no país de destino, sendo de extrema importância que o país possa acolher a essas pessoas de maneira adequada. O estudo possui como objetivo investigar a forma de acesso do refugiado à saúde e o direito fundamental do mesmo sob a ótica do Sistema Único de Saúde (SUS). O estudo apresentado possui como metodologia as pesquisas bibliográficas de publicações científicas disponíveis e se apresenta de forma qualitativa por se tratar de uma pesquisa teórica. No Brasil, o número de refugiados vem crescendo, e o país possui um sistema de saúde público, o qual sua centralidade está na universalidade, na integralidade e na equidade do atendimento. Deste modo, destaca-se a importância de se possuir um sistema de saúde que atenda essas pessoas de maneira equitativa, respeitando os direitos e a dignidade humana. Os resultados obtidos indicam que o SUS ainda tem muito a avançar para atender a todos em igualdade de condições, para promover melhorias

¹ Mestre em Desenvolvimento Local em Contexto de Territorialidades. Vinculada as seguintes linhas de pesquisa Direitos fundamentais do emigrante (estudo sócio-jurídico das problemáticas envolvidas na emigração de Sul-Mato-grossenses ao exterior (2006-2007), Imagens e história do Patrimônio Cultural de Campo Grande - MS (Coleção cartões 2017), Cultura, religiosidade e saberes locais (2017-atual), Análise histórica de processos trabalhistas do Tribunal Regional do Trabalho - MS 1962 a 1984 (2018-atual), Grupo de Estudo em Teoria Sócio histórica, Migração e Gênero, Campo Grande, Mato Grosso do Sul, Brasil (atual).

² Graduanda do 7º semestre do curso de Enfermagem da Universidade Católica Dom Bosco. Membro do Grupo de Estudo em Teoria Sócio histórica, Migração e Gênero, vinculada ao Programa de Mestrado e Doutorado em Psicologia da UCDB.

na saúde e diminuição de agravos a mesma. Espera-se com este estudo, apresentar questões que possam ampliar a visão da população em relação ao tema proposto, a fim de, buscar medidas de melhoria para o atendimento dos refugiados pelo SUS no Brasil.

Palabras clave: Brasil, refúgio, Sistema Único de Saúde

Les réfugiés quittent leur pays d'origine pour différentes circonstances et se rendent dans d'autres territoires à la recherche de sécurité, de protection, de santé et même de survie. La santé des réfugiés peut être affaiblie en raison des traumatismes rencontrés dans le pays d'origine, ainsi qu'en raison de l'ensemble du processus de refuge et d'arrivée dans le pays de destination, aussi est-il extrêmement important que le pays puisse accueillir ces personnes de manière appropriée. Notre article vise à étudier la forme d'accès des réfugiés à la santé et leur droit fondamental du point de vue du système de santé unifié (SUS). L'étude présentée a pour méthodologie la recherche bibliographique des publications scientifiques disponibles et elle est présentée de manière qualitative car il s'agit d'une recherche théorique. Au Brésil, le nombre de réfugiés a augmenté et le pays dispose d'un système de santé publique, dont le point central réside dans l'universalité, l'exhaustivité et l'équité des soins. Ainsi, l'importance d'un système de santé qui assiste ces personnes de manière équitable, dans le respect des droits de l'homme et de la dignité, est-elle soulignée. Les résultats obtenus indiquent que SUS a encore un long chemin à parcourir pour servir tout le monde sur un pied d'égalité, pour promouvoir l'amélioration de la santé et la réduction des problèmes de santé. On espère, avec cette étude, aborder des questions susceptibles d'élargir le point de vue de la population sur le thème proposé, afin de rechercher des mesures susceptibles d'améliorer la prise en charge des réfugiés par SUS au Brésil.

Mots-clefs : Brésil, refuge, Système Unique de Santé

Los refugiados abandonan su país de origen debido a diferentes circunstancias y van a otros territorios en busca de seguridad, protección, salud e incluso supervivencia. La salud de los refugiados puede verse debilitada debido a los traumas que enfrenta el país de origen, así como a todo el proceso de refugio y llegada al país de destino, siendo extremadamente importante que el país pueda acomodar a estas personas de manera adecuada. El estudio tiene como objetivo investigar la forma de acceso de los refugiados a la salud y su derecho fundamental desde la perspectiva del Sistema Único de Salud (SUS). El estudio presentado tiene como metodología la investigación bibliográfica de publicaciones científicas disponibles y se presenta de forma cualitativa porque es una investigación teórica. En Brasil, el número de refugiados ha aumentado y el país cuenta con un sistema de salud pública, cuya centralidad es la universalidad, integridad y equidad de la atención. Así, se destaca la importancia de tener un sistema de salud que ayude a estas personas de manera equitativa, respetando los derechos humanos y la dignidad. Los resultados obtenidos indican que SUS todavía tiene un largo camino por recorrer para servir a todos en igualdad de condiciones, para promover mejoras en la salud y una reducción de los problemas de salud. Se espera con este estudio, traer preguntas que puedan ampliar la opinión de la población con respecto al tema propuesto, con el fin de buscar medidas de mejora para la atención de los refugiados por parte del SUS en Brasil.

Palavras-chave: Brasil, refugio, Sistema Único de Salud

Refugees leave their country of origin due to different circumstances and go to other territories in search of safety, protection, health and even survival. The health of refugees may be weakened due to the traumas faced in the country of origin, as well as due to the entire process of refuge and arrival in the country of destination, being

extremely important that the country can welcome these people from proper manner. The study aims to investigate the form of refugee access to health and its fundamental right from the perspective of the Unified Health System (SUS). The study presented has as methodology the bibliographic research of scientific publications available and is presented in a qualitative way because it is a theoretical research. Currently, in Brazil, the number of refugees has been growing, and the country has a public health system, whose centrality is in the universality, comprehensiveness and equity of care. Thus, the importance of having a health system that assists these people in an equitable manner, respecting human rights and dignity, is highlighted. The results obtained indicate that SUS still has a long way to go to serve everyone on equal terms, to promote improvements in health and a reduction in health problems. It is hoped with this study, to bring questions that can broaden the population's view regarding the proposed theme, in order to seek improvement measures for the care of refugees by SUS in Brazil.

Keywords: Brazil, refuge, Unified Health System

Introdução

A pesquisa traz questões voltadas aos refugiados e o direito ao acesso à saúde por meio do Sistema Único de Saúde (SUS) no Brasil. Assim, este estudo foi desenvolvido a partir da participação no Grupo de Estudos em Teoria Sócio-História, Migrações e Gênero, como também de pesquisas realizadas sobre políticas públicas de saúde, migrações e refúgio no Brasil, realizadas pela Universidade Católica Dom Bosco.

De acordo com Borges:

O refúgio se caracteriza por um tipo de migração que não pode ser encarada pura e simplesmente como uma escolha, pois muitas pessoas em situação de refúgio se viram forçadas a fugir, diante de guerras, perseguições religiosas ou mesmo contextos de violência diários. (2018: 11)

Em relação ao conceito de refúgio citado acima, destaca-se a importância de se manter a saúde dos refugiados, uma vez que estes apresentam traumas enfrentados no país de origem pelo fato de deixarem tudo o que eles conquistaram para traz, seja pelas incertezas desse novo destino, seja pelo medo de não serem aceitos, além de muitas vezes precisarem deixar familiares e outras pessoas queridas. Todos esses fatores podem afetar significativamente a saúde dos refugiados, os deixando também mais vulneráveis ao desenvolvimento de transtornos e doenças mentais.

Assim, é importante ressaltar que essas pessoas precisam ter o direito ao acesso à saúde garantido para que eles tenham todo o apoio e cuidados que vierem a necessitar. Então, os serviços de saúde, em especial, o Sistema Único de Saúde, precisam estar preparados para atendê-los, com estruturas e profissionais capacitados e treinados para o atendimento.

Este estudo trata dos resultados de uma pesquisa de cunho qualitativo, na qual buscou-se investigar o acesso do refugiado ao sistema de saúde brasileiro. Segundo Gerhardt, Silveira:

A pesquisa qualitativa preocupa-se, portanto, com aspectos da realidade que não podem ser quantificados, centrando-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais. (2009:32)

Para o desenvolvimento deste estudo foram realizadas pesquisas bibliográficas, utilizando publicações científicas, que trouxessem questões indagadas sobre a temática. Deste modo a pesquisa procurou colher dados e posteriormente fazer o estudo, a organização e a análise dos dados coletados, a fim de, conseguir atingir o objetivo levantado, sendo utilizadas as seguintes palavras-chave: Brasil, refúgio, Sistema Único de Saúde.

Este artigo traz como questão a ser discutida: como as pessoas refugiadas possuem o direito de acesso ao Sistema Único de Saúde no Brasil? A justificativa para se pesquisar tal questão é que o refúgio no Brasil traz novos desafios devido aos novos fluxos migratórios.

No momento o Brasil está recebendo muitos refugiados vindos de países em condições vulneráveis e de risco social, marcadamente uma população pobre e estigmatizada pela cor negra, o que configura um processo diferenciado dos deslocamentos acontecidos no século XIX com a migração européia, que trazia um desejo oculto de branqueamento populacional. Assim, alguns dos fluxos migratórios atuais trazem a marca de processos discriminatórios e de rejeição da sociedade brasileira.

Discutir as questões de saúde da população refugiada no Brasil é de caráter emergente já que seus direitos devem ser garantidos e priorizados perante o contexto e história de vida destes. Pode-se dizer que muitos sofreram violências diversas e se deslocaram fugindo da fome, da violência, da perseguição ou ainda buscando uma saída para o seu sofrimento e dos seus familiares.

Contexto histórico dos direitos humanos e seus desafios

Pensar sobre a questão do refúgio nos dias atuais é pensar no sofrimento avassalador que se vivencia em determinados territórios, como perseguição pelos motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas. Neste sentido, implica em pensar a busca por sobrevivência e, portanto, à necessidade urgente da entrada em um país que possa oferecer acolhimento e conseguir atender suas necessidades básicas. Portanto, se torna cada vez mais evidente a premência de constatar e fazer valer a proteção dos Direitos Humanos, principalmente aos mais vulneráveis.

Entende-se, então por refugiado àquela pessoa que:

[...] temendo ser perseguida por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas, se encontra fora do país de sua nacionalidade e que não pode ou, em virtude desse temor, não quer valer-se da proteção desse país, ou que, se não tem nacionalidade e se encontra fora do país no qual tinha sua residência habitual em consequência de tais acontecimentos, não pode ou, devido ao referido temor, não quer voltar a ele. (ESTATUTO DOS REFUGIADOS, 1951: sem página)

Para analisarmos a questão do refúgio hoje remetemos a historicizar a questão, lembrando que no ano de 1789, ocorreu êxito na Revolução Francesa que assolou os poderes do Estado Absoluto para receber a natureza de um Estado revolucionário, constitucional, com o preceito de assegurar o reconhecimento do clamor e manifestações do povo. Nesse sentido: “O Estado Absoluto colocava-se como encarnação mais perfeita da soberania entendida como poder que não reconhece ninguém superior” (Bobbio,1995:11). Desta feita, as inquietudes e pretensões de povo corroboraram para a gênese da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão promulgada em 1789, pelos representantes do povo francês, com a disposição de garantir os direitos individuais e coletivos do homem.

Tal declaração motivou posteriormente, a criação da Organização das Nações Unidas, que reuniu os representantes dos países aliados para que juntos pudessem assistir, monitorar e proteger os Direitos Humanos de cada indivíduo e para alcançar determinados fins como a paz, segurança e proteção aos Direitos Humanos a nível internacional. Assim, mais adiante, em 1948, foi proclamada a Declaração Universal dos Direitos Humanos, em Assembleia Geral das Nações Unidas em Paris, com a finalidade de universalidade da proteção dos direitos humanos.

De acordo com o artigo I da Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948:

Todas as pessoas nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotadas de razão e consciência e devem agir em relação umas às outras com espírito de fraternidade (sem página).

Com a finalidade de amparo aos refugiados e à todas as pessoas que precisam de assistência de nível mundial, tem-se desde 1948, a Declaração Universal dos Direitos

Humanos, sendo este de extrema importância a todas as pessoas garantindo a proteção e a dignidade da pessoa humana. Em outras palavras, os Direitos Humanos têm como importância ímpar e incondicional de selar em nível mundial a importância da vida do ser humano para a continuidade da espécie, para tanto, resguarda a dignidade da pessoa humana, bem como, os direitos inerentes as necessidades básicas da espécie.

[...] ideal comum a atingir por todos os povos e todas as nações, a fim de que todos os indivíduos e todos os órgãos da sociedade, tendo-a constantemente no espírito, se esforcem, pelo ensino e pela educação, por desenvolver o respeito desses direitos e liberdades e por promover, por medidas progressivas de ordem nacional e internacional, o seu reconhecimento e a sua aplicação universais e efetivas tanto entre as populações dos próprios Estados membros como entre as dos territórios colocados sob a sua jurisdição. (DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS, 1948: sem página)

Mas, a conquista pelos direitos do homem não foi repentina e compreensível em todos os tempos; para tanto, vale-se mencionar que foi complexa, já que se deu por meio de constantes lutas dos povos e classes sociais contra a opressão, e, com a evolução dos pensamentos da humanidade acontecida no seio do Cristianismo, bem como, a construção de novos preceitos originários no âmbito do Iluminismo do século XVIII, como também e principalmente decorrente do resultado da segunda guerra mundial, na qual todos os direitos humanos foram infligidos em seu ápice de crueldade e da falta completa de humanidade, justiça e liberdade.

Por conseguinte, ressalta-se que a luta dos povos pela proteção e defesa dos seus direitos foi consolidada na Inglaterra, por meio da Declaração dos Direitos de 1689 (*Bill of Rights*). Este decreto teve como importância o reconhecimento da força popular que delimitou o poder do Estado, e garantiu a liberdade individual de todos, inclusive do clero e da nobreza, bem como, a independência da imprensa.

Com isso, verifica-se a importância desse marco histórico para enfrentamento das desigualdades sociais no mundo, bem como para o ideal de enfrentamento dos desafios dos refugiados que se deparam com a situação de vulnerabilidade existente na ordem social, econômica, cultural e racial. Pode-se evidenciar que a Declaração Universal dos Direitos Humanos é um documento internacional que visa à promoção da ordem, educação, respeito, ética entre todos os povos e nações.

Mais tarde, em 1951, foi realizado em Genebra, o Tratado Internacional que deu origem a Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados, uma vez que a preocupação de caráter social e humanitário acerca dos refugiados se tornou evidente e preocupante.

No Brasil atualmente, todas as pessoas incluindo os refugiados que estiverem no seu território possuem o direito ao acesso à saúde determinado através do Art. 196 da Constituição da República Federativa do Brasil do ano de 1988, pois esta garante que a saúde é um direito de todos e dever do Estado. Sendo assim, o país deve fornecer o atendimento a todas as pessoas que precisarem de seus serviços, independente de sua origem, raça, religião, cultura entre outros, de forma a garantir que seu direito a saúde seja atendido de forma digna e sem discriminação, isso é de grande importância para que se recupere a saúde fragilizada dos refugiados ou que se previna danos a mesma.

Importância do Sistema de Saúde Público ao refugiado no Brasil

A implantação do Sistema Único de Saúde (SUS) na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e a criação da Lei Orgânica de Saúde (8080/90) foram uma grande conquista a saúde da população brasileira, que obteve o direito de ser atendido por um sistema de saúde público gratuito e universal a todos que precisassem de seus serviços em território nacional.

Portanto, o Sistema Único de Saúde (SUS) - Brasil necessita estar preparado para atender os refugiados, e a todos que precisarem de seus serviços de saúde pública de forma universal, gratuita e igualitária, promovendo o acesso e direito à saúde, como vem sendo tratado no art. 196 da Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988:

A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para a promoção, proteção e recuperação. (CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, 1988: sem página)

Este sistema foi criado após movimentos realizados pela sociedade, construções coletivas de trabalho, discussões e estratégias que propunham uma melhora nos serviços de saúde que eram prestados a todos, sem desigualdade e que conta com a participação ativa do Estado, Município e a União, estes participam da gerência e de questões financeiras do SUS, ajudando em suas despesas e continuidade do sistema, além de, também executarem o controle e avaliação dos serviços prestados no SUS, observar como se encontra a saúde da população no momento, analisando se há necessidade de tomar as providências necessárias, a fim de, atender a todos que precisarem dos serviços do SUS e respeitando o direito a saúde de toda pessoa, entre outras responsabilidades.

Segundo o Ministério da Saúde³, o SUS é norteado por três importantes princípios que são a *universalidade, equidade e integralidade*. O primeiro trata a saúde como um direito de todos e que todos os serviços oferecidos pelo SUS devem ser garantidos a todos que estejam no território brasileiro legalmente, sem discriminação. O segundo princípio possui como objetivo diminuir as desigualdades, tratando os desiguais de forma desigual, ou seja, cada pessoa é única e assim cada uma possui necessidades diferentes uma das outras. O terceiro promove a saúde considerando o indivíduo por completo, buscando atender todas as suas reais necessidades.

O Sistema Único de Saúde Brasileira hoje enfrenta dificuldades como de administração, gerência e principalmente de infraestrutura para o atendimento, assim como a falta de investimentos financeiros, falta de leitos e outros, todavia é importante mencionar que é um dos únicos sistemas de saúde do mundo que provê atendimento integral e inteiramente gratuito para toda a população que reside em território brasileiro, independente de qualquer contribuição diferenciada por parte dos brasileiros. Apesar dessas dificuldades enfrentadas atualmente por este sistema muitas pessoas no Brasil são beneficiadas pelas ações e atendimentos realizados e ofertados pelo SUS.

³ Ministério da Saúde. “Sistema Único de Saúde (SUS): estrutura, princípios e como funciona.” Recuperado em 20 maio, de <https://www.saude.gov.br/sistema-unico-de-saude>

Nota-se sua importância na afirmação da Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais⁴ (n.d.) “O SUS é o único sistema de saúde pública do mundo que atende mais de 190 milhões de pessoas, sendo que 80% delas dependem exclusivamente dele para qualquer atendimento de saúde.” Estes dados expressam a importância de o país investir na melhoria deste Sistema para atender a todos em sua integralidade e com serviços de qualidade, a fim de promover melhores condições de saúde de toda a população.

Segundo o Ministério da Saúde (n.d.)⁵, o SUS é caracterizado como:

O Sistema Único de Saúde (SUS) é um dos maiores e mais complexos sistemas de saúde pública do mundo, abrangendo desde o simples atendimento para avaliação da pressão arterial, por meio da Atenção Primária, até o transplante de órgãos, garantindo acesso integral, universal e gratuito para toda a população do país. Com a sua criação, o SUS proporcionou o acesso universal ao sistema público de saúde, sem discriminação. A atenção integral à saúde, e não somente aos cuidados assistenciais, passou a ser um direito de todos os brasileiros, desde a gestação e por toda a vida, com foco na saúde com qualidade de vida, visando a prevenção e a promoção da saúde. (MINISTÉRIO DA SAÚDE, n.d.)

Importante também pontuar que além do Brasil, outros cinco países possuem sistemas de saúde semelhantes ao SUS brasileiro implementado em seus serviços de saúde, estes são, o Reino Unido, Canadá, Austrália, França e Suécia, onde todos buscam funcionar de forma gratuita para todos que residem legalmente em seus devidos territórios.

O SUS promove ações de saúde que vão além dos cuidados prestados apenas para a doença, como o diagnóstico, o tratamento e reabilitação da pessoa com uma equipe de saúde com profissionais multidisciplinares e capacitados para estes serviços de baixa, média e alta complexidade. Este sistema também executa ações voltadas à prevenção de doenças, promoção da saúde, oferta gratuita de medicamentos, campanhas de vacinação, vigilância epidemiológica, vigilância sanitária e ambiental, buscando entender e respeitar o ser humano da forma como ele é, com sua cultura, suas crenças, raça e demais singularidades do indivíduo.

O SUS possui diversas e específicas estruturas de saúde que prestam atendimento à pessoa de acordo com a sua real necessidade, buscando atender as ocorrências o mais breve possível. Algumas das principais instalações de saúde que compõem o SUS são: a Unidade Básica de Saúde (UBS), Unidade de Pronto-Atendimento (UPA), Hospitais, Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU), entre outros.

A UBS é considerada por todos, à porta de entrada ao SUS e a realização do cartão do SUS para todos os cidadãos que quiserem obtê-lo. Esta possui estruturas localizadas próxima de onde as pessoas habitam, ajudando os indivíduos a frequentarem o local por se localizar próximo delas. A UBS visa atendimentos de atenção básica, sendo fornecido ações de promoção, prevenção e recuperação da saúde, vacinação, oferta de medicamentos básicos, consultas com a equipe

4 Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais. “SUS”. Recuperado em 23 maio, de <https://www.saude.mg.gov.br/sus>

5 Ministério da Saúde. “Sistema Único de Saúde (SUS): estrutura, princípios e como funciona.” Recuperado em 20 maio, de <https://www.saude.gov.br/sistema-unico-de-saude>

multiprofissional, realização de curativos, coleta de exames laboratoriais entre outros que não exigem atendimentos complexos.

A UPA visa atender pessoas que precisam de cuidados de urgência e emergência, fornecendo estrutura e atendimento para cuidados que exigem média e alta complexidade, como é o caso de infarto, fraturas, derrame, entre outros, ofertando atendimento 24 horas por dia e classificando o paciente de acordo com o seu grau de risco, definindo assim, a ordem prioritária de atendimento.

O hospital público é recomendado para as pessoas que possuem um quadro de saúde mais grave, como, por exemplo, pessoas com câncer, que necessitam de cirurgias, entre outros, sendo necessário que a pessoa fique internada para que tenha um melhor acompanhamento do seu estado de saúde pelos profissionais, ofertando cuidados e intervenções o quanto antes, uma vez que, o hospital conta com uma maior quantidade de materiais e tecnologia para atender as pessoas, além da constante vigilância da mesma.

O SAMU visa fornecer um serviço móvel que chegue até a pessoa que necessita de cuidados de urgência e emergência, como, por exemplo, acidentes, problemas cardiorrespiratórios, afogamento, envenenamento, entre outros, e a transporta rapidamente até o local que irá prestar os cuidados imediatos e necessários a pessoa.

Segundo a Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais (n.d.)⁶, para a pessoa em território brasileiro ter acesso ao SUS é necessário que a mesma procure a Unidade Básica de Saúde (UBS) mais próxima de sua habitação, levando seus documentos de identificação (RG, CPF, certidão de nascimento ou casamento) e o comprovante de residência. Nesta UBS a pessoa com seus documentos irá solicitar o seu cartão do SUS, sendo este gratuito e que irá além de permitir o acesso do indivíduo aos serviços prestados pelo sistema, como o agendamento de consultas e exames, este também irá favorecer a comunicação e troca de informações entre o usuário e os profissionais de saúde que irão atendê-los. Todo registro da pessoa é realizado no sistema, contendo assim o seu histórico completo de atendimento.

Em relação ao Cartão do SUS, Fernandes traz que:

O Cartão SUS (Sistema Único de Saúde), que é o documento de identificação do usuário do SUS, garante, ao cidadão, atendimento nas Unidades de Saúde e Hospitais do Brasil que integram a rede do SUS, facilitando a marcação de consultas e exames, assegurando o acesso a medicamentos gratuitos e a assistência integral à Saúde, desde o início na Atenção Primária, sendo encaminhado para outros níveis de assistência, se for o caso, como especialidades e alta complexidade. (Fernandes, 2019: sem página)

O acesso ao SUS por pessoas refugiadas que estão em território brasileiro também é possível, sendo este um direito do refugiado. Segundo a Cartilha para Refugiados no Brasil:

Todos os cidadãos, inclusive os solicitantes de refúgio e refugiados, têm direito de ser atendidos em qualquer unidade pública de saúde. Para tanto, você deve apresentar o seu CPF e protocolo provisório ou RNE em qualquer hospital, clínica

⁶ Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais. "SUS". Recuperado em 23 maio, de <https://www.saude.mg.gov.br/sus>

ou posto de saúde e solicitar o seu Cartão SUS. (CARTILHA PARA REFUGIADOS NO BRASIL, 2014: 23)

Caso a pessoa refugiada não possua o seu Cadastro de Pessoa Física (CPF) e/ou seu Registro Nacional de Estrangeiros (RNE) para solicitar o seu cartão do SUS e ter acesso a este sistema de saúde pública, tais documentos deverão ser solicitados. O CPF de acordo com a Cartilha para Refugiados no Brasil, poderá ser solicitado: “Em qualquer agência da Receita Federal, mediante pagamento de taxa, e o documento será expedido na mesma hora em que solicitado” (2014:14). No entanto, é necessário que os refugiados contenham em mãos um documento de extrema importância para que consiga solicitar o CPF, que se trata de seu documento de identificação (protocolo provisório ou o Registro Nacional de Estrangeiros). Contudo, para obter o Registro Nacional de Estrangeiros (RNE), a pessoa refugiada necessita se dirigir até uma unidade da Polícia Federal e solicitar o seu documento, no qual possui o direito garantido de conter este documento.

As políticas públicas por meio de sua atuação tendem a colocar em suas atividades de execução os direitos que foram determinados pela Constituição Federal, sendo esta política executada pelos três grandes poderes pertencentes ao Estado, são eles: o poder Legislativo, o poder Executivo e o poder Judiciário. De acordo com Lenzi, as políticas públicas “São medidas e programas criados pelos governos dedicados a garantir o bem-estar da população” (LENZI, 2017: sem página).

Ressaltando que, as políticas públicas são voltadas também ao cumprimento dos direitos de todo e qualquer cidadão aos serviços de saúde pública. Sendo assim, nos dias atuais existem diversas abrangências nas políticas públicas, nos mais diversos campos, devendo estes, ser garantidos a todos os refugiados que estiverem no país.

Dentre as áreas pertencentes às políticas públicas que devem ser ofertadas a todas as pessoas estão, o direito à saúde, o direito à educação, o direito ao trabalho, à cultura, à moradia, ao transporte, enfim, direitos propostos a todo e qualquer cidadão, seja ele refugiado ou não. Desta forma, destaca-se que, o Estado, junto com os cidadãos, busca através das políticas públicas melhorar a qualidade de vida de toda a sociedade, através de suas ações e projetos implementados.

Tendo em vista estes conceitos, ressalta-se que, independentemente da situação atual, nacionalidade e cultura de uma pessoa, estes devem receber um acolhimento, um acesso a saúde e atendimento de qualidade, isto é um direito assegurado a qualquer pessoa que entre no país, incluindo os refugiados, que devem ser atendidos com profissionais capacitados e preparados para atendê-los, com respeito às suas necessidades e sua dignidade, independente do serviço público de saúde que a pessoa estiver.

O acesso à saúde de qualidade ao refugiado através do SUS é de extrema importância, uma vez que, estes se encontram com a saúde fragilizada devido aos traumas e dificuldades enfrentadas em seu país de origem até a sua chegada e instalação no país de destino, sendo assim, o SUS precisa estar preparado para atender a essas pessoas de acordo com as suas reais necessidades, buscando obter uma melhora em seu estado de saúde, tanto na prevenção e diminuição de doenças, quanto no acolhimento e atendimento adequado a essas pessoas, tratando-os com respeito e em sua integralidade e equidade.

Os percalços dos refugiados no sistema único de saúde do Brasil

A palavra saúde tem um conceito amplo; desta forma, segundo Jansen (2019) a Organização Mundial de Saúde - OMS (1948)⁷ definiu um conceito universal para a palavra, que diz que, a saúde é um estado de completo bem-estar físico, mental e social e não apenas a mera ausência de doença. Desta maneira, é possível destacar diversos fatores envolvidos no processo saúde-doença e que podem ter um grande impacto a ela. Entre os diferentes fatores envolvidos se pode citar o ambiente social em que aquela pessoa convive, seja no meio familiar, no trabalho, em um grupo de amigos ou outros; o econômico, o sistema político, sua religião, cultura, hábitos, enfim, todos devem ter uma atenção especial, pois, podem influenciar ativamente o estado de saúde de um indivíduo, em especial os refugiados.

Se a pessoa consegue manter um estilo de vida saudável (alimentação balanceada, práticas de exercícios físicos, boas horas de sono, entre outros) e/ou possuir boas condições de vida (moradia, transporte, renda, entre outros), isso irá contribuir positivamente em sua saúde, caso contrário pode acabar deixando-a mais fragilizada.

Desta forma, ressalta-se que, é muito difícil um indivíduo ser saudável ou doente em sua totalidade, isso dependerá de diversos fatores do processo saúde-doença, seus valores, suas decisões, a época vivenciada, do momento em que está ocorrendo, o impacto que isso irá gerar em sua vida, o valor que ele dá para a situação ocorrida, bem como a maneira que ele a enfrenta. Tudo isso também poderá elevar ou diminuir a potencialidade da situação.

Neste sentido, pensar na questão do refúgio é pensar que a saúde de quem migra em condições desfavoráveis, em fuga de situações de conflitos e de violência só pode denotar que estes venham a se encontrar fragilizados. Assim, uma vez que, quando eles são forçados a sair de seu país de origem deixando tudo o que conquistaram para trás, inclusive familiares e outras pessoas queridas, isso pode gerar um grande impacto em sua saúde mental, além de torná-lo mais vulnerável.

É evidente que todo o processo de refúgio se mostra desafiador e desgastante, pois o deslocamento na maioria das vezes não se é adequado, ou seja, estes migram de forma precária e muitas vezes conduzidos por coites⁸. Na maioria dos casos, esse tipo de deslocamento apresenta grandes situações de stress, pela falta de descanso, má alimentação, incertezas, qualidade do sono inadequada, insegurança e lembranças das situações vividas no país de origem, tudo isto os afetam. Portanto, esse modo de migrar também implica sérios danos psicológicos, pois em grande parte das situações o migrante/refugiado perpassa situações de medo constante, ameaças, situações de violência entre outros riscos sociais.

Neste sentido, em todo o caminho de incertezas do refúgio, estes estão sujeitos a diversas consequências físicas, sociais e mentais, que podem levar ao seu adoecimento, sendo, portanto, mais que necessário que o país de acolhimento ofereça possibilidades de acesso a atendimentos psicológico, médico e hospitalar, quando este se fizer necessário.

7 Jansen, M. (2019). "O que faz a Organização Mundial da Saúde?" Recuperado em 25 maio, de <https://www.politize.com.br/organizacao-mundial-da-saude>

8 É o agente que conduz os migrantes em seus deslocamentos através das fronteiras entre países de forma ilegal e mediante pagamento.

O problema de saúde se agrava quando a sociedade na qual o refugiado chega não o aceita, o que gera a discriminação e o preconceito, fazendo com que ele não se sinta acolhido e fique com a sensação de negação no país em que se encontra, sendo tratado como uma ameaça, sendo assim, é necessário informar à população quanto à realidade dos refugiados e a importância de uma acolhida amigável ao mesmo, a fim de, tentar diminuir o preconceito e tornar menos difícil a integração dessas pessoas a sociedade, ajudando-os a seguir em frente, fornecer apoio e diminuir a sua vulnerabilidade. Muitos refugiados que sofrem preconceitos acabam não fazendo a denúncia por diversos motivos, como medo de perder o emprego, ser mandado de volta ao seu país de origem ou sofrer outras consequências sérias.

Os refugiados na teoria não se encontram desamparados para o atendimento e o acesso à saúde em sistemas de serviços públicos; eles são amparados em lei e possuem seus direitos assegurados pelo Sistema Único de Saúde, como o próprio princípio norteador deste sistema trata “universalidade, integralidade e equidade.” Porém, na prática existem atualmente diversos obstáculos e avanços a serem superados e conquistados. Falta preparo e capacitação dos profissionais que podem prestar assistência a essas pessoas, devendo ser preparados para que respeitem a história e cultura das pessoas, como também que os atenda de forma acolhedora com dignidade e respeito. Também se nota a falta de estruturas que atendam à demanda dos refugiados no país e de todas as pessoas que residem no território brasileiro.

Os refugiados muitas vezes chegam desamparados, sem conhecimento do local de destino e desconhecem como funciona o processo de entrada ao país, as formas de acesso à saúde e seus demais direitos, como a moradia e o trabalho, sendo este último um importante passo para que o refugiado consiga viver no país e possuir uma melhor qualidade de vida e sua integração na sociedade, porém a obtenção de emprego é uma das maiores dificuldades enfrentadas pelos refugiados, seja devido à dificuldade em validar seus diplomas, ou até mesmo por conta de que muitas pessoas não querem contratar os refugiados devido a questões de preconceitos ou acabam fornecendo condições de trabalho precárias aos mesmos, entre outros.

A questão do emprego irá influenciar ativamente na questão da sua qualidade de vida e integração na sociedade, sendo importante para atender as suas necessidades humanas básicas como a segurança, proteção e alimentação. É também necessário que o refugiado consiga possuir uma moradia digna, porém muitos ainda vivem em condições precárias de vida, seja por meio da falta da oportunidade de emprego ou pelas más condições do mesmo, o que pode exigir muito esforço, horas de trabalhos excessivas e uma má remuneração, deixando-o com a sua saúde fragilizada e com dificuldades em conseguir uma moradia e/ou até mesmo se alimentar adequadamente.

Outro ponto importante a se destacar é a dificuldade na comunicação entre os refugiados e os profissionais, sendo que, a fragilidade do domínio da língua desfavorece a comunicação eficaz e acesso às questões culturais em relação à saúde e fatores sociais, isso pode prejudicar não somente a relação dos profissionais e da sociedade com os refugiados, como também em sua conquista por um emprego, sendo assim, deve-se destacar a importância de centros de acolhimento que ofereçam cursos de idiomas para os refugiados, podendo integrar até mesmo os profissionais e demais pessoas que gostariam de aprender algum idioma que pudesse ajudar nesta comunicação.

A falta de informações para os refugiados que chegam em um país desconhecido também deve ser pensada, sendo muito importante que os mesmos possam ser orientados quanto aos seus direitos no país e como obtê-lo. “Foi muito difícil”, diz Mate. “Primeiro, é o problema da língua, segundo é um país que não conheço. Tudo

é mudança. Cultura diferente, língua diferente, comida diferente. Eu sofri bastante com essas coisas.” (SUNDAY, 2018 como citado por SUDRÉ, 2018)

Além de todas as dificuldades citadas até o momento também pode ocorrer a demora para que os refugiados possam ser reconhecidos em território brasileiro e obter os seus documentos no país, sendo este primordial para que o mesmo consiga acesso a moradia, emprego, ter acesso aos serviços de saúde, como é o caso do acesso ao SUS, entre outros.

Ainda atualmente, existe a necessidade de melhorar e criar estratégias de inovação no sistema público de saúde para cuidar e melhor atender aos refugiados, criando melhores serviços de acolhimento, atendimento e encaminhamento das políticas públicas existentes no país, sendo a saúde de muita importância, uma vez que, o número de pessoas que podem adoecer em todo o decorrer do processo de refúgio é muito alto, e necessitam de todo o suporte, apoio e cuidados que o país puder ofertar.

Ressalta-se assim, a importância do reconhecimento do governo e dos profissionais para ajudá-los, saber respeitar, reconhecendo que cada cultura é diferente uma das outras, aceitando as diversidades, isto faz toda a diferença para estas pessoas, além de trazer consequências benéficas a sua saúde, também irá melhorar na qualidade da comunicação e do atendimento que será prestado. Segundo Santana:

O refugiado nem sempre compartilha esse modelo. Quanto maior a diferença cultural entre o profissional e o usuário do serviço, maiores as chances de erros de comunicação, o que dificulta mais ainda a avaliação diagnóstica. Frente à diversidade cultural dos refugiados, na prática os profissionais se queixam de desinformação e despreparo para o atendimento. (Santana, 2018: sem página)

Dessa forma, vê-se que essas pessoas precisam de acolhimento e de profissionais capacitados para operarem programas que as auxiliam a superar o abalo na sua saúde, respeitando seus direitos, traumas e diversidade cultural.

Considerações finais

A pesquisa teve como objetivo investigar a forma de acesso do refugiado à saúde e o direito fundamental do mesmo sob a visão do Sistema Único de Saúde (SUS) no Brasil, sendo considerada de extrema importância à garantia dos direitos universais à todas as pessoas, sem qualquer forma de discriminação quanto a sua raça, cultura, língua, vivências, religião, crenças, formas de pensar e de se expressar.

Com base nos resultados obtidos por meio do desenvolvimento do estudo, pode-se verificar que, atualmente, no Brasil existem leis que, garantem o direito ao acesso à saúde no SUS pelas pessoas refugiadas e estes necessitam de atendimentos adequados, a fim de, promover melhores condições de saúde à estes, de forma justa, sem desigualdades e com respeito, tratando-lhes com dignidade, respeitando sua cultura e assegurando que, seus direitos sejam colocados em prática de forma eficaz e que traga benefícios a sua saúde.

Porém, apesar de ser garantido esse direito fundamental a saúde dos refugiados, ainda se nota dificuldades no atendimento a essas pessoas, questões que precisam avançar e que devem ser melhoradas, para que seja possível atender a todos que necessitarem dos serviços de saúde de forma adequada, tendo como principal função a manutenção e recuperação da saúde de forma eficaz, melhorando também as condições de vida e da saúde.

Referências

- Bobbio, N. (1995). *Positivismo jurídico: lições de filosofia do direito*. Compiladas por Morra N.; São Paulo: Ícone, tradução e notas Márcio Puglesi, EsdonBini, Carlos E. Rodrigues
- Borges, J. A. R. (2018). “Sobre Eles, sobre Nós: Refúgio e Saúde Pública”. Rio de Janeiro. Recuperado em 20 maio, v. 14. de <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/mnemosine/article/view/41688>
- ACNUR. (2014). “Cartilha para Refugiados no Brasil.” Recuperado em 23 maio, de https://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2018/02/Cartilha-para-refugiados-no-Brasil_ACNUR-2014.pdf
- Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. (2001). [Coleção Saraiva de Legislação]. (21a ed.). São Paulo: Saraiva.
- Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados. (1951). Recuperado em 23 maio, de https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/BDL/Convencao_relativa_ao_Estatuto_dos_Refugiados.pdf
- Declaração Universal dos Direitos Humanos. (1948). Recuperado em 24 maio, de <http://www.pge.sp.gov.br/centrodeestudos/bibliotecavirtual/instrumentos/2decla.htm>.
- Fernandes, A. R. (2019). “Cartão do SUS: saiba como obter o seu”. Recuperado em 21 maio, <http://blog.saude.mg.gov.br/2019/11/04/cartao-sus-saiba-como-obter-o-seu>
- Gerhardt, T. E., S, D. T. (2009). “Métodos de Pesquisa”. Recuperado em 25 maio, de <http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf>
- Jansen, M. (2019). “O que faz a Organização Mundial da Saúde?” Recuperado em 25 maio, de <https://www.politize.com.br/organizacao-mundial-da-saude>
- Lenzi, T. (2017). “O que são as políticas públicas?” Recuperado em 21 maio, de <https://www.todapolitica.com/politicas-publicas>
- Ministério da Saúde. “Sistema Único de Saúde (SUS): estrutura, princípios e como funciona.” Recuperado em 20 maio, de <https://www.saude.gov.br/sistema-unico-de-saude> **DATA**
- Santana, C. (2018). “Humildade cultural: conceito estratégico para abordar a saúde dos refugiados no Brasil.” Recuperado em 20 maio, de <https://www.scielosp.org/article/csp/2018.v34n11/e00098818/pt>
- Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais. “SUS”. Recuperado em 23 maio, de <https://www.saude.mg.gov.br/sus>. **DATA**
- Sudré, L. (2018). “Refugiados no Brasil sofrem com racismo e falta de políticas públicas” Recuperado em 02 julho, de <https://www.brasildefato.com.br/2018/06/20/refugiados-no-brasil-sofrem-com-racismo-demora-de-documentacao-e-falta-de-politicas>



Un nuevo paradigma de la migración venezolana a México

A new paradigm of venezuelan migration to Mexico

Laura Myriam Franco Sánchez¹

Universidad Autónoma del estado de Hidalgo
Pachuca, Hidalgo, México

lfranco@uaeh.edu.mx

URL : <https://www.unilim.fr/trahs/2284>

DOI : 10.25965/trahs.2284

Licence : CC BY-NC-ND 4.0 International

Este artículo analiza la migración forzada, refugiados y solicitantes de asilo de Venezuela —Para ello se consideró información estadística proporcionada por la Comisión Nacional de Ayuda a Refugiados (COMAR), se analizó la Encuesta Intercensal del año 2015 y se realizaron entrevistas a migrantes, refugiados y solicitantes de asilo de venezolanos. De tal manera que los resultados muestran que esta migración se ha incrementado en los últimos años en conjunto con la de otros países latinoamericanos que han buscado como país de tránsito o asilo a México; sin embargo, en general los venezolanos que han llegado al país tienden a buscar una residencia permanente, ubicándose en lugares urbanos principalmente. Esta población se caracteriza por ser una población en edades productivas, con altos niveles de escolaridad y con trabajos en la economía formal.

Palavras-chave: migración forzada, refugiados, solicitantes de asilo, política migratoria

¹ Doctora en urbanismo por la UNAM, maestra en Estudios Regionales por el Instituto Doctor José María Luis Mora, Licenciada en Economía por la UAEH, actualmente Profesora de Tiempo Completo de la Universidad Autónoma del estado de Hidalgo, adscrita al Área Académica de Sociología y Demografía. Miembro del Sistema Nacional de Investigadores nivel I. Líneas de investigación movilidad y migración, Desarrollo Regional y Urbano. Autora de los libros *Migración y remesas en la Ciudad de Ixmiquilpan* (2012) UAEH, *La migración en Hidalgo un enfoque de Desarrollo Regional* (2012) UAEH, coautora de *El comportamiento de la producción del café en México* (2014) UAEH y coordinadora del libro *Cambios Sociales ante procesos de Desarrollo* (2011) LITOGRAPO y UAEH. Autora de los capítulos de libro “Turismo y patrimonio. Planeando la imagen urbana: turismo y economía en los pueblos mágicos” en *Patrimonio y turismo un acercamiento a los lugares turísticos de México* por la Universidad de Sonora (2017), Autora de los artículos “Return Migration and employment in Mexico” en *International Journal of Humanities and Social Science* (2016), coautora de “El sistema de cohesión Social y sus efectos en la tasa de delincuencia” en *Ciencia Ergosum* (2016), “Mercadotecnia de Ciudades y Planeación Regional” en *Ciudades* (2016), “Migración y Movilidad laboral en Zonas Metropolitanas” en *Papeles de Población* (2017), “Servicios de habitabilidad en las viviendas de la Zona Metropolitana de Toluca, México” en *Revista Iberoamericana de Estudios Municipales RIEM* (2018), “Perfil sociodemográfico de los commuters en las zonas metropolitanas del estado de Hidalgo en el 2015” en *Revista Huellas de la Migración* (2019). Catedrática de las asignaturas: *Sistemas de Información Geográfica, Estadística I, Estadística avanzada y Economía Urbana y Regional.*

Cet article analyse la migration forcée, les réfugiés et les demandeurs d'asile du Venezuela. Pour cela, les informations statistiques fournies par la Commission nationale d'assistance aux réfugiés (COMAR) ont été prises en compte, l'enquête intercensitaire de 2015 a été analysée et des entretiens ont été menés avec des migrants, des réfugiés et les demandeurs d'asile des Vénézuéliens. Les résultats montrent que cette migration a augmenté ces dernières années ainsi que celle en provenance d'autres pays d'Amérique latine : le Mexique apparaissant comme un lieu de transit ou une terre d'asile. Cependant, en général, les Vénézuéliens arrivés dans le pays ont tendance à demander la résidence permanente, principalement dans les zones urbaines. Cette population se caractérise par une population active, dont les niveaux de scolarité sont élevés et dont les emplois se situent dans l'économie formelle.

Mots-clefs : migration forcée, réfugiés, demandeurs d'asile, politique d'immigration

Este artigo analisa migração forçada, refugiados e solicitantes de asilo da Venezuela - Para isso, foram consideradas as informações estatísticas fornecidas pela Comissão Nacional de Assistência a Refugiados (COMAR), a Pesquisa Intercensal de 2015 foi analisada e foram realizadas entrevistas com migrantes, refugiados e requerentes de asilo de venezuelanos. Assim, os resultados mostram que essa migração aumentou nos últimos anos em conjunto com outros países da América Latina que buscaram como país de trânsito ou asilo no México; No entanto, em geral, os venezuelanos que chegaram ao país tendem a procurar residência permanente, principalmente em locais urbanos. Essa população é caracterizada por ser uma população em idade produtiva, com altos níveis de escolaridade e com empregos na economia formal.

Palabras clave: migração forçada, refugiados, requerentes de asilo, política de imigração

This article analyzes forced migration, refugees and asylum seekers from Venezuela - For this, statistical information provided by Comisión Nacional de Ayuda a Refugiados (COMAR) was considered, the Intercensal Survey of 2015 was analyzed and interviews were conducted with migrants, refugees and asylum seekers from Venezuela. It is based on the hypothesis that this migration has had a significant increase reaching Venezuelan communities that have permanently resided in Mexico, as a result of the political crisis in their country. Likewise, they tend to be located in urban places, and are characterized by being a young population, with high levels of schooling and work mainly in the informal sector given their migratory conditions.

Thus, the results show that this migration has increased in recent years in conjunction with other Latin American countries that have sought as a transit or asylum country to Mexico. However, in general, Venezuelans who have arrived in the country tend to seek permanent residence, mainly in urban places. This population is characterized by being a young population, with high levels of schooling and with jobs in the formal economy.

Keywords: forced migration, refugees, asylum seekers, immigration policy

Introducción

La migración es un fenómeno que ha estado intrínseco en la vida de todo ser humano; actualmente, sin embargo, los procesos migratorios y de movibilidades de las sociedades contemporáneas se han complejizado y las fronteras político administrativas de los estados nación se han endurecido. En nuestros días las crisis económicas y políticas han generado el exilio de importantes grupos de personas que migran de un país a otro con el fin de garantizar la vida. Hoy podemos observar cómo las personas se atrincheran en las fronteras de los países desarrollados o de tránsito solicitando asilo, refugio o bien, enfrentándose a las guardias fronterizas para garantizar su paso. Ante este contexto, en este documento, se analiza la migración de venezolanos en México, como un país que no poseía la característica de ser atractivo para este tipo de flujos, pero que en la actualidad ha presentado esta migración con mayor frecuencia.

Venezuela es un país ubicado en la costa norte de Sudamérica; se caracteriza por ser un país con mayores reservas petroleras de crudo en el mundo. En los últimos años ha presentado profundas crisis con implicaciones locales, internacionales e intercontinentales; esta crisis se desarrolla en una situación de constante desabasto alimentario y de medicamentos, una hiperinflación que ha afectado a todos los sectores poblacionales y que sin duda alguna ha provocado la salida de alrededor de 4 millones de venezolanos, según cifras de la ONU (BBC, 2019).

De ahí que a nivel mundial sea Venezuela el cuarto país en demandar asilo, ubicado después de Siria, Irak y Afganistán. Además, que la población extranjera que migro en el pasado procedente de España, Italia, Portugal, etc., actualmente mantiene una migración de retorno a sus países de origen para evitar las problemáticas que enfrenta el país. El mayor afluente de población migrante se traslada a Colombia, Perú, Chile y Ecuador. En la actualidad, se habla de una crisis intercontinental con afectaciones políticas y geopolíticas de gran envergadura, lo anterior consecuencia del gobierno de Nicolás Maduro Moros y la auto proclamación de Juan Gerardo Antonio Guaido Márquez, que agudizó la migración de venezolanos hacia el exterior.

Eduardo Stein representante especial de la Agencia de la ONU para refugiados (ACNUR) ha señalado que si la situación no cambia para Venezuela, superaría a Siria como el mayor país de migrantes forzados en años futuros; él solo denota dos diferencias importantes, la gente está saliendo de un país que no está en guerra y de un país que tiene las reservas de petróleo más grandes del mundo (*El país*, 2019).

El continuo éxodo masivo de venezolanos ha obligado a éstos a buscar otros destinos cada vez más lejos, tal es el caso de México. Para el año 2017, los venezolanos se situaban en México con el primer lugar en la recepción de Tarjetas de Residente Permanente (TRP), muy por encima de todos los países de Sudamérica tales como Honduras y El salvador, principalmente. Lo mismo sucedía con la emisión de Tarjetas de Visitantes por Razones Humanitarias (TVRH), esto de acuerdo a la información obtenida de la Unidad de Política Migratoria de la Secretaría de Gobernación. A su vez, el Instituto Nacional de Migración señalaba el incremento al rechazo a viajeros venezolanos en los puntos de internación al país, una situación que atribuye a inconsistencias durante sus entrevistas, particularmente en los filtros de los aeropuertos (Milenio, 2017).

Ante esta situación, proponemos identificar y analizar el comportamiento y sus implicaciones de la migración venezolana en México. El supuesto que guiará este estudio es que los migrantes venezolanos tienden a ubicarse en lugares urbanos y se caracterizan por ser una población joven, con altos niveles de escolaridad y

laborando en el sector formal principalmente, dadas sus condiciones legales en el país.

En la primera sección se revisan los aportes teóricos en cuanto a la migración forzada; posteriormente se describen brevemente sus niveles y tendencias a través de la información estadística de su comportamiento a nivel mundial y en México; consecuentemente, se expone el perfil sociodemográfico de los migrantes venezolanos en este país. Finalmente, se analiza a través de las entrevistas el comportamiento migratorio; se identifican patrones en lo individual y/o familiar.

Metodología y fuente de datos

Para este documento se realizó un estudio descriptivo, usándose datos proporcionados por la Encuesta Intercensal 2015 del Instituto Nacional de Estadística (INEGI); el diseño muestral de ésta permitió obtener una representatividad a nivel nacional. Entre otra información, se dispuso de la pregunta lugar de residencia hace 5 años y lugar de nacimiento, permitiendo que la información obtenida fuera lo más precisa posible; la base de datos analizada contiene información acerca de las características sociodemográficas como el sexo, la edad, la escolaridad, el estado conyugal considerando que con esta información se realiza un análisis socio-demográfico.

En el análisis cualitativo se hicieron entrevistas a 15 migrantes venezolanos que llegaron a Hidalgo - Pachuca en los últimos 5 años en el documento se integra la información de las 8 entrevistas más representativas. Se aplicó la técnica de bola de nieve y el criterio de saturación; lo anterior, en virtud de conocer a fondo el porqué de su migración, así como las causas que la originaron además de saber las características laborales de esta población residente en México.

Migración forzada, refugiados y solicitantes de asilo

La migración es un elemento de importancia en toda sociedad; en ella influyen aspectos sociales y políticos, y en situaciones de vulnerabilidad las personas deciden migrar. Para ello, intervienen principalmente la motivación para decidir migrar y las motivaciones que poseen los estados para afrontarla con consecuencias sociales, políticas y culturales.

La migración es entendida como un desplazamiento de individuos provocado por un cambio de residencia habitual (Pressat, 2000). Es un fenómeno de carácter social, determinado por la estructura social, cultural y económica de una región o país, además de ser un hecho trascendente en la vida de las personas y de las sociedades. Puede ser de dos tipos: interna e internacional; en la primera haciendo referencia cuando existe un traslado de residencia entre divisiones administrativas de un país, la segunda cuando se cambia de residencia de un país a otro (Welti, 1997). Sin embargo, también se dan movimientos de población a raíz de crisis humanitarias, los cuales tienen implicaciones que afectan parcialmente a otras cuestiones como el control de la inmigración y los intereses nacionales, los derechos humanos, los principios humanitarios y de desarrollo, así como los marcos para la protección internacional y la cooperación.

Las migraciones, de acuerdo a la motivación del migrante pueden ser: deseadas o indeseadas - estas últimas corresponden a las migraciones forzadas. Si bien las deseadas responden a políticas que puedan incentivar este tipo de movimientos, atendiendo a intereses demográficos y económicos, las migraciones indeseadas son motivadas por causas políticas y/o con ocasión de conflicto armado. La Asociación internacional para el Estudio de la Migración Forzada, la define como los

movimientos de refugiados y de personas internamente desplazadas (aquellos desplazados por conflictos), así como las personas por desastres naturales, químicos, nucleares o proyectos de desarrollo (Gzesh, 2008).

La migración es forzada, porque no responde a la voluntad de las personas, sino a las transformaciones estructurales. Deviene de una necesidad para sobrevivir, no es una estrategia consciente. Desde el punto de vista de los organismos internacionales según (Márquez, 2012) la migración forzada es entendida como la movilidad humana ocasionada por anomalías o conflictos ajenos a la dinámica de acumulación de capital; por ejemplo la generada por conflictos políticos, étnicos, religiosos o comunitarios, por guerras, guerrillas y narcotráfico; también por la irrupción de catástrofes naturales como huracanes, ciclones, tsunamis, inundaciones, sequías, etcétera; y finalmente por el desplazamiento ocasionado por la realización de grandes obras de infraestructura, como fraccionamientos, presas, etcétera. Asimismo, también señala que la migración forzada se origina por las dinámicas de acumulación del sistema capitalista, del desarrollo desigual y el modelo neoliberal.

El nuevo rostro de la movilidad humana es la migración forzada considerada como el desplazamiento de personas que son literalmente expulsadas de sus territorios y que buscan acceder a medios de subsistencia y oportunidades de movilidad social, en su propio país o fuera de él, o bien personas que no encuentran condiciones de empleo acordes a su capacidad y formación en sus lugares de origen, aunado a ello se suma una creciente criminalización de los migrantes, quienes están expuestos a condiciones de alta vulnerabilidad, exclusión social y explotación extrema (Delgado Wise, 2016).

La migración forzada tiene orígenes históricos, estructurales, políticos e institucionales que influyen directamente en la dinámica de las migraciones, sus causas y trayectorias, así como el papel que ejercen los migrantes en el capitalismo contemporáneo (Márquez, 2012). Por tanto, considerando el desarrollo desigual, los derechos humanos, la institucionalidad y el mercado laboral, Delgado Wise & Márquez (2007) y Gzesh (2008), identifican las siguientes categorías de migración forzada:

- 1) *Migración por violencia, conflictos y catástrofes*. Esta categoría señala que es una migración originada por conflictos sociales, políticos y comunitarios.
- 2) *Migración por despojo, exclusión y desempleo*. Se caracteriza por la vulnerabilidad y explotación extremas de la población.
- 3) *Tráfico y trata de personas*. Está asociada a coerción, rapto o engaño; se incluyen aquí la trata de personas para fines de explotación sexual o laboral y las adopciones ilícitas.
- 4) *Migración por sobre calificación y falta de oportunidades*. Considera a la población altamente calificada llámese científicos, tecnólogos, académicos, artistas y técnicos, los cuales en su país de origen no encuentran cabida en el mercado laboral.
- 5) *Migración de retorno ante la crisis* (deportaciones).

A partir de esta clasificación se genera una subclasificación considerando el status legal del migrante, el cual en su caso puede ser refugiado cuando al cruzar la frontera nacional recibe asilo por un segundo Estado. Desplazados forzados, aquellos que no han cruzado la frontera, y sin estatus legal, en la que el desplazado, habiendo cruzado la frontera, no obtiene asilo por parte del Estado que lo recibe, el cual se

limita a brindarle una protección temporal en virtud de un principio internacional de no devolución (Posada, 2009)².

Los términos de refugiados y migrantes se diferencian entre sí. Los primeros son protegidos por el derecho internacional; ellos están fuera de su país, ya sea por temor de persecución, conflicto, violencia, de tal manera que su situación es tan peligrosa y delicada en sus países que, por ello, tienen que cruzar la frontera para buscar seguridad en otros países y ser reconocidos como refugiados. Para ellos es impensable volver a sus lugares de origen ya que carecen de protección y, por consiguiente, son acreedores a protecciones específicas (por ejemplo, la protección contra la devolución y la despenalización del cruce de fronteras sin autorización con el fin de buscar seguridad) en virtud del derecho internacional.

Por su parte los migrantes se entienden como aquellas personas que realizan un proceso voluntario en busca de mejores oportunidades de vida, trabajo o, en algunos casos por educación, reunión familiar u otras razones, dificultades que se derivan de desastres naturales, hambruna o pobreza extrema; es decir tiende a ser multifacética esta decisión. Sin embargo, conforme al derecho internacional estas personas no son consideradas refugiadas (ACNUR, 2019).

Etapas de la migración venezolana

Existen 2 etapas dentro de la migración venezolana; la primera conocida como de Migración con fines de poblamiento (1830- 1963) y la segunda por razones económicas y políticas, migración laboral calificada, y migración de retorno (1964 a la fecha) (Alvarez de Flores, 2007).

En la primera etapa bajo la presidencia de José Antonio Páez se erigieron las normas migratorias y de colonización que permitieron la inmigración, considerando la amplitud territorial y la pequeña población con la que se contaba en aquel momento. Sin embargo, en inicios fue nula la captación de migrantes. Es solo hasta los años 20 cuando, con las exploraciones petroleras, se impulsó la migración externa.

Posteriormente, llegada la segunda guerra mundial, en el período de 1945 a 1948, la inmigración nuevamente declinó, estando en la presidencia Isaías Medina, generándose un proceso selectivo de migrantes lo cual disminuyó drásticamente la entrada de éstos al país. Más adelante, en los años de 1949-1958, propiamente en la dictadura del General Marcos Pérez Jiménez, se minimizaron los requisitos para ingresar a Venezuela, considerándose una política de puertas abiertas, lo que permitió una migración espontánea de una gran cantidad de personas, pero una vez derrocado Pérez Jiménez (1958- 1963), se concluyó con este tipo de políticas, con una nueva medida que consistía en no otorgar permisos a los inmigrantes que querían radicar en el país, excepto conyugues e hijos, propiciando un declive registrado en el año de 1963 (Alvarez de Flores, 2007).

Por su parte la segunda etapa se ha desarrollado en tres momentos principalmente: migración por razones económicas y políticas que partieron desde 1963, calificación laboral a partir de 1970 y de retorno desde 1980 a la fecha.

En el período de 1963 a 1972, se caracterizó a Venezuela por ser un país de suma atracción de migrantes atraídos por las grandes oportunidades laborales generadas por el petróleo y con la seguridad de obtener mayores ingresos que los obtenidos en

² En 1951, la Convención para la protección de los refugiados estableció la responsabilidad de los estados receptores de proteger a las personas que habían sufrido persecución en sus países de origen.

sus países de origen. Venezuela se consideraba entre los veinte países más ricos del mundo, con una renta per cápita por encima a España, Grecia e Israel, y solo un 13 por ciento menor a la del Reino Unido. Alrededor de los años de 1973 a 1983 se acentuó la prosperidad económica y por tanto creció el flujo migratorio de la región andina relacionado con la crisis política y el asentamiento de las dictaduras militares de Chile, Argentina, Uruguay y Bolivia. Esta situación perduró hasta 1983, cuando se dio la baja de los precios del petróleo en el mercado internacional, reducción de producción petrolera y declive de la economía, hecho que repercutió en la migración internacional. Todo ello conllevó a un endeudamiento externo y una marcada disminución en la inversión y gasto del estado venezolano. En 1989, período de gobierno de Carlos Andrés Pérez, se inició un programa de ajuste para la estabilización de la moneda y de la economía, generándose una reducción del salario y desempleo y, por ende, en cuanto al comportamiento migratorio, un saldo negativo (Alvarez de Flores, 2007).

Las transformaciones venezolanas en los años ochenta se caracterizaron por la presencia de una grave crisis económica y el ascenso de gobiernos de derecha, los cuales implementaron políticas neoliberales que implicaban reducción del gasto y liberalización de los mercados. El resultado fue la ejecución de un sistema redistributivo, donde clases altas, medias y populares eran compensados. De 1980 hacia adelante, se situó la migración de retorno, consecuencia del cambio de la economía producidos por los bajos precios del petróleo, y el país por ende ya no tuvo el suficiente atractivo para la recepción de migrantes.

El 2 de febrero de 1999 se erigió como presidente de la República el comandante Hugo Chávez Frías, con un 56 por ciento de apoyo popular con la consigna de lograr la transformación productiva, social y política del país. El año 2004 se caracteriza por la declaración abierta de la dirección socialista que habría de conducir el Estado y su intención de promover el desarrollo endógeno o hacia adentro (Villegas, Acosta, & Cayaffa, 2012).

A inicios del año 2000, muchos migrantes de origen europeo que, en su tiempo, habían migrado a Venezuela a establecer sus negocios con grandes inversiones comienzan a salir del país debido a la incertidumbre establecida por el gobierno chavista yéndose a otros países como Panamá; posteriormente, en el año 2002, se da un intento de golpe de estado, lo que provoca una nueva salida de migrantes. Gente con buena situación económica migró a Estados Unidos, Europa, algunos Panamá, donde desarrollaron importantes centros comerciales.

Venezuela en el contexto internacional ha sido el de un país petrolero con varios intentos de autonomía, desarrollados a partir de la comercialización y los precios del petróleo. En los últimos años, se caracterizó por presentar profundas crisis con implicaciones locales, internacionales e intercontinentales donde países como Estados Unidos, Rusia, China y la Unión Europea han desempeñado un papel importante en cuestiones de política internacional, en respuesta al colapso social y económico en el cual se encuentra inmerso. El deterioro que ha sufrido el país se ha manifestado de forma multifacética que, como se ha señalado, conlleva la emigración masiva y ha propiciado una crisis regional.

Ante la complicación de la situación económica comenzó a salir también la clase alta y media alta, gente profesional, que a pesar que tenía trabajo comenzaron a ver el difícil panorama económico, migraron a Estados Unidos principalmente a Miami. Algunos en esa época llegaron México, pero realmente no fue un destino donde se quisieran venir sino eventualmente existía algún contacto en México, ya fuera que tuvieran

familia o alguna oferta de trabajo. De ahí que el perfil del migrante venezolano sea una persona altamente calificada y con un nivel socioeconómico alto³.

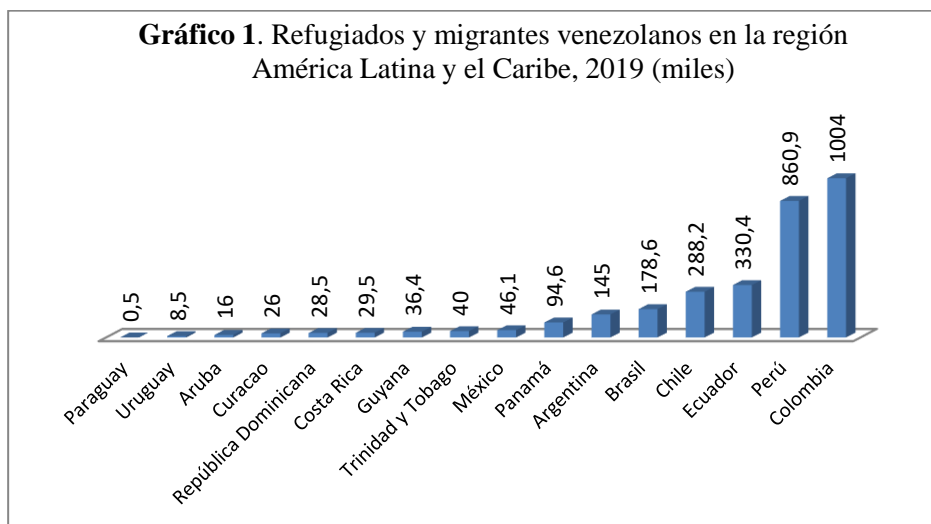
En la actualidad se habla de una crisis intercontinental con afectaciones políticas y geopolíticas de gran envergadura, lo anterior consecuencia del gobierno de Nicolás Maduro Moros y la auto proclamación de Juan Gerardo Antonio Guaido Márquez como presidente encargado (Corrales, 2017). Es entonces cuando comienza la salida de migrantes de clase media, más luchadora, pero que sin embargo tiene la capacidad económica de tener para costear el viaje a México; migrantes que pueden pagar un pasaje de avión y traer algo de dinero para sobrevivir. Finalmente, está la gente que más ha resistido el sistema, que teniendo o no recursos está saliendo del país, ya sea a pie o por avión, a otros países.

El proceso migratorio de Venezuela ha sufrido grandes cambios pasando de un país receptor en el siglo XX a uno expulsor, caracterizado por migrantes con altos niveles de calificación, jóvenes, profesionales, empresarios e incluso, el retorno de aquellos que alguna vez migraron a ese país con la intención de desarrollar sus planes de vida

La migración venezolana en el mundo

La migración es un tema prioritario en la agenda internacional. 1 de cada 7 habitantes en el mundo habita en un lugar diferente al que nació. Se estima que, de una población de alrededor de 31 millones de venezolanos, 4.3 residen en el extranjero; en esta cifra se consideran refugiados y solicitantes de asilo reportados por los gobiernos anfitriones, dentro de éstos, 3.5 millones de ellos residen en Latino América y el Caribe (ACNUR, 2019).

Además, cada día que pasa ante la inminente situación que permea en ese país, siguen saliendo migrantes ya sea por tierra o en algunos casos por mar, arriesgando su integridad física. En los últimos años se han ido multiplicando las salidas tanto a países con frontera con Venezuela como a aquellos que no la tienen, una migración a gran escala misma que nunca antes se había visto entrando a sus fronteras. Como respuesta a estos hechos, el gobierno colombiano encrudeció sus políticas migratorias para el mejor control de la migración (Ver gráfico 1).



³ Entrevista a José Gutiérrez, con la autora, 9 de septiembre de 2019, en Pachuca de Soto, Hidalgo

Fuente: Elaboración propia con información de la Plataforma de Coordinación para refugiados y migrantes de Venezuela (R4V, 2019)
<https://r4v.info/es/documents/download/71291>

Además, se ha presentado un repunte en el número de migrantes y solicitantes de asilo; Colombia un país que no conocía la experiencia de inmigración masiva ha sido el que mayor impacto ha tenido por compartir su frontera con Venezuela. En este país residían alrededor de 1.4 millones de refugiados y migrantes, una situación que a través del tiempo sigue acrecentándose.

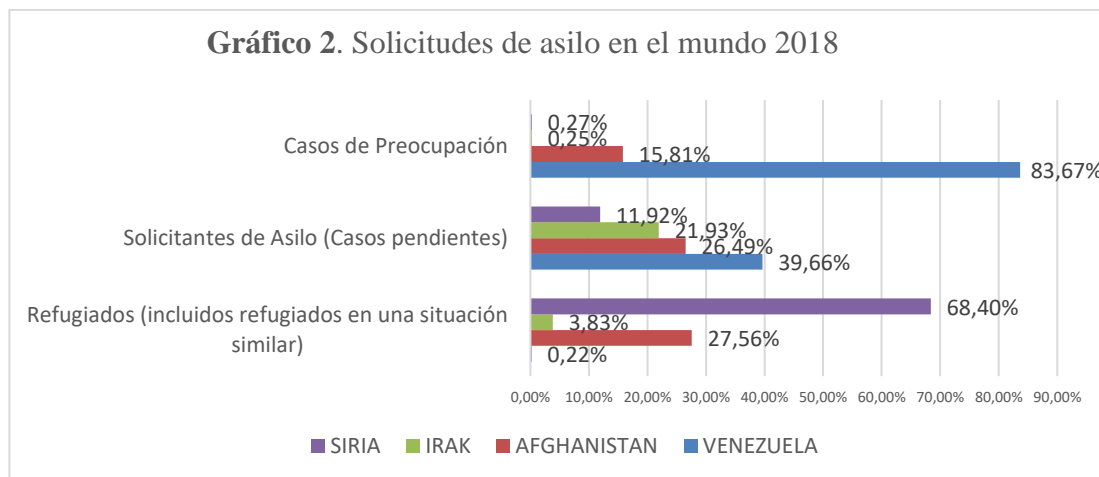
Prueba de ello es que, en el año 2010, aproximadamente 100,000 extranjeros de diferentes nacionalidades residían en Colombia; ya, para el año 2019, los datos fueron distintos residiendo alrededor de 676,000. Así mismo, esta situación también se vio reflejada en otros países como Perú con 860 mil, Ecuador con 330 mil, Chile con 288 mil, Brasil con 178 mil, Panamá con 94 mil, México 46 mil y los países de Caribe como Trinidad y Tobago con 40 mil refugiados y migrantes venezolanos (R4V, 2019). Ante el constante deterioro del clima político, sigue incrementándose el número de venezolanos que solicitan asilo, principalmente en los países vecinos

En el contexto actual que vive Venezuela, sus migrantes han incrementado las solicitudes de asilo e inclusive se ha visto la necesidad de mantener estas solicitudes en carácter civil y humanitario, dadas las condiciones que prevalecen. En el gráfico 2, se muestran las solicitudes de asilo en el mundo en el año 2018, en donde el papel de Venezuela es importante ya que alrededor de 83.7 por ciento de sus migrantes son personas que han salido del país, pero no se ubican dentro del grupo de refugiados ni solicitantes de asilo, de ahí que estén en la categoría “casos de preocupación”.

Por su parte, países como Siria con 68.4 por ciento y Afganistán con 27.6 por ciento encabezan los refugiados en el mundo; se observa una presencia mínima de migrantes venezolanos 0.2 por ciento. Estos migrantes fueron reconocidos considerando la Convención del año 1951 que refiere al Estatuto de Refugiados, la Convención de la Organización de la Unidad Africana (OUA) de 1969 que rige los lineamientos de los problemas de refugiados en África⁴.

Finalmente, en la categoría de solicitantes de asilo en el mundo, Venezuela encabeza la lista con el 39.6 por ciento de solicitudes, seguida de Afganistán con 26.5 por ciento e Irak 21.9 por ciento. Estos migrantes son aquellos que han buscado la protección internacional; sin embargo, aún sus solicitudes no se han determinado, independientemente de cuándo hayan sido presentadas.

⁴ Individuos a quienes se les otorgan formas complementarias de protección, o aquellos que disfrutaban de protección temporal. Desde 2007, la población de refugiados también incluye personas en una situación similar a la de los refugiados.



Fuente: Elaboración propia con datos de la UNHCR *Population Statistics Reference Database*

Los migrantes venezolanos en México

En el cuadro 1 se observa el comparativo de solicitantes de asilo en México según nacionalidad, donde en los años de 2018 y 2019, Honduras es el país con mayor número de solicitudes 46 por ciento; es decir, casi la mitad de estos trámites pertenecen a este grupo poblacional. Asimismo, Venezuela no deja de ser importante debido a que, en el año 2018, ocupaba el segundo sitio con 1 de cada 5 solicitudes. Sin embargo, ya para el año 2019 cambió la situación, ubicándose en la cuarta posición. Lo anterior pudiera ser en respuesta a la rigidez de las políticas migratorias establecidas por los presidentes de Estados Unidos Donald Trump y de México Andrés Manuel López Obrador.

Cuadro 1. Solicitantes de asilo en México según nacionalidad (2018-2019)

	2018		2019	
Honduras	13674	46%	Honduras	23064 48%
Venezuela	6326	21%	El Salvador	6671 14%
El Salvador	6193	21%	Cuba	5371 11%
Guatemala	1349	5%	Venezuela	4882 10%
Nicaragua	1271	4%	Haití	2876 6%
Cuba	218	1%	Guatemala	2361 5%
Colombia	210	1%	Nicaragua	1722 4%
Haití	76	0%	Otros países	492 1%
Estados Unidos	35	0%	Colombia	336 1%
Ghana	20	0%	Brasil	290 1%

Otros países	259	1%	Chile	189	0%
Total	29631	100%	Total	48254	100%

Fuente: elaboración propia con datos de la *Comisión Mexicana de Ayuda a Refugiados (COMAR)*, 2019

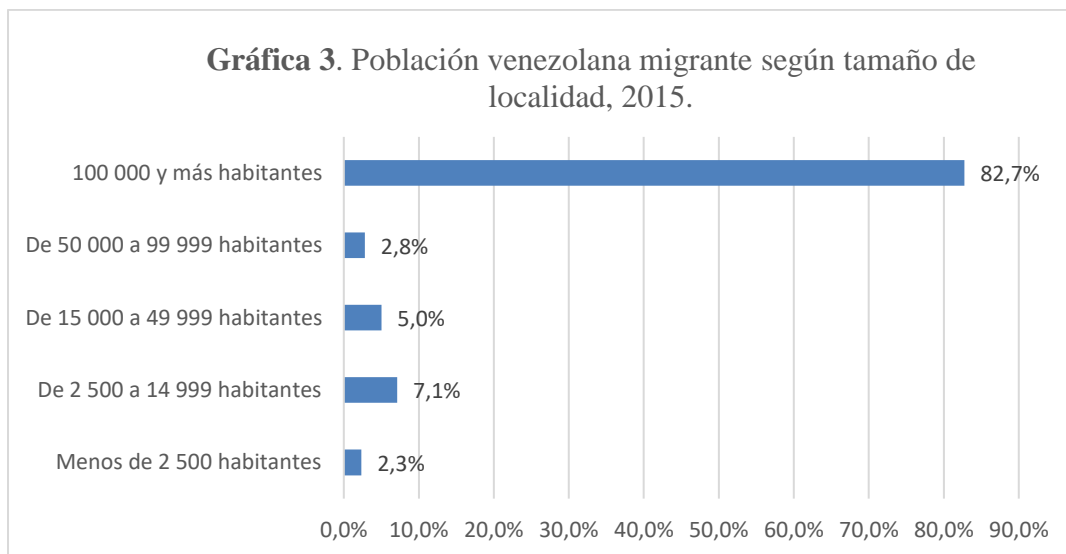
Aun así, con estas cifras se observa una baja tasa de reconocimiento como refugiados, aunque existe un incremento importante en las solicitudes de asilo, lo que va de la mano a los rechazos; situación preocupante y señalada por diversos actores sociales acerca de la discrecionalidad con la que el estado otorga protecciones, lo cual se muestra en una baja proporción de solicitudes resueltas favorablemente. Aunado a ello, los migrantes al solicitar asilo deben seguir ciertos trámites los cuales resultan ser demasiado complicados para ellos y, en su caso, no cuentan con la orientación adecuada de las diversas instancias lo que conlleva a declinar esta solicitud o en su caso a ser rechazados.

Características Socio demográficas de la población venezolana en México.

La población migrante venezolana en México escapa de todo patrón conocido en el ámbito migratorio - lo anterior debido a las características con las que cuenta esta migración en cuanto grupos de edades, sexo, escolaridad, situación laboral, nivel de ingresos, entre otros. La Encuesta Intercensal 2015, mostró que los estados donde se concentran los migrantes venezolanos son la Ciudad de México con el 28.4 por ciento, Tabasco el 11.8 por ciento, Nuevo León 9.6 por ciento, y Jalisco 9.6 por ciento, que en su conjunto registraron el 59.4 por ciento; es decir 3 de cada 5 migrantes residen estos lugares, mientras que el restante 30.6 por ciento está distribuido en las demás entidades del país.

Asimismo, de acuerdo a los datos del gráfico 3, se puede identificar que esta población se ubica principalmente en las grandes ciudades 82.7% y de tamaño medio 7.8% lo que hace a este tipo de migración de carácter más urbano. Los migrantes están prefiriendo movilizarse a las ciudades más que al campo, considerando que ahí encontrarán mejores oportunidades para vivir y desarrollarse. Sin embargo, esto también es un reto importante en términos de políticas públicas, ya que esto involucra el que tengan acceso a vivienda, alimentación, educación, salud entre otros.

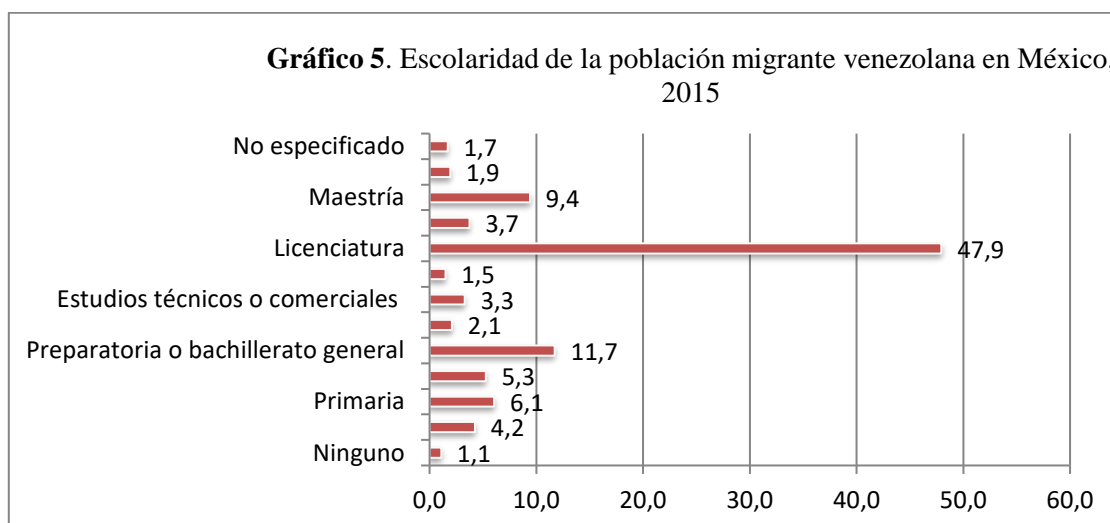
El Comisionado de las Naciones Unidas para los Refugiados (ACNUR), señala que los refugiados urbanos son un fenómeno creciente, y que las ciudades del mundo han sido objeto de la afluencia de personas que migran por situaciones de conflicto tal es el caso de Siria, Myanmar, Sudán entre otros países; en ese sentido América Latina no es la excepción debido a que en sus ciudades también se ha hecho frente a la migración masiva, observándose una preferencia a migrar a las ciudades antes que a los campos, consecuencia de la posibilidad de mejores oportunidades de vida; es por ello que se reconoce esta migración cada vez más intensa a las ciudades; sin embargo, pese a esta gran aglomeración migratoria se ofrecen pocas recomendaciones para ayudar a las ciudades a prestarles servicio de vivienda, alimentos, educación y capacitación constituyendo un gran reto para los gobiernos (Nmas1, 2018).



Fuente: Elaboración propia con datos de la Encuesta Intercensal, 2015

Los migrantes venezolanos, de acuerdo a datos proporcionados por la Encuesta Intercensal (INEGI, 2015), observan una estructura etaria caracterizada por la concentración de población, en edades potencialmente activas, tanto para hombres como para mujeres. Esto confirma lo expuesto por la *Organización Internacional del Trabajo* quien señala que los jóvenes migrantes internacionales corresponden aproximadamente a adultos jóvenes (entre 25 y 64 años de edad) representando alrededor del 87 por ciento de los trabajadores migrantes, considerado como uno de los grupos sociales con mayor movilidad. Además de que esta población de jóvenes adultos en edad de trabajar constituye para el país de origen la pérdida de un potencial productivo, lo que podría ser negativo en su crecimiento económico. (OIT, 2019)

Por otro lado, se destaca una progresiva participación de las mujeres en los flujos migratorios, situación que coincide con la tendencia a nivel global. El porcentaje de éstas fue de alrededor de 41.4 por ciento en edades de 15 a 49 años, siendo muy marcada la presencia femenina entre estos grupos de edades, con respecto a los hombres que fue de 30.5 por ciento. Los datos muestran una edad media de 33.4 años; es decir una población joven adulta en edades productivas.



Fuente: Elaboración propia con datos de la Encuesta Intercensal, 2015

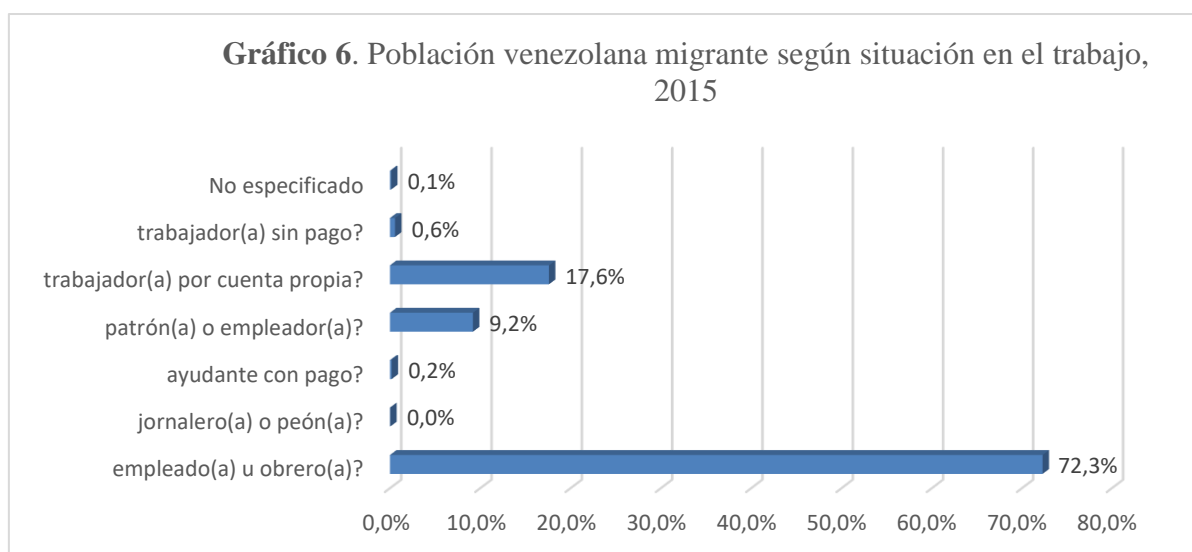
La población migrante venezolana tiene una escolaridad media de 15 años y mediana de 16, lo que implica un nivel educativo alto. Lo que se puede observar con la información de los datos donde aproximadamente el 47.9 por ciento cuenta con licenciatura, 9.4 por ciento con nivel maestría que, en conjunto, suman el 57.3 de esta población; es decir, 6 de cada 10 migrantes tiene esta escolaridad, mientras que el porcentaje con educación bachillerato tecnológico y general suman 13.8 por ciento principalmente (ver gráfico 5). Lo anterior coincide con lo expuesto por la agencia de la ONU para los refugiados, donde señala que las personas con un nivel educativo más alto son propensas a migrar (ACNUR, 2019).

Sobre la situación conyugal, la mayoría se encuentran unidos 46 por ciento, seguido de los solteros con 28 por ciento; aquellos con el porcentaje más bajo son viudos y separados con 1 y 2 por ciento respectivamente (ver gráfico 6). Podría pensarse en una migración de familias completas o en su caso jefes (as) de hogar que están saliendo en busca de oportunidades a otros países. El *Registro Internacional de venezolanos en el Exterior* (RIVE) ha señalado que alrededor del 40 por ciento de los migrantes son cabeza de hogar ya sean hombres o mujeres (*El tiempo*, 2018).

Una vez analizadas las características sociodemográficas de la población venezolana en México. Se llega al siguiente cuestionamiento ¿cuál es su situación en el trabajo y cuál es su ocupación principal? De manera que, alrededor del 37.5 por ciento es empleado u obrero, 4.8 por ciento patrón o empleador y 9.1 por ciento son trabajadores por cuenta propia, considerando las ocupaciones principales.

Con respecto a la condición de actividad los migrantes que pertenecen a la población económicamente activa (PEA), fueron alrededor del 58 por ciento; la Población económicamente inactiva PEI de 38.4 por ciento, los desempleados 3.1 por ciento y no especificado 0.5 por ciento. Lo que infiere que de la población registrada en la Encuesta Intercensal, poco más de la mitad estaba en edad de trabajar y desarrollaba actividades económicas.

Asimismo, dentro del sector de la economía se incorporan al mercado de trabajo en el sector secundario y terciario principalmente. Se observa también que, de acuerdo a la variable situación en el trabajo de la población trabajadora, el 72.3 por ciento era empleado u obrero, el 17.6 por ciento trabajador por cuenta propia y 9.2 por ciento patrón o empleador principalmente (ver gráfico 6).



Fuente: elaboración propia con base en datos de la Encuesta Intercensal, 2015 (INEGI, 2015)

En relación con la ocupación de los venezolanos en México, se observan las siguientes ocupaciones principales donde se desempeñan como profesionistas y técnicos o como comerciantes, empleados y agentes de ventas, etc. Y, en conjunto, conforman el 48 por ciento de las ocupaciones como se puede apreciar en el gráfico 7.



Fuente: elaboración propia con base en datos de la Encuesta Intercensal, 2015 (INEGI, 2015)

Asimismo, la población migrante venezolana trabajadora se caracteriza por poseer prestaciones laborales tales como aguinaldo 73.5 por ciento, vacaciones 73.9 por ciento, licencia por incapacidad 67.1 por ciento, sistema de ahorro para el retiro (SAR O AFORE) 61.9 por ciento y acceso al crédito para la vivienda 60 por ciento. Lo cual permite inferir que este tipo de migración se está colocando laboralmente con un perfil del sector formal de la economía. En cuanto los ingresos percibidos por su trabajo, se sitúan de acuerdo a la media de \$22822, muy por encima del promedio nacional de \$13898.

Los actores de la migración venezolana en México

En los apartados anteriores se hizo un análisis del perfil sociodemográfico de la población venezolana en México, para lo cual se revisaron los datos correspondientes a la Encuesta Intercensal 2015. Sin embargo, es importante resaltar la identidad y rol de los actores, desde cómo han vivido su experiencia migratoria.

La población venezolana proviene de distintos estados; lo importante para ellos es salir buscando mejores expectativas de vida. Lo anterior debido a la situación por la que está atravesando su país los planos político, económico y social.

Somos originarios de Maracay tu sabe en la región central de Venezuela, mi familia y yo llegamos en enero del 2017, ya no se aguanta, eso que tu tiene que saber que la situación allá es muy complicada, hay una hiperinflación y la economía esta dolarizada, aunque no se reconozca⁵.

Salimos por el norte de San Cristóbal pasamos por Cúcuta que tu sabe estos pueblitos cercanos a la frontera de Colombia y

5 Entrevista a Carmen. Briceño, con la autora, 6 de diciembre de 2019, en Pachuca de Soto Hidalgo.

Venezuela era más fácil salir por ahí caminando, desapercibidos, pero ya nada es seguro allá con miedo a que nos quitaran nuestras cosas⁶.

Los testimonios recogidos apuntan a que la migración venezolana es un fenómeno desarrollado en un contexto de huida de la situación política que vive el país, mismo que se ha agravado con el tiempo, lo que ha conllevado a una migración forzada.

Llegamos hace año y medio nos venimos porque ya no se podía vivir allá, era todo tu sabe no había comida, no había medicamentos, medicinas, y que te digo la seguridad era muy mala teníamos mucho miedo, el gobierno daba miedo; sus relaciones con otros países, mmm que Rusia que Estados Unidos, todo un cuento⁷.

Todos queremos salir, no hay comida, medicamentos, te enfermas una fiebre y no tienes acceso. Hay muchos cortes de energía no invirtieron en la infraestructura todo se lo robaron y ahora imagina mi ciudad con una temperatura de 42 grados centígrados con una sensación térmica de 50⁸.

Yo hubiera aguantado un poquito más no, porque bueno finalmente estas tu solo o somos dos adultos, sin hijos no nos hubiéramos venido, tu aguantas la pela, sigues aguantando la pela, las colas de diez horas para comprar comida, la fila de dos días para echar gasolina tu todo eso lo aguantas porque de otra manera dices me quiero quedar aquí y aguantar hasta lo último, pero cuando tienes hijos la cosa es más complicada, porque ya no eres tú solamente ya también son los niños, y nosotros veníamos aguantando la pela⁹.

México se sitúa como uno de los destinos de los migrantes venezolanos, sin embargo, no es de los principales receptores sino más bien las personas que migran a este país son aquellas que tienen la posibilidad económica y relaciones con otras personas que las apoyan en su salida. Esta migración debe de tener ayuda de alguien o ahorros pues no es como el migrante que llega a Colombia u Ecuador que pueden irse en autobús o a pie. Se destaca la importancia las redes sociales como una de las vías clave para que los migrantes venezolanos estén llegando a México, ya que éstas facilitan el arribo y permanencia de estos.

Entonces el perfil de la gente que viene para acá esa gente que todavía puede pagar un pasaje de avión, porque no hay manera de venirse de Venezuela a México que no sea en avión¹⁰.

Nosotros llegamos directo a Pachuca, nos apoyó la organización de ministerios para poder llegar aquí. Es que te

6 Entrevista a Mauricio Machuca, con la autora, 10 de diciembre de 2019 en Pachuca de Soto Hidalgo.

7 Entrevista a José Gutiérrez, con la autora, 9 de septiembre de 2019 en Pachuca de Soto Hidalgo.

8 Entrevista a Israel. Rodríguez, con la autora, 30 de octubre de 2019, en Pachuca de Soto Hidalgo.

9 Entrevista Oriana. Rodríguez, con la autora, 23 de septiembre de 2019, en Pachuca de Soto Hidalgo.

10 Entrevista a José Gutiérrez, con la autora, 9 de septiembre de 2019, en Pachuca de Soto Hidalgo.

cuento tu mira que yo soy pastor y ya había venido acá varias veces¹¹.

Llegamos el 22 de octubre del 2017, ya dos años, llegamos directamente a Pachuca, porque ya conocíamos Pachuca porque habíamos venido siempre de vacaciones, siempre veníamos los diciembres¹².

La Ley de migración en su artículo 52, señala que los extranjeros podrán permanecer en el territorio nacional en las condiciones de estancia de visitante, residente temporal y residente permanente, siempre que cumplan con los requisitos establecidos en esta Ley, su Reglamento y demás disposiciones jurídicas aplicables, por lo cual los extranjeros deberán realizar y cumplir los requisitos para obtener una estadía en México.

Traíamos pasaportes de turistas venía toda la familia, ya habíamos viajado; es diferente cuando llevas sellos a aquel que por primera vez sale; ése lo tienen más vigilado, a nosotros nos dieron 180 días y en ese tiempo tramitamos nuestra residencia¹³.

Mira que cuando yo llegué mi organización religiosa me ayudó y me envió a Estados Unidos a la embajada mexicana a solicitar mi visa de trabajo y ya acá pues la tengo además que soy ya residente temporal con mi familia¹⁴.

De principio pensábamos estábamos vigilados, que llegaría inmigración y nos sacaría del país, pero luego vimos que en realidad las cosas eran diferentes, y no teníamos que escondernos de nada pues traíamos visa de turista¹⁵.

Además, la mayoría de venezolanos no tiene la intención de trasladarse a Estados Unidos u otro país, pues ellos consideran como una buena opción establecerse en este país latinoamericano, en espera de, en algún momento, regresar a su país.

En cuanto a la condición legal de los migrantes, la mayor parte decide realizar su trámite de residente temporal o permanente, lo cual responde en realidad a la cuestión de que el tener una condición de refugiado implica el no poder regresar a su país. Generalmente, los migrantes han dejado su patrimonio y familia, por ello esperan en algún momento poder volver a su país. Aun así, en México las solicitudes de refugiados se han incrementado en los últimos años.

Los migrantes venezolanos se han caracterizado por poseer un alto nivel educativo es decir por encima de la educación media superior: técnicos, licenciados, ingenieros, con especialidad, maestría o doctorado.

Yo soy ingeniero industrial y ella también mira que te cuento que además tenemos maestría, pero acá no hacemos nada

11 Entrevista a Israel. Rodríguez, con la autora, 30 de octubre de 2019, en Pachuca de Soto Hidalgo.

12 Entrevista a Oriana. Rodríguez, con la autora, 23 de septiembre de 2019 en Pachuca de Soto Hidalgo.

13 Entrevista a Oriana. Rodríguez, con la autora, 23 de septiembre de 2019 en Pachuca de Soto Hidalgo.

14 Entrevista a Israel. Rodríguez, con la autora, 30 de octubre de 2019, en Pachuca de Soto Hidalgo.

15 Entrevista a María Manzano, con la autora, 20 de diciembre de 2019, en Pachuca de Soto Hidalgo.

eso¹⁶.

Yo soy licenciado y maestro en teología y mi esposa contadora; y también preparamos arepas, patacones y empanadas acompañadas con una salsa guasaca es parecida al guacamole, pero no pica¹⁷.

Como se ha mencionado esta población migrante es altamente calificada; sin embargo, no todos pueden laborar de lo que estudiaron o trabajaban antes de migrar. Las razones son variadas, pero destacan principalmente el estatus migratorio que les restrinja la actividad económica, o en su caso dedicarse a otras actividades donde consiguen empleo y realizan actividades de comercio o servicio.

En mi país si tenía trabajo si de lo mismo en la congregación teníamos allá un espacio que cuidaba de niños, solos, huérfanos o en alguna situación se llama manos de gracia en él se atendían de 150 a 200 niños diariamente, niños con problemas de desnutrición, psicológicos o algún problema, pero mira yo acá en México tengo unos amigos pastores por ejemplo en Zempoala que hacen estas labores sociales pero tienen ayuda de otros países como Estados Unidos, y obtienen patrocinio, allá eso ya no es posible¹⁸.

Yo estudiaba ingeniería y trabajaba en Venezuela, pero la crisis me fue pa tras y tu sabe hay que buscar oportunidad en otro lado, mi hermano me ayudó pues él se vino primero, yo he dejado mi familia, pero espero pronto traerla conmigo¹⁹.

Conclusiones

La migración de venezolanos en México es un fenómeno relativamente nuevo; lo anterior se ha acentuado dada la crisis política con el gobierno de Nicolás Maduro y económica presentando alta inflación, fuga de capitales y recesiones constantes, en un escenario de enfrentamientos de opositores y partidarios del gobierno actual. Todo ello ha conllevado a serias fallas estructurales en su economía, aunada la caída del precio del petróleo que es una de las fuentes de ingreso más importante para ese país.

Inmersos en el proceso de la globalización, los movimientos de población de Venezuela a México se han establecido como recurrentes; se han acentuado con carácter de permanencia. A diferencia de otros movimientos migratorios que se realizan dentro de América Latina, que son desplazamientos de tipo laboral, para este país es un proceso en el cual, de ser un lugar receptor de migrantes ha pasado a ser un expulsor con características muy peculiares, pues su población migrante mantiene altos niveles de calificación, su estructura de edad es joven, principalmente profesionistas y bien remunerados.

16 Entrevista a José Gutiérrez, con la autora, 9 de septiembre de 2019, en Pachuca de Soto Hidalgo.

17 Entrevista a Israel. Rodríguez, con la autora, 30 de octubre de 2019, en Pachuca de Soto Hidalgo.

18 Entrevista a Israel. Rodríguez, con la autora, 30 de octubre de 2019, en Pachuca de Soto Hidalgo.

19 Entrevista a Assael. Domínguez, con la autora, 1 de noviembre de 2019, en Pachuca de Soto Hidalgo.

Se considera a la migración venezolana como una de las mayores afluentes históricamente, donde los migrantes huyen de la crisis humanitaria y económica que enfrenta su país, aunado a la pauperización, el deterioro de la seguridad ciudadana y el nivel de vida de la población. Donde la única opción es migrar buscando nuevos territorios sin importar la lejanía de estos. Es el caso de México que se turna como un destino y oportunidad de esta migración.

Referencias

- ACNUR. (12 de Septiembre de 2019). *acnur.org*. Obtenido de *acnur.org*:
<https://www.acnur.org/situacion-en-venezuela.html>
- ACNUR. (11 de Octubre de 2019). *Migración, desplazamiento y educación: Construyendo puentes no muros*. París, Francia: UNESCO. Obtenido de Informe de seguimiento de la educación en el mundo 2019:
<https://www.acnur.org/5bf4858d4.pdf>
- Alvarez de Flores, R. (2007). Evolución histórica de las migraciones en Venezuela. Breve recuento. *Aldea Mundo*, 89-93.
- BBC. (1 de Abril de 2019). *BBC NEWS*. Recuperado el 30 de Agosto de 2019, de BBC NEWS: <https://www.bbc.com/mundo/noticias-47748488>
- Canterbury, D. (2010). Repensando el debate sobre migración y desarrollo bajo el capitalismo neoliberal. *Migración y Desarrollo*, 7(15), 5-48.
- CATO Institute. (12 de Diciembre de 2016). <https://www.cato.org/blog/venezuela-enters-record-book-officially-hyperinflates>. Obtenido de <https://www.cato.org/blog/venezuela-enters-record-book-officially-hyperinflates>:
<https://www.cato.org/blog/venezuela-enters-record-book-officially-hyperinflates>
- Cienfuegos, M. (13 de Octubre de 2019).
- COMAR Comisión Mexicana de ayuda a refugiados. (agosto de 2019). *COMAR*. Obtenido de https://www.gob.mx/cms/uploads/attachment/file/493180/REPORTE_CIERRE-DE-AGOSTO-2019.pdf
- Corrales, J. (1 de Febrero de 2017). ¿Cómo explicar la crisis económica en Venezuela? *Tribuna:Revista de asuntos públicos*(14), 30-34. Recuperado el 2 de Septiembre de 2019, de <https://issuu.com/egob.uniandes/docs/tb-14>
- Delgado Wise, R. (Enero-Junio de 2016). Notas sobre la cuestión laboral y migratoria hoy : migración forzada, desarrollo desigual e imperialismo. *Revista THEOMAI*(33), 157-173.
- Delgado Wise, R. (7 de Agosto de 2019). Una perspectiva del Sur sobre migración y desarrollo: Reflexiones a partir del caso Mexicano. *Conferencia Magistral*. Pachuca de Soto, Hidalgo, México.
- Delgado Wise, R., & Márquez, H. (Segundo Semestre de 2007). The theory and practice of the dialectical relationship between development and migration. *Migración y Desarrollo*, 5-24.
- Diario Oficial de la Federación. (28 de Septiembre de 2011). Ley de Migración. México.
- El país. (26 de Noviembre de 2019). *Venezuela superaría en 2020 el fenómeno migratorio sirio*. Bogotá, Colombia: El país. Obtenido de https://elpais.com/internacional/2019/11/19/actualidad/1574128387_157435.html

El tiempo. (24 de Octubre de 2018). <https://www.eltiempo.com>. Obtenido de <https://www.eltiempo.com/mundo/venezuela/familias-divididas-otro-drama-de-la-migracion-venezolana-284884>

Gzesh, S. (2008). Una redefinición de la migración forzosa con base en los derechos humanos. *Migración y Desarrollo*, 97-126.

Huerta, M. G. (2005). El neoliberalismo y la conformación del Estado subsidiario. *Política y cultura*(24), 121-150.

INEGI. (2015). Instituto Nacional de Estadística, Geografía e Informática. *Encuesta Intercensal 2015*. Aguascalientes.

Larroulet, C., & Horzella, B. (2008). Populismo en América Latina: paradigma y antítesis en los casos de Venezuela y Chile. En Á. Soto, & P. Schmidt, *Las Frágiles democracias latinoamericanas* (pág. 117). Santiago de Chile: El Mercurio- Aguilar.

Márquez, H. (2012). *Diccionario crítico de migración y desarrollo*. México: Miguel ángel Porrúa, UNESCO, Universidad Autónoma de Zacatecas.

Márquez, H., & Wise, D. (2013). *Migración forzada y desarrollo alternativo*. Quito, Ecuador: Instituto de Altos Estudios Nacionales (IAEN).

Milenio. (5 de Mayo de 2017). *Por la crisis, llegan a México más venezolanos expulsados*. Ciudad de México, México: Milenio. Obtenido de <https://www.milenio.com/internacional/por-la-crisis-llegan-a-mexico-mas-venezolanos-expulsados>

Nmas1. (22 de Octubre de 2018). El fenómeno de la inmigración venezolana en Latinoamérica. Lima, Perú. Recuperado el 6 de Diciembre de 2019, de <https://nmas1.org/news/2018/10/22/inmigracion-venezuela-latam>

OIM Organización Internacional para las Migraciones. (2019). *Tendencias Migratorias en Centroamerica, Norteamerica y el Caribe*. San José, Costa Rica: ONU.

OIT. (11 de Octubre de 2019). *Organización Internacional del trabajo*. Obtenido de Organización Internacional del trabajo: <https://www.ilo.org/global/topics/labour-migration/policy-areas/youth-and-migration/lang--es/index.htm>

Peniche, L. A. (2018). Protección e inclusión del extranjero en México: la institucionalización de los derechos humanos del migrante (2007-2016). En V. C. Bobes, *Política migratoria y derechos de los migrantes en México* (págs. 47-82). México: FLACSO.

Posada, P. (2009). Refugiados y desplazados forzados. Categorías de la migración forzada creadas como medidas de contención a las migraciones no deseadas. *Estudios Políticos*, 131-152.

Pressat, R. (2000). *El análisis demográfico: Métodos, resultados, aplicaciones*. París, Francia: Fondo de Cultura Económica.

Puente, J. M., & Rodríguez, J. (Julio- Septiembre de 2015). Venezuela en crisis: La economía en 2014 y 2015. *Debates IESA*, XX(3), 62-66.

R4V. (5 de Septiembre de 2019). *Plataforma de Coordinación para refugiados y migrantes de Venezuela*. Obtenido de Plataforma de Coordinación para refugiados y migrantes de Venezuela: <https://r4v.info/es/situations/platform>

Villegas, E., Acosta, A., & Cayaffa, R. (abril-julio de 2012). Venezuela ante la crisis económica global. *Revista de Ciencias Sociales*(2), 283-294.

Welti, C. (1997). *Demografía I*. México: PROLAP-IISUNAM.

Entrevistas

Briceño, Carmen; 35 años, venezolana con 2 años de residir en México, entrevista realizada, el 6 de diciembre de 2019 en Pachuca de Soto Hidalgo, México.

Domínguez, Assael; 25 años, venezolano con 1 año de residir en México, entrevista realizada el 1 de noviembre de 2019 en Pachuca de Soto Hidalgo, México.

Gutiérrez, José; 44 años, venezolano con 2.5 años residiendo en México entrevista realizada el 9 de septiembre de 2019 en Pachuca de Soto Hidalgo, México.

Mauricio, Machuca; 20 años, venezolano con 1 año y medio residiendo en México, entrevista realizada el 10 de diciembre de 2019 en Pachuca de Soto Hidalgo, México.

Manzano, María; 25 años, venezolana con 4 años residiendo en México, entrevista realizada el 20 de diciembre de 2019 en Pachuca de Soto Hidalgo, México.

Martínez, Luis; 45 años, venezolano con 3 años residiendo en México, entrevista realizada el 7 de noviembre de 2019 en Pachuca de Soto Hidalgo, México.

Rodríguez, Israel; 40 años, venezolano, con 2 años de residir en México, entrevista realizada el 30 de octubre de 2019 en Pachuca de Soto Hidalgo, México.

Rodríguez, Oriana; 44 años, venezolana, con 3 años residiendo en México, entrevista realizada el 23, de septiembre de 2019 en Pachuca de Soto Hidalgo, México.



Les chemins de la frustration : radiographie d'une migration du déshonneur à Saint-Denis (France)

The paths of frustration: x-ray of a migration of dishonor in Saint-Denis (France)

James Lamare¹

Sorbonne Université
Paris, France

james.lamare@yahoo.fr

osorioalvarez.emilio@gmail.com

URL : <https://www.unilim.fr/trahs/2261>

DOI : 10.25965/trahs.2261

Licence : CC BY-NC-ND 4.0 International

La dure expérience migratoire des Haïtiens enquêtés à Saint-Denis fait tomber une représentation absolument avanta-giste de l'émigration. Contre leur double frustration liée à la déqualification professionnelle en France et à la peur de la réinstallation en Haïti, ils ont dû recourir à des mécanismes de contournement de la frustration : églises protestantes, Franc-maçonnerie. Si ces églises s'érigent en espaces de résurgence d'oppositions interrégionales *moun nan Nò/moun nan Sid* (gens du Nord/gens du Sud) issues du pays d'origine, le réseau maçonnique est toutefois le lieu d'unification, de *re-haïtianisation* et de diasporisation pour les migrants haïtiens. Cet article est le fruit d'un double travail ethnographique réalisé en France et à Haïti, de 2015 à 2018.

Mots-clefs : diasporisation, re-haïtianisation, déqualification professionnelle, frustration, émigration

La dura experiencia migratoria de los Haitianos encuestados en Saint-Denis cuestiona una representación absolutamente ventajosa de la emigración. Tuvieron que oponerse a los mecanismos para evadir la frustración "iglesias protestantes, Masonería" en contra de su doble frustración relacionada con la descalificación profesional en Francia y el temor al reasentamiento en Haití. Si estas iglesias se erigen en áreas de resurgimiento de oposiciones interregionales *moun nan Nò / moun nan Sid* (personas del Norte / personas del Sur) del país de origen, la red masónica es sin embargo el lugar de unificación, de re -haitianización y diasporización para migrantes haitianos. Este artículo es fruto de un doble trabajo etnográfico realizado en Francia y Haití, de 2015 a 2018.

Palavras-chave: diasporização, rehaitianização, descalificação profissional, frustração, emigração

A dura experiência migratória dos Haitianos pesquisados em Saint-Denis derrubou uma representação absolutamente vantajosa da emigração. Eles tiveram que se opor aos mecanismos para contornar a frustração "igrejas protestantes, Maçonaria" contra sua dupla frustração ligada à desqualificação profissional na França e ao

¹ Docteur en Sciences sociales, Sorbonne Université

medo de reassentamento no Haiti. Se essas igrejas são erguidas em áreas de ressurgimento de oposições inter-regionais *moun nan Nò / moun nan Sid* (pessoas do Norte / pessoas do Sul) do país de origem, a rede maçônica é, no entanto, o lugar da unificação, re-haitianização e diáspora para migrantes haitianos. Este artigo é fruto de um duplo trabalho etnográfico realizado na França e no Haiti, de 2015 a 2018.

Palabras clave: diáspora, re-haitianização, desqualificação profissional, frustração, emigração

The harsh migratory experience of Haitians surveyed from Saint-Denis brought down an absolutely advantageous representation of emigration. To their double frustration linked to professional deskilling in France and to the fear of resettlement in Haiti, they oppose the mechanisms to circumvent frustration : protestant churches, Freemasonry. If these churches are transformed into spaces of resurgence of interregional oppositions *moun nan Nò / moun nan Sid* (people of the North / people of the South) coming from the country of origin, the Masonic network is however the place of unification, of re-haitianization and diasporization for haitian migrants. This article is the result of a double ethnographic work conducted in France and Haiti, from 2015 to 2018.

Keywords: diasporization, re-haitianization, professional deskilling, frustration, emigration

Introduction

La question de la migration occupe une place importante dans l'univers des recherches sociologiques et géographiques contemporaines. L'étude des effets migratoires (Piché, 2013 : 19) catégoriels aide à évaluer les politiques d'intégration nationales. L'objet de notre article porte essentiellement sur les causes et les effets des migrations haïtiennes effectuées entre 1991 et 2011 vers la France métropolitaine.

Les travaux sociologiques ont longtemps montré que dans l'imaginaire collectif haïtien, le départ de l'émigrant vers la France serait absolument un départ vers une délivrance assimilée à la mobilité socioéconomique (Béchacq, 2010 : 7-8). Toutefois, y a-t-il une correspondance entre cette représentation de la France et la réalité migratoire ? Que deviennent les immigrants haïtiens de France, notamment ceux de Saint-Denis ? Leur situation socioprofessionnelle dans le pays d'accueil, a-t-elle influé sur leurs rapports avec leur pays originel ? Nous formulons comme hypothèse générale que la route de la migration frustrerait le migrant haïtien jusqu'à la *déshaitianisation*.

Nous tenterons de répondre aux questions susmentionnées en nous inspirant de quelques enquêtes ethnographiques que nous avons menées en Seine-Saint-Denis et dans le Sud d'Haïti, de 2015 à 2018, auprès des populations haïtiennes, dans le cadre de notre thèse de doctorat². L'objectif de ce travail consiste à faire une radiographie hérétique de la situation socioprofessionnelle d'une catégorie d'immigrants haïtiens arrivés en France métropolitaine, entre 1991 et 2011, et installés à Saint-Denis.

Le choix de la ville de Saint-Denis comme terrain d'enquête est lié à un facteur socio-démographique. Sur les trente-quatre mille six cent quatre-vingt-seize (34696) Haïtiens recensés en Ile-de-France par l'Institut National de la Statistique et des Etudes Economiques (INSEE, 2013), onze mille cent six (11106) d'entre eux résident en Seine-Saint-Denis. Ensuite, Saint-Denis constitue une sorte d'épicentre des activités socioéconomiques haïtiennes en Ile-de-France. Ce constat remet en question la position de la sociologue Mooney selon laquelle il n'existe aucune localité centrale favorisant l'unité des immigrants haïtiens de France (Mooney, 2008 : 106).

Notre travail comporte trois grandes parties articulées autour des causes migratoires, des déceptions migratoires et des stratégies de contournement des souffrances migratoires utilisées par les immigrants étudiés.

I- Migrer pour s'humaniser ?

Pendant longtemps, en Haïti, l'émigration vers les pays occidentaux et notamment la France, a été considérée comme une absolue possibilité de faire fortune, de connaître une ascension socio-financière. Le départ vers l'ancienne Métropole française revêtait un sens particulier chez les populations haïtiennes vivant en Haïti ; il impliquait alors une libération, un pas vers le désaveuglement exprimé par un slogan populaire créole : « *Depi w' mouri san vwayaje, ou mouri avèg* »³. Voilà

2 Pour mieux comprendre cet article, nous vous recommandons la lecture de notre thèse de doctorat dont il est tiré : « *Le projet migratoire des immigrants haïtiens à Saint-Denis : le prix d'une humanité exilée* », Thèse de doctorat soutenue le 11 octobre 2019, à la Faculté des Lettres de Sorbonne Université (301 p.).

3 « Mourir sans jamais partir, c'est mourir dans l'aveuglement. » Traduit par nos soins.

pourquoi, des aspirants à l'émigration n'hésitent pas à vendre des biens immobiliers, à faire des prêts colossaux afin de pouvoir échapper à toute mort dans l'aveuglement.

Une déclaration faite en 2017 par un immigrant haïtien de Saint-Denis nous fournit une clé de lecture de la conception haïtienne de la migration : « Les Haïtiens les plus bêtes ne prennent pas l'avion, donc ceux qui viennent ici en France ne sont pas n'importe qui. Mais, ils y deviennent n'importe qui ». (Robert⁴, 54 ans)

En Haïti, la migration vers la France renvoie à une quête d'émergence d'une humanité, promise par les négriers européens depuis cinq siècles. Si nous remontons le cours de l'Histoire, pendant plus de quatre siècles, de 1441 à 1870, les colons français de Saint-Domingue (Haïti) ont forcé les Africains arrachés à l'Afrique à déshabiter leur espace culturel originel pour s'altérer, se christianiser⁵. Ce processus de déshabitation culturo-axiologique forcée s'est ensuite déplacé vers l'espace géographique après la proclamation de l'indépendance de la République d'Haïti, le 1^{er} janvier 1804. Puisque le "Blanc" qui symbolisait à Saint-Domingue « l'humanité et la civilisation » est retourné physiquement en France, à l'issue de la bataille de Vertières, qui consacra la victoire définitive des esclaves sur l'armée coloniale esclavagiste, le 18 novembre 1803 (Wesner, 2000 : 164-167), beaucoup d'anciens esclaves ou de descendants d'esclaves ont dû commencer à émigrer chez lui, après 1804, pour aller chercher « l'humanité et la civilisation » qu'il emporterait avec lui.

Au-delà des facteurs environnementaux et politiques cités régulièrement dans les travaux portant sur l'immigration haïtienne⁶, tout le grand mouvement migratoire haïtien vers la France s'inscrit dans ce désir de retrouver une « humanité exilée ». Celle-ci fait référence à l'humanité promise, durant toute la période de la Traite négrière transatlantique⁷, par les négriers ou maîtres blancs aux Africains, depuis leur lieu de déracinement (Afrique) jusqu'au lieu de leur esclavagisation (Haïti).

L'humanité exilée suppose l'arrachement au fétichisme, à l'idôlatry et à la barbarie contre l'accession à la civilisation, au salut chrétien et à la tranquillité matérielle. Elle peut être illustrée par cette citation :

Les négriers prétendaient arracher d'une existence précaire, de l'angoisse, de la torture et de la mort auxquelles les vouaient des roitelets africains, les Africains mis par eux en esclavage, pour les confier à des maîtres blancs plus humains qui, dans les colonies, leur assuraient la sécurité, la

4 C'est le prénom authentique de l'enquêté. Il est pasteur et dirige une église protestante haïtienne à Saint-Denis.

5 L'obligation pour l'esclave négro-africain de se convertir au Christianisme a été codifiée. L'article 2 du Code noir de 1685 stipulait : « Tous les esclaves qui seront dans nos îles, seront baptisés dans la religion catholique [...] ». L'article 3 dit : « Interdisons tout exercice public d'autre religion que la religion catholique, apostolique et romaine, voulons que les contrevenants soient punis comme rebelles et désobéissants à nos commandements ».

6 Voir les travaux de Cédric Audebert, Roger Bastide sur les migrations haïtiennes en France. (Cf : Audebert C. (2012). *La diaspora haïtienne. Territoires migratoires et réseaux transnationaux*. Rennes : Presses Universitaires de Rennes.)

7 La Traite négrière transatlantique a été « le plus long mouvement de déportation organisée de l'histoire de l'humanité (1451-1870) [...] ». Ce fut l'arrachement violent de populations à leur territoire d'origine, arrachement perpétré à des fins économiques, pour alimenter une main-d'œuvre réduite à l'esclavage dans les plantations sucrières des Amériques. » (Bruneau, 2004 : 107)

tranquillité et même un certain confort ». (Pinto et Carreira, 1985 : cité par Logossah, 2012 : 9)

Dès lors, il faut comprendre que l'émigration est strictement liée à une volonté de s'épanouir, de retrouver une vie meilleure. Dans le contexte des immigrants haïtiens enquêtés à Saint-Denis, cette vie meilleure serait bien l'humanité exilée. Si la migration haïtienne vers la France est un pas pour l'obtention d'une justice, que deviennent les Haïtiens « assoiffés de justice » à Saint-Denis ?

II- La migration et ses imprévus : déqualification professionnelle et frustration

La notion de « déqualification professionnelle » renvoie, selon des sociologues du travail comme Berset, Weygold, Crevoisier et Hainard, à une situation de dévalorisation professionnelle des individus, en situation de migration (Berset, Weygold, Crevoisier, Hainard, 1999 : 87-100). Elle est étroitement liée au déclassement social : « Est considéré comme déclassé tout individu dont le niveau de formation initiale dépasse celui normalement requis pour l'emploi occupé [...] » (Nauze-Fichet, Tomasini, 2002 :27)

Durant notre travail de terrain à Saint-Denis, de 2015 à 2018, nous avons constaté que des migrants professeurs, policiers, avocats ou cadres supérieurs dans l'administration en Haïti, sont généralement devenus maçons, peintres en bâtiment, femmes de ménage, éboueurs, chauffeurs de taxis en France. 87 % de nos enquêtés (Lamare, 2019 : 64) déclarent exercer, dans le contexte migratoire, des professions qui seraient totalement inférieures à leurs niveaux de formation. Ces données attestent l'existence d'une discrimination socioprofessionnelle importante dans leur société d'installation.

Sexes \ Professions	Ménage	Eboueurs	Chauffeurs de taxis	Maçons et peintres en bâtiment	Autres	Total
Femmes	18	0	3	0	10	31
Hommes	2	5	40	15	7	69
Total	20	5	43	15	17	100

Source : James Lamare

La déqualification professionnelle établie à partir de l'analyse de 100 récits de vie que nous avons obtenus, refaçonne la vision de l'ailleurs des enquêtés et entrave leur désir intégrationnel. L'immigration lèverait le voile sur un « mensonge collectif » (Sayad, 1999 :23). Il existe, selon notre constat, une énorme différence entre la France réelle du migrant et la France introuvable, mythologisée du candidat à l'émigration. Le sociologue Sayad semble avoir voulu poser ce problème d'asymétrie entre les deux réalités pré-migratoire et migratoire de la France, lorsqu'il déclare que :

(...) pour comprendre quelque chose à la France, il faut y être passé auparavant (...) Celui qui n'a rien vu [de la France], celui-là écoute et reste convaincu que le bonheur est "futur",

qu'il l'attend là-bas et qu'il n'a qu'à aller de l'avant ... (Sayad, 1999 : 40)

La déqualification professionnelle engendre chez les immigrants haïtiens une frustration, c'est-à-dire un sentiment de n'être pas à sa place, illustré par l'exemple de l'enquêté Y. Né en Haïti et âgé d'une cinquantaine d'années, Y a fait toutes ses études primaires et secondaires dans une province d'Haïti. Ensuite, il est entré à Port-au-Prince, à l'Académie militaire. Après l'obtention de son diplôme, il s'est enrôlé dans l'armée vers 1986. De 1986 à 1994, il a le pouvoir de « fè e defè⁸ » en Haïti.

En octobre 1994, après le retour de Jean-Bertrand Aristide⁹ au pouvoir, à la suite du coup d'Etat de 1991, il n'a pas pris le maquis, comme beaucoup d'autres militaires, car il était, selon lui, un « bon militaire ». Il s'est abstenu, pendant le « règne » du gouvernement de facto, de maltraiter les civils, de liquider physiquement les opposants politiques. Il se considère lui-même comme un ami du peuple, car son père et sa mère sont nés dans le peuple et furent tous les deux cultivateurs.

Admis dans le nouveau corps de Police¹⁰ créé après le retour d'Aristide en octobre 1994, Y a vite gravi les échelons de la hiérarchie policière. Il est même devenu directeur central de la police administrative. En 2005, il est arrêté pour faute professionnelle grave et abus d'autorité.

Menacé de mort, comme il le souligne, après sa libération, il rentre finalement en France. Installé d'abord à Saint-Germain en Laye, il déménage ensuite à Saint-Denis. Durant ses années vécues en France, cet ancien cadre supérieur exerce plusieurs petits boulots avant de retourner dans son pays d'origine. Y a fait des études à l'Université Paris 1. Il a travaillé comme serveur puis comme agent de sécurité dans un magasin. Les humiliations essuyées dans ce poste de vigile de la part de quelques supérieurs qu'il qualifie de « négrophobes », le racisme subi dans les métros parisiens où des passagers le regardaient parfois avec dédain le rendent frustré :

Une fois, je travaillais dans un magasin Auchan, un client se présente avec un gros sac, quand je lui dis que je dois le verrouiller, il s'irritait. Puis, finalement il a acquiescé, mais en sortant, il disait à un autre client : « Ce sale nègre-là n'est pas gentil. » Parfois, j'essaie de les comprendre, ils voient que tu viens d'un pays pauvre, et donc, quelle que soit la situation, ils pensent que tu es condamné à rester dans ton boulot pour pouvoir aider les gens de ton pays originel (...). Tu vois comment je me suis paumé. Tu penses que si j'étais resté en Haïti, je ferais ce boulot, je resterais debout tous les jours pour une modique somme de 1000 euros par mois ? Le pire, c'est que, pendant que tu fais ce boulot de gardien de boutique, tes anciens camarades d'école ou d'académie sont sénateurs de la République, et se prélassent dans la richesse

8 « Faire ce que bon lui semble. »

9 Jean-Bertrand Aristide est un ancien prêtre catholique, théologien de la libération devenu président d'Haïti le 7 février 1991. Renversé par un coup d'Etat militaire le 30 septembre 1991, il a été rétabli dans ses fonctions par le président américain Bill Clinton, le 15 octobre 1994. Il a commencé un deuxième mandat présidentiel le 7 février 2001 qu'il n'a pas pu achever en raison d'une rébellion armée dirigée contre lui.

10 Ce corps de Police a été créé après le retour d'exil d'Aristide, en 1994, pour pallier la démobilisation de l'armée haïtienne.

en Haïti. Mon cher ami, je ne sais pas s'il y a un "bon bord" dans cet "autre bord." S'il y en a un, donc les Haïtiens de France sont malchanceux, car ils s'embourbent dans le "mauvais bord". Et, je ne suis pas le seul à être dans cette situation, il y en a qui étaient avocats en Haïti, mais qui ramassent des ordures [...], conduisent des taxis aujourd'hui en France.¹¹

En France, presque tous les matins, Y se réveille à six heures pour aller travailler. Parfois, assis dans le train, il pleure, se remémorant les moments de gloire connus en Haïti. Il m'a rapporté avoir même pensé au suicide. Il enchaîne souvent des nuits blanches.

De cadre supérieur en Haïti, il est devenu faiseur de petits boulots en France. Sa frustration résultant de l'inacceptation d'une injustice professionnelle correspond à celle décrite par le sociologue Erik Neveu :

Un solde négatif entre les "valeurs" – ce terme peut désigner un niveau de revenus, une position hiérarchique, mais aussi des éléments immatériels comme la reconnaissance ou le prestige – qu'un individu détient à un moment donné, et celles qu'il se considère comme en droit d'attendre de sa condition et de sa société. (Neveu, 2005 :39)

Si la frustration est tributaire d'une logique comparative (Neveu, 2005), elle est relative. Cette notion a été introduite en sciences sociales par Alexis de Tocqueville (1805-1858). Puis, vers 1970, Ted Gurr l'a reprise dans ses travaux en la définissant comme « un état de tension, une satisfaction attendue et refusée, génératrice d'un potentiel de mécontentement et de violence » (Neveu, 2005 :39). Les termes de cette définition reflètent parfaitement l'état mental et physique de Y :

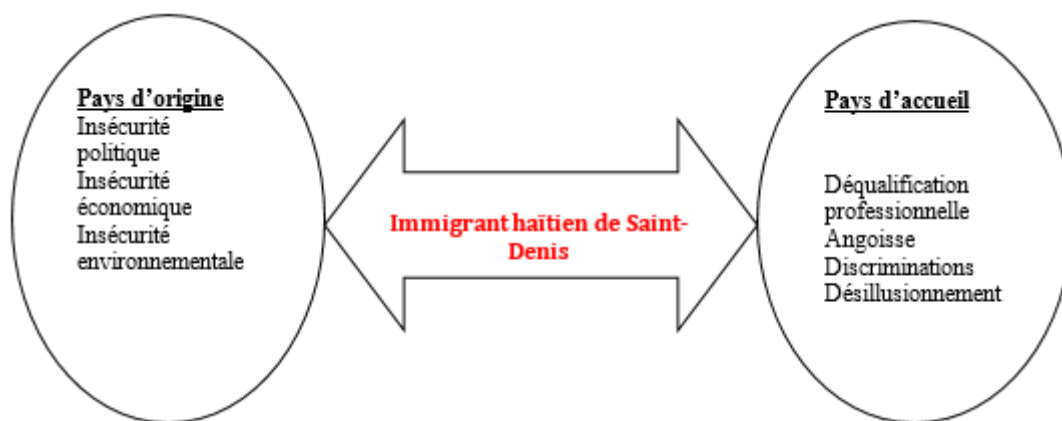
Depuis mon arrivée en France, à cause des problèmes, je suis ravagé par l'hypertension artérielle. Des problèmes partout. Est-ce qu'on peut vivre en bonne santé dans ce pays lorsqu'on est noir ? Si tu es je-m'en-foutiste, ça peut aller, mais tu es sensible pour ta dignité, tu auras toutes les maladies que le stress peut engendrer...¹²

11 « Gen yon lè mwen te nan yon magazen Auchan kòm sekirite, epi mwen kanpe, gen yon kliyan ki antre li te gen yon valiz, mwen di li fòk mwen mete kle plastik la ladan li, li fache. Answit li aksèpte, koulye a lè li fin achte, li ap ale, li di a yon lòt kliyan ki te la : « Ce sale nègre -là n'est pas gentil ». Pafwa, mwen konprann sa ki fè yo aji konsa, se paske yo jis wè ou kòm yon vye endividi ki soti nan yon peyi pòv, yo konnen ke kèlkeswa sitiyasyon an ou ap aksepte obeyi paske ou bezwen lajan pou w' ede moun ki nan peyi ou. Ou wè nan ki nivo mwen desann. Ou panse si m'te rete an Ayiti, menm yon jou m'pa t'ap tonbe nan jòb sekirite, siveye magazen, kanpe sou 2 pye ou tout jounen pou 1000 ero pa mwa ? Lavi p'ap di w' tande zanmi m'. Answit sa ki konn plis ba w' remò, se lè w'ap gade gen nèg ki te pwomosyon ou nan akademi ou lekòl, e ki senatè oubyen ap byen pase nan peyi Dayiti pandan ke ou menm w'ap veye boutik a moun lòt bò. Monchè, mwen pa konn si gen yon bò ki bon nan lòt bò sa. Antouka, si ta genyen li, sanble se Ayisyen an Frans ki devenn paske yo tonbe nan move bò a. E sitiyasyon m'ap viv la, se pa sèl mwen, gen nèg mwen konnen ki te avoka Ayiti ki tonbe nan ranmase fatra [...] chofè taksi nan peyi Lafrans ». Traduit par nos soins.

12 « Koulyea m'gon maladi tansyon ki ap ravaje m'depi lè m'vini isit an Frans akoz de pwoblèm. Pwoblèm devan, pwoblèm dèyè w'. Eske yon moun ka viv an sante nan peyi sa lè ou se yon nwa ? Si ou manfouben, pa gen danje, men si ou son moun ki sansib pou diyite ou, ou

L'immigration haïtienne à Saint-Denis n'est donc pas seulement une route vers la déqualification professionnelle pour de nombreux immigrants. Elle est également, nous l'avons vu, un chemin de frustration. Dans le contexte de nos recherches, celle-ci est renforcée par l'intensification de l'instabilité socioéconomique et politique d'Haïti. Voilà pourquoi, nous avons proposé l'expression « double frustration » pour dénommer leur état. Cette double frustration suppose que les immigrants continuent de maintenir de forts liens affectifs et même matériels avec leur espace originel¹³. Elle désigne une situation de tiraillement de l'immigrant, engendrée par les conditions socioprofessionnelles difficiles du pays d'installation et la dégradation de la situation sociopolitique et économique de son pays d'origine.

Illustration des tiraillements de l'immigrant haïtien de Saint-Denis



Source : James Lamare

Ainsi, la frustration du migrant est essentiellement liée au devenir de son projet migratoire¹⁴. Celui-ci témoigne d'une volonté de se dégager d'une vie jugée oppressante, imméritée, pour rejoindre un ailleurs de liberté et d'épanouissement. Si l'immigrant haïtien est frustré en raison de la déviation de son projet par les difficultés migratoires, comment s'organise-t-il alors pour affronter sa frustration ?

III- Les mécanismes de contournement de la frustration

Doublement frustrés, les migrants étudiés recourent aux espaces associatifs pour pouvoir contourner leur frustration migratoire : les églises protestantes, les associations culturelles ou le réseau maçonnique. Mais plutôt que d'être des espaces d'apaisement de la frustration pour eux, certaines de ces associations, notamment les églises, les divisent socialement en cherchant à les solidariser spatialement par la promotion de l'entre-soi. Au-delà de leurs maigres apports d'ordre caritatif et intégrationnel, les églises protestantes haïtiennes de Saint-Denis se transforment en

oblige fè tout maladi estrès ka pote yo... ».

Traduit par nos soins.

13 Ces immigrants continuent de s'accrocher aux valeurs culturelles de leur pays originel, de se montrer sensibles aux problèmes d'Haïti, d'y construire des maisons, de faire régulièrement des transferts d'argent à leurs familles.

14 « La notion de projet migratoire émerge en France dans le contexte des années 1970, après la fin des flux générés par l'appel étatique à la main-d'œuvre internationale.14 » (Boyer, 2014 : 46)

espaces de résurgence d'oppositions interrégionales *moun nan Nò/moun nan Sid* (gens du Nord/gens du Sud).

En effet, cette question des oppositions interrégionales *moun nan Nò/moun nan Sid* est historique. Ses origines remontent au système de plantation et à l'organisation de la société coloniale esclavagiste saint-dominguaise. Dans la colonie de Saint-Domingue (Haïti), les conditions de vie et de travail des esclaves du Nord étaient plus difficiles que celles des esclaves du Sud, car le Nord était plus riche que le Sud. L'historien Wesner a écrit à cet effet :

Dans la province du Nord se trouvent les plus grandes habitations sucrières et aussi les plus perfectionnées. Cette situation explique la prépondérance prise par le Nord dans la vie économique, sociale et politique de la colonie. (Wesner, 2000 : 8)

Plus exploité, le Nord a été absolument anti-esclavagiste et anticolonialiste, tandis que le Sud ne voulait, pendant longtemps, que le maintien de l'esclavage des Noirs et l'égalité des Affranchis avec les Blancs. « Ce n'est pas par hasard que, durant la période 1770-1789, tous les mouvements importants de revendications commencent dans le Nord » (Wesner, 2000).

La « guerre du Sud » opposant Toussaint Louverture¹⁵ (originaire du Nord) à Rigaud¹⁶ (un homme du Sud) confirme aussi notre position :

L'un se pose en champion de l'égalité (Proclamation de Toussaint d'août 1793), l'autre reste attaché à l'idéologie coloniale de supériorité de classe et d'inégalité (Proclamation de Rigaud en 1796). (Wesner, 2000 : 130)

Les oppositions entre le Nord et le Sud d'Haïti découlent d'une incompatibilité axiologique. Nos analyses nous amènent à avancer aussi que la propension des *moun nan Sid* de France à se coaliser tout en s'opposant aux *moun nan Nò* résulte d'une « homophilie des valeurs¹⁷ » (Kling, 1967 : 189-197) créée par l'histoire.

Ainsi, ces tensions *moun nan Nò/moun nan Sid* ne doivent pas être réduites à de simples problèmes intragroupes apparus en situation migratoire. C'est pourquoi nous les avons appréhendées à travers une relecture de l'histoire :

[...] Le monde social est le produit de l'histoire ; il ne peut, donc, être saisi indépendamment des conditions sociohistoriques qui les constituent dans une période de temps donnée et à l'intérieur d'une société donnée. (Bagaoui, 2009 : 27)

15 Né en 1743 dans le Nord d'Haïti, près de Cap-Français, et mort en 1803 en France, Toussaint Louverture fut un général haïtien anti-esclavagiste. Il est considéré comme le précurseur de l'Indépendance d'Haïti.

16 Né en 1761 dans le Sud d'Haïti, aux Cayes, et mort en 1811, André Rigaud fut un chef du parti des Affranchis et un opposant farouche de Toussaint Louverture.

17 La notion d'homophilie a été inventée par le sociologue américain Robert Merton pour désigner un établissement de liens entre des individus ou des groupes, basé sur la ressemblance morale, physique, culturelle. (Merton R., Lazarsfeld P. (1954) « Friendship as a social process ». In: Abel, T. and Pages, C. (eds.), *Freedom and control in modern society*, New York: Octagon Book Inc.)

La sociologie historique fournit alors une clef de lecture de la sociologie relationnelle. L'espace religieux, à force de vouloir devenir un espace homogénéisateur, finit par se transformer en un canal de délitement communautaire.

En revanche, d'autres migrants qui adoptent le chemin du réseau maçonnique haïtien ou de la Franc-maçonnerie haïtienne pour pouvoir combattre leurs frustrations migratoires font une expérience différente de celle des premiers : l'expérience de l'unification. Cela prouve que la logique réticulaire aide à dépasser les antinomies historiques. Elle privilégie la notion de capital social qui n'est que cet

ensemble des ressources actuelles ou potentielles qui sont liées à la possession d'un réseau durable de relations plus ou moins institutionnalisées d'interconnaissance et d'inter-reconnaissance. (Bourdieu, 1980 : 3)

La Franc-maçonnerie haïtienne¹⁸ est un héritage des Affranchis. A l'époque coloniale, c'est-à-dire avant 1804, certains Affranchis, durant leur séjour en France, se font initier à la Franc-maçonnerie. « Ce fut ce petit groupe de maçons qui, après l'indépendance, ralluma le flambeau et le passa aux générations futures ».¹⁹ Du 18^e siècle jusqu'à la moitié du 20^e siècle, il n'y avait qu'une seule obédience maçonnique en Haïti, le Grand Orient d'Haïti de 1824. Puis, François Duvalier, ancien président haïtien, engage la *désélitisation* de la Franc-maçonnerie haïtienne vers 1961 en investissant dans la création d'une nouvelle obédience, la Grande Loge d'Ayiti de 1961. Son initiative ouvre la voie maçonnique à toutes les catégories sociales. Avec cette loge, la Franc-maçonnerie haïtienne cesse d'être uniquement un lieu de réception d'une quelconque élite, pour devenir un lieu de formation des élites.

En France où la Franc-maçonnerie est un espace de rencontre entre des Haïtiens dispersés, la Grande Loge d'Ayiti de 1961 compte 4 ateliers basés à Cugnot, dans le 18^{ème} Arrondissement de Paris : Iosiris #15, Trait-d'Union # 13, Alexandre Pétion # 11 et la Connaissance # 8. A la fin de l'année 2015, une trentaine de Frères des loges Trait-d'Union # 13 et Alexandre Pétion # 11 créent, à Nanterre, les ateliers Fils de Béthel # 25 et le Phénix # 35 travaillant sous les auspices de la Grande Loge Mixte Nationale de France. L'une des caractéristiques communes à ces ateliers maçonniques est le fait que leurs membres ne sont que des Haïtiens.

La Franc-maçonnerie haïtienne, tout en accordant préséance au principe de la laïcité sur l'intolérance religieuse, s'engage à résoudre les clivages interrégionaux *moun nan Nò/moun nan Sid* qui auraient longtemps désolidarisé les Haïtiens de France. L'organisation des tenues blanches, c'est-à-dire des services ouverts aux non-initiés, permet à toutes les couches de la « communauté haïtienne », indépendamment de leurs origines régionales, de se réunir, de rompre avec un régionalisme historique. Cela nous renvoie à l'image unificatrice d'une "Franc-maçonnerie moderne", exposée par Schreiber dans son travail sur la Franc-maçonnerie et les Juifs en France :

La maçonnerie peut aussi constituer une sorte de substitut qui transcende les clivages religieux, lesquels, tout imposés soient-ils par les aléas de l'histoire, sont aussi des facteurs de

18 L'emploi de l'expression « Franc-maçonnerie haïtienne » suppose que la Franc-maçonnerie pratiquée en Haïti ou dans les milieux haïtiens est doctrinalement singulière. Toutefois, sa singularité est complémentaire à l'universalité de l'institution maçonnique.

19 [<http://www.gdlghdstj.org/historic.html>] consulté le 4/2/2019.

contrôle social au sein des communautés. (Schreiber, 1979 : 66)

La Franc-maçonnerie haïtienne, en tant que réseau relationnel, oriente les logiques d'action individuelle et collective en migration. Les francs-maçons haïtiens jouent un rôle de médiateurs entre des immigrants haïtiens à Saint-Denis. La force de leur médiation se trouve dans leur solidarité fraternelle. Dans la vie profane, ces francs-maçons se soutiennent mutuellement et travaillent pour harmoniser leur entourage. Cette déclaration du Vénérable²⁰ d'une loge haïtienne nous permet de mieux comprendre la profondeur du rôle conciliateur des francs-maçons haïtiens, en France :

Et j'adore honorer mes ancêtres comme les Chinois, les Indiens, les Arabes, les Juifs le font pour les leurs. Mon entrée en Franc-maçonnerie a changé beaucoup de chose dans ma vie, et dans la vie de mon entourage aussi. Cela a permis à mon entourage et à moi-même de nous réconcilier avec les *moun nan Nò* qui jadis furent considérés comme des rivaux. Il y a des *moun nan Nò* dans ma loge [...] ²¹.

La Franc-maçonnerie haïtienne demeure alors un puissant outil de solidarisation communautaire et de neutralisation de la frustration migratoire. Le réseau maçonnique haïtien crée en France une solidarité transcendante. Une solidarité qui dépasse les limites de l'espace réticulaire pour s'étendre aux proches des agents membres du réseau. Les francs-maçons sont alors d'importants agents de sociabilité pour les immigrants haïtiens, car ils participent à la création d'une solidarité allégeant non seulement leurs souffrances migratoires mais aussi le délitement communautaire.

Cette médiation des francs-maçons gomme progressivement l'image négative que de nombreux Haïtiens, dans leur imaginaire, avaient toujours eu de la Franc-maçonnerie souvent amalgamée avec la sorcellerie.²² Par leur influence pondératrice, les francs-maçons haïtiens, malgré le caractère relativement hermétique de leur association, contribuent à recoudre les déchirures historiques inter-haïtiennes en France, aident parfois financièrement leurs compatriotes, en situation difficile, tout en s'engageant à « faire du social » dans le sens de Robert Castel :

Ce qu'on appelle le social regroupe en fait deux questions. Il y a la question des secours ou de l'assistance qui concerne des populations très particulières et très différentes de gens démunis mais qui ont en commun le fait d'être – pour des raisons diverses – incapables de travailler ou d'être exonérés de l'obligation du travail. Pour ces populations, on reconnaît la légitimité de leur accorder une aide, un supplément par

20 Un Vénérable est le directeur d'une loge maçonnique.

21 “E mwen, se pa nèg ki kwè nan ale legliz, mwen plis kwè nan vodou mwen, mwen plis kwè nan bay zansèt mwen ochan menmjan Chinwa, Endyen, Arab, Jwif fè sa pou zansèt pa yo. [...] Antre mwen nan lafranmasonri chanje anpil bagay nan lavi mwen, e nan lavi moun ki antoure mwen. Sa lakoz ke mwen vin zanmi ak moun nan Nò ke mwen te pè anpil, epi kèk fanmi mwen vin byen ak moun nan Nò tou. Li gen moun nan Nò nan lòj mwen an [...]”.

Traduit par nos soins.

22 Dans l'imaginaire collectif haïtien, les francs-maçons sont considérés comme des féticheurs, des « *malfektè* » c'est-à-dire des idôlatres malveillants.

rapport à ce qu'elles pourraient se procurer par leurs propres moyens. (...) Il y aurait un deuxième groupe de sens du social qui concerne des populations également démunies, qui ne peuvent donc s'auto-suffire mais qui ne peuvent pas non plus – du moins directement – entrer dans cette zone de l'assistance qui n'a pas été construite pour eux parce qu'ils sont capables de travailler et devraient travailler, mais le malheur est qu'ils ne travaillent pas ou qu'ils ne travaillent pas dans des conditions telles que cela suffise pour qu'ils puissent perpétuer leur existence. C'est la question de l'indigence valide qui renvoie à une problématique du travail plutôt qu'à une problématique des secours. (...) Car l'indigent valide est placé dans une situation contradictoire, sinon littéralement invivable : obligation de travailler et impossibilité de trouver par le travail de quoi satisfaire ses besoins. (...) Cette ligne de partage traverse tout le champ du social (...) » (Castel, 1992 : 126-127)

L'exemple des francs-maçons haïtiens de Saint-Denis nous amène à formuler que le réseau n'est pas uniquement un moyen de tisser des relations, mais il est également un lieu de construction, de déconstruction ou de reconstruction du social et de l'histoire. La logique du réseau est une logique de *désimmuabilisation* du social. Voilà pourquoi, « la sociologie relationnelle suppose, également, une rupture avec cette représentation qui appréhende le social en termes d'essences, de contenus immuables ». (Bagaoui, 2009 : 27)

Conclusion

La quête d'une humanité caractérisée par l'ascension socio-matérielle rapide et la civilisation joue un rôle fondamental dans les émigrations haïtiennes vers la France. Mais la découverte de la face illusoire de cette humanité entraîne la frustration et la déception. Toutefois, comme disait Sayad, « s'il faut arriver jusqu'ici en France pour savoir la vérité, c'est un peu tard...trop tard. » (Sayad, 1999 : 40)

Si la déception amène certains frustrés de la migration à se réfugier dans des associations religieuses, d'autres prennent la route du réseau maçonnique. Pendant que les associations religieuses les *dé-nationalisent* par l'encouragement du régionalisme, les groupes maçonniques les aident à se *re-haïtianiser*. La *re-haïtianisation* n'est autre qu'un processus de revirement idéal des immigrants qui déclaraient "haïr" Haïti avant leur départ pour la France. Ce revirement supposant un sursaut vers le patriotisme nous permet d'infirmer l'hypothèse générale selon laquelle la migration *déshaïtianiserait* le migrant haïtien.

Les discriminations professionnelles, culturelles, résidentielles du pays d'accueil ont indirectement contribué à affûter ce patriotisme. En cherchant à harmoniser l'ensemble de la communauté par la suppression des clivages *moun nan Nò/moun nan Sid*, les francs-maçons haïtiens à Saint-Denis posent non seulement les bases de la diasporisation de la communauté haïtienne, mais participent aussi à sa *re-haïtianisation*. L'appartenance des immigrants au réseau maçonnique leur permet d'accéder à un vaste espace de fraternité et d'entraide.

Références

- Audebert C. (2012). *La diaspora haïtienne. Territoires migratoires et réseaux transnationaux*. Rennes : Presses Universitaires de Rennes
- Alain B., Weygold S.A., Crevoisier O., Hainard F. (1999). « Qualification-déqualification professionnelles des immigrants. Approche théorique ». In : *Revue européenne des migrations internationales*, vol. 15, n° 3.
- Alain K. (1967). « Homophilie des valeurs ou influence par sympathie ? Une expérimentation ». In : *Revue française de sociologie*, 8-2.
- Bagaoui R. (2009). « La sociologie relationnelle comme principes structurants et comme théories sociales ». In : *Nouvelles perspectives en sciences sociales*.
- Béchacq D. (2010). *Pratiques migratoires entre Haïti et la France. Des élites d'hier aux diasporas d'aujourd'hui*, Thèse de doctorat, EHESS.
- Becquart-Leclercq J. (1979). « Réseau relationnel, pouvoir relationnel », in *Revue française de Science politique*, vol. 29, n° 1, p. 102-128.
- Bourdieu P. (1980). "Le capital social : notes provisoires", in *Actes de la recherche en sciences sociales*, p. 3.
- Boyer F. (2014). « Le projet migratoire des migrants touaregs de la zone de Bankilaré : la pauvreté désavouée », in Bilger V. (ed.), Kraler A. (ed.) *African migrations : historical perspectives and contemporary dynamics*, *Stichproben : Wiener Zeitschrift für kritische Afrikastudien : Vienna Journal of African Studies*, p. 47-67.
- Bruneau M. (2004). *Diasporas et espaces transnationaux*, Paris, ECONOMICA, 249 p.
- Lamare J. (2019). *Le projet migratoire des immigrants haïtiens à Saint-Denis : le prix d'une humanité exilée*, Thèse de doctorat, Sorbonne Université, 301 pages.
- Lapeyronnie D. (1987). « Assimilation, mobilisation et action collective chez les jeunes de la seconde génération de l'immigration maghrébine », in *Revue française de sociologie*, p. 287-318.
- Logossah K. (2012). « Traite négrière transatlantique : comment a été pérennisée la production du bien esclave ? », in Colloque « Esclavage dans les Antilles françaises : Avatar de la Servitude Antique ? », CREDDI-LEAD, UAG, Faculté des sciences économiques et juridiques de la Guadeloupe, Pointe-à-Pitre, 25 p.
- Mooney M. (2008). « Structures de médiation et intégration des immigrants haïtiens à Paris », in *Revue Européenne des Migrations Internationales*, vo. 24, p. 89-114.
- Portes A., Böröcz J. (1989) « Contemporary immigration theoretical perspectives on its determinants and modes of incorporation », in *International Migration Review*, vol XXIII, n° 3.
- Sayad A. (1999). *La double absence. Des illusions de l'émigré aux souffrances de l'immigré*, Paris, Ed. du Seuil, 437 p.
- Schreiber J.-P. (2010). « Les élites politiques juives et la franc-maçonnerie dans la France du XIXe siècle », in *Archives Juives*, 2010/2 vol. 43.
- Wesner E. (2000). *La période révolutionnaire (1789-1804) à Saint-Domingue et en France*, Port-au-Prince, Henry Deschamps.



A sociedade internacional como um novo lar: a busca humanitária pela paz

International society as a new home: the humanitarian search for peace

Daiane Dutra Rieder¹

Antonio Meneghetti Faculdade
Recanto Maestro, Brasil

ddrieder@hotmail.com

URL : <https://www.unilim.fr/trahs/2299>

DOI : 10.25965/trahs.2299

Licence : CC BY-NC-ND 4.0 International

A sociedade internacional torna-se um lar para milhares de pessoas que se encontram em situações de refúgio e migrações. Boletins semanais da Organização das Nações Unidas (ONU) pautam, com maior frequência, a necessidade da busca pela paz em tempos de significativa incomplacência social. Este estudo teórico, alicerçado no método de pesquisa bibliográfico, procura evidenciar que crimes contra a vida e violação dos direitos humanos caracterizam a sociedade não mais como pacífica, mas como possuidora de esperança de um mundo de caráter mais humanista e sustentável, diante de tantas ofensas humanitárias. Em tempos em que tensão e ódio se sucedem ininterruptamente, o clamor por uma sociedade harmônica e sensível traz consigo a necessidade de um amadurecimento social, enquanto principal ferramenta humana.

Palabras clave: humanismo, paz, sociedade internacional, vulnerabilidade

La communauté internationale est devenue un foyer pour d'innombrables réfugiés et migrants. Les bulletins hebdomadaires de l'Organisation des Nations Unies (ONU) soulignent à de nombreuses reprises la nécessité d'œuvrer en faveur de la paix en ces temps de grande incompréhension sociale. Notre étude, théorique, basée sur la méthode de recherche bibliographique, entend mettre en évidence que les crimes contre la vie et la violation des droits humains sont la marque d'une société vue non plus par son caractère pacifique, mais parce qu'elle représente l'espérance d'un monde plus humaniste et plus durable, face à tant d'offenses faites à l'encontre de l'humanité. En ces moments où tension et haine se succèdent de façon répétée, la clameur pour une société harmonieuse et sensible entraîne avec elle la nécessité d'une maturation sociale comme principal outil humain.

Mots-clefs : communauté internationale, humanisme, paix, vulnérabilité

La sociedad internacional se convierte en un hogar para miles de personas que se encuentran en situaciones de refugio y migración. Los boletines semanales de las Naciones Unidas (ONU) destacan con mayor frecuencia la necesidad de buscar la paz en tiempos de dificultad social significativa. Este estudio teórico, basado en el

¹ Acadêmica do curso de Bacharelado em Direito na Antonio Meneghetti Faculdade (AMF/Brasil), juntamente à Università Degli Studi di Torino (UniTo/Itália). Acadêmica do curso de Bacharelado em Ontopsicologia na Antonio Meneghetti Faculdade (AMF/Brasil). Linhas de pesquisa: Direitos humanos internacionais e o desenvolvimento sustentável das Nações Unidas.

método de investigación bibliográfica, busca mostrar que los crímenes contra la vida y las violaciones de los derechos humanos caracterizan a la sociedad ya no como pacífica, pero como esperanzada para un mundo de carácter más humanista y sostenible, ante tantos delitos humanitarios. En momentos en que la tensión y el odio continúan sin interrupciones, el clamor por una sociedad armoniosa y sensible trae consigo la necesidad de maduración social, como la principal herramienta humana.

Palavras-chave: humanismo, paz, sociedad internacional, vulnerabilidad

International society becomes a home for thousands of people who find themselves in situations of refuge and migration. Weekly newsletters of the United Nations (UN) most often characterize the need for the pursuit of peace in times of significant social intransigence. This theoretical study, based on the bibliographic research method, seeks to show that crimes against life and violation of human rights characterize society no longer as peaceful, but as possessor of hope of a more humanistic and sustainable world in the face of so many humanitarian offenses. In times when tension and hatred happen constantly, the clamour for a harmonious and sensitive society bring along the need for a social maturation as a main human tool.

Keywords: humanism, peace, international society, vulnerability

1. Introdução

A regularidade de testemunhos de atos de ódio, tensões, rejeições e discriminações torna o nosso mundo vítima de discursos insatisfatórios, a nível humanitário. A necessidade de um amparo mundial à efetivação de direitos humanos, que surgiu em resposta a situações de injustiças e agressões a bens fundamentais (Bagatini, 2015: 61), reivindica pelo auxílio de esforços externos, para a cooperação social, almejando a concretização de um mundo de caráter mais humanista e sustentável. Com aporte nessas situações, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), juntamente às Nações Unidas, como um todo, se esforçam diuturnamente para fornecer aos cidadãos, iniciativas que vão de encontro às ameaças de qualquer fator que possam desarmonizar a convivência social/humana.

O estabelecimento de uma cultura de paz e o desenvolvimento sustentável estão no cerne do mandato da UNESCO. A capacitação e a pesquisa em desenvolvimento sustentável estão entre as prioridades, assim como a educação em direitos humanos, competências para as relações pacíficas, a boa governança, a prevenção de conflitos e a construção da paz². Todos os dias, a ONU e a UNESCO, por meio de seus programas e ações em campo, reafirmam seu compromisso original, para superar esses desafios humanitários. O objetivo geral da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável é uma das principais ferramentas que podemos citar, enquanto forma de publicizar o apelo por ações condizentes e coordenadas para alcançar os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – comumente conhecidos por ODS –, a partir de ações contributivas para um mundo mais justo e pacífico.

Proteger as liberdades fundamentais, em conformidade com a legislação nacional e os acordos internacionais são ideias de justiça que a ONU propõe, também, em suas interferências, não apenas por oportunidade de estar coerente aos sistemas jurídicos internacionais, mas, sobretudo, porque é uma pré-condição para o alcance de direitos que vão ao encontro da dignidade da pessoa humana – enquanto fonte da percepção dos direitos constitucionais –, do desenvolvimento sustentável e do bem comum.

Fazendo emergir as sustentações que norteiam esse estudo teórico, a partir das conceituações supra explanadas e do método de pesquisa bibliográfico, caracterizamos como problema de pesquisa e como o questionamento essencial, que motiva a elaboração do presente estudo, a seguinte indagação: “A sociedade internacional, enquanto novo lar de indivíduos migrantes e refugiados, mostra-se uma comunidade pacífica e acolhedora aos recém-chegados?”.

2. Metodologia

A metodologia escolhida para a realização da análise, pela qual fundamentou-se este artigo, é o estudo teórico, realizado por meio de revisão bibliográfica. Utiliza-se, ainda, o método de pesquisa de abordagem dedutiva, partindo de premissas gerais para a ideia pontual e específica que se pretende atingir.

Buscando uma organização estrutural coerente ao estudo teórico, inicialmente proposto, o trabalho apresenta uma estruturação embasada em quatro partes principais, cujos textos se subdividem em: (1) Introdução; (2) Metodologia; (3) Fundamentação Teórica; (3.1) A caracterização de uma “humanidade com direitos

2 Representação da UNESCO no Brasil. **Cultura de paz no Brasil**. Disponível em: <http://www.unesco.org/new/pt/brasil/social-and-human-sciences/culture-of-peace/>. Acesso em: 02 mai. 2019.

suprimidos”; (3.2) Indivíduo e sociedade: enfrentamento da temática em diálogo entre o Direito e a Ciência Ontopsicológica; (3.3) “Dia Internacional da Convivência em Paz”; (4) Conclusão.

3. Fundamentação teórica

Boletins semanais da Organização das Nações Unidas (ONU) são disponibilizados, gratuitamente, como forma de noticiar pessoas, de todo o mundo, acerca de acontecimentos relevantes, a nível global. A diversidade de temáticas abrangidas a nível econômico, sustentável e humanitário torna possível que o escopo de disseminar tais informações não seja único: a existência de um novo olhar da sociedade para os fatos que se sucedem passa a existir. E, consigo, traz a ideia de se repensar a respeito dos tantos desafios globais que possuímos como cenário mundial, de forma a não mais serem passados por despercebidos.

Dentro desses três pilares destacados, desde o ano de 2016, houve a percepção de que os trabalhos da ONU e da UNESCO, pela disseminação de uma cultura de paz, têm sido priorizados. Durante os anos de 2019 e 2020, em seus boletins semanais, a necessidade da busca pela paz tem sido uma temática traçada com maior frequência. Em um recente artigo, publicado no dia 17 de maio de 2019 - assim intitulado: “UNESCO lembra necessidade de buscar a paz em tempos de tensão e ódio”³ -, a diretora-geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, Audrey Azoulay, realizou uma exposição dizendo que “em um mundo no qual testemunhamos tensões, atos de ódio, rejeição aos outros e discriminação, a busca da paz e a vontade de viver juntos com harmonia são mais essenciais do que nunca”.

A forma pela qual a diretora-geral dispôs de suas palavras, remeteu-nos ao pensamento de que a sucessão de crimes contra a vida e a violação dos direitos humanos caracterizam a sociedade não mais como pacífica, mas como possuidora de esperança de um mundo de caráter mais humanista e sustentável. Ainda assim, a supressão de direitos inatos ao homem mostra-se evidente em diversos contextos, meios e ambientes sociais.

A magnitude dos atuais fluxos de imigrantes e refugiados cria desafios complexos não somente para as pessoas que estão em deslocamento, mas, também, para todos aqueles países que lhes propiciam acolhimento. A maioria dessas pessoas possui necessidade de proteção internacional, conforme os critérios da definição de refugiado da Declaração de Cartagena (1984)⁴, mas, na maioria das vezes, são desprezados e possuem um dos seus direitos mínimos violado: o direito à própria nacionalidade - tornando-se apátridas e desamparados legalmente.

Outro fator interessante a se pautar, é que no século XX, o avanço da medicina propôs uma forma muito bonita de auxílio ao próximo e de solidariedade humana: o transplante de órgãos. A possibilidade dos transplantes se espalhou por todo o mundo e o desejo por eles cresceu na mesma proporção (Ludemir, 2008: 15). Esses feitos têm sido denegridos por inúmeros relatos de tráfico de seres humanos, que são utilizados como fonte de órgãos, concretizando o aumento do “turismo de transplante”. Em grande escala, tornam-se vítimas aquelas pessoas em situação de refúgio, demonstrando-se mais certa a não descoberta de tal ilegalidade. A prática

3 Nações Unidas Brasil (2019). “UNESCO lembra necessidade de buscar paz em tempos de tensão e ódio”. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/unesco-lembra-necessidade-de-buscar-paz-em-tempos-de-tensao-e-odio/>. Acesso em: 06 julh. 2019.

4 Instrumento não vinculante que possui como sustentação propiciar respaldo e proteção aos refugiados, devido aos desafios humanitários por eles enfrentados.

faz com que milhões de pessoas sejam vítimas do tráfico internacional de órgãos, suprimindo o seu ínsito direito à vida.

O rompimento da barragem de Brumadinho (25 de janeiro de 2019), localizada no estado de Minas Gerais, resultou em um dos maiores desastres com rejeitos de mineração no Brasil. O rompimento liberou uma grande quantidade de rejeitos de mineração e causou a morte de moradores, turistas e funcionários da empresa local, uma mineradora multinacional brasileira⁵. O acontecimento deixou centenas de desabrigados e milhares de pessoas sem acesso a água potável, tornando-se refugiadas dentro de seu próprio país.

Elencamos esses exemplos para, então, podermos exemplificar os diferentes modos pelos quais as Nações Unidas utilizam de sua preocupação e força internacional para auxiliar pessoas de diferentes partes do mundo que encontram-se na situação de refugiadas. No dia 29 de julho de 2019, a ONU Brasil disponibilizou os seguintes boletins: “ACNUR elogia Brasil por reconhecer venezuelanos refugiados com base na Declaração de Cartagena⁶”; “MPT, ONU Brasil e parceiros lançam campanha contra tráfico de pessoas⁷”. Anteriormente a essa data, a UNESCO também disponibilizou o seguinte conteúdo: “UNESCO no Brasil pede união para minimizar impactos do rompimento da barragem em Minas Gerais⁸”.

O trabalho da ONU, juntamente à UNESCO, ao propor a finalidade de promover intercâmbios e a compreensão entre os povos, permeia a ideia de que todas as culturas sejam contributivas para a construção da humanidade como um todo. Mas, não somente a ONU propõe a verificação da cultura como um conceito-chave para unir e manter a unidade de ação entre os homens. O filósofo e humanista Pico della Mirandola procurava compreender o significado do homem. Em seus estudos, “considerava que em cada cultura do homem houvesse uma parte de verdadeiro, algo que pudesse interessar a todos e melhorar a cultura de cada um” (Meneghetti, 2014: 76).

Por mais que continuamente o homem se confronte com obstáculos que nascem do mundo, da natureza e do próprio humano, o trabalho das Nações Unidas traz consigo uma forma de concepção de mundo que retorna à ingenuidade humana e que, ao mesmo tempo, propõe a identificação da força de direitos: em tempos em que presenciamos tantas ofensas humanitárias, o clamor por uma sociedade harmônica e sensível traz, junto a si, a consequente apropriação de valores humanistas, enquanto uma das principais ferramentas humanas para um bom convívio em sociedade e em coerência a princípios internacionais.

Pensamos ser interessante utilizar uma passagem do livro *Human Rights and Constitution Making* (2018) para, então, propor a concepção de dignidade da pessoa humana, como uma característica intrínseca ao ser, concebida como uma premissa

5 Multinacional brasileira denominada “Vale do Rio Doce”.

6 Nações Unidas Brasil (2019). “ACNUR elogia Brasil por reconhecer venezuelanos refugiados com base na Declaração de Cartagena”. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/acnur-elogia-brasil-por-reconhecer-venezuelanos-refugiados-com-base-na-declaracao-de-cartagena/>. Acesso em: 31 julh. 2019.

7 Nações Unidas Brasil. (2019). “MPT, ONU Brasil e parceiros lançam campanha contra tráfico de pessoas”. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/mpt-onu-brasil-e-parceiros-lancam-campanha-todoscontraotraficodepessoas/>. Acesso em: 31 julh. 2019.

8 UNESCO (2015). “UNESCO no Brasil pede união para minimizar impactos do rompimento da barragem em MG”. Disponível em: http://www.unesco.org/new/en/brasil/about-this-office/single-view/news/unesco_in_brazil_calls_on_all_parties_to_mitigate_the_impact/. Acesso em: 31 julh. 2019.

fundamental e respaldada por textos constitucionais, que faz coerência ao resultado das ações práticas humanistas das Nações Unidas: “Human dignity is perceived as a fundamental premise of the inalienability of human rights because of its intrinsic nature in relation to the individual.” (United Nations, 2018: 58)

[...] Human dignity as an intrinsic characteristic of every individual constitutes the basic premise of the universality of human rights, and thus is a source of the perception of constitutional rights as entitlements of every person [...] (*Id.*)

3.1. A caracterização de uma “humanidade com direitos suprimidos”

O cenário mundial propõe a evidência de que o homem se confronta com obstáculos de diferentes naturezas, como a discriminação cultural, racial, física e econômica. O preconceito é tão antigo na história da humanidade, quanto arcaicas são as raízes dessa. A perpetuação de violações de direitos humanos passa a ser uma consequência, dando origem a um cenário internacional de desrespeito a direitos que são postulados como inatos aos seres humanos. Fundamentos de um Estado Democrático de Direito passam a ser olvidados e conjetura-se uma preocupação relativa àqueles que devem se deslocar internacionalmente, em busca de moradia e melhores condições de vida.

A urgência remetida a esses indivíduos firma-nos a definição de imigrantes e refugiados como seres humanos que devem se deslocar de seus países de origem ou moradia por causas maiores e externas: bem fundado temor de perseguição social – substanciados por racismo, forte nacionalidade, religião, soberania, diversidade, política; conflitos armados, situações socioeconômicas caóticas ou, até mesmo, ambientais. A situação em que se encontram mostra-se indefensa e intolerável, levando-os a cruzarem fronteiras internacionais pela busca por segurança nos países mais próximos, ganhando, assim o status de “refugiados”.

Possuindo o status de “refugiado”, passam a ser respaldados por diversas políticas de proteção social, como o acesso à assistência dos Estados. O rumo que a vulnerabilidade social alcança promove um elemento de presunção de direitos, para além das positivações já existentes em lei – uma espécie de necessidade de respaldo jurídico direto e específico. Passa o direito internacional, então, juntamente a organismos internacionais, dispor de formas e proposituras de sustentação, proteção, alicerce e respaldo de direitos sociais e políticas públicas aos os recém-chegados.

A sociedade internacional torna-se o lar de milhões de pessoas que estão em situação de vulnerabilidade e expatriação. A Organização das Nações Unidas, como um todo, enquanto organismo expansivo que propõe ações práticas sociais, ao elencarem os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, respaldados pela Agenda 2030, sugerem modos de reapropriação do mundo e do convívio social diante das diversas temáticas que preocupam a sociedade como um todo. Abordam esforços para que a socialização de imigrantes e refugiados ao impremeditado país que se aderem se faça possível, de uma forma harmoniosa e pacífica.

Exemplares de programas de acolhimento são o Alto Comissário das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) e o Comitê Nacional para Refugiados (CONARE), designados para trabalharem juntamente aos governos continentais, assessorando-os e apoiando-os, a fim de implementar suas ações de ressocialização e auxiliar em suas responsabilidades. Adentrando em suas especificações, o ACNUR, fundado em 1950 por resolução da Assembleia Geral das Nações Unidas, possui o mandato de

dirigir e coordenar a ação internacional de proteção e ajuda às pessoas deslocadas em todo o mundo e encontrar soluções duradouras para elas.

A proteção internacional concede soluções de refúgio a quem o faz necessário, pois no caso dos refugiados, diferentemente da maioria das pessoas, seu país de origem mostra-se incapaz de proporcionar-lhes devida garantia de seus direitos fundamentais, enquanto indivíduos humanos e sujeitos de direito. Por sua vez, o CONARE, criado pela Lei nº 9.474/97, é encarregado de tomar decisões em matéria de refúgio, ou seja, reconhecer a condição de refugiado. É regido por diferentes Ministérios e pelo próprio departamento da Polícia Federal e ONGs que auxiliam seus trabalhos.

Contudo, por mais que esses organismos de auxílio e proteção se esforcem para uma melhor integração social desses indivíduos, a crise humanitária caracterizou-se como alvo de muitas notícias negativas: imigrantes, mulheres e crianças sofrem situações de violência sexual, exploração e abusos ao longo da rota do trajeto de refúgio. Informação chocante expressa no documento *A Deadly Journey for Children* (Adams, 2017: 4) reúne depoimentos de africanos e revela que três em cada quatro crianças contaram terem sofrido agressões e abusos durante a travessia para a Europa. Demonstrando análises estatísticas e entrevistas de cunho testemunhal, o documento ainda sugeriu a consideração de que as crianças não devem ser forçadas a colocar suas vidas nas mãos de contrabandistas por falta de alternativas. Verificase, pois, uma necessidade imediata de uma resposta global às passagens migratórias de crianças em movimento, sejam elas refugiadas ou imigrantes, de modo a propor-lhes embarcações legais e segurança.

Outro fator consternador que abrange a questão da violência e ataques para com os refugiados, é o parâmetro de navios que carregam os imigrantes e acabam por serem afundados, constituindo-se como causas de homicídios. A emergência humanitária está se expandindo no Mediterrâneo. As embarcações são superlotadas e perigosas, controladas por traficantes de pessoas. Quando seus barcos viram ou apresentam problemas, nem sempre há ajuda por perto, nascendo, assim, o alarmante número de resgates não sucedidos que precedem milhares de mortos.

Por mais que a sociedade internacional venha sendo caracterizada como um novo lar para milhares de pessoas que se encontram em situações de refúgio e migrações, a supressão dos potenciais individuais de cada um dos sujeitos que tiveram seus direitos violados se demonstra permanente. Os fluxos cotidianos de migrações e os desastres que acompanham esse acontecimento propicia evidenciarmos a caracterização de uma sociedade com direitos suprimidos, que não mais sustenta o bem-estar integral do homem e, conseqüentemente, do meio social em que está inserido.

Em decorrência de suas atuações no âmbito internacional, a ONU é um organismo expansivo que auxilia na resolução e propositura de soluções práticas, quando a emergência de problemáticas sérias se fazem presentes em nosso cotidiano. Preocupa-se em pautar um contexto que traz a necessidade de paz como uma resposta para auxiliar a concretização de um mundo de caráter mais humanista, harmônico e sensível. E o clamor por uma sociedade harmônica e sensível traz consigo a necessidade de um amadurecimento social, enquanto principal ferramenta humana.

A disposição de respostas diretas e imediatas atrela-se ao auxílio do ACNUR e do CONARE, assim emergindo efetivas decisões e resgate de direitos que, na grande maioria das vezes, lhes são suprimidos. Esses sistemas adentram a partir de sua formalidade no âmbito social comparados à força de uma legislação, uma vez que operam para “[...] oferecer bases aos inferiores. “Bases”, entendidas como os

direitos primários, essenciais, que todo cidadão deve ter (a existência, a saúde, a subsistência, o trabalho e a dignidade”. (Meneghetti, 2019: 164)

Considerando, ainda, que o reconhecimento da dignidade inerente a todos os membros da família humana e de seus direitos iguais e inalienáveis é o fundamento da liberdade, da justiça e da paz no mundo, em 10 de dezembro de 1948, a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), foi adotada pela Organização das Nações Unidas, como forma a delinear os direitos humanos básicos. Por meio da DUDH, os povos das Nações Unidas reafirmaram sua fé nos direitos humanos fundamentais, na dignidade, no valor do ser humano e na igualdade de direitos, demonstrando o elemento “paz” como a fonte norteadora de todas as suas sustentações.

3.2. Indivíduo e sociedade: enfrentamento da temática em diálogo entre o Direito e a Ciência Ontopsicológica

Um cenário que demonstrou – e que de uma forma perene ainda demonstra – seus resultados diante do cenário global, fazendo conexão com a temática exposta nesse estudo teórico, é a globalização. Esse marco internacional representa um nível de alcances tecnológicos, econômicos e, sobretudo, intelectuais, no que se refere à consecução de informações e sua disseminação no âmbito da vida prática dos sujeitos. Se propriamente exposta, de forma positiva, traz consigo a propositura da efetivação de direitos nos mais variados continentes, sempre atrelados a costumes diversos e ao suporte das mais variadas culturas humanas, “unificando” ideologias que, em um primeiro momento, se mostravam dessemelhantes.

E a materialização desse modo facilitador de intercâmbios no âmbito global faz jus ao homem, hoje bilíngue, intelectual, douto e possuidor de vontades convictas de crescimento. À pessoa que constrói, concretiza e que realiza na vida – aquele que tem a possibilidade e as devidas ferramentas para evoluir racionalmente e expressar-se conscientemente, concretizando em fato histórico toda a sua essência e transcendendo a sua própria cultura de um modo funcional.

Essa multiplicidade de culturas e tradições é fundamental para a nossa existência: *monoculturas não são previstas pela lei da vida*, isto é, o ser quer o pluralismo. [...] O pluralismo é a necessidade de viver a existência. [...]. Se reduzidos à monocultura do ato único há a morte específica de cada diferente. (Meneghetti, 2014: 149)

A situação de refúgio em que se encontram milhares de pessoas não se distancia do viés desse pluralismo. As migrações internacionais demonstram-se também como uma possibilidade de conhecimento e proximidade de diversas culturas. É um reflexo dos atos dos próprios homens, doutos de culturas. Além do fato de ser um fenômeno que atinge a espaços territoriais diversos, as migrações fazem com que as pessoas que se deslocam estejam unidas ao almejam melhores condições de vida e a efetivação de direitos, como também acabam por unir esforços internacionais por um mesmo fim: o alcance do bem comum.

Essa busca pelo bem comum – enquanto “critério que dá a medida a uma justiça social” (Meneghetti, 2015: 164) – por meio do esforço em se ter a efetivação de direitos ínsitos ao homem, propõe uma amplificação de culturas e valores. Em sentido moral e psicológico, a cultura não somente deve ser percebida como motivo de litígios, mas como capaz de ser transformadora e formadora de cidadãos que atuam no circunstanciado do social, sejam como editores de leis ou apenas cidadãos dignos desses direitos. Em âmbito internacional, o que se almeja é que quando

reunidas pelo alcance de direitos, sejam capazes de olvidarem-se das diferenças relativas a raças, cores e etnias.

A sociedade culturalmente é regida por fatores que delineiam a existência histórica. O homem é condicionado a culturas específicas pelo seu modo de vestir, seu modo de agir, o que comer, entre outros fatores que determinam uma posição dentro do universo da comunicação e de suas relações sociais. Isto é, é possível compreendermos e entendermos o homem em sociedade por meio de sua cultura, leis, costumes, uma vez que são os moldes básicos de uma nação. Por sua vez, de fato, nem todo modo de expressar um movimento patriota, ideais religiosos ou modelos de liderança são meramente funcionais aos sujeitos.

O diálogo que acontece entre sujeito e sociedade deveria ser um padrão capaz de estabelecer uma relação funcional e que desmistifique incompreensões e discórdias mundiais. No entanto, não é o que acontece diante do cenário global. Evidencia-se o exemplo do caso prático que propomos como embasamento teórico neste estudo: a alienação da efetivação de direitos que colocam sujeitos em condições de migrações forçadas, tornando-se refugiados.

Por mais que possamos afirmar que a globalização traga consigo a propositura de um imediatismo perante a vida em sociedade, da efetivação do bem comum e de direitos nos mais variados continentes – uma vez que proporcionou, de um modo facilitador, a formalização de muitas recentes legislações e declarações internacionais – a condição humana, tanto individual, quanto coletiva, perante a globalização é devastada por meticulosas e lúdicas formalizações de um sistema planetário manipulador do social. Certifica-se, portanto, como um sistema violador de direitos e não funcional aos indivíduos.

Analisando fatos históricos que nos permitem olhar com uma dimensão crítica para o caso posto em análise, é possível evidenciarmos a existência de uma cisão entre “sujeito” e “social”. O ambiente societário é departamento de fatos históricos humanos, para com quem seja representante de uma identidade, nação, profissão, vivente, etc. Substancialmente, todo e qualquer indivíduo é partícipe desse *organísmico social* – assim determinado pela escola ontopsicológica⁹. “O conceito de “organísmico social” introduz uma nova metodologia na análise de fato da sociedade: o social visto como uma projeção semelhante à análise objetiva que cada um de nós faz no interior de si próprio.” (Meneghetti, 2019: 16). “A sociedade existe, porém, antes da sociedade há o indivíduo. A sociedade forma os indivíduos, mas, de qualquer forma, é sempre o indivíduo primeiro capilar que forma o corpo social.” (Meneghetti, 2018: 21).

Vinculando essa *práxis*, é possível compreendermos os modos subjacentes de uma determinada sociedade. Por mais que o direito se caracterize como ferramenta oriunda de saberes humanos, enquanto fundamento base para a homologação do que se entende que é legítimo ao indivíduo e, conseqüentemente, um direito ínsito a cada existência, também a sociedade culturalmente é regida por fatores que delineiam a existência histórica de injustiças.

As migrações forçadas evidenciam uma pragmatização para com as condições existenciais humanas, alienando os sujeitos refugiados em seus níveis físicos e psíquicos. É visível aos olhos a condição desumana a qual são expostos os indivíduos

⁹ A Ontopsicologia é uma ciência de vanguarda que estuda o homem de forma integral e todo o seu arco de ação no contexto social. Formalizada pelo Acadêmico Professor Antonio Meneghetti, a ciência ontopsicológica representa hoje uma novidade em termos de teoria e aplicação científica interdisciplinar.

na circunstância da mobilidade internacional. A situação apresenta-se como sinônimo de uma restrição substantiva da personalidade jurídica do ser humano. Mostram-se claras violações aos direitos à integridade pessoal, à liberdade pessoal e à dignidade.

Quando queremos exercitar a possibilidade de termos uma consciência saudável referente ao ser humano global, é considerável pensarmos acerca da identidade individual: a unidade de ação que cada sujeito exerce – acerca da responsabilidade de construir a si mesmo de modo funcional, sem infringir a própria essência. Na Ontopsicologia, compreende-se que a verdade está no homem em si, o qual fortifica a vida e a consagra com novidade e criatividade. No entanto, o homem não pode ser limitado, impedido de desenvolver sua vida de uma forma plena, no sentido de alcance de direitos, e pacífica – uma vez que as tantas contribuições sociais, nos mais variados âmbitos de conhecimentos e estudos, são favoráveis para o seu crescimento e desenvolvimento.

A situação de refúgio coloca seres humanos diante de uma situação de vulnerabilidade em nível internacional. O sistema condicionado, ao qual são submetidos os indivíduos em situação de migração forçada passa a ser reconhecido como a passagem de um bloco existencial pelo qual o sujeito condena-se, por um fator externo, ao não *sfruttamento* das virtualidades da vida. Por mais que as culturas busquem unificarem-se e que a Organização das Nações Unidas proponha ideias de paz, o real cotidiano mostra-se meramente indefeso diante do mundo internacional.

Sujeitos são alienados de suas próprias vidas e incumbências, de modo que não são capazes de tornarem-se partícipes do social, de forma positiva. Evidencia-se um problema a nível humanitário que corrompe vidas e famílias. Casas passam a não mais existir e os lares tornam-se indefesos diante da violência externa. A sociedade internacional, por mais que seja respaldada por tratados e convenções que almejam a proteção dos direitos humanos, na prática não se demonstra efetiva em sua totalidade. A família internacional passa a ser a casa de milhares de indivíduos. Mas, essa própria família esquece da sua capacidade de acolhimento. A sociedade esquece dos seus próprios cidadãos.

Advindo dessa premissa, é possível compreendermos que os direitos humanos devem ser – e são – unitários a todos que fazem parte da esfera “ser humano”, também em nível ontológico, no íntimo de cada individuação. Mas possui o caráter de pluralidade no todo, no conjunto da sociedade, das leis, dos cidadãos, das formalizações necessárias à vida. Por mais que não tratem os indivíduos como iguais – no significado concreto da conceituação – buscam a sua igualdade perante o direito.

Human rights norms do not treat people as if they were equal because they are not. They demand that people be recognized as having equal rights... The main aim of human rights is to accord everyone equal opportunities for free and full development; hence methods of eliminating discrimination include redressing factual inequalities in the enjoyment of human rights (Smith, 2018: 215).

E o argumento que vai ao encontro da propositura de uma solução é “[...] individuar um critério que seja convicção lógica e de dialética nas relações humanas deste planeta, evidenciar o critério simples para dar estímulo, lógica e realização a todos os produtores de civilização, de política, de economia, de ciência, portanto, de vida.

” (Meneghetti, 2018: 26)¹⁰. Só assim o homem seria capaz de gozar efetivamente de uma verdadeira cultura e dos valores em si.

3.3. “Dia Internacional da Convivência em Paz”

Com o objetivo de propor a busca por soluções para problemas desafiadores à sociedade internacional, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) propõe evidenciar modos de garantir a paz por meio da cooperação intelectual entre as nações, acompanhando o desenvolvimento mundial e auxiliando seus Estados-membros continuamente. Ocorre que ao propor o conceito de paz em seus discursos, essa organização internacional não somente pensa em pautar, de um modo pacífico, maneiras de alcançar a proteção e a promoção dos direitos humanos para o restabelecimento do estado de direito. Também existe uma preocupação em reafirmar anualmente a importância de se pensar acerca da paz mundial.

O alcance deste valor que já estava quase sendo caracterizado como obsoleto pela sociedade foi, então, pautado durante a assembleia Geral das Nações Unidas, ocorrida no ano de 2017. A ocasião tornou possível a criação do “Dia Internacional da Convivência em Paz” – passando a ser celebrado no dia 16 de maio, como forma de reafirmar valores bases da vida em sociedade. O dia torna possível lembrar a relevância do estímulo ao diálogo intercultural para reforçar os valores, as instituições e as habilidades para promover a paz, que é o objetivo da Década Internacional da ONU para a Aproximação das Culturas, liderada pela UNESCO¹¹.

Esse “dia internacional” oferece uma oportunidade para a reflexão conjunta sobre formas e ações específicas para melhorar a convivência, assim como para promover um desenvolvimento que seja inclusivo, pacífico e sustentável em todos os âmbitos, para que a humanidade seja capaz de viver em paz como um todo¹².

La paz es el principal objetivo de las Naciones Unidas. [...] Para ello, la cooperación internacional para resolver problemas de toda índole, es clave en el éxito de este objetivo. Pero aún estamos lejos de una verdadera convivencia en paz. Queda claro que para cumplir tal aspiración es necesario eliminar la discriminación e intolerancia en todas sus formas, incluyendo las basadas en la raza, el color, el sexo, el idioma, la religión, la opinión política o de otra índole, el origen nacional, étnico o social, la posición económica, los impedimentos físicos, el nacimiento o cualquier otra condición.

Convivir en paz consiste en aceptar las diferencias y tener la capacidad de escuchar, reconocer, respetar y apreciar a los

10 Para um maior aprofundamento, sugerimos a leitura do capítulo “Proclusão à refundação de um critério ético no interior do humanismo”, da seguinte obra: Meneghetti, A. (2018). *O Critério Ético do Humano*. 2. Ed. Recanto Maestro, RS: Ontopsicológica Editora Universitária.

11 Representação da UNESCO no Brasil (2019). “Dia Internacional da Convivência em Paz”. Disponível em: http://www.unesco.org/new/pt/rio-20/single-view/news/international_day_of_living_together_in_peace_16_may_2019/. Acesso em: 01 mai. 2019.

12 Representação da UNESCO no Brasil (2019). “Dia Internacional da Convivência em Paz”. Disponível em: http://www.unesco.org/new/pt/rio-20/single-view/news/international_day_of_living_together_in_peace_16_may_2019/. Acesso em: 01 mai. 2019.

demás, así como vivir de forma pacífica y unida. Es un proceso positivo, dinámico y participativo en que se promueva el diálogo y se solucionen los conflictos en un espíritu de entendimiento y cooperación mutuos¹³.

A sociedade internacional, enquanto novo lar de indivíduos migrantes e refugiados, mostra-se uma comunidade que está desenvolvendo sua caminhada para tornar-se uma comunidade pacífica e acolhedora. A propositura de ações práticas sociais e a capacidade das Nações Unidas em lembrar a comunidade acerca de valores relevantes no meio social, ao qual todos estamos inseridos, evidencia a sua preocupação e compromisso perante a comunidade internacional e a vulnerabilidade humanitária.

4. Conclusão

Distorções relativas às conceituações de “sujeito” e “objeto” tornaram-se evidentes, a partir de uma não tão dificultosa análise das atrocidades ao qual são submetidos os sujeitos migrantes e refugiados. Há uma não efetivação de direitos no que tange à compreensão de valores que sejam coerentes à essência humana, concretizando a objetificação desses sujeitos no cenário internacional. Essa verificação, além de comprovar as mais amplas formas de violações de direitos humanos, primários e essenciais, evidencia a situação degradante e a real necessidade de uma intervenção pacífica, que seja capaz de assegurar a esses sujeitos, de uma maneira ampla, direitos e melhores condições de vida que vão ao encontro – e que sejam em prol – do bem estar coletivo e daquele individual; do ser humano íntegro, dotado de uma identidade, não importando distinções relativas à raça, ideologias ou sistemas culturais.

As culturas moldam o nosso mundo e o fazem ser portador de uma identidade. O mundo está cheio de indivíduos inteligentes que criam culturas inteligentes. A consubstancialização do Alto Comissário das Nações Unidas para Refugiados e do Comitê Nacional para Refugiados, designados para trabalharem juntamente aos governos continentais, é uma comprovação da união de culturas diversas pelo alcance de um só fim. Por mais que sejam positivamente que trabalham em prol da efetivação de direitos de pessoas oriundas de espaços territoriais diversos, ao almejarem o bem comum, por meio da positivação de direitos ínsitos ao homem, dilatam seus parâmetros ideológicos e amplificam a essência das culturas em si. Em âmbito internacional, tornam-se “uno” no alcance de direitos dos homens. Em sentido moral e psicológico, a cultura é transformadora e formadora de cidadãos que atuam no circunstanciado do social.

Em contrapartida, é desse mesmo tipo de cultura que o mundo carece. Por mais que a essência do direito seja embasada no alcance da justiça, há algo de errado dentro das culturas humanas que distancia tal alcance. Por mais que a globalização tenha se demonstrado como uma “abertura de portas” e “novos horizontes” ao alcance de direitos e a real efetivação de valores humanos, a globalização deu lugar a um cenário mundial de desigualdades, dotado de desproporções agudas entre nações e indivíduos. Carece-se, no âmbito da internacionalidade, de uma causa formal que seja condizente às necessidades e apropriações humanas subjetivas. A causa formal

13 Día Internacional De. (Data do artigo não consta no site). “Día Internacional de la Convivencia en Paz”. Disponível em: <https://www.diainternacionalde.com/ficha/dia-internacional-convivencia-en-paz>. Acesso em: 30 mar. 2020.

subjetiva do nascimento de uma sociedade internacional é justamente o vínculo, a coligação humana, a coesão de princípios básicos à vida e à colaboração.

Aqui, entrelaça-se a compreensão da ciência ontopsicológica, ao preocupar-se com o homem, enquanto partícipe e operário do social, que se articula como resposta funcional à indagação de como o indivíduo deve portar-se perante à vida e suas relativizações sócio-existenciais. Uma vez que existe a sociedade, o homem é obrigado à tal inserção, a doar-se enquanto cidadão, a ser partícipe, enquanto sujeito ativo de direitos e deveres e a ser parte colaborativa, uma vez que é dotado de racionalidade e capacidade de agir.

E a Organização das Nações provém com o intuito de unificar todo esse rol de possibilidades resolutivas no âmbito humano existencial. Concretiza e estimula a união dos esforços individuais e continentais em âmbito internacional, como forma de perenizar a união de mais pessoas, de entes inteligentes, que sejam capazes de realizar ações práticas que vão ao encontro de um único fim: a efetivação do bem comum.

Os discursos das Nações Unidas são fontes de conhecimentos que propõem pilares de ações sociais pontuais e coerentes. É como um vetor que possibilita que a comunidade internacional guie suas ações de acordo com o princípio de que a dignidade humana é uma preocupação que transcende as fronteiras territoriais e as distancias intelectuais ali encontradas. Ao nominar o dia 16 como o “Dia Internacional da Convivência em Paz”, a Assembleia Geral convidou todos os Estados-membros a continuarem promovendo a reconciliação social, como forma de auxiliar o alcance de uma paz duradoura e o desenvolvimento sustentável, alicerçado em atitudes humanistas.

E um viés que não se distancia de todas essas conceituações é, justamente, a dignidade da pessoa humana – fator que em torno de seu conteúdo e significado, segue sendo essencial para a efetivação dos direitos abrangidos pela cidadania e pelos próprios direitos humanos. É o fator que torna condizente todo o mecanismo de proteção a direitos fundamentais e à implementação de políticas públicas, por meio de órgãos internacionais, como as próprias Nações Unidas. A humanidade deve ser sustentada na preocupação em refletir conjuntamente acerca de valores que devem guiar as ações humanas e sociais para além das suas terras natais.

Ao unificar a união dos esforços internacionais, a ONU propõe o alcance de modos de cooperação recíproca entre países, que fazem e trabalham para realizar um bem estabelecido, mas de interesse de todos. Materializa a união de ações, por isso adentra à ciência jurídica, auxiliando na efetivação de direitos. Não demonstra somente propostas resolutivas, mas efetiva sua capacidade de ação e alcance prático. Concretiza direitos substanciados por valores humanistas – torna possível o alcance de uma justiça humanística e a caracterização da sociedade internacional como um novo lar para sujeitos em situação de vulnerabilidade social.

Referências

Adams, P. (2017). “Violência sexual, exploração e morte: o drama de mulheres e menores em rota de refugiados”. BBC News Brasil. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-39113770>. Acesso em: 30 mar. 2020.

BagatinI, J.; Reis, J. R. Dos (2015). *Intersecções Jurídicas entre o público e o privado: reflexões no constitucionalismo contemporâneo*. Curitiba: Multideia.

Brasil escola (Data da publicação não consta no site). “Rompimento da barragem em Brumadinho”. Disponível em:
<https://brasilescola.uol.com.br/biologia/rompimento-barragem-brumadinho.htm>. Acesso em: 30 julh. 2019.

Día Internacional De. (Data da publicação não consta no site) “Día Internacional de la Convivencia en Paz.” Disponível em:
<https://www.diainternacionalde.com/ficha/dia-internacional-convivencia-en-paz>. Acesso em: 30 mar. 2020.

Ludemir, J. (2008). *Rim por rim*. Rio de janeiro: Record, 2008.

Meneghetti, A. (2014). *Do Humanismo Histórico ao Humanismo Perene*. Recanto Maestro, RS: Ontopsicológica Editora Universitária.

_____ (2015). *Racionalidade Ontológica*. Recanto Maestro, RS: Ontopsicológica Editora Universitária.

_____ (2018). *O Critério Ético do Humano*. Recanto Maestro, RS: Ontopsicológica Editora Universitária.

_____ (2019). *Sistema e Personalidade*. Recanto Maestro, RS: Ontopsicológica Editora Universitária.

Nações Unidas Brasil (2019). “ACNUR elogia Brasil por reconhecer venezuelanos refugiados com base na Declaração de Cartagena”. Disponível em:
<https://nacoesunidas.org/acnur-elogia-brasil-por-reconhecer-venezuelanos-refugiados-com-base-na-declaracao-de-cartagena/>. Acesso em: 31 julh. 2019.

_____ (2019). “MPT, ONU Brasil e parceiros lançam campanha contra tráfico de pessoas”. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/mpt-onu-brasil-e-parceiros-lancam-campanha-todoscontraotraficodepessoas/>. Acesso em: 31 julh. 2019.

_____ (2019). “UNESCO lembra necessidade de buscar paz em tempos

de tensão e ódio”. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/unesco-lembra-necessidade-de-buscar-paz-em-tempos-de-tensao-e-odio/>. Acesso em: 06 julh. 2019.

Representação da UNESCO no Brasil (2019). “Cultura de paz no Brasil”. Disponível em:

<http://www.unesco.org/new/pt/brasil/sociais-e-ciencias-humanas/cultura-de-paz/>. Acesso em: 02 mai. 2019.

_____ (2019). “Dia Internacional da Convivência em Paz”. Disponível em: http://www.unesco.org/new/pt/brasil/about-this-office/single-view/news/international_day_of_living_together_in_peace_16_may_2019/. Acesso em: 01 mai. 2019.

Smith, R. (2018). *International Human Rights Law*. 8. Ed. New York, NY: Oxford University Press.

UNESCO (2015). “UNESCO no Brasil pede união para minimizar impactos do rompimento da barragem em MG”. Disponível em:

http://www.unesco.org/new/pt/brasil/about-this-office/single-view/news/unesco_in_brazil_calls_on_all_parties_to_mitigate_the_impact/. Acesso em: 31 julh. 2019.

UNICEF (2017). *A Deadly Journey for Children*. Disponível em:
[file:///D:/\[DADOS%20USUARIO\]/Downloads/UNO53732.pdf](file:///D:/[DADOS%20USUARIO]/Downloads/UNO53732.pdf). Acesso em: 07 abr.
2020.

UNITED NATIONS (2018). *Human Rights and Construction Making*. New York:
Office of the United Nations High Commissioner for Human Rights.



A migração infantil e o acesso à educação básica de crianças migrantes em solo brasileiro

The child migration and the access to basic education of migrant children in brazilian ground

Ana Paula Zaikievicz Azevedo¹

Universidade Católica Dom Bosco (UCDB)
Campo Grande- Mato Grosso do Sul – Brasil

anapaulaz20@hotmail.com

Ketlin Petini Barreto²

Universidade Católica Dom Bosco (UCDB)
Campo Grande- Mato Grosso do Sul – Brasil

ketlinpetini@hotmail.com

URL : <https://www.unilim.fr/trahs/2368>

DOI : 10.25965/trahs.2368

Licence : CC BY-NC-ND 4.0 International

Este trabalho é resultado de uma pesquisa realizada pelo Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) da Universidade Católica Dom Bosco, entre o período de 2018 e 2019. Os principais objetivos da pesquisa é discutir acerca dos direitos das crianças migrantes à educação básica brasileira e apresentar um mapeamento sobre a situação dos alunos migrantes, matriculados na Rede Pública Municipal de Ensino, de Campo Grande-MS. Dados evidenciam que a migração infantil tem aumentado consideravelmente no Brasil; desse modo, faz-se necessário pensar de que forma as crianças tem vivido o processo migratório e que direitos a amparam em solo brasileiro, especialmente no que concerne o direito a educação. A realização da pesquisa possibilitou ampliar os conhecimentos acerca dos direitos das crianças migrantes quanto ao acesso à educação e refletir acerca da necessidade de as políticas públicas avançarem em relação à oferta desses direitos, de modo que não seja apenas oferecido o direito à matrícula, mas também garantido formas de acolhimento e de inclusão desses alunos, assim como ampliado no âmbito da educação às discussões acerca da questão migratória.

Palabras clave: migração infantil, educação, diversidade, Brasil

Ce travail est le résultat d'une recherche menée par le Programme institutionnel des bourses d'initiation scientifique (PIBIC), de l'Université catholique Dom Bosco, entre la période de 2018 et 2019. Les principaux objectifs de la recherche sont de discuter sur les droits des enfants migrants à l'éducation de base et présenter une cartographie de la situation des étudiants migrants inscrits au Réseau municipal d'éducation publique, à Campo Grande-MS. Les données montrent que la migration des enfants a considérablement augmenté au Brésil. Par conséquent, il est nécessaire

¹ Docente do Curso de Pedagogia. Pesquisadora do Programa de Iniciação Científica (PIBIC). Grupo de Estudo em Teoria Sócio Histórica, Migrações e Gênero.

² Acadêmica do curso de Pedagogia. Acadêmica participante do Programa de Iniciação Científica (PIBIC). Grupo de Estudo em Teoria Sócio Histórica, Migrações e Gênero.

de réfléchir à la façon dont ils vivent le processus migratoire et quels sont les droits dont ils bénéficient sur le sol brésilien, en particulier en ce qui concerne l'éducation. Notre recherche a permis d'élargir les connaissances sur les droits des enfants migrants en matière d'accès à l'éducation et de réfléchir à la nécessité de faire progresser les politiques publiques en ce qui concerne l'octroi de ces droits, de sorte que non seulement le droit d'inscription soit offert, mais aussi que soient garantis les moyens d'accueillir et de favoriser leur inclusion. Il s'est agi aussi d'élargir les discussions sur la question des migrations dans le cadre de l'éducation.

Mots-clefs : migration des enfants, éducation, la diversité, Brésil

Este trabajo es el resultado de una investigación llevada a cabo por el Programa Institucional para Becas de Iniciación Científica (PIBIC), de la Universidad Católica Dom Bosco, entre el período de 2018 y 2019. Los principales objetivos de la investigación es discutir sobre los derechos de los niños migrantes a la educación básica. y presentar un mapeo sobre la situación de los estudiantes migrantes matriculados en la Red Municipal de Educación Pública, en Campo Grande-MS. Los datos muestran que la migración infantil ha aumentado considerablemente en Brasil; por lo tanto, es necesario pensar en cómo los niños han vivido el proceso migratorio y qué derechos los apoyan en el suelo brasileño, especialmente con respecto al derecho a la educación. La investigación permitió ampliar el conocimiento sobre los derechos de los niños migrantes con respecto al acceso a la educación y reflexionar sobre la necesidad de que las políticas públicas avancen en relación con la provisión de estos derechos, de modo que no solo se ofrezca el derecho de inscripción, sino que también se garanticen formas de acoger e incluir a estos estudiantes, así como ampliar las discusiones sobre el tema de la migración dentro del ámbito de la educación.

Palavras-chave: migración infantil, educación, diversidad, Brasil

This work is the result of a research carried out by the Institutional Program for Scientific Initiation Scholarships (PIBIC) of the Catholic University Dom Bosco, between the period of 2018 and 2019. The main objectives of the research are to discuss the rights of migrant children to Brazilian basic education and present a mapping on the situation of migrant students, enrolled in the Municipal Public Education Network, in Campo Grande-MS. Data show that child migration has increased considerably in Brazil; thus, it is necessary to think about how children have been living through the migratory process and what rights support them on Brazilian soil, especially with regard to the right to education. The research made it possible to expand knowledge about the rights of migrant children in terms of access to education and to reflect on the need for public policies to advance in relation to the provision of these rights, so that not only the right to enroll is offered, but also ways of welcoming and including these students were guaranteed, as well as broadening discussions on the issue of migration within the scope of education.

Keywords: child migration, education, diversity, Brazil

Considerações Iniciais

Esse artigo é fruto de uma pesquisa desenvolvida durante o período de 2018 à 2019, voltada para a problemática da migração, mais especificamente da migração infantil. Tem como objetivos principais analisar as condições de acesso à educação das crianças migrantes no contexto brasileiro e apresentar um mapeamento da situação das matrículas dos alunos migrantes, na Rede Pública Municipal de Campo Grande, capital do Estado de Mato Grosso do Sul. A partir disso, a pesquisa busca tecer algumas reflexões acerca de como tem ocorrido o processo migratório infantil no Brasil e discutir acerca do papel da escola, enquanto instituição educativa que precisa acolher a diversidade.

Este trabalho está organizado em seis sessões, sendo que na primeira são desenvolvidas algumas discussões acerca da migração infantil. Na segunda, é tecida uma análise acerca das políticas públicas brasileiras, a fim de identificar o que elas apresentam sobre o acesso à educação básica por parte das crianças migrantes, as quais passam pelo processo migratório, por meio de diferentes fatores. Posteriormente, na terceira sessão, discute-se acerca do papel da escola e da importância dessa instituição respeitar a diferença e a diversidade; na quarta sessão, é apresentado o caminho metodológico da pesquisa, já na quinta sessão do trabalho, apresenta-se um mapeamento da situação dos alunos migrantes, na Rede Pública Educacional Municipal de Campo Grande e finalmente na última sessão são apresentadas algumas conclusões acerca do desenvolvimento da pesquisa.

Acredita-se que esta pesquisa seja de grande relevância, tendo em vista que contribui para a ampliação dos estudos sobre a migração, especialmente sobre a migração infantil, uma vez que poucos estudos vêm retratando essa problemática no campo da educação. Dessa forma, esse trabalho tem o intuito de evidenciar que as crianças migrantes estão presentes no contexto brasileiro, e de tal modo, precisam de acesso aos serviços públicos, especialmente à educação.

I- Discussões acerca da migração infantil

A migração é um fenômeno social que acompanha o desenvolvimento da sociedade, porém em cada momento histórico ela se desenvolve pautada em características específicas, daquele período. Nesse sentido, há de se considerar que, de acordo com Cunha (2015), a maior parte dos migrantes que chegou ao Brasil nos últimos anos tem vindo em busca de afugentar-se de determinados riscos e situações que acometem suas vidas em seus países de origem, dentre os quais, podem ser destacados “fenômenos naturais e tragédias, guerras e perseguições, ou simplesmente a questão econômica, isto é, fatores gerais externos ao homem” (Cunha, 2015:2171).

Diante dessa perspectiva, constata-se que muitas vezes é analisado os motivos que contribuíram para o processo migratório, mas limita-se a investigar o que acontece com esses sujeitos, após o ato migratório. Nessa ótica, Cunha pontua que:

Então, no geral, ao falar desse movimento, damos muita importância aos motivos que originaram a deslocação e esquecemos o que vem depois dele, como se os problemas dos indivíduos que se mudam acabassem com a instalação em uma nova localidade. No entanto, o locomover-se pode ser apenas uma etapa inicial do processo total de migração, posto que o migrante enfrentará novos desafios dali em diante. (2015: 2171)

A partir do que o autor apresenta, ressaltamos a presença das crianças e as condições que são recebidas no novo local de origem. Segundo Cantinho, o índice de crianças cruzando fronteiras internacionais nos últimos anos cresceu drasticamente:

Milhões de crianças se movem na tentativa de fugir de conflitos, desastres naturais, pobreza e violações de direitos humanos, em busca de melhores condições de vida. A migração de crianças se tornou uma realidade global. (Cantinho, 2017: 156)

Ainda segundo a autora, registros divulgados pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) sinalizam que “em 2015 trinta e um milhões de crianças viviam fora do seu país de nascimento” (Cantinho, 2017: 156). Diante disso, é mais que urgente ampliar as pesquisas quanto à situação das crianças migrantes, a fim de contribuir com o entendimento desse movimento infantil e das condições em que as crianças se encontram.

Nesse contexto, Bartlett, Rodriguez e Oliveira apontam que:

A maioria dos estudos existentes sobre a migração tem se concentrado nas remessas econômicas; não se tem dado atenção suficiente às políticas sociais e especialmente às políticas educacionais para aqueles afetados pela migração. A maioria dos países das Américas professam o respeito pelo direito do migrante à educação; no entanto, geralmente o acesso à educação é limitado, e o apoio às crianças (i) migrantes, raro. (Bartlett, Rodríguez, Oliveira, 2015: 1155)

Buscando mudar essa realidade, considera-se de grande relevância analisar de que modo se dá o acesso à educação pública brasileira das crianças migrantes, para a partir de então, tecer discussões acerca dessa problemática vigente no contexto brasileiro. A escola se define como um lugar de grande importância, pois nela as crianças incluídas no processo migratório podem ter a oportunidade de se relacionarem, trocarem experiências, compartilharem suas culturas, seus saberes e assim, aprenderem uma nova língua e passarem a interagir com a nova comunidade, na qual estão inseridas. De tal modo, torna-se de grande relevância estudos que analisem o acesso à educação por parte de crianças migrantes, uma vez que é por meio do espaço educativo que elas podem melhorar suas condições de vida no novo território e se perceberem como cidadãos respeitados.

De acordo com dados apresentados pelo Censo Escolar³, desenvolvidos pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) e publicados pela Revista *Aprendizagem em Foco*, em 2018, constatou-se que dentre o período de 2008 a 2016, ocorreu um aumento de 112% de estrangeiros matriculados em instituições de ensino brasileiras, ou seja, o número de 34.332 crianças migrantes matriculadas na rede pública brasileira em 2008 subiu em 2016 para 72.832.

O mesmo estudo evidencia que, em 2016, o número de alunos brasileiros matriculados na educação básica, na rede pública de ensino, compreendia o total de 82% da população, enquanto 18% das crianças estavam matriculadas em escolas de rede privada. Já em relação aos alunos migrantes, nota-se que 64% estavam matriculados em escola pública e 36% frequentavam as escolas privadas.

3 O **Censo Escolar** é o principal instrumento de coleta de informações da educação básica e a mais importante pesquisa estatística educacional brasileiro.

A partir desses índices, é possível observar, que a maioria dos alunos migrantes está matriculada na rede pública de ensino, no entanto, sabe-se que muitos alunos encontram dificuldades quanto às burocratizações no ato da matrícula e por esse motivo acabam migrando para as escolas privadas, há ainda àqueles que por não terem condições de pagar a escola privada, acabam ficando sem frequentar a escola.

O presente estudo, divulgado pela Revista *Aprendizagem em Foco* (2018), mostra também que a maioria dos alunos migrantes incluídos na Educação Básica brasileira, concentra-se na cidade de São Paulo, seguida do Estado de Minas Gerais e posteriormente do Estado do Paraná. Vale ressaltar também que São Paulo é a cidade que contém o maior número de migrantes, no país.

Sobre o processo de matrículas dos alunos migrantes, em solo brasileiro, é sabido que as escolas precisam exigir documentos pessoais dos alunos, para tanto, no que condiz a situação dos alunos migrantes, dispensa-se a necessidade de apresentação dos documentos, caso esses não sejam possuídos.

A legislação brasileira determina que estrangeiros têm direito ao acesso à educação da mesma forma que as crianças e os adolescentes brasileiros, conforme expresso pela Constituição Federal (artigos 5º e 6º), pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (artigos 53º ao 55º), pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (artigos 2º e 3º) e pela Lei da Migração (artigos 3º e 4º). Além disso, a Lei dos Refugiados (artigos 43º e 44º) garante que a falta de documentos não pode impedir seu acesso à escola. (*Aprendizagem em foco*, 2018: 2)

Nesse contexto, é de extrema importância direcionar os olhares para a forma com que tem ocorrido o ingresso e a adaptação das crianças no contexto escolar brasileiro. Haja vista que não basta apenas existirem legislações que amparem o direito à matrícula, é preciso garantir que as crianças migrantes sejam incluídas no processo educativo e além de terem acesso à matrícula, sejam de fato inseridas no contexto escolar e respeitadas pelas suas singularidades.

II- O direito da criança migrante à Educação Básica Brasileira

O Brasil tem recebido, anualmente, milhares de migrantes e neste índice constata-se a presença expressiva de crianças. Desse modo, há a necessidade de políticas que viabilizem o acesso e a permanência desse público no país, garantindo-lhes condições de acesso aos serviços públicos e aos exercícios de cidadania, especialmente no que tange o acesso a educação.

De acordo com a Constituição da República Federativa do Brasil (1988) mais especificamente do artigo 5º:

Todos são iguais perante a Lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes [...] (BRASIL, 1988)

A mesma Constituição defende ainda em seu artigo 6º que:

São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a

assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.
(BRASIL, 1988)

Na mesma ótica, em defesa ao direito a educação, pode ser considerado que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394/96⁴ em seu artigo 2º, evidencia o Estado como o principal responsável por oferecer às crianças residentes no Brasil uma educação com qualidade, desde a Educação Infantil até o Ensino Médio. “Art. 2º A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1996).

Vale também ressaltar que, no artigo 3º da mesma Lei, afirma-se que o ensino deverá ser ministrado com base em alguns princípios. Desse modo, destaca-se o inciso I, o qual determina “igualdade de condições para o acesso e permanência na escola”. Assim, fica delimitado que todos devem ter acesso à educação brasileira, direito esse que se estende também aos migrantes.

Outras Leis brasileiras também asseguram o direito à educação em território nacional por parte das crianças, sejam elas estrangeiras ou não. Nesse sentido, destaca-se o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)⁵, criado em 1990, com o objetivo de registrar juridicamente uma série de direitos e deveres para as crianças que estiverem em âmbito brasileiro. Nessa ótica, o ECA determina em seu artigo 4º que:

Art. 4º- É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária. (BRASIL, 1990: 25)

De acordo com o ECA (1990), entende-se que o Estado, assim como a família, precisamos oferecer condições para que as crianças tenham os seus direitos efetivados na prática, pois sabe-se que, infelizmente, muitas vezes as Leis existem, mas não se efetivam.

Já em seu artigo 53, o ECA (1990) estabelece que:

A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-se lhes: I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola. (BRASIL, 1990)

Salienta-se ainda que o direito à educação das crianças migrantes residentes no Brasil, está assegurado também pela Lei da Migração⁶, a qual é bem clara quanto a esse aspecto, em seus artigos 3º e 4º:

4 A Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB, foi criada em 20 de dezembro de 1996.

5 Criado em 13 de julho de 1990, por meio da Lei nº 8.069.

6 A Lei da Migração, foi sancionada através da Lei nº. 13.445, em 24 de maio de 2017. Sua elaboração é fruto de movimentos e reivindicações, desenvolvidos em prol da ampliação legal dos direitos dos migrantes e da superação de lacunas apresentadas pelo antigo Estatuto do

Art. 3º. A política migratória brasileira rege-se pelos seguintes princípios e diretrizes: IX - igualdade de tratamento e de oportunidade ao migrante e a seus familiares; XI - acesso igualitário e livre do migrante a serviços, programas e benefícios sociais, bens públicos, educação, assistência jurídica integral pública, trabalho, moradia, serviço bancário e seguridade social; Art. 4º. Ao migrante é garantida no território nacional, em condição de igualdade com os nacionais, a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, bem como são assegurados: X - direito à educação pública, vedada a discriminação em razão da nacionalidade e da condição migratória. (BRASIL, 2017)

Além disso, o artigo 4º da Lei da Migração estabelece que:

Art. 4º. Ao migrante é garantida no território nacional, em condição de igualdade com os nacionais, a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, bem como são assegurados: X - direito à educação pública, vedada a discriminação em razão da nacionalidade e da condição migratória. (BRASIL, 2017)

Apesar de ainda terem muitos desafios à serem superados, a Lei da Migração (2017) trouxe muitos avanços no que concerne a garantia de direitos para os migrantes, em território brasileiro. Tais avanços devem ser considerados, especialmente no que condiz o acesso à educação nas escolas públicas para as crianças migrantes. Tal análise se pauta na comparação entre a atual Lei da Migração com o “Estatuto do Estrangeiro⁷” o qual perdurou por muito tempo em território brasileiro, mas não contemplava de forma significativa os direitos aos migrantes, se tornando uma lei limitada e fragmentada.

Ressalta-se que, atualmente, o desafio está em lutar para que os direitos determinados pelas políticas sejam cada vez mais efetivados na prática, assegurando a garantia dos direitos às crianças migrantes e adotando mecanismos que garantam o acolhimento e a inclusão desses estudantes no contexto das instituições escolares, considerando suas histórias, suas culturas e desenvolvendo um ensino pautado na diversidade e na interculturalidade.

III- Discussões acerca da escola e da diversidade

A escola enquanto instituição educativa possui um papel de grande significado para a vida dos sujeitos, sendo uma instituição que não apenas ensina o conhecimento científico, mas que ajuda na formação humana, no crescimento cidadão e pessoal. Desta forma, a escola é uma instituição que tem o dever de acolher a todos, independente da condição social, cultural, raça, cor e origem.

Há de se ressaltar que a escola é uma instituição social, que foi sendo formada ao longo da história da sociedade e das necessidades de cada época. Nesse sentido, faz-se necessário refletirmos sobre qual é o papel da escola atualmente?

Estrangeiro, o qual não contemplava uma série de direitos que são fundamentais aos migrantes em solo brasileiro.

7 O Estatuto do Estrangeiro foi criado a partir da Lei nº6.815, em 19 de agosto de 1980.

De acordo com Bueno, a escola atualmente tem a função de, além de transmitir conhecimentos, ser um “espaço de convivência que favoreça o exercício da cidadania” (2001:6).

Para Gusmão:

[...] a escola, mais que um espaço de socialização toma-se um espaço de sociabilidades ou seja, um espaço de encontros e desencontros, de buscas e de perdas, de descobertas e de encobrimentos, de vida e de negação da vida. A escola por essa perspectiva é, antes de mais nada, um espaço sócio-cultural. (2000: 18)

Para a autora, pensar a escola enquanto um espaço sociocultural é pensá-la sob a perspectiva de uma instituição dinâmica, heterogênea, que recebe indivíduos de diferentes classes sociais, etnias, culturas, regionalidades, gêneros, faixas etárias e histórias e a partir disso, valorizar cada aspecto, cada diferença, cada sujeito.

A escola é uma instituição heterogênea e, de acordo com Gusmão (2000), deve além de praticar o ensino, valorizar os diferentes tipos de aprendizagens. A partir disso, entendemos que a escola precisa valorizar as histórias, as culturas, as identidades dos sujeitos inseridos em seu espaço, de modo que o processo ensino-aprendizagem possa se desenvolver por meio da troca e do compartilhamento de culturas e de saberes.

Nessa ótica, é importante pensarmos também no modo com que se organiza e se concebem os currículos das escolas, uma vez que:

O currículo corresponde, então, ao verdadeiro coração da escola. Daí a necessidade de permanentes discussões sobre o currículo, que nos permitam avançar na compreensão do processo escolar curricular e das relações entre conhecimento escolar, a sociedade, a cultura a auto formação individual e o momento histórico em que estamos situados. (Moreira, 2009: 5)

É por meio do currículo, que será possível pensar uma escola mais voltada para as questões da diversidade, que venha ao encontro da valorização das identidades e que supere a preocupação unicamente com a transmissão do conhecimento. Nessa perspectiva “A escola hoje tem uma função maior, ela precisa ensinar o aluno a refletir em face do mundo diverso em que vivemos a acreditar que a educação está para além dos conteúdos”. (Souza, Senna, 2016: 59)

Ressalta-se também que a socialização das crianças no âmbito escolar pode ser um ótimo mecanismo para auxiliar os alunos migrantes a sentirem-se incluídos e aceitos no novo território. Giddens considera que:

A socialização é o processo através do qual as crianças, ou outros novos membros da sociedade, aprendam o modo de vida da sociedade em que vivem. Este processo constitui o principal canal de transmissão da cultura através do tempo e das gerações. (Giddens, 2008: 27)

As escolas devem sempre estar abertas para as diferenças, tornando-se ambiente de inclusão, promovendo ações que motivem os alunos a refletirem que, apesar das diferenças, todos devem ser respeitados.

De acordo com a Política Nacional de Educação Especial⁸ na Perspectiva da Educação Inclusiva:

A educação inclusiva constitui um paradigma educacional fundamentado na concepção de direitos humanos, que conjuga igualdade e diferença como valores indissociáveis, e que avança em relação à ideia de equidade formal ao contextualizar as circunstâncias históricas da produção da exclusão dentro e fora da escola. (BRASIL, 2008: 5)

Nesse sentido, falar de educação inclusiva é falar da educação que respeita o diferente, seja qual seja essa diferença. A educação é um processo contínuo de formação, na qual há possibilidades de os alunos aprenderem novos conhecimentos e desenvolverem-se a partir da relação com o outro.

A educação tem por objetivo o pleno desenvolvimento da personalidade humana e fortalecimento do respeito aos direitos humanos e às liberdades fundamentais; favorecerá a compreensão, a tolerância e a amizade entre todas as nações e todos os grupos étnicos ou religiosos. (DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS, 1948)

No que concerne a inclusão dos alunos migrantes, é preciso considerar que eles estão passando por um processo de adaptação cultural, regional, familiar e social. Adaptar-se em um novo território exige cuidado e tempo. A partir disso, o trabalho desenvolvido pelas escolas, especialmente no que concerne o processo de ensino-aprendizagem voltado para as crianças migrantes, encontra muitos desafios.

Diante desse contexto, cabe a escola estar aberta para receber e acolher estas crianças, com ações de acolhimento que garantam um processo de ensino-aprendizagem significativo.

Mantoan ressalta que:

[...] há diferenças e há igualdades, e nem tudo deve ser igual nem tudo deve ser diferente, [...] é preciso que tenhamos o direito de ser diferente quando a igualdade nos descaracteriza e o direito de ser iguais quando a diferença nos inferioriza. (2004: 7-8)

Desse modo, é preciso pensar na escola enquanto instituição que pode transformar a sociedade por meio da valorização das diferenças, da luta pelo respeito à heterogeneidade e da conquista dos direitos àqueles muitas vezes invisibilizados na sociedade. É preciso luta, resistência e perseverança, para que possamos conviver com uma sociedade mais democrática e mais acessível a todos, com políticas públicas que garantam cada vez mais direitos aos cidadãos.

⁸ Tal documento foi publicado pelo Ministério da Educação brasileiro, no ano de 2008. Essa política é o resultado de um trabalho que vem sendo aprimorado ao longo dos anos, buscando reconhecer a escola como um espaço marcado pela diversidade, pela democracia e pela heterogeneidade. A partir dessa política, ressalta-se as escolas como espaços responsáveis pela garantia de uma educação com qualidade a todos os estudantes, independentemente de suas particularidades, respeitando-os como sujeitos de direitos.

IV- A pesquisa e seus desdobramentos

Conforme anunciado na introdução, esse trabalho objetivou compreender de que modo às políticas educacionais brasileiras abordam os direitos que os migrantes têm, especialmente no que concerne o acesso à educação básica. A partir disso, a pesquisa também tece algumas discussões acerca do papel da escola, enquanto instituição que deve respeitar a diversidade.

Faz-se necessário considerar que cada vez mais têm aumentado o número de crianças que migram para o Brasil e para o Estado de Mato Grosso do Sul, assim como para Campo Grande, visto que o Estado se insere em uma região de fronteira, que facilita o acesso e a permanência de muitos estrangeiros/migrantes especialmente de outros países. Nessa ótica, esse trabalho busca também apresentar um mapeamento acerca de como tem ocorrido o processo de inserção das crianças migrantes, na Rede Pública Municipal de Ensino de Campo Grande- MS.

V- Mapeamento dos alunos migrantes na Rede Pública Municipal de Campo Grande-MS

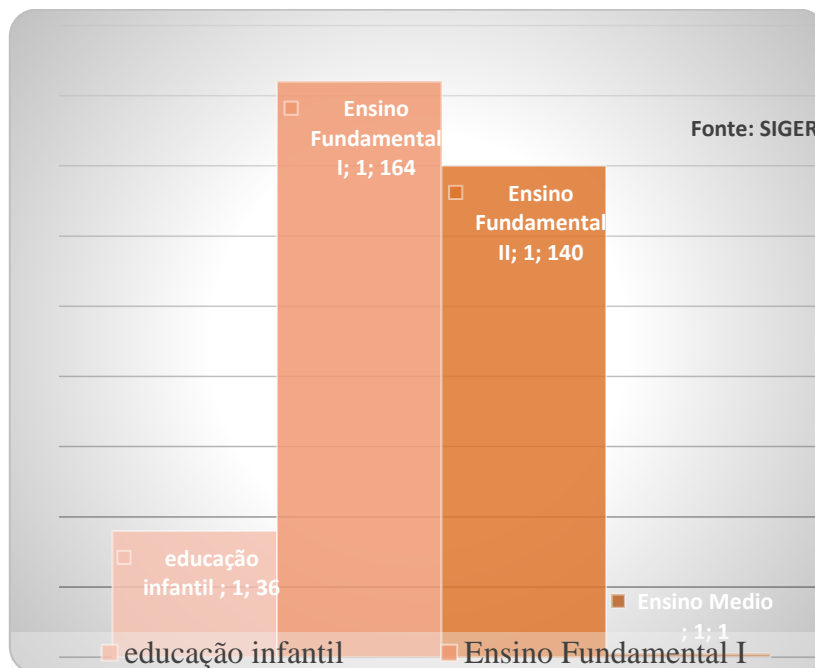
Ao longo da pesquisa, desenvolveu-se um mapeamento da situação dos alunos migrantes, matriculados na Rede Pública Municipal de Ensino de Campo Grande, capital do Estado do Mato Grosso do Sul-MS. Considera-se que esses dados sejam relevantes para compreender a inclusão dos alunos migrantes na referida rede de ensino. Além de que o Estado de Mato Grosso do Sul faz fronteiras com outros países, como Bolívia e Paraguai e recebe anualmente inúmeros migrantes por meio de suas fronteiras, desse modo é mister buscar compreender se as crianças migrantes que aqui chegam, estão tendo acesso à educação, especialmente na rede pública de ensino.

Após a análise dos dados apresentados, foi possível identificar que a Rede Pública Municipal de Ensino de Campo Grande, possui atualmente um total de 341 alunos migrantes matriculados. Tais alunos estão divididos entre Educação Infantil, Ensino Fundamental; séries iniciais e séries finais, Ensino Médio e Educação de Jovens e Adultos (EJA).

Para melhor organização, os dados referentes à situação desses alunos, estão organizados em forma de gráficos, acredita-se que essa forma, facilite a visualização e o entendimento das informações apresentadas.

No primeiro gráfico, apresenta-se o quantitativo de crianças matriculadas, em cada etapa de ensino, da Rede Pública Municipal de Ensino de Campo Grande-MS.

Gráfico I - Quantitativo de crianças matriculadas em cada etapa da Rede Pública Municipal de Campo Grande-MS



Fonte: as autoras, com base nos dados fornecidos pela Central de Matrículas - SEMED - Campo Grande-MS

A partir dos dados apresentados no Gráfico I, pode-se evidenciar que, do total de alunos migrantes inseridos na Rede Pública Municipal de Ensino de Campo Grande, 36 crianças estão matriculadas na educação infantil, 164 crianças estão matriculadas nas séries iniciais do Ensino Fundamental, 123 crianças estão matriculadas nas séries finais do Ensino Fundamental, 17 alunos migrantes estão inseridos na modalidade de Jovens e Adultos (EJA) e 01 aluno está incluído no Ensino Médio, de uma Escola Rural mantida pelo Município.

Por meio do referido gráfico, é possível identificar que os alunos migrantes estão presentes em todas as etapas da educação básica, evidenciando que o direito à educação, regulamentado pelas políticas públicas, tem sido efetivado na prática da Rede Pública Municipal de Campo Grande.

Na cidade de Campo Grande, 93 escolas da Rede Pública Municipal de Ensino atendem crianças migrantes, sendo a Escola Municipal José Rodrigues Benfica, que se localiza na região central, a instituição que possui mais alunos matriculados, sendo o total de 14 alunos migrantes.

É importante destacar que na educação infantil, as 36 crianças migrantes matriculadas na Rede Pública Municipal de Ensino de Campo Grande, estão divididas entre 11 Escolas Municipais de Educação Infantil (EMEI); já os alunos matriculados no Ensino Fundamental, estão divididos entre 66 Escolas.

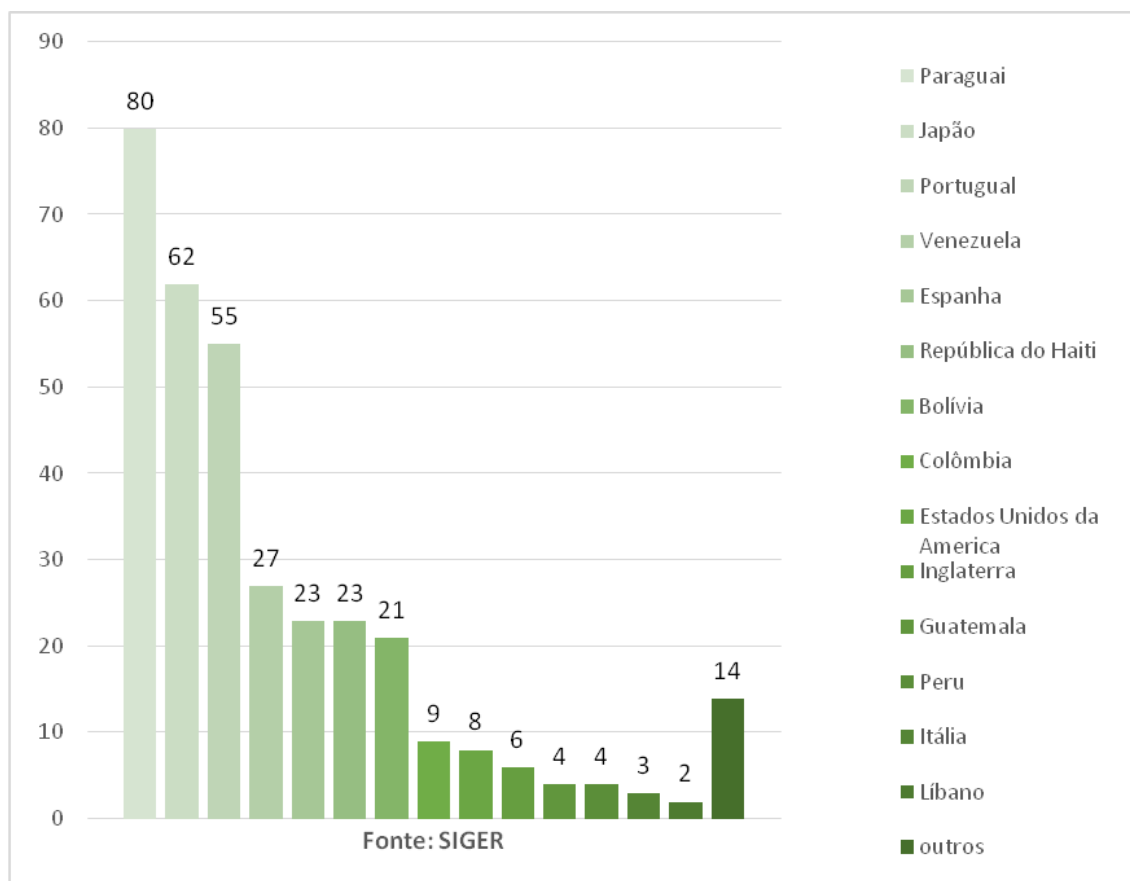
Vale ainda destacar que cada EMEI, das 11 instituições que contém crianças migrantes, possuía somente 01 criança matriculada. As demais 25 crianças migrantes incluídas na educação infantil se encontravam matriculadas em Escolas de Ensino Fundamental, uma vez que neste sistema municipal de ensino, a maior parte das turmas de pré-escola migrou para os espaços das Escolas Municipais de Ensino Fundamental.

No que concerne o quantitativo de alunos matriculados nas Escolas Municipais do Ensino Fundamental, vale destacar que das 77 instituições que receberam alunos migrantes, a escola que possui o maior número de alunos migrantes matriculados, refere-se à Escola José Rodrigues Benfica, a qual localiza-se na região Central, da cidade de Campo Grande.

Observa-se a partir dos dados apresentados, que o número de instituições que atendem alunos migrantes, é relativamente alto. Tal aspecto possibilita o entendimento de que se torna necessário pensar em formas que não apenas garantam o direito à matrícula para esses alunos, mas sim em formação dos profissionais da educação, especialmente os professores, para bem acolher esses alunos, assim como em considerar nos currículos escolares a valorização da diversidade cultural e da interculturalidade.

Também foram solicitadas para a Central de Matrículas, da SEMED/CG, informações que possibilitassem conhecer a origem desses alunos. Nessa ótica, o próximo gráfico apresenta os países de origem dos 341 alunos matriculados na Rede Pública Municipal de Campo Grande.

Gráfico II – Países de origem dos alunos migrantes matriculados na Rede Pública Municipal de Campo Grande-MS



Fonte: as autoras, com base nos dados fornecidos pela Central de Matrículas-SEMED-Campo Grande-MS

A partir do Gráfico II, pode ser constatada a descendência dos alunos migrantes matriculados nesta rede de ensino, sendo o Paraguai o país de origem que predomina o número de alunos matriculados, com o total de 80 alunos, seguido do Japão com 62 alunos, Portugal 55 alunos, Venezuela 27 alunos, Espanha e República do Haiti

com 23 alunos, Bolívia 21 alunos, Colômbia 09 alunos, Estados Unidos da América 08 alunos, Inglaterra 06 alunos, Guatemala e Peru com 04 alunos, Itália 03 alunos, Líbano 02 alunos, já países de origens como: Afeganistão, Albânia, Alto Volta, Bangladesh, Chile, Cuba, Equador, Ilha Santa Cruz, Irlanda, República da África do Sul, República Dominicana, Rússia, Turquia e Uruguai, têm-se 01 aluno matriculado, de cada país.

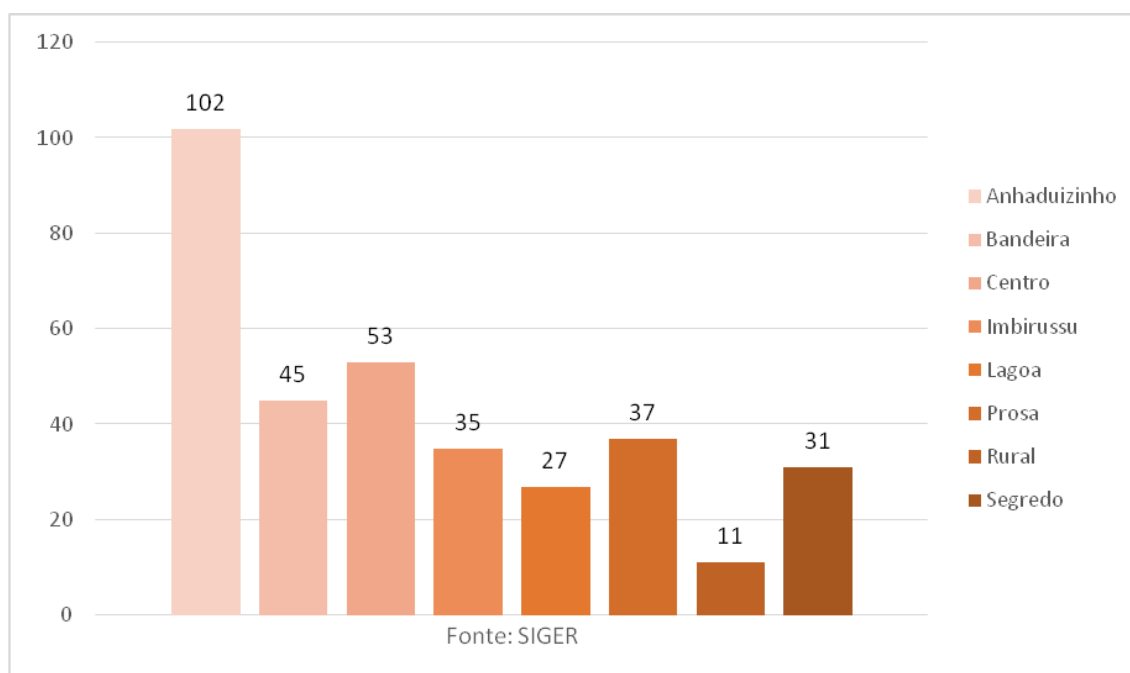
Acredita-se que o predomínio do maior número de alunos migrantes matriculados na Rede Pública de Ensino de Campo Grande ser de origem paraguaia, se justifique pelo fato de o estado de Mato Grosso do Sul fazer fronteira direta com o Paraguai, facilitando dessa forma, o processo migratório de muitos sujeitos paraguaios para o referido estado.

Conhecer a origem dos alunos vem ao encontro da perspectiva apresentada por Gusmão de que:

[...]o desafio da escola e dos projetos educativos que orientam nossa prática está no fato de que, para compreender a cultura de um grupo ou de um indivíduo que dela faz parte, é necessário olhar a sociedade onde o grupo ou o indivíduo estão e vivem. É aqui que as diferenças ganham sentido e expressão como realidade e definem o papel da alteridade nas relações sociais entre os homens. (2000: 16)

Outro dado apresentado refere-se à localização das escolas da Rede Pública Municipal de Ensino de Campo Grande, em que esses alunos estão matriculados.

Gráfico III - Regiões das Escolas Municipais em que os alunos migrantes estão matriculados na cidade de Campo Grande



Fonte: as autoras, com base nos dados oferecidos pela Central de Matrículas- SEMED-Campo Grande-MS

Pode ser observado, através do Gráfico III, que a maior concentração dos alunos migrantes, está na região do Anhaduizinho, a qual possui 102 alunos matriculados em escolas da Rede Pública Municipal de Ensino de Campo Grande que estão

inseridas nesta região, seguida da região Central, a qual possui 53 alunos migrantes matriculados. Já a região Bandeira, possui cerca de 45 alunos matriculados, a região Prosa segue com 37 alunos, a região Imbirussu com 35 alunos, a região Segredo com 31 alunos, a Região Lagoa com 27 alunos. Há que destacar também a Zona Rural do Município de Campo Grande, a qual possui 11 alunos migrantes matriculados

Vale destacar que o índice de alunos migrantes se concentrarem mais em escolas de determinadas regiões, como Anhanduizinho e região central, pode estar atrelado ao fato de buscarem escolas próximas de suas residências ou se seus locais de trabalho, como é o caso da região central, que disponibiliza maiores possibilidades de emprego, especialmente no comércio da cidade.

Por meio da pesquisa, é possível observar que em Campo Grande um total de 93 escolas da Rede Pública Municipal atende à jovens e crianças migrantes, sendo a Escola Municipal José Rodrigues Benfica, que se localiza na região central da cidade possui mais alunos matriculados, sendo o total de 14 alunos migrantes.

Além de as políticas educacionais, como a LDB⁹ de 1996 estabelecerem a educação como um direito nacional para os migrantes, em Campo Grande foi criada a Deliberação 1.263, de 04 de outubro de 2011, por meio do Conselho Municipal de Educação de Campo Grande-MS (CME-CG), a qual dispõe sobre o processo de matrícula de aluno estrangeiro no ensino fundamental e médio, do Sistema Municipal de Ensino de Campo Grande-MS, e esta apresenta 05 artigos, os quais consideram que:

Art. 1º As instituições de ensino que oferecem o ensino fundamental e médio deverão receber os pedidos de matrícula dos alunos estrangeiros, de acordo com o disposto nesta Deliberação.

Art. 2º As instituições de ensino deverão proceder à matrícula dos alunos estrangeiros sem qualquer discriminação, observando, no que couber, as mesmas normas estabelecidas para a matrícula de alunos brasileiros nas instituições do Sistema Municipal de Ensino.

Art. 3º A documentação redigida em língua estrangeira será acompanhada, quando necessário, de tradução oficial.

Art. 4º Enquanto o interessado estiver providenciando os documentos para fins de regularização de matrícula, a direção da instituição de ensino poderá autorizar sua frequência no ano correspondente de aprendizagem, pelo prazo de 60 dias, em face ao processo de classificação do aluno.

Art.5º Esta Deliberação entrará em vigor na data de sua publicação. (CAMPO GRANDE, 2011)

Nota-se que apesar da Deliberação contemplar o direito de acesso dos alunos migrantes na Rede Pública Municipal de Ensino, há algumas restrições quanto à apresentação desses direitos, como por exemplo, o fato de não fazer menção ao acesso à educação infantil, a não apresentação de orientações para as escolas sobre o processo de inclusão desses alunos no processo educativo. Ressalta-se também que não houve atualização do referido documento, após a criação da Lei da Migração, promulgada em 2017 e nem após as alterações desenvolvidas pela Lei 12.796, que altera alguns artigos da LDB de 1996.

9 Lei de Diretrizes e Bases Brasileira.

Desse modo, ressalta-se que seria bastante significativo se a Deliberação contemplasse além dos aspectos relacionados à matrícula, mecanismos orientativos para os gestores de escolas quanto a formas de acolhimento dos alunos migrantes, que muitas vezes não compreendem a língua portuguesa e precisam de um apoio maior no processo de ensino e aprendizagem.

Nessa ótica, destaca-se também a importância de estudos que se desenvolvam a fim de buscar identificar como a SEMED/CG que orienta a organização dos currículos das escolas, de modo a garantir a diversidade dos alunos migrantes, bem como em apresentar de que forma serão promovidas as discussões nas formações continuadas com os professores acerca desta problemática presente na Rede Pública de Ensino de Campo Grande-MS.

A importância dos estudos que remetam à situação das crianças migrantes na educação brasileira se torna importante para ampliar as discussões acerca dessa problemática e assim garantir que os governantes municipais, estaduais e federais, especialmente do campo da educação, possam debruçar esforços e meios para oferecer formação continuada aos profissionais da educação, assim como a buscar formas que garantam não apenas o direito às matrículas, mas o acolhimento e a inclusão desses alunos nas instituições escolares.

Como referência a essa questão, a Secretaria Estadual de Educação da cidade de São Paulo, elaborou em 2017 e posteriormente entregou para todas as instituições educativas do referido Estado, uma cartilha denominada “1º Documento Orientador CGEB/ NINC: Estudantes Imigrantes”, com o intuito de compartilhar com as instituições educativas, informações referentes ao que dizem as Legislações Nacionais e Estaduais sobre os direitos dos migrantes, formas de acolhimento dos migrantes e orientações sobre realização de matrículas dos alunos migrantes, na Rede Pública daquele Estado. Esse é um bom exemplo a ser seguido pelo Estado de Mato Grosso do Sul, o qual tem recebido cada vez mais migrantes e precisa pensar cada vez mais em formas de acolher esses sujeitos, garantindo-lhes condições e qualidade no acesso aos serviços públicos, especialmente no que concerne a educação.

Conclusão

Essa pesquisa possibilitou compreender, de modo mais amplo, a questão da migração infantil, assim como analisar o que dizem as políticas públicas educacionais sobre o direito das crianças migrantes à educação básica, em solo brasileiro. Nesse aspecto, pode-se considerar que as políticas públicas avançaram significativamente quanto a oferta de acesso à educação para os migrantes; para tanto, é preciso avançar nas discussões acerca dessa problemática no âmbito da educação, para garantir que, além do direito à matrícula, os alunos tenham garantido condições de acolhimento, que lhes garantam a aprendizagem e a valorização de suas culturas e de suas histórias de vidas.

Essa investigação permitiu também, tecer algumas discussões e considerações sobre o papel da escola, enquanto instituição formadora, que deve acolher a diversidade, necessitando estar preparada para a inclusão social, de modo a superar o processo ensino-aprendizagem focado apenas em conhecimentos específicos, mas também que objetive compartilhar com os alunos e com toda a comunidade escolar, a importância dos valores sociais, culturais, buscando de tal modo, a formação de uma sociedade mais justa, igualitária e consciente da diversidade de seus povos, buscando respeitar a singularidade e a heterogeneidade presente em nosso país.

Sendo assim, essa pesquisa possibilitou compreender o quanto é importante estudos que se debruçam mais sobre a temática da migração infantil, especialmente no campo educacional. A partir disso, os profissionais da educação terão mais conhecimento sobre essa questão e terão mais condições de acolher e desenvolver um processo de ensino-aprendizagem significativo para os migrantes, considerando a diversidade de seus alunos.

Essa pesquisa também possibilitou conhecer, pelo menos quantitativamente, o modo como tem ocorrido a inclusão dos alunos migrantes, na Rede Pública Municipal de Ensino de Campo Grande-MS. Tais fatores despertaram ainda mais o interesse em ouvir por parte dos sujeitos envolvidos nesse processo, especialmente por parte dos professores e dos alunos migrantes, como tem sido esse processo de inclusão e acolhimento na Rede Pública de Campo Grande.

Por fim, espera-se que essa pesquisa, possa fazer emergir novas reflexões acerca da importância de estudos que evidenciem a realidade das crianças migrantes no Brasil, suscitando, assim, novas investigações científicas acerca da educação e sua relação com o processo migratório.

Referências

Aprendizagem em foco. (2008). “O papel da gestão no acolhimento de alunos imigrantes”. *Aprendizagem em foco*. Instituto Unibanco. n. 38, fev. Recuperado de: https://www.institutounibanco.org.br/wpcontent/uploads/2018/02/Aprendizagem_em_foco-n.38.pdf.

Bartlett, L., Rodríguez, D., Oliveira, G. (2015). “ Migração e educação: perspectivas socioculturais”. *Educação e Pesquisa*. São Paulo, v. 41, n. especial, p. 1153-1171, dez. Recuperado de: <http://dx.doi.org/10.1590/S1517-9702201508144891>. Acesso em: 23 de março de 2019.

BRASIL. (2017) “Lei nº 13.445 de 24 de maio de 2017”. *Presidência da República*. Recuperado de: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/L13445.htm. Acesso em 04/06/2017.

_____. (1988). “Constituição da República Federativa do Brasil de 1988”. *Presidência da República*. Brasília. Recuperado de: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm.

_____. (1990). “Estatuto da Criança e do Adolescente”. *Presidência da República*. Brasília. Recuperado de: www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm.

_____. (1996) “Lei de Diretrizes e Bases da Educação”. *Ministério da Educação*. Brasília, Recuperado de: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm.

_____. (2008). *Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva*. Ministério da Educação. Brasília. Recuperado de: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16690-politica-nacional-de-educacao-especial-na-perspectiva-da-educacao-inclusiva-05122014&Itemid=30192

Bueno Silveira, J. G.. (2001). “Função social da escola e organização do trabalho pedagógico”. *Educar*. Curitiba, n. 17, p. 101-110. Editora da UFPR, Recuperado de: <https://revistas.ufpr.br/educar/article/view/2070>.

Cantinho, I. (2017). “Crianças migrantes no Brasil: vozes silenciadas e sujeitos desprotegidos”. *O social em questão*. Ano XXI. n.41. Maio a agosto. ISSN 2238-9091. Recuperado de: http://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/media/OSQ_41_art_7_Cantinho.pdf

CAMPO GRANDE. (2011). “Deliberação CME/MS Nº. 1.263 de 4 de outubro de 2011”. *Conselho Municipal de Educação de Campo Grande*. DIOGRANDE.

_____. (2019). “Central de Matrículas” *Secretaria Municipal de Educação de Campo Grande*. Campo Grande.

Cunha de Almeida, M. (2015). “O problema do aluno imigrante: escola, cultura, inclusão”. *EDUCERE: XII Congresso Nacional de Educação*. PUCPR. ISSN 2176-1396. Recuperado de: https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/20781_10323.pdf.

Giddens, A. (2008). *Sociologia*. 6. ed. Lisboa.

Gusmão Mendes, N. M.. (2000). “Desafios da diversidade na escola”. *Revista Mediações*. Londrina, v.5,n,2, p,9-28, jul./dez. Recuperado de: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/9158>.

Mantoan Eglér, M. T.(2004). “O direito de ser, sendo diferente, na escola”. *Revista CEJ*. Brasília, n. 26, p. 36-44. Recuperado de: <http://www.jf.jus.br/ojs2/index.php/revcej/article/viewFile/622/802>

Moreira, A. (2009). “Currículo, conhecimento e cultura”. In: Ministério da Educação. Secretaria da Educação à Distância. *Currículo: Questões contemporâneas sobre a qualidade na educação básica*. Ministério da Educação. Ano XIX. Nº 1, Abril. Recuperado de: <http://portaldoprofessor.mec.gov.br/storage/materiais/0000012193.pdf>.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. (1948). *Declaração Universal dos Direitos Humanos*. Recuperado de: <https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2018/10/DUDH.pdf>.

Souza Moreira P. de, J.; Senna Gomes, L. A. (2016). “Desafios para inclusão de imigrantes em escolas de regiões fronteiriças”. *TEXTOS E DEBATES*. Boa Vista, n.30, p. 55-68, jul./dez. Recuperado de: <https://revista.ufrb.br/textosedebates/article/download/3548/pdf> Acesso em: 10 de janeiro de 2019.



Travesía migratoria de los niños venezolanos en Suramérica

Migratory journey of venezuelan children in south America

Wendy Guzmán Guerra¹

Universidad de Playa Ancha (UPLA) – Chile
Valparaíso, Chile

wendujguzman@gmail.com

Ramón Alexander Uzcátegui Pacheco²

Universidad Andrés Bello (UNAB) – Chile
Valparaíso, Chile
Red ALEC, Limoges, Francia

razktgui@gmail.com

Luis Bravo Jáuregui³

Memoria Educativa Venezolana (UCV) – Venezuel

memoria.educativa@gmail.com

URL : <https://www.unilim.fr/trahs/2314>

DOI : 10.25965/trahs.2314

Licence : CC BY-NC-ND 4.0 International

Venezuela, en muy pocos años, pasó de ser un país receptor de migrantes a ser emisor de población, a un ritmo antes nunca visto en su existencia republicana. Al ser un fenómeno masivo, el componente infantil en la población que migra tiende a ser cada vez mayor. Los niños, niñas y adolescentes son una población vulnerable por su condición migratoria. En esta indagación, se consultaron documentos e informes de agencias nacionales e internacionales, así como fuentes hemerográficas, con la finalidad de construir una imagen del niño migrante venezolano en su travesía por los países de América Latina. Se registraron datos de la población infantil migrante y algunas estrategias para atender escolarmente este segmento de la población venezolana que transita por Colombia, Brasil, Ecuador, Perú, Chile y Argentina.

Palavras-chave: educación, migración, migración infantil, Venezuela

¹ Máster en Innovación e Investigación en Educación (UNED, 2019), MgSc. en Educación mención Tecnologías de la Información y la Comunicación (UCV, 2010). Licenciada en Educación (2005). Docente Investigadora, con ponencias y publicaciones en el área de diseño instrucción, currículo y pedagogía.

² Doctor en Humanidades (UCV, 2010). Licenciado en Educación (UCV, 2005); pasantía posdoctoral en la Universidad de Playa Ancha (Chile, 2018). Docente Investigador con publicaciones en el área de la educación, pedagogía e historia de la educación.

³ Doctor en Ciencias del Desarrollo, Centro de Estudios del Desarrollo (CENDES). Coordinador e investigador responsable de la Línea de Investigación Memoria Educativa Venezolana adscrita al Centro de Investigaciones de la Escuela de Educación. Licenciado en Educación por la Escuela de Educación (UCV).

Le Venezuela, en très peu d'années, est passé d'un pays d'accueil de migrants à un pays émetteur de population, à un rythme jamais vu auparavant dans son existence républicaine. Étant un phénomène massif, la composante enfantine dans la population migrante tend à être de plus en plus importante. Les enfants et les adolescents constituent une population vulnérable en raison de leur statut migratoire. Dans le cadre de cette enquête, des documents et des rapports d'agences nationales et internationales, ainsi que des sources journalistiques, ont été consultés afin de construire une image des enfants migrants vénézuéliens dans leur voyage à travers les pays d'Amérique latine. Des données ont été enregistrées sur la population des enfants migrants et sur certaines stratégies visant à scolariser ce segment de la population vénézuélienne qui voyage à travers la Colombie, le Brésil, l'Équateur, le Pérou, le Chili et l'Argentine.

Mots-clefs : éducation, migration, migration des enfants, Venezuela

A Venezuela, em muitos poucos anos, passou de país de acolhimento de migrantes a país emissor de população, a um ritmo nunca antes visto na sua existência republicana. Sendo um fenômeno maciço, o componente infantil na população migrante tende a ser cada vez maior. As crianças e os adolescentes são uma população vulnerável devido ao seu estatuto migratório. Nesta investigação, foram consultados documentos e relatórios de agências nacionais e internacionais, bem como fontes jornalísticas, a fim de construir uma imagem das crianças migrantes venezuelanas na sua viagem através dos países latino-americanos. Foram registados dados sobre a população infantil migrante e algumas estratégias para proporcionar escolarização a este segmento da população venezuelana que viaja pela Colômbia, Brasil, Equador, Peru, Chile e Argentina.

Palabras clave: educação, migração, migração infantil, Venezuela

Venezuela, in very few years, went from being a receiving country of migrants to being an emitter of population, at a pace never seen before in its republican existence. Being a massive phenomenon, the child component in the migrating population tends to be increasingly larger. Children and adolescents are a vulnerable population due to their migratory status. In this investigation, documents and reports from national and international agencies, as well as newspaper sources, were consulted in order to construct an image of Venezuelan migrant children in their journey through Latin American countries. Data were recorded on the migrant child population and some strategies to provide schooling for this segment of the Venezuelan population that travels through Colombia, Brazil, Ecuador, Peru, Chile and Argentina.

Keywords: education, migration, children migration, Venezuela

Presentación

La crisis que afecta a Venezuela está produciendo una salida importante de sus ciudadanos hacia otros países. El incremento inusitado de la inseguridad ciudadana, la conflictividad política, la disolución institucional, la pérdida del Estado de Derecho, el colapso en los servicios públicos, y un largo proceso hiperinflacionario que vive la economía local debilitan la calidad de vida de las familias. Estas condiciones han llevado a muchos venezolanos a tomar la decisión de migrar en búsqueda de mejores opciones de vida, tanto en sus dimensiones económicas, políticas y sociales, y en general de garantía de sus derechos humanos fundamentales.

En términos numéricos, desde 2014 hasta mayo de 2020, se cuentan 5.095.283 de venezolanos en el mundo (OIM- R4V, 2020)⁴. Según datos de la Organización Internacional de Migración (OIM) la migración internacional

aumentó de 93 millones en 1960 a 258 millones en 2017. Su porcentaje con respecto a la población decreció del 3,1% en 1960 al 2,7% en 1990 antes de alcanzar el 3,4% en 2017. (UNESCO, 2019:35).

En los últimos veinte años el caso venezolano sigue una tendencia creciente de migrantes a nivel regional y global. La OIM, define *migración internacional* como el movimiento de personas que dejan su país de origen o en el que tienen residencia habitual, para establecerse temporal o permanentemente en otro país distinto al suyo. La población venezolana forma parte de esa migración internacional que hoy se desplaza por en mundo en busca de mejores condiciones de vida no garantizada en su sociedad de origen.

La Asociación de Naciones Unidas para los Refugiados (ACNUR) distingue entre migrantes y refugiados. El carácter masivo de la migración venezolana ha llevado a concebir buena parte de ella no sólo como migrantes, sino también como refugiados, desplazados por las condiciones de vida que viven en el país. Los migrantes se desplazan de sus lugares de residencia habitual hacia otras locaciones, sea dentro o fuera de las fronteras de territorio nacional; los desplazados son población que se moviliza, forzada por las situaciones de vida que tienen en su sitio de residencia, ya sea por razones de guerra, catástrofes naturales, o socioambientales.

Venezuela es un caso de *migración forzada*, cuando las opciones de seguridad, salud, empleo, no existen en casa, la migración “nunca puede considerarse completamente voluntaria” (Davidson, 2003:37); por ello, “en la decisión de emigrar es posible encontrar razones dispares” (Páez, 2010). En el caso venezolano, la situación a la que ha sido sometida la población es producto de la acción gubernamental. El movimiento de venezolanos se ha extendido a diversos países del mundo; el mayor flujo, hacia países vecinos de la región latinoamericana ha repuntado en los últimos años.

La migración venezolana, por ser un movimiento masivo y de carácter forzado, también puede ser abordado como *diáspora* (Brubaker, 2005, c.p Mera, 2011), no solo por el hecho de que hay una salida masiva de venezolanos que se encuentran dispersos en varias partes del mundo, pues pese a su distanciamiento físico con el país, siguen en mayor o menor medida los acontecimientos locales, y mantienen

⁴ Información en el portal de la Plataforma de Coordinación para Refugiados y Migrantes de Venezuela. Actualización 4 de abril de 2020. Disponible en:
<https://r4v.info/es/situations/platform>

fuertes vínculos afectivos familiares, culturales y de amistad con los habitantes que aún viven en el país. Es por esta razón que autores como Páez (2010) y Cañizales (2018), al investigar el caso venezolano, sostienen que “Esa oleada migratoria, dispersa en varios continentes, puede ser la primera señal firme de que Venezuela caminaba rumbo a una diáspora migratoria” (Cañizales, 2018: párrafo 12). Hay un rasgo distintivo en la conceptualización de diáspora, y es el hecho de que al considerar una mejoría en las condiciones por las cuales migraron del país, las personas estarían dispuestas a regresar a su lugar de origen.

Dentro del movimiento migratorio que se registra en el mundo, y en específico, en lo referido al caso venezolano, hay un interés creciente en los sectores más vulnerables como son los niños, adolescentes, mujeres y personas de la tercera edad. Joel Millman, sostiene que “los migrantes más vulnerables son los indígenas, las mujeres y los menores no acompañados”⁵. Esto es comprensible; desplazarse de un territorio a otro, carentes de los acompañamientos, las herramientas, capacidades y posibilidades efectivas para afrontar el proceso migratorio, hace que enfrentan importantes dificultades para conocer y aplicar de forma adecuada a los requerimientos tanto legales, sociales, culturales y educacionales en los países de acogida o receptores (UNICEF 2004). Por ello, cabe estudiar estos sectores no solo por la posibilidad de comprender su situación, sino también de conocer la capacidad que tienen las sociedades para reconocer, acoger y reestablecer la ciudadanía de estos sectores de la población, en condición de migrantes.

En atención a caracterizar la travesía migratoria de los niños venezolanos en Sudamérica, hemos consultado distintas fuentes documentales para producir un registro del niño migrante venezolano, reconociendo que la migración infantil es un problema global (UNICEF, 2016). Metodológicamente, el trabajo sigue la óptica de seguimiento; la consulta de fuentes documentales y hemerográficas nos permite acercarnos a una visión de conjunto del problema. Hay poca información en las fuentes oficiales venezolanas y la información que disponemos es la elaborada por los organismos internacionales, las oficinas de información estadística y poblacional de los países receptores y los registros de la prensa.

La migración ha sido una preocupación del mundo académico (Osos y Villares, 2005; Mateo y Ledezma, 2006; Rivas, 2009; Echeverry, 2011; Freitez, 2011; Castillo Crasto y Reguant Álvarez, 2017) y en el caso de la situación venezolana es importante tener presente los trabajos de Páez (2010); Zuñiga (2011); Padilla, Torres y Michelena, 2015; Requena y Caputo (2016) y Vargas Ribas (2018), además de los informes que, desde la ONU, UNESCO, UNICEF y la OIM se han hecho sobre Venezuela. El análisis y seguimiento del fenómeno migratorio nos permitió identificar un segmento de la población vulnerable en este proceso, que en su travesía por la región ha enfrentado distintas situaciones hasta ver restituido uno de sus derechos fundamentales como es la educación.

I- La migración venezolana, un fenómeno nuevo. ¿Cómo se comporta y qué la origina?

Venezuela durante el siglo XIX y XX había sido receptor de ciudadanos provenientes de naciones europeas y latinoamericanas. Sin embargo, en los últimos veinte años, y especialmente, a partir de 2014 este proceso se ha revertido. Venezuela pasó de ser un país receptor a un país emisor de población.

⁵ Sobre el tema indígena puede revisarse ¿Qué implica la inmigración de los indígenas? Prensa ONU, disponible en: <https://news.un.org/es/story/2018/06/1435672>

En los últimos 20 años, en Venezuela, se registran tres oleadas migratorias de importancia. 2000-2005: ante la situación de incertidumbre política, producto de los cambios constitucionales iniciados en 1999 ante la propuesta de refundación de la República, por la nueva elite política instalada en el poder desde 1998; luego, 2014 y 2015: ante el recrudecimiento de la crisis política y económica que mermó sustantivamente la calidad de vida de la población; y, 2018-2019, donde el crecimiento negativo del PIB del país en los últimos seis años llevó a mucha de su población ante una situación de crisis que los organismos internacionales han denominado crisis humanitaria⁶. La situación es tan compleja que no pocos migrantes desde Europa y Suramérica, llegados a Venezuela en tiempos de la democracia representativa (1958-1998), hoy se han devuelto a sus países de origen junto a sus familias constituidas en el país. En algunos casos, ello ha originado fragmentación familiar, la cual incide significativamente sobre los niños.

En la tabla 1, a continuación, se muestra el crecimiento y la concentración por regiones de la emigración venezolana, desde 2005 hasta 2019. Se destacan como principales destinos Sudamérica, Norteamérica y España. También se nota un crecimiento sostenido, con una expansión repentina en los años 2016 y 2017.

Tabla 1. Comportamiento de la diáspora venezolana

Año	2005	2010	2015	2017	2017/2018	2019-Mayo	2019-Julio	2019-Diciembre
América del Norte	155.140	196.910	273.418	308.832	310.999	371.919	371.919	371.919
España*			165.893					323.575
América Central + México	12.437	21260	33.065	78.641	118.266	160.402	166.974	195.796
Caribe	24.367	19.629	21.074	41.693	42.950	119.333	119.333	88.840
Sud América	54.616	62.240	88.975	885.891	1.848.581	2.889.923	3.239.730	3.659.570

Fuente: Elaboración propia a partir de datos de OIM (abril 2018), OIM (septiembre 2018), OIM (mayo, 2019); (julio 2019) y OIM (dic 2019), *OIM, (marzo 2020)

La emigración venezolana se inició por motivaciones políticas. Páez ha señalado que ella ha ocurrido en “el período en el que el país ha percibido el mayor volumen de ingresos de su historia republicana” (2014:4), producto de un alza de la demanda y a su vez del valor del petróleo en el mercado mundial,

⁶ Muñoz-Pogossian Betilde (2018, 11 de diciembre). Diáspora venezolana: tres olas migratorias en 20 años. El Nacional Web, disponible en: https://www.elnacional.com/opinion/columnista/diaspora-venezolana-tres-olas-migratorias-anos_262845/

Con esa formidable masa de ingresos el régimen pretendió impulsar un régimen socialista, a imagen y semejanza del fracasado modelo cubano y al margen y en contra de la Constitución aprobada en 1999. (Páez: 2014:4)

Esto dio paso a la diversificación de las razones para emigrar, esto es, razones económicas, jurídicas y sociales como la seguridad física, alimentaria y psicológica; en fin, razones humanitarias.

II- La crisis de la sociedad venezolana produjo una explosión migratoria que incluye a la infancia

Son múltiples las circunstancias por las cuales un niño adquiere la condición de niño migrante. Según el Instituto de Democracia y Derechos Humanos de la Pontificia Universidad Católica del Perú, se entiende por niño migrante a “toda persona menor de 18 años que se encuentre fuera del Estado del cual es nacional” (CIDH, 2012: 4). La salida, desde su país de origen hacia otro, afecta esta condición, tenga o no documentos, migre con o sin sus padres y esté en condición de tránsito, asilo, refugiado o desplazado. Veamos:

dentro de las múltiples posibilidades que se pueden dar, existen tres circunstancias en el marco de las migraciones que condicionan a los/as niños/as: (i) niños/as que migran junto con sus familias, (ii) niños/as que migran sin compañía de sus padres, madres o responsables y (iii) niños/as que permanecen en el país de origen cuando sus padres y madres migran. (Salmón c.p. CIDH, 2012: 6)

La vulnerabilidad del componente infantil en los flujos migratorios está presente durante el tránsito, su llegada e inserción en otra sociedad o si le corresponde quedarse y ver partir a su familia. La condición de migrante, más allá de su estatuto jurídico, tiene repercusiones en el niño, en sus dimensiones afectivas, sociales, culturales y ciudadanas, “En los países receptores, los niños se ven afectados en las etapas del proceso migratorio de la llegada y la larga permanencia” (Bustamante, 2009:10).

Grupos familiares se ven escindidos por la nueva situación. Desde 2014, se viene alertando sobre el impacto de la crisis venezolana en niños y adolescentes. Organismos reconocidos como Centros Comunitarios de Aprendizaje (CECODAP), Cáritas Venezuela y UNICEF han emitido comunicados exhortando a la sociedad y al Estado a brindar medidas de protección que garanticen, tal como lo establece la legislación venezolana vigente, el pleno desarrollo del niño. En este sentido se “solicitó la rápida implementación de una respuesta a corto plazo contra la mal nutrición, basada en datos desglosados y coordinada entre el Gobierno y los socios” (UNICEF, 2018: párrafo 1)⁷.

Según la Encuesta Nacional sobre Condiciones de Vida, realizada entre la Universidad Central de Venezuela, Universidad Católica Andrés Bello y la Universidad Simón Bolívar en 2017, el 88% de los migrantes venezolanos tienen entre 15 y 59 años, lo que indica que no menos del 10% de la población migrante está compuesta por niños, niñas o adolescentes menores de 18 años (ENCOVI, 2017). En la encuesta se indica que el total de migrantes era aproximadamente de 1 millón 421 mil venezolanos.

⁷ Traducción de los autores.

Si derivamos la proporción de menores señalada en la encuesta, estamos ante la posibilidad de que, por lo menos, sean 150 mil niños venezolanos migrantes. La cifra puede ser más alta si tomamos en consideración que, entre registros y subregistros, se llega a una estimación de 4 millones de venezolanos - según estimaciones de la firma Consultores 21 y los cálculos del Consejo Noruego para Refugiados⁸, o de 5.095.283 de venezolanos como registra OIM- R4V.

Muchos niños se han despedido de sus padres ahora migrantes, pero otros han tenido que irse sin sus hijos, dejándolos al cuidado de terceros. Unicef y otras organizaciones para los derechos de la niñez incluyen a estos pequeños en una categoría llamada “los niños dejados atrás⁹. Aquellos cuyos padres o familiares son migrantes se ven igualmente afectados en su dinámica psicosocial; son colocados ante situaciones de abandono emocional y en algunos casos, material. Algunas características de los niños venezolanos migrantes se han registrado en Colombia. De 203.989 venezolanos,

23% de los venezolanos registrados son niños y solo 49% de los niños en edad escolar están estudiando. El 98% de los venezolanos registrados no están afiliados al sistema de salud y, en general, 88% de los venezolanos han expresado su intención de permanecer en Colombia. (ACNUR, 2018: párrafo 3)

Esas condiciones son únicamente para Colombia. Otro caso que cabe citar es Perú según una encuesta realizada por el Centro Binacional de Atención Fronteriza (CEBAF) de la ciudad de Tumbes a 1.235 venezolanos que ingresaron por la frontera noroeste del Perú, entre el 10/09/2019 y el 10/12/2019. Se comenta que:

el 31.3% de la población venezolana consultada manifestó haber dejado en Venezuela al menos a una persona menor de edad de su familia nuclear (hijos/as o hermanos/as). De este porcentaje, el 52.3% tiene en Venezuela a un menor de edad, el 33.7% cuenta con dos menores de edad y un 14.1% ha dejado tres o más menores en Venezuela. (OIM, 2020:8)

Además, la población migrante ha atravesado por contingencias adicionales tal como la presentada en la frontera Perú-Chile. Desde junio hasta agosto de 2019,

cientos de refugiados y migrantes venezolanos que viajaron a Tacna con destino a Chile han permanecido en la ciudad fronteriza con la esperanza de cumplir con los trámites en el Consulado chileno. (ACNUR Perú, 2019: 1)

En dicha coyuntura:

41% de los miembros del grupo familiar son niños, niñas y adolescentes (125 niños, niñas y adolescentes). De éstos, 13% tiene entre 0-4 años (41 niños y niñas). La evaluación identificó 8 niños, niñas y adolescentes (NNA) separados de sus padres o que sólo viajan con uno de estos. (...) 22

8 “El NRC denuncia que más de cuatro millones de venezolanos han huido del país en los últimos cuatro años.” Europa Press <http://www.europapress.es/internacional/noticia-nrc-denuncia-mas-cuatro-millones-venezolanos-huido-pais-ultimos-cuatro-anos-20180319124300.html>

9Rodríguez, María Fernanda. (2018). « Hijos de migrantes sufren el dolor de la separación. » <https://cecodap.tumblr.com/post/172835049273/hijos-de-migrantes-sufren-el-dolor-de-la>

madres/padres están solos con sus hijas/hijos (...) 87% de las familias con hijos menores de edad se quedan con sus niñas y niños en la calle, denotando la falta de espacios seguros para los menores de edad y los riesgos de protección asociados a ello. (ídem)

Tal situación se diluyó luego del cierre del consulado de Chile en la ciudad peruana de Tacna, en agosto, donde los ciudadanos venezolanos deben realizar trámites migratorios en Perú para poder ingresar a Chile. Los venezolanos debieron acudir a otras regiones a gestionar su estado migratorio, dado que las personas varadas en la frontera debieron trasladarse a Lima Perú, con los costos que eso implica, para poder regularizar su situación y poder ingresar a Chile o replantear su proyecto migratorio.

III- Los niños forman un porcentaje importante y vulnerable de la migración venezolana

Los niños que migran tienen un futuro incierto, en el mejor de los casos logran incorporarse a la escolaridad en los países receptores. Existen acciones para que se incorporen a las escuelas, pero ya no estudiarán historia de Venezuela, ahora estudiarán historia de Chile, de Colombia, de Perú. Se adaptarán a una nueva cultura escolar y a una nueva sociedad. Las aulas de educación básica y media en Venezuela se vacían. En educación universitaria este fenómeno viene ocurriendo desde tiempo atrás (De la Vega y Vargas, 2017). Carlos Trapani, coordinador de la organización no gubernamental Centros Comunitarios de Aprendizaje (CECODAP), ONG dedicada a la proyección de los derechos de los niños/as y adolescentes, señala que “las escuelas se están quedando sin niños y sin docentes, es un contexto bien difícil y complejo” (CECODAP, 2018: párrafo 1).

Aunque no se tiene información oficial y consolidada de este flujo en Venezuela y es parcial en los países explorados, la revisión de la prensa, informes de organismos multilaterales estatales como el de R4V (2020)¹⁰ reportan la atención educativa de 1,420.000 infantes en la región, lo que abarca desde apertura a los sistemas formales de educación, simplificación de los procesos de validación de títulos, trato preferencial ante procesos administrativos y creación de grupos de atención.

En Colombia, Brasil, Ecuador, Perú, Chile y Argentina aumentó la presencia de niños venezolanos, otrora estudiantes del sistema educativo venezolano. Es progresiva la incorporación a sus sistemas educativos, a una nueva cultura escolar, y se han creado políticas y estrategias de atención a migrantes, lo que ha facilitado a la infancia migrante, pese a su situación legal, social y económica, insertarse en las escuelas. Veamos algunos casos.

1- Colombia

En este país, la información disponible indica que “ya serán más de 13.000 niños venezolanos registrados en el sistema educativo colombiano desde 2016” (Rojas, 2018: párrafo 1). Aunque la cifra puede ser mayor, sin duda ello representa un importante número de niños venezolanos incorporados en las escuelas del vecino país. El balance es el siguiente “En Cúcuta, por ejemplo, la Secretaría de Educación

¹⁰ R4V es la plataforma de coordinación para migrantes y refugiados venezolanos, promovida por ACNUR y la OIM, tiene un carácter de Plataforma Regional de Coordinación Interagencial. Fue creada en 2018 a solicitud de la ONU. Portal oficial: <http://RAV.info>

tenía registrados 1.483 niños venezolanos para 2017. En febrero de 2018 ese número ya había ascendido a 3.179” (ídem),

Al respecto, el Ministerio de Educación Nacional de Colombia informó, para enero de 2018, que “De 3 mil a 4 mil estudiantes tienen falta de registro y estamos desplazándonos a diferentes zonas de frontera donde reporten que tienen dificultades”. (La FM, 2018: párrafo 5)

Hay un creciente número de niños venezolanos en escuelas colombianas. La educación, como derecho humano fundamental, se ha puesto a prueba en esta realidad, en la que los ciudadanos venezolanos, ahora en condiciones de migrantes, deben cumplir con los trámites legales para acceder a la escolaridad. Cúcuta es la ciudad colombiana con mayor intercambio histórico con Venezuela, lo que puede incidir en el alto asentamiento de venezolanos, pero los migrantes también se ubican en otras partes del vecino país:

Según los resultados emitidos en mayo sobre el primer mes del Registro de Migrantes Venezolanos, en toda Colombia se inscribieron más de 203.000 personas. Las cifras entregadas contabilizan a 106.476 familias de las que 98.516 son mujeres, 3.914 de ellas se encuentran en estado de embarazo y existen 48.164 niños, niñas y adolescentes, de los cuales menos de la mitad está estudiando. Solo 13.549 están adscritos a algún plantel educativo. (Rojas, 2018: párrafo 4)

En general, de los países suramericanos, Colombia concentra la mayor proporción de la migración venezolana; se invierte la dinámica migratoria desarrollada en el último cuarto del siglo XX, en el que miles de colombianos encontraron refugio en Venezuela. Novella describe que:

Para el año 2000 había un total de 7.135 venezolanos que venían al país en búsqueda de residencia permanente. Esta cifra aumentó en un 700% para el año 2005, llegando a un total de 50.073 venezolanos solicitantes de visas de residencia en Colombia. Las estadísticas dadas por Migración Colombia reportan que los venezolanos forman parte del primer grupo de migrantes extranjeros en Colombia que solicitan cédulas de extranjería entre los años 2012-2014, llegando a un total de 24.047 cédulas para el período. (2016:134)

Además del acceso educativo y la alta densidad poblacional se aprecian situaciones elocuentes sobre la dramática travesía de los migrantes en general y de sus niños en particular. En la prensa se registran

en la terminal de Soledad, en el Atlántico, fueron desalojados 300 venezolanos (de los cuales 70 eran menores de edad) que vivían en un parqueadero durante la primera semana del año. (Lasillavacia.com, 2018, 20 de enero)

Informaciones como éstas ponen a prueba el sistema de protección de niños migrantes cuando la “Situación de niños en la calle aumenta con crisis en Venezuela”¹¹; “Niños venezolanos duermen en andenes, calles y parques de

11 “Situación de niños en la calle aumenta con crisis en Venezuela.” “En los últimos seis meses hemos notado un incremento alarmante en la cantidad de niños en situación de calle. De cinco casos pasamos a atender 20 diarios. Todos son muy pequeños, con edades entre los 7 y 12

Cúcuta”¹²; “52 niños venezolanos abandonados en la frontera con Colombia”¹³; “Niños desamparados deambulan en Venezuela tras éxodo de sus padres”¹⁴. La situación se resume en que:

El 60% de la infancia venezolana en Colombia no va a la escuela, lo que incrementa los riesgos para su seguridad. La situación de precariedad en la que viven sus familias y las dificultades para obtener la documentación apta para un empleo formal fomentan su ingreso temprano en el mercado del trabajo. (Trotta, 2018: párrafo 7)

Son niños que ya no están en la escuela, su entorno cambió; la crisis que les tocó vivir, de la cual no son responsables, los hace víctimas de un futuro incierto para sí y para los países de acogida si no se activan los mecanismos de protección adecuada. Así las cosas, urgen acciones para mitigar la vulnerabilidad, entre las cuales existen algunas dotaciones pues en Colombia entre enero y diciembre de 2019 se fomentó el acceso a la educación con “con kit escolares para niños y profesores. 4.043 beneficiarios” (CICR, 2019: 1).

La numerosa población de 1.630.903 de venezolanos en el vecino país para finales de 2019 ha generado un gran impacto sociodemográfico, lo que ha llevado a que Colombia incorpore políticas y estrategias migratorias, fronterizas, educativas y humanitarias en su agenda, e incrementado también el acceso escolar, aunque tenga grandes retos por superar.

2- Brasil

Con respecto a Brasil, se tiene que “Entre 2017 y 2019 más de 540.000 venezolanos ingresaron al país”¹⁵. En el marco de la Operación Acogida, entre 2018 y 2019, se brindó asistencia a menores venezolanos en proporción de 4.900 femeninas y 4.628 masculinos que transitaban junto a algún adulto. Según Unicef:

años, y nos dicen que salen a buscar alimentos”, explicó el portavoz de la Asociación Civil Red de Casas Don Bosco <https://www.elcorreodelorinoco.com/ninos-en-la-calle-crisis-venezuela/>
12 “Niños venezolanos duermen en andenes, calles y parques de Cúcuta.” Algunos de los niños se están viendo forzados a trabajar junto a sus padres en los semáforos vendiendo dulces para subsistir, sin embargo, las autoridades ya se encuentran realizando recorridos para solventar la situación con los menores de edad. <https://www.noticiasrcn.com/nacional-regiones-oriente/ninos-venezolanos-duermen-andenes-calles-y-parques-cucuta>

13 “52 niños venezolanos abandonados en la frontera con Colombia.” Por alguna carencia como falta de comida y de albergue, 2.423 niños venezolanos menores de 5 años de edad que migraron a Cúcuta, departamento Norte de Santander, han sido atendidos y llevados a centros de desarrollo infantil, hogares comunitarios y hogares infantiles, de acuerdo con datos suministrados por el ICBF” http://www.el-nacional.com/noticias/sociedad/ninos-venezolanos-abandonados-frontera-con-colombia_223155

14 “Niños desamparados deambulan en Venezuela tras éxodo de sus padres.” “Hay un aumento en el número de chamos que quedaron a cargo de un familiar o de algún vecino porque los padres se están yendo hacia Colombia o hacia otros países a trabajar, y por supuesto que lo hemos notado en la calle”, dijo a Efe Leonardo Rodríguez, director de la Asociación Civil Red de Casas Don Bosco. http://www.el-nacional.com/noticias/crisis-humanitaria/ninos-desamparados-deambulan-venezuela-tras-exodo-sus-padres_225433

15 “Proyecto Pacaraima, Brasil, acoge a refugiados y migrantes sin hogar” (15-01-2020) <https://www.acnur.org/noticias/noticia/2020/1/5e2116614/proyecto-pacaraima-acoge-a-refugiados-y-migrantes-sin-hogar.html>

En el estado brasileño de Roraima más de 3.600 niños venezolanos (han sido) matriculados en centros públicos; (...) la calidad y el tipo de servicios prestados dependen de las iniciativas de la escuela y los maestros”. (Trotta, 2019: párrafo 13)

Cada día aumenta la presencia de infantes venezolanos en Brasil: “La migración venezolana es joven —el 72% tiene entre 20 y 39 años— y de alta escolaridad (el 32%),” (Agencia Anadolú, 2018: párrafo 8). Muchos llegan a Boa Vista, la ciudad más cercana a la frontera con Venezuela, pero,

Como la ciudad no tiene plazas para todos, muchos, incluso familias con niños se quedan en las calles y ocupan los espacios públicos, como estaciones de autobuses y las entradas de los hospitales”. (Agencia Anadolú, 2018: párrafo 5)

Los refugios no dan abasto y la transición hacia las mejores condiciones de vida por las que emigraron se forja con bastante lentitud. Además de las limitaciones económicas y sociales de su condición, el niño venezolano migrante enfrenta en esta frontera el reto de aprender un idioma diferente, lo que dificulta su inclusión en la escuela, más que en otras naciones de la región. Sin embargo, las respuestas de la escuela brasileña han sido de apertura hacia la integración de la niñez venezolana. Un ejemplo es “El sistema de educación pública de la ciudad atendió a 1.338 alumnos en 2017, entre brasileños y venezolanos”. (Agencia Brasil, 2018, portal Web)

En el mejor de los casos, los niños acceden a una escuela en sus nuevos lugares de acogida, pero esto no es lo que predomina. Mucha es la información que hay sobre niños migrantes en situaciones de alta vulnerabilidad. Este registro es un proceso complejo y lento que ha favorecido la inserción de los niños venezolanos a múltiples actividades, pero que contempla etapas de alta vulnerabilidad.

3- Ecuador

Rosero ha expresado que “hasta el 20 de agosto, según un informe del Ministerio de Gobierno, se registró la presencia de 349.097 ciudadanos venezolanos en el país” (2019, Párrafo 3). Desde 2018, se ha identificado el problema y según datos de Acnur en Ecuador “el 44% de los menores venezolanos no asisten a la escuela” (Trotta 2018: párrafo 11), lo cual es una situación alarmante. En la cifra de ciudadanos venezolanos en Ecuador, “De ellos, 88.320 tienen entre 3 y 17 años. Pero solo 34.000 están en el sistema educativo; aproximadamente hay 54.000 fuera de las escuelas” (Rosero, 2019, Párrafo 3).

Si bien se han desarrollado acciones de colaboración, el país tiene problemas estructurales propios, por lo que la inclusión de estos niños migrantes en el sistema escolar es lenta y se privilegian acciones generales, con un alcance moderado. Por ejemplo: “De enero a diciembre de 2019 se registraron 7.883 asistencias en el sector de educación” (R4V, 2020: 1). Tales asistencias se desglosan:

1. apoyo de casos individuales con orientación para acceso a la educación,
2. entrega de insumos (kits escolares) a niñas/niños,
3. Procesos de educación informal para mediación de conflictos orientados a niñas, niños, adolescentes y jóvenes. (ídem)

Acciones reducidas y los riesgos para la infancia venezolana migrante en este país se maximizan ante las limitaciones para el acceso de su núcleo familiar a condiciones económicas y entornos sociales estables y sólidos.

4- Perú

Entre las características y circunstancias que presenta la infancia venezolana en edad escolar que emigra al Perú cabe citar a Trotta quien expresa que:

Tras Colombia, Perú es el país que más refugiados y migrantes venezolanos alberga, medio millón, de los cuales 80.000 son niños y niñas (...), para finales de 2019 se estima que serán 1,3 millones, incluidos 200.000 menores de edad. (2018, Párrafo 8)

La inmigración en Perú creció exponencialmente en tan solo dos años. Según “los resultados de los Censos del 22 de octubre del 2017. A esa fecha se contaron 60.949 personas, que habían llegado del 2012 al 2017” (Mendoza y Miranda, 2019: 1), pero la inserción escolar de los niños es baja.

Según el estudio elaborado por el Instituto Nacional de Estadística e Informática, el 18.7% de la población venezolana que vive en el Perú son niños o adolescentes de hasta 17 años. En el caso de los adolescentes de 12 a 16 años, a quienes les correspondería cursar educación secundaria, solo el 40.2% asiste al colegio, mientras el 59.8% no lo hace. La tasa de inasistencia al colegio es mayor en hombres (66.1%) que en mujeres (50.9%). De los niños que deberían poder cursar estudios de nivel primario (de 6 a 11 años) el 54% no está estudiando. (Gestión.pe, 2019: párrafo 2)

Otra referencia que da cuenta de los niños venezolanos en el Perú son las 631 entrevistas realizadas por ACNUR, en noviembre de 2019, entre niños /as y adolescentes con 3 o más meses de residencia en el país. De éstos solo el 51% está en la escuela mientras que 47% no está matriculado por diversas razones administrativas en el sistema escolar del país de acogida: falta de cupo (22%), falta de documentos y requisitos (12%), tarde para inscribirse (11 %) y razones personales como falta de recursos económicos (15%) (ACNUR, 2019: 4).

5- Chile

En el caso de este país austral, según cifras del Ministerio de Educación,

en 2016 había 61.085 escolares migrantes en el país (...). La cifra se duplicó en un año considerando que, en 2015, los escolares extranjeros contabilizaban 30.625 personas”. (Elige Educar, 2017: párrafo 3)

Al respecto Espinoza (2019) en un reportaje para Radioagricultura titulado “Explosivo aumento de estudiantes venezolanos en Chile” señala que: “Entre el 2016 y 2018 los venezolanos pasaron de 711 a 16.081 escolares, un aumento de 2.162%. (...)”. Agrega que los venezolanos “son parte activa y han logrado manifestarse en sus expresiones culturales, como bailes y costumbres” (ídem).

Profundizando en características del acceso a la escuela y otros servicios básicos de los niños venezolanos migrantes en este país, se ha identificado que “Entre quienes conviven con más personas, el 39% vive con menores de edad, de estos niños/as y

adolescentes el 85% asiste a la escuela” (OIM, 2019: 12). Con los datos disponibles, hasta el año 2017, se aprecia un escenario con amplias posibilidades para una integración armónica en el proceso educativo, de gran cantidad de niños venezolanos en este país.

6- Argentina

Para 2015 “Según estadísticas de la Dirección de Migraciones de Argentina, (...) un promedio de 30 venezolanos se radicó por día en el país. Así, en 2015 la cantidad de venezolanos aumentó un 120 % y en 2016, otro 140 %” (Pérez, 2017: párrafo 12). Mientras que para 2018 se otorgaron “70.531 radicaciones entre temporarias y permanentes a venezolanos” (DNM, 2018:3). Esos incrementos significativos en la cantidad de venezolanos influyeron, desde febrero de 2016, en la creación de políticas para la inclusión escolar. Al respecto: “el Ministerio de Educación Nacional dictó la resolución 232-E que garantiza y facilita el acceso de estudiantes venezolanos, con o sin papeles, al sistema educativo argentino”¹⁶.

En el mismo artículo se indica que, en 2016, la cantidad de estudiantes venezolanos era de “1.249 chicos en nivel inicial, 525 chicos en primarios y 338 en secundarios” (ídem). A contar de 2019, comienza a destacar la presencia en las regiones; por ejemplo:

en Mendoza hay 288 alumnos que vienen de ese país. De ellos 34 se encuentran en nivel inicial, 162 en primaria y 66 en secundaria, tanto en colegios de gestión pública como privada”¹⁷.

De tal manera, los menores de edad que acompañen a esos adultos serán reubicados en el interior de la nación, con lo que será más viable para el país la inserción de esos niños en plazas escolares.

Conclusiones

La panorámica descrita en el artículo nos permite no solo ver la complejidad del proceso migratorio venezolano, sino el impacto concreto que tiene sobre la población infantil, no solo aquella que se queda en su casa y ve partir a sus familiares al extranjero, sino también, de aquellos jóvenes que salen con parte o la totalidad de sus familias al extranjero huyendo de las condiciones actuales de la sociedad venezolana. Estamos ante una generación de jóvenes que vivirá parte de su infancia y adolescencia inmersa en un proceso migratorio, y las consecuencias que esto tiene para su desarrollo psicológico, moral, cultura e intelectual. De todos los aspectos involucrados, el desarraigo de la familia y de su escolaridad es uno de los procesos más complejos de observarse en este segmento de la población venezolana.

Ahora bien, ¿cómo mitigar las condiciones de vulnerabilidad del niño venezolano, migrante o no? En el primer caso, por el reconocimiento de su ciudadanía, mas allá de los imperativos de los Derechos Humanos y de los Derechos del Niño de la cual

16 Brian Majlin (2018). “Cómo se integran en las escuelas argentinas los niños venezolanos”. RED/ACCIÓN 9-8-2018. Disponible: <https://www.redaccion.com.ar/como-se-integran-en-las-escuelas-argentinas-los-ninos-venezolanos/>

17 “V Historias de vida: hay casi 300 niños venezolanos que llegaron a Mendoza para rehacer su vida”. MDZ Diario de Mendoza, 9-8-2019, disponible en: <https://www.mdzol.com/sociedad/2019/8/9/historias-de-vida-hay-casi-300-ninos-venezolanos-que-llegaron-mendoza-para-rehacer-su-vida-39485.html>

buena parte de los países del mundo son signatarios. Los Estados y las sociedades de acogida deben cada vez más ante la presión migratoria organizar los cauces institucionales que permitan, en el caso de la infancia, construir opciones para su desarrollo vital y cultural.

La sociedad venezolana debe estar atenta a este fenómeno. La educación institucionalizada en establecimientos de educación básica o en universidades no es el remedio para todos los males de Venezuela. Definitivamente no lo es, ni mucho menos cuando las sociopatías contextuales que afectan a la Nación son del tamaño de las que sufre la educación venezolana. Un aterrador ejemplo de ello es la hiperinflación que hace muy difícil lo que en este país se podría hacer para beneficio de las nuevas generaciones. Sobre todo, en lo que el cuerpo de la Constitución Nacional de 1999 sanciona como los caminos más expeditos para una mayor felicidad, el trabajo y la educación.

La decisión de emigrar es compleja y difícil. Las principales razones de las familias y de los jóvenes venezolanos para emigrar han sido las de proteger la vida, vivir con cierta calidad y acceder a una educación escolar y social que potencie las características de los niños y jóvenes. La información disponible ilustra la creciente presencia de NNA venezolanos en sistemas educativos de otros países de la región. Son migrantes que ahora tienen en la escuela, una distinta a la de su país de origen, una nueva oportunidad de inclusión social, producto de acciones y políticas de los países de la región para insertar a parte de esta población que llega constantemente. Aunque la proporción de inserción es menor a la demanda.

Se ha evidenciado interés en la protección de la niñez y el acceso a la educación, aunque existen brechas entre países, las cuales pueden derivarse de los modelos de gestión, así como solidez económica y social de cada país. “Esta problemática invita a repensar los mandatos uniformizadores con los que están organizados los sistemas educativos” (Novaro, Diez, Martínez, 2017:7), así como atender temas de ciudadanía, discriminación y xenofobia.

A partir del momento de emprender el proceso migratorio, los niños se hacen diferentes en su configuración como individuos y ciudadanos, cuyos referentes y experiencias se han diversificado. Ya, además de ser venezolanos, son extranjeros, y se mestizan sus códigos culturales. Con el tiempo y en investigaciones futuras se podrá determinar en cuáles sentidos se materializan tales códigos. Al respecto, se proyecta la necesidad de explorar experiencias escolares de venezolanos en diferentes países, en cuanto a su inserción social y educativa, características de la prosecución, rendimiento, rasgos socioafectivos, niveles alcanzados, entre otros.

Referencias

ACNUR. (2017). “Tendencias Globales. Desplazamientos forzados en 2017”. *Informe ACNUR*. Disponible en:
<http://www.acnur.org/stats/globaltrends/5b2956a04/tendencias-globales-desplazamiento-forzado-en-2017.html>

ACNUR. (2018). “ACNUR y OIM apoyan el registro de venezolanos en Colombia”. *Prensa ACNUR*. Disponible en
<http://www.acnur.org/noticias/noticia/2018/5/5afccb774/acnur-y-oim-apoyan-el-registro-de-venezolanos-en-colombia.html?query=ni%C3%B1os%20venezolanos>

ACNUR. (2019). “Monitoreo de protección de las Américas Perú”. *Informe*. (Noviembre.) Disponible en:
<https://data2.unhcr.org/es/documents/download/73326>

ACNUR. Perú. (2019). “Evaluación Rápida de Protección en Tacna, Perú. Principales resultados.” *Informe*. (12-15 de julio). Disponible en:
<https://data2.unhcr.org/es/documents/download/70436>

Agencia Anadolu. (2018). “Boa Vista, el punto crítico de la migración venezolana en Brasil”. *El Espectador* (9 de febrero). Disponible en:
<https://www.elespectador.com/noticias/el-mundo/boa-vista-el-punto-critico-de-la-migracion-venezolana-en-brasil-articulo-738267>

Agencia Brasil. (2018). “Escuelas de la frontera están repletas con la entrada de venezolanos.” *Portal de noticias*. Disponible en:
<https://agenciabrasil.ebc.com.br/es/educacao/noticia/2018-08/escuelas-de-la-frontera-estan-repletas-con-la-entrada-de-venezolanos>

Bustamante, J. (2009). “Informe del Relator Especial sobre los Derechos Humanos de los Migrantes” Consejo de Derechos Humanos, 11º período de sesiones, *Doc. ONU A/HRC/11/7* (14 de mayo), párrs. 18, 19, 22 y 23.

Cañizales, A. (2018). *¿Es una diáspora la emigración masiva de venezolanos?* *Provinci*. Disponible en: <https://provinci.com/es-una-diaspora-la-emigracion-masiva-de-venezolanos/>

Castillo Crasto, T. y Reguant Alvarez, M. (2017). “Percepción sobre la migración venezolana: causas, España como destino, expectativa de retorno”. *Migraciones* 41 (2017). ISSN: 2341-0833, DOI: mig.i41.y2017.006. Disponible en:
<https://revistas.upcomillas.es/index.php/revistamigraciones/article/viewFile/7898/7683>

CECODAP. (2018). “Cecodap: Las escuelas se están quedando vacías”. *Prensa CECODAP*. Disponible en:
<http://cecodap.tumblr.com/post/175685098243/cecodap-las-escuelas-se-est%C3%A1n-quedando-vacias>

CICR (2019). “Migración, la acción del CICR”, *Informe* (enero a diciembre 2019). Disponible en: <https://data2.unhcr.org/es/documents/details/73594>

CIDH. (2012). “Amicus Curiae sobre la solicitud de opinión consultiva N° 21: Derechos de los/as niños/as migrante”. *IDEHPUEP-PUCP*. Disponible en:
<http://www.corteidh.or.cr/sitios/Observaciones/31/31.pdf>

CISOR-CECODAP. (2016). “Efectos de la crisis económica y política en niños, niñas y adolescentes en el área Metropolitana de Caracas”. *Informe de Investigación*. Disponible en:
http://cecodap.org.ve/descargables/derechosNNA/Efectos_de_la_crisis_economica_y_politica_en_NNA_Informe.pdf

Davidson, Alastair (2003). Ciudadanía y migración: ¿derechos para aquéllos sin pertenencia?. *Anales de la Cátedra Francisco Suárez*, 37 (2003), 35-55. Disponible en: <https://revistaseug.ugr.es/index.php/acfs/article/view/1085>

De Corso Sicilia, G.B. (2018). “PIB y población de Venezuela desde el período tardo colonial hasta 2014”. *Tiempo & Economía*. 5(1), 9-39, doi:
<http://dx.doi.org/10.21789/24222704.1283>

De la Vega, I. y Vargas, C. (2017). “La intención de emigrar de estudiantes universitarios. Estudio comparado en cuatro universidades venezolanas.” *Revista Interciencia*, diciembre, volumen 42, número 12. Disponible en:
<https://www.interciencia.net/wp-content/uploads/2017/12/798-DE-LA-VEGA-42-12.pdf>

DNM. (2016). “Radicaciones resueltas, 2016”. *Informe*. Buenos Aires: Dirección Nacional de Migraciones/Ministerio del Interior, Obras Públicas y Vivienda, Presidencia de la Nación. Disponible en:

http://www.migraciones.gov.ar/pdf/estadisticas/radicaciones_resueltas_2016.pdf

DNM. (2018). “Radicaciones resueltas 2018.” *Informe*. Buenos Aires: Dirección Nacional de Migraciones / Ministerio del Interior, Obras Públicas y Vivienda, Presidencia de la Nación. Disponible en:

http://www.migraciones.gov.ar/pdf/estadisticas/radicaciones_resueltas_2018.pdf

Echeverry H. y Ariel A. (2011). “Análisis de la migración venezolana a Colombia durante el gobierno de Hugo Chávez (1999-2011). Identificación de capital social y compensación económica.” *Revista de Análisis Internacional*. Número 4 (2011), disponible en: <https://revistas.utadeo.edu.co/index.php/RAI/article/view/84>

El Nuevo Herald. (2017). “Niños sin Patria, la nacionalidad venezolana en el alma, pero no en lo legal.” *Prensa digital*. (11 de febrero). Disponible en:

<https://www.elnuevoherald.com/noticias/mundo/america-latina/venezuela-es/article132175024.html>

Elige Educar. (2017). “Radiografía a los escolares inmigrantes en Chile.” (02 noviembre) Disponible en: <http://www.eligeeducar.cl/radiografia-los-escolares-inmigrantes-chile>

Espinoza, J. (2019). Explosivo aumento de estudiantes venezolanos en Chile. (19 de febrero). *Radioagro*. Chile Disponible en:

<https://www.radioagricultura.cl/nacional/2019/02/16/explosivo-aumento-de-estudiantes-venezolanos-en-chile.html>

Freitez, A. (2011). “La emigración desde Venezuela durante la última década”. *Temas de Coyuntura*, número 63 (julio): pp. 11-38. Disponible en:

http://w2.ucab.edu.ve/tl_files/IIES/recursos/Temas%20de%20Coyuntura%2063/1.La_emigracion_Venezuela_Freitez..pdf

Gestión.pe (2019). “Uno de cada dos niños y adolescentes venezolanos que viven en Perú no asiste a la escuela”. *Grupo el Comercio - Gestión.pe*. (29 de junio) Disponible en: <https://gestion.pe/peru/dos-ninos-adolescentes-venezolanos-viven-peru-asiste-escuela-271713-noticia/>

IOM – UNICEF (2020) “Monitoreo de flujo de la población venezolana en el PERÚ – DTM reporte 7” *Informe*. (Febrero). Disponible en:

(<https://reliefweb.int/report/peru/dtm-reporte-7-monitoreo-de-flujo-de-poblacion-venezolana-en-el-matriz-de-seguimiento-de>)

La FM. (2018) “Cuatro mil niños venezolanos ingresarán al sistema educativo colombiano”. (24 de enero). Colombia: Radio Cadena Nacional. Disponible en:

<https://www.lafm.com.co/colombia/cuatro-mil-ninos-venezolanos-ingresaran-al-sistema-educativo-colombiano>

Lasillavacia.com (2018) “Migración venezolana ya es una crisis

humanitaria”. *Portal web de la Revista SIC* (20 de enero). Disponible en:

<http://revistasic.gumilla.org/2018/migracion-venezolana-ya-es-una-crisis-humanitaria/>

Mateo, C., y Ledezma, T. (2006). “Los venezolanos como emigrantes. Estudio exploratorio en España”. *Revista Venezolana de Análisis de Coyuntura*, XII (2), 245-267. Disponible en: <http://www.redalyc.org/pdf/364/36412214.pdf>

Mendoza, W. y Miranda, J. (2019). “La inmigración venezolana en el Perú: desafíos y oportunidades desde la perspectiva de la salud”. *Rev Perú MedExp Salud Publica* 36 (3) Jul-Sep 2019 • <https://doi.org/10.17843/rpmesp.2019.363.4729>. Disponible en: <https://www.scielosp.org/article/rpmesp/2019.v36n3/497-503/>

Mera, C. (2011). “El concepto de diáspora en los estudios migratorios: reflexiones sobre el caso de las comunidades y movilidades coreanas en el mundo actual”. *Revista de Historia.*, 0(12), 43-56. Recuperado de <http://revele.uncoma.edu.ar/htdoc/revele/index.php/historia/article/view/80/78>

Novaro, G.; Diez, M. y Martínez, L. (2017). “Educación y migración latinoamericana. Interculturalidad, derechos y nuevas formas de inclusión y exclusión escolar”. *Revista Migraciones Internacionales*, año 1, número 2. Disponible en: <http://repository.oim.org.co/bitstream/handle/20.500.11788/2000/ARG-OIM%20027.pdf?sequence=1&isAllowed=y>

Observatorio Venezolano de Conflictividad Social. (2016). “Denunciamos la ruptura del orden democrático en Venezuela y el riesgo de un estallido social.” *Informe*(24 de octubre). Caracas. Disponible en: <https://www.observatoriodeconflictos.org.ve/comunicados-2/comunicado-ovcs-denuncia-la-ruptura-del-orden-democratico-en-venezuela-y-el-riesgo-de-un-estallido-social>

Observatorio Venezolano de Violencia. (2016). “OVV estima 28.479 muertes violentas en Venezuela.” *Informe* (28 de diciembre). Caracas. Disponible en: <https://observatoriodeviolencia.org.ve/news/2016-ovv-estima-28-479-muertes-violentas-en-venezuela/>

Observatorio Venezolano de Violencia. (2017). “Informe OVV de violencia.” *Informe*(28 de diciembre). Caracas. Disponible en: <https://observatoriodeviolencia.org.ve/news/2017-informe-ovv-de-violencia/>

OMI. (2018). “National Migration Trends In South America. Bolivarian Republic of Venezuela”. *Informe* (febrero). Disponible en: http://robuenosaires.iom.int/sites/default/files/Informes/National_Migration_Trends_in_South_America_Venezuela.pdf

OMI. (2018). “World migration. Report 2018”. *Informe anual*. Disponible en: https://publications.iom.int/system/files/pdf/wmr_2018_en.pdf

ONU. (2018). “Más de 800 venezolanos ingresan en Brasil diariamente”. *Prensa ONU*. (17 de abril.) Disponible en: <https://news.un.org/es/story/2018/04/1430512>

Organización Internacional para las Migraciones (OIM), UNICEF. (2020). “Monitoreo de Flujo de Población venezolana en el Perú DTM, Reporte 7”, *Informe*. Disponible en: <https://www.dtm.iom.int/peru>

Organización Internacional para las Migraciones (OIM). (2019). “Chile. Ronda 3”. *Informe*. Disponible en: https://chile.iom.int/sites/default/files/monitoreo_de_flujo_de_la_migracion_venezolana_en_chile-ronda_ndeg_3.pdf

Oso C, L., y Villares, M. (2005). “Mujeres inmigrantes latinoamericanas y empresariado étnico: dominicanas en Madrid, argentinas y venezolanas en Galicia”. *Revista Galega de Economía*, 14 (1- 2), 0. Disponible en: <http://www.redalyc.org/html/391/39114215/>

Padilla, J., Torres, C. y Michelena, L. (2015). “Migración: tendencia irreversible”. *Revista Debates IESA*, volumen XX número 3, julio-septiembre. Disponible en: <http://virtual.iesa.edu.ve/servicios/wordpress/wp-content/uploads/2016/04/2015-3-padillatorresmichelena.pdf>

Páez, T. (2010). “La diáspora venezolana: políticas públicas y desarrollo.” *Ponencia* Disponible en: <http://caelum.ucv.ve/bitstream/123456789/16044/1/Ponencia-Tom%C3%A1s%20Pa%C3%A9z.pdf>

Pérez, I. (2017). “Argentina. Uno de los principales destinos de la diáspora venezolana.” (14 de abril). *CNN Latinoamérica*. Disponible en: <https://cnnespanol.cnn.com/2017/04/14/argentina-uno-de-los-principales-destinos-de-los-diaspora-venezolana/>

R4V - Organización Internacional para las Migraciones (OIM)- (2020) RMRP “Forrefugees and Migrantsfrom Venezuela”. *Informe*. Disponible en: <https://r4v.info/es/situations/platform>

R4V (2020). “GTRM Ecuador: Grupo Trabajo de Educación Asistencias por cantón (2019) - ActivityInfo” (5 de marzo). Disponible en <https://reliefweb.int/map/ecuador/gtrm-ecuador-grupo-trabajo-de-educaci-n-asistencias-por-cant-n-2019-activity-info>

Requena, J y Caputo, C. (2016). “Pérdida de talento en Venezuela. Migración de sus investigadores”. *Interciencia*. Julio, 2016, vol 41, N 7. Pp. 444 - 453.

Rivas, L. M. (2009). “¿Irse o quedarse? La migración venezolana en la narrativa del Siglo XXI”. *Ponencia (abril)*. Jornadas de Investigación Humanística y Educativa, San Cristóbal. Disponible en: <https://bit.ly/2Oje8UU>

Rojas Pedemonte, N. y Koechlin, J. (2017). “Migración haitiana hacia el Sur Andino”. Chile: Servicio Jesuita a Migrantes de Chile. Disponible en: http://www.sjmchile.org/wp-content/uploads/2017/07/libro_migracion_haitiana_hacia_el_sur_andino_rojaspedemonte_koechlin.pdf

Rojas, T. (2018, 21 de mayo). “Colegio: el refugio de los niños venezolanos en Colombia”. *Semana*. Disponible en: <https://www.semana.com/educacion/articulo/los-ninos-venezolanos-que-entran-al-sistema-educativo-colombiano/568138>

Rosero, M. (2019). *En Ecuador hay 88.320 niños y adolescentes venezolanos pero 54. 000 no van a clases*. Diario EL COMERCIO. Diciembre 04. Disponible en: <https://www.elcomercio.com/actualidad/ecuador-venezolanos-educacion-clases-ninos.html>.

Trotta, T. (2018). “De niño migrante a trabajador de la hoja de coca”. *El País*. (20 de Noviembre). El País. Disponible en: https://elpais.com/elpais/2018/11/14/planeta_futuro/1542212569_417328.html?rel=mas?rel=mas

Trotta, T. (2019). Más pobreza entre los migrantes venezolanos en España. *El País*. (18 de febrero). El País. Disponible en: https://elpais.com/elpais/2019/02/13/migrados/1550075111_636575.html

UNESCO. (2019) *Informe de seguimiento de la educación en el mundo. Migración, desplazamiento y educación: construyendo puentes, no muros*. París, UNESCO. Disponible en: <http://bit.ly/2019gemreport>

UNICEF. (2004). “Violencia, maltrato, niños y niñas en situación de calle”. *Informe UNICEF*. Disponible en: <https://www.unicef.org/venezuela/spanish/Cap6.pdf>

UNICEF. (2016). “Uprooted: The growing crisis for refugee and migrant children”. *Informe de investigación*. Disponible en: https://www.unicef.org/publications/index_92710.html

UNICEF. (2017). “UNICEF Annual Report 2017”. *Informe*. Venezuela (Bolivarian Republic of). Disponible en: https://www.unicef.org/about/annualreport/files/Venezuela_2017_COAR.pdf

UNICEF. (2018). “In Venezuela, prevalence of malnutrition among children grows as economic crisis deepens”. *Prensa UNICEF*, disponible en: https://www.unicef.org/infobycountry/media_102501.html

Vargas Ribas, C. (2018) La migración en Venezuela como dimensión de la crisis. En *Venezuela la multidimensionalidad de una crisis hemisférica*, Pensamiento Propio N°47. Legler, Thomas; Serbin Pont, Andrei; y Garelli-Ríos, Ornella. Enero-junio, 2018. Pp. 91-130. Disponible en: <http://www.cries.org/pp47-webFINAL.pdf>

Zuñiga, G. (2011). “La emigración de jóvenes en Venezuela: problemas y soluciones.” Ponencia presentada en Seminario: “La Nueva Agenda de la Juventud Social demócrata en Venezuela: Retos y Desafíos”. (12 de septiembre). Caracas.



Acolhimento pela língua: vivências de aprendizagem na universidade estadual do Mato Grosso do Sul

Welcoming by the language: learning experiences in the State University of Mato Grosso do Sul

Danielle Paiva Dantas¹

Universidade Estadual Mato Grosso do Sul (UEMS)
Campo Grande, Brasil

dpaivadantas@gmail.com

Gabriella Carvalho Lanzarini²

Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS)
Campo Grande, Brasil

gabriella.lanzarini@gmail.com

URL : <https://www.unilim.fr/trahs/2378>

DOI : 10.25965/trahs.2378

Licence : CC BY-NC-ND 4.0 International

Os movimentos migratórios não são novidade em nossa realidade. Contudo, são ainda uma das questões com as quais as sociedades em geral têm dificuldade em lidar. Existem, atualmente, as chamadas migrações de crise. Em um contexto de crise, como esperar que os movimentos migratórios atuais não sejam preenchidos de conflitos? Desde 2017, a Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), realiza, em parceria com outras instituições governamentais e não-governamentais, ações de acolhimento a migrantes, na cidade de Campo Grande, MS. Hoje, o programa denominado UEMS ACOLHE é responsável por diversas ações de acolhimento, entre elas as aulas de português para migrantes e refugiados, oferecidas pelo Núcleo de Ensino e Pesquisa em Português para Estrangeiros (NEPPE-UEMS). Oferecidas em três regiões da cidade, as aulas atendem como público-alvo migrantes das mais diferentes nacionalidades. Este trabalho se apresenta como um relato de experiência, que busca discutir o acolhimento aos alunos migrantes, realizado por meio da língua ensinada no âmbito dos cursos do NEPPE-UEMS. Objetivamos ainda apresentar, além de conceitos e referenciais

¹ Mestranda em Letras – Linguística Aplicada pela Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul (UEMS). Também atua como professora de inglês; recentemente faz parte do grupo de professores bilíngues da Escola GAPPE, em Campo Grande - MS. Além disso ministra aulas de português destinadas a migrantes e refugiados residentes em Campo Grande - MS desde março de 2019, pelo Núcleo de Ensino e Pesquisa em Português para Estrangeiros (NEPPE) no módulo acolhimento - sendo este um projeto de extensão da Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul (UEMS).

² Mestranda em Letras – Linguística Aplicada pela Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul (UEMS). Atua como professora de inglês; recentemente faz parte do grupo de professores bilíngues da Escola SESC, em Campo Grande - MS. Além disso, ministra aulas de português destinadas a migrantes e refugiados residentes em Campo Grande - MS desde março de 2019, pelo Núcleo de Ensino e Pesquisa em Português para Estrangeiros (NEPPE) no módulo acolhimento - sendo este um projeto de extensão da Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul (UEMS). Realizou intercâmbio cultural no ano de 2017 nos Estados Unidos.

teóricos da área de Português como Língua de Acolhimento, dados coletados a partir das falas dos alunos em entrevistas e em conversas informais. A partir dos dados apresentados esperamos ressaltar a relevância do acolhimento realizado. Com a análise dos dados, é possível apontarmos indícios de que existe uma relação direta entre a língua portuguesa e a inserção dos migrantes no Brasil.

Palabras clave: Neppe, PLAc, português para migrantes e refugiados

Les mouvements migratoires ne sont pas un phénomène nouveau. Cependant, ils constituent, aujourd'hui, l'un des problèmes de civilisation auxquels les sociétés en général ont du mal à faire face. Il existe, de nos jours, des migrations dites de crise. En effet, dans un contexte de crise, comment prétendre que les mouvements migratoires actuels ne soient pas liés aux conflits? Depuis 2017, l'Université d'État du Mato Grosso do Sul, UEMS, a mené, en partenariat avec d'autres institutions gouvernementales et non gouvernementales, des actions destinées à accueillir les migrants dans la ville de Campo Grande, MS. Aujourd'hui, le programme UEMS ACOLHE est responsable de plusieurs actions d'accueil, parmi lesquelles des cours de portugais pour migrants et réfugiés, proposés par le Centre d'enseignement et de recherche en portugais pour étrangers (NEPPE-UEMS). Offerts dans trois régions de la ville, ces cours sont dispensés au public cible que sont les migrants de nationalités les plus différentes. Notre travail se présente comme un rapport d'expérience, qui vise à analyser l'accueil des étudiants migrants, réalisé à travers la langue enseignée dans le cadre des cours NEPPE-UEMS. Notre objectif consiste à montrer également, en plus des concepts et des références théoriques dans le domaine du portugais comme langue hôte, des données collectées à partir des discours des étudiants, lors d'entretiens et de conversations informelles. A partir des données présentées, nous espérons mettre en évidence la pertinence de l'accueil effectué. L'analyse des données permet de mettre en évidence le lien direct entre la langue portugaise et l'insertion de migrants au Brésil.

Mots-clefs : Neppe, PLAc, portugais pour migrants et réfugiés

Los movimientos migratorios no son nuevos en nuestra realidad. Sin embargo, siguen siendo uno de los problemas que las sociedades en general tienen dificultades para abordar. Actualmente, existen las llamadas migraciones de crisis. En un contexto de crisis, ¿cómo podemos esperar que los movimientos migratorios actuales no se llenen de conflictos? Desde 2017, la Universidad Estatal de Mato Grosso do Sul (UEMS) ha llevado a cabo, en colaboración con otras instituciones gubernamentales y no gubernamentales, acciones para acoger a los migrantes en la ciudad de Campo Grande, MS. Hoy, el programa llamado UEMS ACOLHE es responsable de varias acciones de bienvenida, entre ellas las clases de portugués para migrantes y refugiados, ofrecidas por el Centro de Enseñanza e Investigación en Portugués, para Extranjeros (NEPPE-UEMS). Ofrecidas en tres regiones de la ciudad, las clases sirven como público objetivo para los migrantes de las más diferentes nacionalidades. Nuestro trabajo se presenta como un informe de experiencia, que busca discutir la recepción de estudiantes migrantes, llevada a cabo a través del idioma enseñado en el ámbito de los cursos NEPPE-UEMS. También pretendemos presentar, además de conceptos y referencias teóricas en el campo del portugués como idioma anfitrión, datos recopilados de los discursos de los estudiantes en entrevistas y conversaciones informales. A partir de los datos presentados, esperamos resaltar la relevancia de la recepción realizada. Con el análisis de los datos, es posible señalar que existe una relación directa entre el idioma portugués y la inserción de migrantes en Brasil.

Palavras-chave: Neppe, PLAc, português para migrantes y refugiados

Migration movements are not new to our reality as civilization, but they are still one of the issues that societies in general have difficulty dealing with. There are currently so-called crisis migrations. In a context of crisis, how can we expect that current migratory movements will not be filled with conflicts? Since 2017, the State University of Mato Grosso do Sul, UEMS, has carried out, in partnership with other governmental and non-governmental institutions, actions to welcome migrants in the city of Campo Grande, MS. Today, the program called UEMS ACOLHE is responsible for several welcoming actions, among them the Portuguese classes for migrants and refugees, offered by the Center for Teaching and Research in Portuguese for Foreigners (NEPPE-UEMS). Offered in three regions of the city, the classes serve as target audience for migrants of the most different nationalities. This work presents itself as an experience report, which seeks to discuss the welcoming to migrant students, carried out through the language taught in the context of NEPPE-UEMS. We also aim to present, in addition to concepts and theoretical references in the field of Portuguese as a Host Language, data collected from students' speeches in interviews and informal conversations. From the data presented, we hope to highlight the relevance of the reception performed. With the analysis of the data it is possible to see indication of a direct relation between Portuguese and the insertion of migrants in Brazil.

Keywords: Neppe, PLAc, portuguese for migrants and refugees

Introdução

Este estudo insere-se na área de aquisição de língua, mais especificamente Língua Portuguesa para Estrangeiros, doravante PLE. Segundo Almeida Filho (2012), apesar de o ensino de português para estrangeiros ser uma realidade no Brasil há muito tempo, um maior reconhecimento do conceito como campo de estudos e trabalhos acadêmicos passou a ser evidenciado nos últimos 20 anos. Por esse motivo, os estudos na área, principalmente quando se fala de ensino de português para estrangeiros em contexto de vulnerabilidade, mostram-se escassos. Os novos fluxos migratórios, realidade em muitas partes do mundo e também no Brasil, vêm transformando ainda mais área de estudos sobre o PLE.

Os processos de migração não são novidade, porém o fluxo de estrangeiros procurando o Brasil como destino tem aumentado de forma exponencial nos últimos anos, registrando a marca de mais de 80 mil solicitações de refúgio no ano de 2018, segundo dados do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR)[2]. Ainda segundo esses dados, a maior parte dos migrantes que chegam ao Brasil é formada por haitianos e venezuelanos, que apesar de solicitarem o visto na condição de refugiados, nem sempre têm suas solicitações aceitas, fazendo com que essas pessoas se mantenham no país sem a documentação adequada e, conseqüentemente, tendo muitos de seus direitos tolhidos.

Face a este cenário, estudos sobre PLE tem voltado seu olhar para mudanças no comportamento migratório no contexto brasileiro, em especial com as chamadas migrações de crise (Bizon & Camargo, 2018). Este tipo de migração ocorre quando, tanto o país de origem quanto o país que acolhe estão em alguma situação de crise, seja esta econômica, política ou ambiental. Nesta perspectiva, como não esperar que esse seja um processo conflituoso e desafiador?

Ao mesmo tempo, o número de pessoas forçadas a deixar seus países já ultrapassa números registrados durante a Segunda Guerra Mundial, como afirmam Costa e Taño (2017). As motivações para esses deslocamentos são as mais variadas, envolvendo guerras, catástrofes naturais, perseguições políticas ou religiosas e instabilidade econômica. Ainda segundo os autores, novos processos sociais, culturais, econômicos e demográficos marcam nossa realidade atual e o Brasil retoma sua posição como sendo um dos destinos procurados por migrantes e refugiados.

Ainda assim, no conflituoso contexto particular da migração de crise, um dos desafios enfrentados por aqueles que buscam o acolhimento em novas territorialidades encontra-se na falta de conhecimento da língua do país anfitrião. Entendemos, então, que a língua atravessa de maneira profunda o processo de chegada e acolhimento dos recém-chegados e que o conceito de Português como Língua de Acolhimento (PLAc) pode nos auxiliar a melhor compreender o processo de inserção linguística, sociocultural e laboral destes (Barbosa & São Bernardo, 2017).

Barbosa e São Bernardo esclarecem que o conceito de Português como Língua de Acolhimento faz referência ao prisma emocional e subjetivo da aprendizagem dessa nova língua, levando em consideração a relação de conflito entre o contato inicial do migrante com a sociedade acolhedora e a aprendizagem de uma língua que, a princípio, não foi escolhida ou desejada por ele (Barbosa & São Bernardo, 2017). Neste sentido, o conceito de PLAc se mostra como favorecedor do processo de adaptação e de pertencimento a um novo ambiente, como apontado pelas autoras.

Percebemos, então, que o conceito de Língua de Acolhimento ultrapassa os conceitos de Língua Estrangeira e Língua Segunda, uma vez que no escopo da Língua de

Acolhimento “o uso da língua estará ligado a um diversificado saber, saber fazer, a novas tarefas linguístico-comunicativas que devem ser realizadas na língua-alvo” (Grosso, 2010: 68). Dessa forma, a língua não é mais apenas um instrumento de comunicação, mas sim uma fonte de mediação de conflitos e libertação (Amado, 2013).

Justamente por possuir objetivos diferenciados, o ensino de Português como Língua de Acolhimento pede por movimentos didáticos mais específicos (Barbosa & São Bernardo, 2017). Entendemos, dessa forma, que o ensino de português em caráter de acolhimento não tem a possibilidade de ser realizado, seguindo os mesmos moldes do ensino de português como língua materna ou do ensino de português para um público que não esteja em situação de vulnerabilidade, passando pelos mesmos conflitos que o público de PLAc normalmente experiencia.

Nesta perspectiva, acreditamos que as ações de acolhimento podem ocorrer tanto vertical quanto horizontalmente. Na esfera horizontal, na cidade de Campo Grande-MS, migrantes e refugiados vem sendo atendidos pela Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), desde 2017, a partir do Programa UEMS ACOLHE, que oferece ações extensionistas com vistas a uma maior inserção social da comunidade atendida. Ressaltamos que não há, em Campo Grande ou no Mato Grosso do Sul, uma política pública que garanta o ensino de português para os migrantes, restando, então, para organizações de nível horizontal – como as universidades e o voluntariado - o oferecimento de cursos e aulas de português. Na verdade, como afirmam Costa & Silva (2018), a proposta do ensino de PLAc no Brasil existe apenas por conta do trabalho voluntário, já que não há políticas linguísticas que garantam o direito do migrante à língua.

Como um dos executores das ações propostas pelo Programa UEMS ACOLHE está o Núcleo de Ensino e Pesquisa em Português para Estrangeiros (NEPPE) da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, responsável por promover cursos de português para migrantes e refugiados. Neste trabalho, na forma de um relato de experiência, discutimos sobre o contexto real imediato em que eles estão inseridos e como a apropriação da língua portuguesa se firma como fator de inserção na nova realidade da qual fazem parte.

Os cursos de português ofertados pelo NEPPE-UEMS, com o nome de Módulo Acolhimento, atendem a um diversificado número de nacionalidades, com objetivos de aprendizagem e motivos de migração também distintos, o que influencia diretamente no processo de apropriação da nova língua. Para este trabalho, em especial, foram ouvidos relatos de alunos da China, Colômbia, França, Haiti, Iraque, Senegal, Taiwan, Tunísia Bolívia e Venezuela, cujos nomes reais foram abreviados, a partir de interações verbais realizadas tanto em sala de aula como nos intervalos das mesmas, por ser este um momento significativo de trocas linguísticas e sociais entre os alunos e seus professores.

O acolhimento pela língua no âmbito do programa UEMS ACOLHE

A Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul realiza, desde 2017, em parceria com outras instituições governamentais e não-governamentais, ações de acolhimento a migrantes, na cidade de Campo Grande, MS. No ano de 2019, por meio das parcerias que a universidade buscou firmar, o projeto foi expandido também para outras cidades do estado de Mato Grosso do Sul na oferta de cursos de língua portuguesa.

Atualmente, os cursos são realizados em quatro cidades do estado, a saber: Campo Grande, Dourados, Itaquiraí e Nova Andradina. Na capital do estado, Campo Grande,

são oferecidas aulas semanais em quatro regiões da cidade e recebem, no momento, um público de cerca de 100 migrantes, das mais diferentes nacionalidades. Dentre 2017 e 2019 mais de 300 alunos participaram dos cursos.

As aulas possuem duas horas e meia de duração e são planejadas e conduzidas pelos voluntários do NEPPE, alguns dos colaboradores são mestrandos em Letras – Linguística aplicada, alguns são professores de línguas também com formação na área de Letras, porém a heterogeneidade também aparece no grupo já que profissionais de outras áreas, como administração, veterinário e direito ao conhecer o projeto acabaram por se voluntariar. Os mesmos passam por um processo de observação inicial e estudos coletivos em reuniões realizadas com o objetivo de formar novos agentes para o processo de ensino.

A busca pelo acolhimento e o atendimento a esse público ultrapassa as noções tradicionais do ensino de língua. Optamos por uma abordagem de ensino comunicativa-intercultural, tendo o conceito de Português como Língua de Acolhimento como base, com aulas organizadas em temas, que são voltados para as necessidades mais imediatas do público-alvo, como, por exemplo, saúde, trabalho, diversidade cultural, diversidade linguística, moradia, etc. Pela natureza própria das aulas, tópicos gramaticais e estruturais da língua são apresentados de forma contextualizada e com foco no seu uso em contextos reais de produção.

As turmas são formadas por alunos de diferentes nacionalidades, sendo, portanto, interculturais e bastante heterogêneas. São, ainda, organizadas pelo nível de conhecimento da língua portuguesa, as quais chamamos de Módulo Acolhimento 1, 2 e 3. Optamos pela autodeclaração do nível de conhecimento da língua alvo, de modo que os alunos possam vivenciar experiências de aprendizagem em cada um dos referidos níveis. Eles podem, contudo, optar por uma troca de nível ao longo do curso, caso percebam que o nível escolhido não está de acordo com suas necessidades mais imediatas em relação a língua, sempre orientados pelos professores.

Ao término de cada módulo, os alunos são certificados pela Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Assuntos Comunitários da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, atestando tanto a conclusão do curso, quanto apenas à participação, a depender dos critérios avaliativos adotados pelo Programa, como, por exemplo, frequência as aulas e produções orais e escritas desenvolvidas ao longo dos cursos.

Um relato de experiência com o acolhimento linguístico

De modo a ilustrar as ações de acolhimento linguístico realizadas pelo Programa UEMS ACOLHE, a partir dos cursos de Português para Estrangeiros: Módulo Acolhimento, apresentamos um relato de experiência a partir de dados coletados no período de março a junho de 2019, com a realização de entrevistas e conversas informais com alunos que, à época, pertenciam ao Módulo Acolhimento 3. A turma a época apresentava cerca de quinze alunos dos quais selecionamos dez para que pudéssemos exemplificar as respostas a partir de pontos de vistas de nacionalidades diferentes. Os nomes dos alunos foram abreviados, mantendo apenas a letra inicial de cada nome.

Os alunos participantes deste relato de experiência são representados na Tabela 1, que informa a letra inicial de seus nomes, suas nacionalidades e suas respectivas idades:

Tabela 1. Apresentando os participantes

Alunos	Nacionalidades	Idades
--------	----------------	--------

A1.	Haitiano	36
A2.	Iraquiano	33
C1.	Chinesa	32
C2.	Taiwanês	38
F.	Francês	49
G.	Senegalês	32
M.	Colombiana	47
N1.	Boliviana	37
N2.	Venezuelana	31
R.	Tunisiano	28

Fonte: Questionário sócio-econômico aplicado aos participantes.

Nosso primeiro interesse no acolhimento a estes alunos era conhecer o seu repertório linguístico. Gostaríamos de saber quais línguas, além do português, eram faladas por eles. A falsa ideia da homogeneidade linguística e da cultura monolíngue no Brasil pode ser desfeita quando analisamos as respostas dos estudantes entrevistados, como podemos observar a seguir. As respostas não passaram por correção linguística, para mantermos a originalidade das vozes dos alunos:

C1: Sim, Mandarim. Mas na escola também estudo Inglês.

F: Espanhol, português brasileiro pouco, inglês para estudos e francês minha língua de origem... quatro línguas...

G: Eu falo Francês, English, um pouco Português e Árabe também.

R: Inglês, Francês, Árabe do meu país, Árabe da Arábia Saudita, Árabe de Argélia, Marrocos, Iraniense, eu falo mais Português e tô aprendendo Espanhol.

A1: No Haiti nós falamos o crioulo haitiano e francês, duas línguas oficiais.

N2: Espanhol e Inglês.

Observamos nos excertos acima a ruptura com não existe homogeneidade linguística e cultura monolíngue no Brasil. Notamos que outras vozes são ouvidas, outras línguas são faladas. Além da língua portuguesa, junto da LIBRAS, línguas oficiais, reconhecemos a presença de muitas outras no território nacional, desde línguas indígenas a tantos outros idiomas presentes nos nossos contextos mais imediatos.

A esta errônea visão do monolíngüismo brasileiro, Barbosa e Leurquin (2018) afirmam que a língua portuguesa é aquela que predomina na tradição escolar do ensino de línguas, o que poderia justificar as oposições entre a língua oficial (respeitada e validada em todas as instâncias) e as línguas estrangeiras, que embora presentes na nossa realidade, são por vezes silenciadas.

As falas apresentadas sugerem que várias línguas-culturas compõem a realidade linguística do nosso país, o que nos leva a refletir sobre uma série de questões, como,

por exemplo, como as escolas recebem os alunos filhos de migrantes, refugiados e apátridas? De que formas as línguas-culturas desses alunos têm sido valorizadas dentro do contexto escolar? Ao procurar um trabalho, o fato de falar outras línguas será um ativo para destacá-lo ou o mesmo será desvalorizado devido sua condição enquanto migrante? Enfim, essas e outras são questões que não serão, obviamente, respondidas neste texto, porém, é válida a reflexão sobre as diversas circunstâncias que envolvem o plurilinguismo no Brasil.

Ao serem questionados se o fato de saberem outras línguas ajudava, ou não, na aprendizagem do português, muitos dos estudantes disseram que sim, como observado nos excertos que seguem.

C1: Acho que Inglês ajudar a aprender Português.

F: Sim, o francês muito para o som e o espanhol o vocabulário e a gramática...

N2: O espanhol, sem dúvida, porque as palavras são semelhantes.

Os relatos acima corroboram o estudo de Amado (2013), ao sugerir haver uma predisposição por partes dos migrantes para lidar com o aprendizado de novas línguas, uma vez que eles, por uma série de motivos, incluindo o fluxo migratório e a passagem por muitos países até chegar ao Brasil, falam em alguns casos mais de uma língua. Como é possível perceber na fala dos alunos, falar outras línguas foi de fato um fator benéfico no processo de aprender português.

Quando questionados a respeito da relação entre o conhecimento da língua alvo, ou a falta dele, e a dificuldade para encontrar trabalho, tivemos diferentes respostas.

A aluna **C1** respondeu que, “eu estou trabalhando com língua portuguesa, tenho funcionário brasileira”. **C1** é empresária e, portanto, está em uma situação muito diferente da vivenciada pelos outros alunos no grupo. Mesmo estando há pouco tempo no país e possuir dificuldades com a língua portuguesa, ela não enfrenta o que outros alunos enfrentam, pois não precisa procurar emprego, participar de seleções e entrevistas em uma língua que não é sua. O que evidencia que o nível social dos alunos também é um ponto facilitador na inserção desses alunos na sociedade. A resposta de R., tunisiano, também mostra um lado positivo do fato de falar outras línguas.

R: Eu, graças a Deus, pra causa das minhas língua, eu consegui trabalhar com hotel, mas mesmo assim, eu coloquei meta, né? Quando cheguei, ralei bastante pra falar o básico, mais um pouco do básico pra conseguir emprego, entendeu? Aí 6 meses consegui, graças a Deus.

Rami afirma que conseguiu emprego em um hotel justamente por falar outras línguas. Dessa forma, para ele, o fato de falar outras línguas foi um capital cultural válido para sua vida profissional, após sua chegada ao Brasil. Podemos também perceber, na sua fala, que a língua portuguesa sempre se mostrou como um fator que o ajudaria a ter melhores oportunidades, uma vez que ele afirma que, desde que chegou ao país, se esforçou bastante para falar até mais do que o básico em português.

R. conseguiu seu primeiro emprego apenas após 6 meses no país, mesmo falando um número muito maior de línguas do que muitos brasileiros e tendo se esforçado para aprender português, o que acontece com muitos nativos de outras nações, extremamente qualificados para determinadas vagas, mas que acabam sendo

ignorados por não dominar a língua portuguesa. Já as respostas de **A1** e **N1** mostram um outro lado da discussão.

A1: [A falta de conhecimento da Língua Portuguesa] dificulta, claro. Porque às vezes você chega para fazer uma entrevista e a pessoa que vai te entrevistar é lógico que tem que entender o que você tá falando pra ela. Você tem que convencer com as suas palavras e para convencer em uma língua que não é sua é meio complicado.

A1 é bastante esclarecedor a respeito das dificuldades que o migrante encontra em relação ao acolhimento linguístico. Como o próprio aluno diz, convencer alguém em uma língua que não é sua é uma tarefa complicada. É importante ressaltar que **A1** é um aluno que possui um bom nível de proficiência, consegue comunicar-se com certa tranquilidade na língua portuguesa, mas as questões emocionais e psicológicas tomam maior força, pelo fato de que o momento de uma entrevista de emprego é naturalmente tenso, e torna-se ainda pior, pois o migrante não pode utilizar sua língua materna. O mesmo é apontado por **N1**, ao mencionar que, “Dificulta, porque você está concorrendo com o nativo da língua, entence dificulta”.

A1 e **N1** trazem para a discussão a questão da concorrência ou disputa com um nativo. Em uma disputa, tendemos a acreditar que o lado mais fraco é daquele que não domina o idioma, ignorando muitas vezes a formação e experiências que um migrante pode possuir. **N1**, especialmente, mostra essa preocupação quando diz que “você está concorrendo com o nativo da língua”. **N1**, que é boliviana, afirma também que a falta da língua portuguesa pode dificultar as relações interpessoais no Brasil, ao esclarecer que “quando cheguei no Brasil, não falava nada e não entendia nada, então isso dificultava muito para encontrar trabalho, para comunicar com meus amigos, minha família no Brasil”.

Compreende-se, por meio das falas apresentadas, como a falta de conhecimento da língua portuguesa pode ser fator determinante na integração social dos migrantes. Pode influenciar até mesmo no âmbito das relações familiares, como ocorre caso de **N1** (boliviana). Para ela, que é casada com um brasileiro, o conhecimento da língua torna-se um fator importante também para o seu contexto familiar. Ela passou a fazer parte de uma família em que a língua portuguesa é o canal único de comunicação, o que, em um primeiro momento, se mostrou um tanto quanto problemático para ela.

O entendimento das diferenças entre as línguas e o repertório linguístico dos alunos migrantes pode nos auxiliar nas tomadas de decisões pedagógicas para um melhor aproveitamento das aulas, o que pode ser observado na fala de **C2**, em uma conversa sobre as diferenças entre o português e sua língua materna:

C2: (O português) É bom, só que tem que usar é... palavras certas pra entrar naquele assunto, tipo, linguagem específico para aquele assunto. Se não a gente acabando falando muito coisa errada e acabando falando...

Prof.: E não sendo compreendido.

C2: Precisa de comunicação dia-a-dia, se não, não compreende.

Para além das questões linguísticas, notamos no excerto acima a importância da interação entre os aprendizes de português como uma língua segunda e os falantes nativos. Como **C2** sugere, a comunicação do dia a dia é necessária para que determinados níveis de compreensão sejam atingidos. Dessa forma, chegamos a um ponto de convergência entre dois pontos: o saber fazer e o saber agir que o ensino

de PLAc busca atingir e também a integração dos sujeitos migrantes na nova sociedade da qual fazem parte.

Uma vez tendo refletido sobre o repertório linguístico dos alunos e seu impacto no processo de aquisição da língua portuguesa, o próximo passo foi tentar compreender as práticas linguísticas em língua portuguesa adotadas pelos alunos no curso da sua apropriação da língua-alvo. Alguns alunos tiveram a oportunidade de estudar a língua portuguesa antes mesmo de vir ao Brasil, como evidencia a fala de **C1** ao dizer que “Eu fiz na China... ahn... eu participa uma curso de português... e aqui comunicar com funcionário brasileiro para platicar meu português”.

Como já mencionado, além de estudante, **C1** é empresária, o que propiciou a ela a oportunidade do contato com a língua portuguesa antes mesmo da sua chegada ao Brasil, já que ela afirma ter estudado português em uma faculdade na China. Esta, contudo, não é a realidade da maioria dos alunos dos cursos. Além dela, outros alunos citaram procurar praticar português com brasileiros enquanto estão no Brasil, sempre que possível. **N1**, **N2** e **A1** afirmam que assistem à programação local da televisão brasileira, ouvem música brasileira, assistem a vídeos em língua portuguesa e ainda destacam a interação com outros membros da comunidade local como fator que colaborou para seu aprendizado, além do próprio curso que frequentavam à época da geração dos dados:

A1: Quando cheguei aqui, comecei fazendo alguns cursos básicos, aí fui pesquisando na internet, youtube, assistindo vídeos, e no dia a dia com as pessoas também. Às vezes a pessoa fala uma coisa, se tô com dúvida, eu pergunto e vou gravando. E agora o curso que tô fazendo aqui.

N2: Bom, é, assistindo television, vídeo, música, é... conversando com vizinhos, ajudou também.

N1: Falar com minha família, escutar amigos, música, livros também. E lendo dicionários, tradutor também, isso ajuda bastante.

M: Eu fiz faz mais ou menos 1 ano e meio 2 anos no lembro bien, um curso de português com o professor João.

As mídias digitais e a internet parecem ser aliadas dos migrantes na busca por oportunidades de práticas na língua portuguesa, como percebemos na fala de **A1**, principalmente ao citar internet, vídeos e o acesso ao YouTube. **F.** também destaca o quanto conseguiu apreender da língua portuguesa a partir da internet, músicas e ao conversar com brasileiros nas redes sociais. Ele destaca que pratica muito a língua portuguesa por meio do “*Facebook, Messenger, conversando com brasileiros à distância... e música, muita música com tradução*”.

Verificamos, então, que os alunos procuraram meios de aprender a língua portuguesa por conta própria, buscando contato com a língua-cultura em suas mais variadas formas, seja em conversas com brasileiros, em vídeos ou músicas, redes sociais, enfim. Isto nos faz refletir que, para público, uma proposta de ensino gramatical e normativo, de fato, não traria os mesmos resultados que uma forma de ensino contextualizada e comunicativa, já que todas as fontes nas quais eles foram buscar contato com a língua-alvo apresentam um caráter mais cotidiano e, por vezes, até informal do português e de seus usos.

Tendo percebido que nossos alunos procuram encontrar oportunidades para o melhor desenvolvimento da língua portuguesa, buscamos verificar, ainda dentro do acolhimento, o interesse dos mesmos e dar continuidade aos seus estudos no Brasil.

Quando perguntados se pretendiam fazer algum curso técnico ou superior no Brasil, os alunos trouxeram à tona questões pertinentes sobre a sua inserção na sociedade.

A2, um aluno do Iraque, diz não ter a intenção de estudar no Brasil, porque já faz faculdade em seu país. O mesmo acontece com **C1**, que ficará apenas três meses no Brasil. Já **M.** e **F.** contam que estão fazendo cursos técnicos no Brasil:

M: Yo soy barbeira e estoy estudando também no Instituto Embeleze.

F: Non, mas eu já estou fazendo Teologia.

Outras questões são levantadas pelos alunos ao refletirem sobre seus desejos de continuar seus estudos em solo brasileiro. **G.**, aluno africano, e **R.**, tunisiano, afirmam que a burocracia os impede de estudar numa perspectiva de educação superior.

G: Queria fazer faculdade aqui, eu já fiz lá no meu país, fez contabilidade lá...

R: Na realidade, um pouco difícil aqui pra realizar de novo porque do começo é burocrático. É melhor fazer curso... Curso técnico...

Por conta de questões documentais e de despesas referentes ao processo de validação de diplomas estrangeiros, muitos migrantes veem nos cursos técnicos a oportunidade de conseguir melhores empregos, pois o tempo de duração e os critérios para entrada são diferentes. **C2**, vindo de Taiwan, está no Brasil há 20 anos e é naturalizado. Ele relata que já fez cursos de informática e massoterapia, com o que trabalha atualmente, mas ainda pretende fazer outros cursos no Brasil. Após a entrevista, em uma conversa informal, **C2** afirmou que escolhia profissões em que ele não precisasse falar, por não se considerar proficiente comunicativamente em português.

Isso ilustra a que ponto a falta do domínio da língua-alvo pode resultar em certa exclusão do migrante ou refugiado, seja por parte da sociedade, que o isola, seja por parte do próprio sujeito, que não se sente confortável ao utilizar língua e acaba buscando outras formas de não precisar dela. São esses tipos de conflito que o ensino de PLAc busca amenizar, fazendo com que o migrante se sinta confortável e inserido na língua-cultura que agora faz parte.

Embora tenhamos visto que os alunos representados neste trabalho têm repertórios linguísticos variados, o que pode facilitar à aquisição da língua, procuram oportunidades diversas de prática da língua-alvo; e, inclusive, têm desejos de continuar seus estudos no Brasil, entendemos que o processo de acolhimento não se concretizaria sem o contato direto e real com os falantes nativos da língua, os brasileiros, a partir de uma integração e interação verdadeira.

Observamos nas vozes dos alunos que suas experiências de interação são variadas, em especial, pelo seu contexto social e sua naturalidade. **C1**, por exemplo, afirma achar as “brasileiras muito amigável, também é... prestativo”. É importante destacar o status social de **C1**, que é branca, empresária e chinesa, o que pode ser um dos elementos facilitadores para sua inclusão social, pois estes elementos a torna menos suscetível a discriminações, geralmente dirigidas aos negros e pobres. Isso nos leva a questionar se esse brasileiro amigável e prestativo descrito por ela existe também para os migrantes de grupos minoritarizados, como refugiados negros, muçulmanos, entre outros.

F. e **M.** também parecem se sentir integrados na sociedade. Ambos possuem um bom nível de proficiência em língua portuguesa, o que, de alguma forma, evidencia a ideia

defendida por Barbosa e São Bernardo (2018), de que a integração dos migrantes com a sociedade é influenciada pela proficiência na língua do país. Podemos entender, então, que uma maior possibilidade de inserção social pode ocorrer a partir da apropriação da língua-alvo pelos migrantes e das interações entre estes e falantes nativos do idioma, como demonstrado nos excertos que seguem:

G: Brasileiro é legal, quer conversar muito. Eles gostam muito estrangeiro, conversar muito.

C2: É... Gosta de ajudar as pessoas, são um povo mais open, alegria, gosta de conversa, mas só que você não conhece, só pergunta, ele já vai falar bastante.

A2: Eu acho que as pessoas aqui são muito acolhedoras, né?

N2: Bom, minha experiência tem sido boa, eles são muito receptivos.

A2 menciona a desestrangeirização no Brasil de uma forma positiva. Ele afirma se sentir em casa, como não vivenciada em outros locais onde morou. **A2** relatou, em diversas oportunidades durante as aulas, a dificuldade de inserção em outros países, o que, segundo ele, possa ter alguma relação com sua nacionalidade iraquiana e até pela sua escolha religiosa.

A2: Sim, eu no me senti que sou estrangeiro aqui, porque eu morava na Malásia por 8 anos e por 8 anos eu senti sempre estrangeiro... formulário você tem que colocar, até posto de saúde tem tarifa pra estrangeiro.

Prof.: E aqui não é tudo igual, né?

A2: Sim o Brasil é pra mim o primeiro lugar que eu senti em casa...

Almeida Filho (2012: 108) aborda o processo de desestrangeirização como um ponto facilitador no “combate ao desconforto com as diferenças inexplicadas, evitando assim o estresse cultural”. Entendemos, então, que o conhecimento da língua-cultura de um país pode ser um dos ativos responsáveis pela desestrangeirização desse migrante e que o ensino de PLAc tenha um papel essencial neste processo. Já **R.** falou sobre a desestrangeirização no Brasil de forma cômica, e de como algumas pessoas lidam com o estranhamento ao se deparar com um estrangeiro:

R: Ah, tem um pouco legal, como qualquer país, um pouco legal, tem... inimigos.

Prof.: Risos.

R: É, mas é inimigos da forma que dá pra prejudicar um pouco, né? Mas a maioria dos brasileiros é legal, eles apoiam você bem, eles ajuda, eles ficam ‘aahhh, estrangeiro!’ ... Acham que você é de outro planeta...

A fala de **R.** pode claramente ser contraposta à fala de **A2**, já que, enquanto o último afirma não se sentir estrangeiro no Brasil, o primeiro brinca com o estranhamento que muitos brasileiros apresentam ao conhecer alguém de outro país. A este respeito, **N1** aborda a integração na visão do Brasil como um berço, um local acolhedor para migrantes:

N1: Eu admiro muito a pessoa brasileira porque eles, vocês conseguem “desarrolhar” como interagir com outras pessoas de muitos países. Porque eu penso que no Brasil é como um berço de muitas culturas, então admiro muito a vocês, porque vocês abrem portas para outras “personas” virem a morar aqui.

Existe na visão de muitos migrantes e refugiados a ideia estereotipada de que o brasileiro é um povo acolhedor e receptivo. Entretanto, a falta de políticas públicas de acolhimento se opõe a essa ideia. Como evidenciado por Camargo (2018), existe uma carência de mecanismos de regulamentação para a entrada e a permanência desse migrante no país. De que forma seríamos então esse povo acolhedor e receptivo, se o processo de chegada e permanência dos povos que aqui chegam é por vezes conflituoso?

Sobre o sentimento de pertencimento, observamos que alguns dos alunos identificam-se como sendo estrangeiros morando no Brasil, como observado nos excertos que seguem:

C1: Não, eu vou viver aqui só 3 meses, mas eu gosto de brasileira e do país.

M: No (risos)

Prof.: Ou meio-a-meio

M: É (risos) yo sinto que soy colombiana, mas to morando aqui.

Prof.: Ah entendi

M: A raiz nunca se va perder...

Como observado nas falas acima, alguns alunos se identificam como sendo estrangeiros que estão morando no Brasil, enquanto outros alunos dizem se sentir como brasileiros por participarem de festas típicas, possuírem família aqui ou, até mesmo, por serem naturalizados legalmente no país:

C2: Já sou brasileiro, já naturalizado.

Prof.: (...) Mas fora o documento, você se sente (brasileiro)?

C2: Eu sente sim, fico mais malandro! Risos.

G: Sinto sim.

R: Claro, né! 5 anos com família, com tudo, cultura, é... as coisas que acontecem, né? Os eventos, tipo Natal, Ano Novo, aí tem que participar, aí acaba...

N1: ahn... agora sim.

Os relatos apresentados sugerem uma possível relação entre a apropriação da nova língua e uma maior inserção social na cidade de Campo Grande. Questões como trabalho, relações familiares e interação com brasileiros parecem, de alguma forma, também estarem envolvidas com a relevância da língua portuguesa como fator de integração com a sociedade que os acolhe.

Considerações finais

Com o aumento do fluxo migratório no Brasil, e de forma mais específica no estado de Mato Grosso do Sul, somos levados a refletir sobre o impacto destes novos contatos e relações na nossa sociedade. Mais do que isso, como pesquisadores da área do ensino de línguas, precisamos nos posicionar frente a temáticas que estão relacionadas à nossa área, como os fluxos migratórios e sua relação direta com o ensino de língua portuguesa. Precisamos entender agora o que faremos a partir disso.

Nossos dados e análises, ainda que tratados de forma breve, apontam para uma relação direta entre a língua portuguesa e a inserção do migrante no Brasil. Ainda assim, a falta de políticas públicas linguísticas e de acolhimento é um obstáculo para essa inserção plena. Faz-se necessário então, cada vez mais, o comprometimento dos pesquisadores da área com essa temática, além do apoio das instituições

governamentais e não-governamentais, para que o Brasil possa de fato ser o país acolhedor que muitos buscam.

O nível social dos alunos também foi considerado um facilitador para o aprendizado de línguas, já que alunos como **C1** estudaram a língua portuguesa em seus países de origem, antes mesmo de virem ao Brasil, devido aos objetivos da sua vinda ao país. Outros alunos não tiveram a mesma oportunidade e, por isso, recorriam a outras ferramentas - como por exemplo a internet - para que pudessem aprender a língua, buscando conseguir um trabalho e, conseqüentemente, estabelecer-se no país, como foi evidenciado por **R1**. Alguns dos alunos entrevistados já trabalhavam em suas áreas de formação, antes de migrarem, como é o caso de **N1**, que possui mestrado em enfermagem. Mesmo possuindo um título de grande relevância acadêmica e profissional, **N1** percebeu a necessidade de aprender a língua portuguesa e então passar pelo processo de revalidação do diploma, para tentar exercer sua profissão neste país.

Entendemos, portanto, que a língua portuguesa pode ser apontada como apenas um dos elementos que favorecem a inserção do migrante na sociedade brasileira. Dessa forma, outros elementos podem existir, como por exemplo políticas públicas de entrada e permanência no país, garantia de acesso à documentação, trabalho, educação, saúde básica, segurança, moradia, entre outros.

Na falta de políticas públicas, mais especificamente políticas linguísticas, as aulas de Português como Língua de Acolhimento, como aquelas oferecidas pelo NEPPE, são um recurso para tentarmos alcançar esse objetivo. Como podemos perceber na discussão apresentada, o nível de proficiência de nossos alunos pode estar intrinsecamente relacionado com a sua inserção e adaptação no país. Esse deve ser, portanto, o objetivo principal de projetos como o UEMS ACOLHE, de políticas públicas relacionadas a este público e outras iniciativas existentes que buscam acolher, emancipar, dar autonomia e garantir a permanência desses migrantes no país.

Referências

- Almeida Filho Paes de, J.C. (2012). “Ensino de português língua estrangeira/EPL: a emergência de uma especialidade no Brasil”. In: Lobo, T., Carneiro, Z., Soledade, J., Almeida, A., Ribeiro, S. (orgs.). *Rosae: linguística histórica, história das línguas e outras histórias* [online]. Salvador: EDUFBA
- Amado de Sá, R. (2013). *O ensino de português como língua de acolhimento para refugiados*. Brasília: *Revista Siple*, v. 4, n. 2, p. [6]
- Barbosa de Assunção, L. M. & Leurquin Fraga, E. V. Lúcia. (2018). “Acolhimento e escolarização de imigrantes no ensino básico de Brasília.” In: Figueiredo Quaresma de, F. J.; SIMÕES, D.; (orgs.). *Contribuições da Linguística Aplicada para a Educação Básica*. Campinas: Pontes Editora. p. 273-294.
- Barbosa de Assunção, L.M. & São Bernardo Amaral de, M. (2017). *Verbete língua de acolhimento. Dicionário das Migrações Internacionais*. Brasília: Editora UnB (Editora da Universidade de Brasília), s/p. OBMigra.
- Bizon Cossi, A. C. & Camargo Esteves de, H. R. (2018). “Acolhimento e ensino da língua portuguesa à população oriunda de migração de crise no município de São Paulo: Por uma política do atravessamento entre verticalidades e horizontalidades”. In: Baeninger, R. A.. *et al* (orgs.). *Migrações Sul-Sul*. Campinas: NEPO/UNICAMP. p. 712-726.

Camargo Esteves de, H. R.. (2018). “Portas entreabertas do Brasil. Dossiê Especial: Português como Língua Adicional em contextos de minorias: (co)construindo sentidos a partir das margens”. In: Bizon Cossi, A. C. & Diniz Rodrigues Alves, L. (Orgs.). Curitiba: *Revista X*, volume 13, n. 1, p. 57-86.

Costa, E. J. & Taño, R. (2017). *Ensino de português como língua de acolhimento a imigrantes e refugiados em São Paulo*. São Paulo : Revista CBTECLE., s/p.

Costa, E. J. & Silva Campos, F. (2018). “Legislação migratória e português como língua de acolhimento: reflexões sobre políticas linguísticas e lingua(gem)”. *Revista de Divulgação Científica em Língua Portuguesa, Linguística e Literatura*. Ano 14 - n.23. p. 598-612.

Grosso, M. J. (2010). “Língua de acolhimento, língua de integração”. *Revista Horizontes de Linguística Aplicada*, v. 9, n. 2, p. 61-77.

Rabasa, Y. (2010). *A emergência da especialidade de ensino de português para hispanofalantes no Brasil*. *Revista História do Ensino de Línguas*, ano 4, n. 4, s/p.



Migração pendular de estudantes universitários na região de Aquidauana - Mato Grosso do Sul- Brasil

Pendular migration of university students in the Aquidauana Region – Mato Grosso do Sul State – Brazil

Sandra Maria Rebello de Lima Francellino¹

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS)
Campo Grande, MS, Brasil

sandra.francellino@ufms.br

URL : <https://www.unilim.fr/trahs/2395>

DOI : 10.25965/trahs.2395

Licence : CC BY-NC-ND 4.0 International

Este artigo apresenta o resultado de uma pesquisa que teve como finalidade fazer um levantamento sobre o tema da migração pendular específica para fins educacionais. A migração pendular se refere aos deslocamentos diários dos indivíduos para realizar ações de sua vida cotidiana como: trabalhar, estudar, lazer entre outros. Os estudos que referenciam esse texto indicam que um dos fatores que propiciam a migração pendular estudantil no Brasil é o fato de pessoas serem impedidas de continuar seus estudos em seus municípios de origem residencial e, pela falta de oportunidades, se movimentam para cidades vizinhas buscando uma formação acadêmica superior, não estabelecendo residência no lugar escolhido. A metodologia deste trabalho foi constituída a partir de uma pesquisa qualitativa através de estudo bibliográfico sobre a temática proposta e pesquisa exploratória participante na qual utilizamos um instrumento de coleta de dados para compreender o processo da migração pendular em estudantes universitários na região de Aquidauana- Mato Grosso do Sul - Brasil. Os resultados possibilitaram constatar que o município tem forte representatividade quando o assunto é educação, contando com sete Instituições de Ensino Superior (IES) Públicas e Privadas que juntas formam profissionais para o mercado de trabalho. A migração pendular estudantil tem uma importância significativa enquanto objeto de estudo da mobilidade populacional, sendo uma condição social e material que altera as mediações das relações entre os indivíduos e a sociedade na qual os sujeitos estão inseridos, com destaque para o acesso às populações indígenas, assentados e ribeirinhos.

Palabras clave: migração pendular, estudantes, Ensino Superior

Cet article présente le résultat d'une recherche basée sur une enquête dont le thème est la migration pendulaire spécifique à des fins pédagogiques. Celle-ci fait référence au déplacement quotidien d'individus pour effectuer des actions de leur vie quotidienne telles que: le travail, les études, les loisirs, entre autres. Les références dont nous nous servons indiquent que l'un des facteurs qui favorisent la migration

¹ Professora Associada da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul/CPAQ. Doutoranda do Programa de Pós-Graduação Mestrado e Doutorado em Psicologia da Saúde da Universidade Católica Dom Bosco.

des étudiants au Brésil est le fait que les gens sont empêchés de poursuivre leurs études dans leur propre ville et, en raison du manque d'opportunités, ils se déplacent vers les villes voisines à la recherche d'un enseignement universitaire supérieur, sans un établissement de résidence du lieu choisi. La méthodologie de ce travail est issue d'une recherche qualitative à travers une étude bibliographique sur le thème proposé et une recherche exploratoire participative dans laquelle un instrument de collecte de données a été utilisé pour comprendre le processus de migration pendulaire des étudiants universitaires dans la région d'Aquidauana - État du Mato Grosso do Sul - Brésil. Les résultats ont montré que la municipalité a une forte représentation en matière d'éducation, avec sept établissements d'enseignement supérieur (EES) publics et privés qui forment ensemble des professionnels. La migration pendulaire de ces étudiants a une importance significative comme objet d'étude de la mobilité de la population, étant une condition sociale et matérielle qui modifie les médiations des relations entre les individus et la société dans laquelle ils se trouvent, en mettant l'accent sur l'accès aux populations autochtones, installés et au bord de la rivière.

Mots-clefs : migration pendulaire, étudiants, enseignement supérieur

Este artículo presenta el resultado de una investigación que tuvo como objetivo realizar una encuesta sobre el tema de la migración específica del péndulo con fines educativos. La migración pendular se refiere al desplazamiento diario de individuos para realizar acciones de su vida diaria tales como: trabajo, estudio, ocio, entre otros. Los estudios que hacen referencia a este texto indican que uno de los factores que promueven la migración de estudiantes en Brasil es el hecho de que a las personas se les impide continuar sus estudios en sus propias ciudades y, debido a la falta de oportunidades, se mudan a las ciudades vecinas en busca de una educación académica superior, no establecer residencia en el lugar elegido. La metodología de este trabajo provino de una investigación cualitativa a través del estudio bibliográfico sobre el tema propuesto y la investigación exploratoria participativa en la que se utilizó un instrumento de recopilación de datos para comprender el proceso de migración pendular de estudiantes universitarios en la región de Aquidauana - estado de Mato Grosso do Sul - Brasil. Los resultados mostraron que el municipio tiene una fuerte representación en lo que respecta a la educación, con siete instituciones de educación superior (IES) públicas y privadas que juntas forman profesionales. La migración pendular de estos estudiantes tiene una importancia significativa como objeto de estudio de la movilidad de la población, ya que es una condición social y material que altera las mediaciones de las relaciones entre los individuos y la sociedad en la que se encuentran, con énfasis en el acceso a las poblaciones indígenas. asentado y ribereño.

Palavras-chave: migración pendular, estudiantes, educación superior

This article presents the result of a research that aimed to make a survey on the subject of the specific pendulum migration for educational purposes. Pendular migration refers to the daily displacement of individuals to perform actions of their daily life such as: work, study, leisure, among others. The studies that reference this text indicate that one of the factors that promote student migration in Brazil is the fact that people are prevented from continuing their studies in their own cities and, due to the lack of opportunities, they move to neighboring cities looking for a higher academic education, not establishing residence in the chosen place. The methodology of this work came from a qualitative research through bibliographic study on the proposed theme and participatory exploratory research in which a data collection instrument was used to understand the process of pendular migration of university students in the Aquidauana region - Mato Grosso do Sul state - Brazil. The results

showed that the municipality has a strong representation when it comes to education, with seven Public and Private Higher Education Institutions (HEI) that together form professionals. The pendular migration of these students has a significant importance as an object of study of population mobility, being a social and material condition that alters the mediations of relationships between individuals and the society in which they are in, with emphasis on access to indigenous populations, settled and riverside.

Keywords: pendular migration, students, higher education

Introdução

O objetivo deste texto é apresentar o resultado de uma pesquisa exploratória que teve como finalidade fazer um levantamento sobre o tema da migração pendular específica para fins educacionais, na região de Aquidauana no Estado de Mato Grosso do Sul em uma Instituição Pública Federal.

Analisar os movimentos migratórios diários de estudantes surgiram da inquietação de se estudar uma realidade vivenciada por centenas de acadêmicos que se deslocam de seus municípios, comunidades e assentamentos, com destino à cidade de Aquidauana enfrentando de duas a três horas de viagem para ir e vir, cansaço, desmotivação e mesmo assim não desistem de seus projetos de vida, busca pelo conhecimento e por uma formação superior.

De acordo com Golgher (2004), migração é um dos três componentes da dinâmica populacional, sendo os outros a fecundidade e a mortalidade. Dos três, a migração é a mais difícil de se definir pois, por mais que seja aparentemente simples, seu estudo é complexo, e seus termos afins abrem espaços para grandes discussões, inclusive com as noções de espaço e tempo que são considerados centrais em sua definição.

Migração Pendular é um conceito antigo na Geografia e ele se ressignifica no contexto atual, em função das necessidades alternativas de busca por postos de trabalho, de formação e das interfaces regionais decorrentes dos rearranjos intrarregionais consequentes da dinâmica econômica e populacional.

Levando em conta que a migração pendular é de grande relevância para se compreender as transformações socioeconômicas, deve-se considerar a sua diversidade de uso do termo que aparece nos trabalhos acadêmicos ora como mobilidade pendular, movimento pendular e deslocamento pendular. Ravenstein (1985) denomina de migrantes temporários; Castells (1972) chama de migrantes alternantes; *commuting* é o termo americano, e os franceses designam de *navettes*. Todos esses termos associados aos deslocamentos cotidianos pela população (Tavares, 2016: 26).

Jardim, a respeito da migração pendular nos afirma: “[...] o conceito de pendularidade estaria restrito aos movimentos diários para trabalho e estudo” (2011:18). Partindo desta definição, vamos considerar neste artigo o termo migração pendular, por se entender que tal processo é apresentado em forma de um deslocamento diário, no qual o migrante alterna seu cotidiano de vida entre sua residência e o local onde busca formação acadêmica; portanto, não ocasiona uma transferência definitiva do migrante para outro lugar.

A seguir estaremos apresentando os procedimentos metodológicos para a realização da pesquisa, bem como análise e discussão dos resultados.

I- Pesquisa e seus aspectos metodológicos

Esta pesquisa se deu no campo bibliográfico e exploratória, sua natureza é qualitativa e seu método é descritivo.

Utilizamos o Portal da CAPES, que oferece a possibilidade de acesso a diversas publicações científicas, incluindo banco de dados, teses, dissertações, periódicos científicos entre outros. Também utilizamos como busca avançada os sites do *PEPISC*, *SciELO* e *Lilacs*. Utilizamos como descritores: Migração, Migração pendular, Migração pendular de estudantes universitários, Migração Pendular e evasão escolar Migração escolar e estradeira, Deslocamento pendular e Mobilidade pendular de estudantes.

Além do portal utilizamos livros, documentos eletrônicos, que abrangem o tema proposto. Também se utilizou de observação participante para compor este estudo, ou seja, da vivência e do compartilhamento do cotidiano com estudantes em migração pendular, bem como de um instrumento de coletas de dados cujos dados foram analisados considerando a abordagem da Psicologia Sócio Histórica, que compreende o homem como um ser provido de cultura e história que lhe são anteriores e que cabe a esse sujeito apropriar, elaborar e reproduzir a sociedade a qual pertence

II- Migrações no Brasil e no mundo

Migração não é um processo novo que acontece apenas na modernidade. Santos (1994) afirma que os homens primitivos já se deslocavam em busca de alimento para sua sobrevivência. Esses viviam como nômades, sempre buscando alimentos e condições favoráveis a sua fixação. Assim, é um processo histórico e social, pois depende do momento histórico que o indivíduo está vivendo e das condições que o levam a migrar.

A questão da migração é um dos problemas mais relevantes na contemporaneidade; é um processo cada vez mais presente, motivado pela globalização e o sistema capitalista. Desse modo, o mundo moderno possibilita o deslocamento de pessoas decorrentes de diversas regiões do mundo, e o Brasil tem sido destino de muitos para recomeçar a vida, tanto a nível nacional como internacional fugindo de guerras e dificuldades de ordem econômica, social, cultural e religiosa que geram as desigualdades sociais. Nesta pesquisa, enfatizamos a migração interna, ou seja, dentro do território brasileiro.

No que diz respeito à migração interna o Brasil atingiu seu ápice entre as décadas de 1960 e 1980 quando muitos nordestinos se deslocaram rumo à região sudeste. Becker assinala que “no âmbito das migrações internas, igualmente diversificada tem sido a tipologia dos deslocamentos”(2006: 321-322). Essa autora destaca o intenso fluxo rural-urbano que ocorreram nas décadas de 50 e 60, em função de um período marcado pela crescente concentração fundiária e pela industrialização nos grandes centros urbanos do Sudeste brasileiro.

Na década de 70, estabeleceram-se migrações interestaduais de longa distância principalmente a de nordestinos para o eixo Rio – São Paulo e a de sulistas para áreas do Centro – Oeste e da Amazônia. Multiplicaram-se as migrações de assalariados rurais como, por exemplo, os temporários (volantes e boias-frias) para as colheitas de cana-de-açúcar e laranja.

Para a construção de grandes obras de infraestruturas energéticas fomentaram-se os deslocamentos sucessivos de barrageiros ao longo das áreas de fronteiras tanto nacional como internacional. Mas por outro lado, intensificou-se a mobilidade intermunicipal e intramunicipal, seja rural – urbana ou rural – rural, em decorrência da falta de terra, levando ao surgimento de movimentos sociais de resistência. Como exemplos: a referida autora cita o Movimento dos Sem Terras (MST)² e o das populações extrativistas da Amazônia ocidental.

2 MST Movimento Sem Terra está organizado em 24 estados nas cinco regiões do país. No total, são cerca de 350 mil famílias que conquistaram a terra por meio da luta e da organização dos trabalhadores rurais.

Para Becker esses movimentos são:

a contra mobilidade emergindo como expressão do direito de não migrar, ou de permanecer no espaço de origem; é a luta em defesa do livre-arbítrio, quanto ao espaço a ocupar e a cultura a preservar. É o singular tentando manter seu lugar no espaço econômico global. (2006: 322)

A referida autora pontua que outras formas e escalas de mobilidade ainda podem ser lembradas como os deslocamentos intraurbanos de caráter residencial e os movimentos pendulares intra-metropolitanos para trabalho e/ou estudos. Esses também refletem à expansão e a multiplicação dos espaços focais da pobreza e violência.

De acordo com Becker, a migração pode ser definida como “mobilidade espacial da população” (2006: 323) e como mecanismo de deslocamento populacional; favorece mudanças nas relações entre as pessoas e entre essas e seu ambiente físico. Nesse sentido, migrar é trocar de país, estado, região ou até de domicílio. E como já mencionamos pode ser impulsionado por fatores econômicos, políticos e culturais.

O documento “Conceitos Básicos de Migração” da *Organização Internacional para Migrações* (2010) define migração como movimento de população de um território para outro ou dentro do mesmo, abrange todo movimento de pessoas, seja qual for o tamanho, composição e causa. Inclui a migração de refugiados, de pessoas deslocadas, desarraigadas e migrantes econômicos.

Segundo o relatório do *World Migration* de 2013, identificam-se um conjunto de motivações para o ato de migrar, como os fatores econômicos, governança e serviços, desequilíbrios demográficos, conflitos, fatores ambientais e redes transnacionais.

São as desigualdades que levam boa parte da população a buscar novas oportunidades em novos mercados de trabalho e melhores condições salariais, gerando no pensamento dos indivíduos a noção de que a vida em tal localidade seria melhor, mais fácil ou de melhor qualidade.

Segundo Saladini (2011) com a globalização, os deslocamentos populacionais ganham um novo significado e novas características no que se refere à exclusão de grandes contingentes da população mundial do mercado de trabalho, precária integração no sistema produtor de mercadoria que desencadeiam novas formas de deslocamentos territoriais, que não implicam em mudança de moradia.

Os movimentos podem ser de longa distância, que na maioria das vezes necessitam de moradia fixa ou sazonal, como os realizados entre estados e países, podem ser de curta distância, que não exigem mudança de moradia, ocorrendo entre cidades e localidades vizinhas, que são chamados de migrações pendulares.

III- Migrações Pendulares para estudos no ensino superior

De acordo com Jardim (2007) as migrações pendulares estão relacionadas aos processos de deslocamentos da população no território, num determinado contexto e tempo socialmente constituído, e conforme acontece às mudanças na organização da economia e da sociedade vai ganhando especificidades e finalidades. Nesse sentido, não deve estar desvinculado dos estudos de urbanização, que por sua vez não se separa da mudança social e do desenvolvimento econômico.

Geralmente o debate a respeito das migrações pendulares está relacionado ao trabalho; porém, em função da ampliação de ofertas de vagas nas instituições

superiores e a partir dos programas federais como REUNI³, SISU⁴ e o PROUNI⁵ nas instituições privadas, a dinâmica educacional está cada vez mais presente.

A migração pendular se refere aos deslocamentos diários dos indivíduos para realizar ações de sua vida cotidiana como: trabalhar, estudar, lazer entre outros. Mas não é só isso; é muito mais que um movimento de idas e vindas das pessoas, é também viver o lugar, de modo que se relacione com outros indivíduos, compartilhem no seu cotidiano sentimentos, dificuldades, superações e experiências. Assim, o ato de ir e vir, as mesmas viagens, as trajetórias repetitivas e rotineiras, o barulho dos carros, da população, geram lembranças e estabelecem conexões com o espaço, fazem parte do cotidiano dessas pessoas, assumem um valor simbólico com a cidade e o sentimento de pertencer ao lugar.

Nas palavras de Geminiano Junior o espaço geográfico:

por menor que seja, contém sua história, seus traços sociais, suas peculiaridades, seus cheiros, seus sons, e consequentemente indivíduos que se identifiquem com o mesmo, é caracterizado por acumulações de paisagens, formas marcadas e remarcadas, pelo concreto, mas também por valores invisíveis aos olhares de um turista ou alguém que desconhece as relações ali um dia exercidas, entretanto podem ser sentidos por quem ali conviveu, produziu vínculos, estudou, no contexto acadêmico, ou vinculou-se com a cidade, tais marcas são fomentadas nas práticas sociais com esse espaço geográfico. (2012: 36)

São muitos os fatores que favorecem para a migração pendular de pessoas, principalmente a busca por instituições de ensino superior, responsável pelo fluxo considerável de jovens e adultos que se deslocam diariamente rumo à universidade, enfrentando desde simples empecilhos a grandes desafios, que se associados a outros fatores da mobilidade diária podem causar grandes prejuízos a sua vida pessoal e educacional.

De acordo com o *Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística* (IBGE, 2015) em todo o Brasil, 7,4 milhões de pessoas se deslocam para cidades vizinhas de onde moram para trabalhar ou estudar, correspondendo a 6,7% da população que estuda e/ou trabalha. Essas informações são baseadas no Censo de 2010, sobre concentrações urbanas e arranjos populacionais. Esse percentual sobe para 10,6% quando se considera as regiões metropolitanas, pois de um modo geral, os fluxos associados a esse tipo de deslocamentos se concentram nas principais aglomerações urbanas do país.

Segundo o IBGE (2015), os arranjos populacionais se formam em grande maioria por motivos econômicos, já que, em geral, as populações de cidades menores e mais

3 REUNI é o Programa do Governo Federal de Apoio a planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais Brasileiras, parte integrante de um conjunto de ações do Governo Federal no Plano de Desenvolvimento de Educação do MEC. Fonte: reuni.ufsc.br.

4 SISU: Sistema de Seleção Unificada é um Programa do Ministério da Educação (MEC) que oferece vagas em universidades públicas sem precisar fazer o vestibular. Fonte: guia da carreira.com.br

5 PROUNI: Programa Universidade para Todos promove o acesso as universidades particulares brasileiras para estudantes de baixa renda que tenha estudado o ensino médio exclusivamente em escola pública, ou como bolsista integral em escola particular. Fonte:prouni.com.br

pobres procuram alternativas de emprego e estudo em cidades vizinhas. Há ainda situações em que o motivo da formação do arranjo é política, no caso de cidades que são separadas, mas, mantém ligação histórica como se ainda fosse uma só.

Para Oliveira (2011) o movimento pendular se apresentam cada vez mais extenso e complexo interferindo na dinâmica dos espaços metropolitanos. Fatores que podem ser considerados como fundamentais para a realização dos deslocamentos da população são o avanço do meio de transporte e a disseminação do uso do automóvel, bem como a descentralização das atividades econômicas; o crescimento dos centros urbanos e a ocupação, expansão e adensamento populacional das áreas periféricas. Estes favoreceram o crescimento considerável das cidades e como consequência houve uma multiplicação dos fluxos, cada vez mais longos e complicados que ultrapassavam os limites municipais.

Nas cidades metropolitanas com o crescimento populacional têm aparecido problemas urbanos, tais como: aumento expressivo de moradias desiguais, diminuição da qualidade de vida, aumento da criminalidade, trânsito caótico entre outros. Nas Cidades de porte médio (Maringá-PR, Jundiaí-SP, Macaé- RJ entre outras) e aglomerações urbanas não metropolitanas também cresceram e com elas, seus problemas.

Dessa forma, os fatores que fazem uma pessoa sair do seu lugar e se movimentar para outro, muitas vezes inexplorável e repleto de diferenças, valores culturais, sociais, políticos exercendo mudanças na identidade de cada um, assim, como tais lugares em função das interações sociais sofrem mutações constantes em sua paisagem, formas e na cultura local. Nesse sentido, o homem é produto e produtor da sociedade, modifica e é modificado pelo espaço.

Um dos fatores que propiciam a migração pendular estudantil é o fato de pessoas não poderem continuar seus estudos em seus municípios de origem residencial e pela falta de oportunidade se movimentam para cidades vizinhas buscando uma formação acadêmica superior ou preparação profissional não estabelecendo residência no lugar escolhido, essa migração diária representa toda uma nova exteriorização e interiorização de simbolismo que possibilitarão novas práticas culturais e sociais, ritmos e rotinas diárias associadas a um dado contexto espacial e afetivo.

A universidade como um espaço de prática social se constitui como um fator favorável para a migração pendular de centenas de estudantes diariamente, pois possibilita além de acontecimentos, de sentimentos, de idas e vindas, permite conhecer uma multiplicidade de relações existentes (entre estudantes, docentes, funcionários) que constroem laços e noções de pertencimento ao longo da graduação. Ou seja, à medida que os indivíduos convivem mantêm relações, identificam-se, e constituem uma rede de significados e sentidos que são tecidos pela história e cultura.

É importante ressaltar que a expansão e a interiorização do Ensino Superior no Brasil tiveram um relevante impulso com o Programa Federal de Expansão da Educação Superior (REUNI) a partir de 2003, contribuindo significativamente para que a migração pendular aumentasse no território brasileiro.

Estudos (Batista et al, 2014; Silva, 2015; Lima, 2015) demonstram que embora a migração pendular tenha aspectos positivos por um lado, como o desejo de mudança de vida, busca por uma melhor posição no mercado de trabalho onde terá melhores chances de realização de suas aspirações sociais. Por outro, pode ser um fator negativo, pois, enfrentam dificuldades tais como: recursos financeiros insuficientes para suprir a demanda necessária no transporte e alimentação, estradas com má conservação entre outros, que podem causar prejuízos e implicações na formação.

Os autores referenciados acima também demonstraram que o deslocamento entre a residência e estudos também podem expor os estudantes a situações de vulnerabilidade enfraquecendo os mecanismos de proteção (família, lugar e comunidade) à medida que aumenta a distância e o tempo de deslocamento. O tempo despendido e o cansaço até a universidade também comprometem a sua realização de atividades extraclasse e estudo pessoal.

IV- Aquidauana (MS) como cidade de acolhimento da migração pendular de estudantes do ensino superior

O município de Aquidauana foi fundado em 15 de agosto de 1892; localizado no estado de Mato Grosso do Sul, as margens do Rio Aquidauana. Sobre a origem do nome existem várias versões, mas para alguns autores segundo a toponímia tupi-guarani e dos índios guaicurús significa **ac** – grandi; **da** – lugar; **oana** – arara; portanto significa lugar das grandes araras (Robba, 1992: 40).

Está situada na serra de Maracaju e fica distante da capital, Campo Grande, 139 km. É conhecida por cidade natureza, devido à variedade de flora e fauna. Em 2019, segundo dados do IBGE, possui uma população estimada de 47.871, distribuídas em zonas urbanas, dez aldeias, quatro assentamentos, e quatro Distritos: Camisão, Cipolândia, Piraputanga e Taunay.



Fonte: Joia e Paixão, 2018

De acordo com Joia e Paixão, o município de Aquidauana possui um extenso território com uma área de 16.958 km. É cortado por 16 rodovias, cada qual com trajeto, extensão e características próprias.

A maior extensão de rodovias está sob a jurisdição do estado de Mato Grosso do Sul (435 km) e os 175 que cruzam o município do estado, além de serem úteis para deslocamentos intramunicipal, interligam diversos municípios do estado de Mato Grosso do Sul, além de ligar a cidade de Aquidauana as rodovias federais troncais como BR 262, BR 267 e BR 163. (2016: 115)

A BR 262 inicia-se no Córrego Laranjal, na divisa com Anastácio e termina no córrego de Agachi no acesso ao Distrito de Taunay, na divisa com a cidade de Miranda. “É um importante corredor de acesso para as regiões turísticas do Pantanal e da serra de Maracaju.” (Joia & Paixão, 2016:120).

De acordo com esses autores:

os principais fluxos de pessoas concentram-se nos percursos viários próximos a sede do município. Outros fluxos

representativos são direcionados da sede do município para a sede dos distritos, especialmente o de Taunay, por haver maior número de pessoas morando naquele distrito, principalmente indígenas. (2016:120)

A base da sua economia está relacionada à indústria (usina de beneficiamento de leite, madeireira, produtos alimentares, minerais não metálicos, metalúrgicos, mobiliários, editorial e gráfico e produtos farmacêuticos e veterinários), serviços (agências de turismo, comércio, bares e atrações noturnas, cursos preparatórios presenciais e via web, hotéis e pousadas, livrarias entre outros) e agropecuárias (na agricultura se destaca o cultivo de milho, mandioca e olerícolas e na pecuária o destaque é para a de corte com aproximadamente 804 mil cabeças de bovinos).

Aquidauana é considerada um dos maiores municípios do estado que possui bons serviços na área de saúde, comércio e educação. Segundo dados do IBGE (2010) o município possui IDHM⁶ considerado alto pelo Programa Das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), sendo seu valor 0,688 ocupando o trigésimo quinto lugar entre os setenta e nove municípios de Mato Grosso do Sul.

Considerando o contexto da globalização e o avanço tecnológico a busca pelo saber e formação profissional dá destaque ao ensino superior e Aquidauana é considerada um polo regional de atração educacional, pois absorvem estudantes dos municípios de Anastácio, Dois Irmãos do Buriti, Miranda, Bodoquena, Nioaque, Jardim, Guia Lopes da Laguna, Bonito e Bela Vista. E, ainda Distritos de Camisão, Piraputanga, Cipolândia e Taunay.

Atualmente, o município possui três universidades públicas: Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS); Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS); Instituto Federal de Mato Grosso do Sul (IFMS) e quatro universidades privadas: Universidade Anhanguera – Uniderp, Unopar (Universidade Norte do Paraná), Uninter (Centro Universitário Internacional) e Estácio de Sá – Uni Seb (Centro Universitário Interativo).

De acordo com o Censo do IBGE (2007) no ano de 2005 haviam 2.071 alunos matriculados, sendo 36 em universidades particulares, 1.548 em universidades públicas federais e 467 em universidade pública estadual. Com a expansão das universidades e consequente aumento no número de vagas podemos inferir que este número pode ter alterado significativamente o número de matrículas.

No ano de 2020, em Aquidauana, foram ofertadas 416 vagas em três instituições públicas, sendo 150 na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, 120 no Instituto Federal de Mato Grosso do Sul e 161 na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (Doarth, 2020)

Neste estudo consideramos os discentes que participam do processo da migração pendular na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul/Campus de Aquidauana.

O Campus de Aquidauana teve sua criação no início na década de 1970, a partir de uma solicitação na Câmara dos Vereadores para criação da Faculdade de Filosofia” (Doarth, 2019). Em 13 de agosto de 1970, foi criado o Centro Pedagógico de Aquidauana (CPA), integrado à Universidade Estadual de Mato Grosso (UEMT). Em 1979, o Centro passa a constituir uma Unidade da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, com o nome de Centro Universitário de Aquidauana (CEUA) e,

6 IDHM: Índice de Desenvolvimento Humano Municipal é uma medida composta de indicadores de três dimensões do desenvolvimento humano: longevidade, educação e renda. Fonte: ipea.gov.br

posteriormente, Campus de Aquidauana (CPAQ). Em 2019, completou 49 anos e, com aumento das ofertas de cursos e do número de alunos, se expandiu e se consolidou no campo da pesquisa, ensino e extensão universitária.

No segundo semestre do ano de 2019 o Campus de Aquidauana possuía 1.341 acadêmicos matriculados na graduação e distribuídos em 10 cursos: bacharelado em Administração, Geografia e Turismo; licenciatura de Ciências Biológicas, História, Letras, Matemática, Pedagogia, Geografia e curso intercultural indígena. E, nos cursos de pós-graduação havia 41 alunos matriculados. (Doarth, 2019)

Em uma análise do cenário microrregional vimos que o município de Aquidauana se destaca por possuir instituições de ensino superior de grande influência no setor educacional, pois possui sete universidades, das quais três são públicas. De acordo com o Relatório do Mapa do Ensino Superior no Brasil em 2017, os números de matriculados em cursos presenciais na graduação que abrange o pantanal sul mato-grossense era de 4.382 sendo, que destes 449 eram na rede particular (Semesp, 2019). Após reflexão e investigação de informações divulgados em sites das instituições podemos inferir que em torno de 2400 estão distribuídos nas diferentes instituições do município. Na prática cotidiana dessa pesquisadora, em sala de aulas, foi possível identificar um número considerável de estudantes que migram diariamente para estudar no município, diante desse quadro podemos afirmar que a atratividade de vagas de ensino superior induz a migração pendular.

IV- As migrações pendulares no município de Aquidauana - MS discussão dos resultados da pesquisa

No século XXI, o tema das migrações internas no Brasil vem adquirindo importância crescente nos estudos da população. A partir da pesquisa realizada foi possível constatar que a migração está diretamente ligada com a história da humanidade e se faz presente até os dias atuais, pois vem ocorrendo em muitas localidades do mundo inclusive nas regiões brasileiras.

O presente estudo possibilitou verificar qual a origem dos acadêmicos do Campus de Aquidauana e constatar que o município tem forte representatividade quando o assunto é educação, contando com sete Instituições de Ensino Superior (IES) Públicas e privadas que juntas formam profissionais para o mercado de trabalho.

A partir do levantamento bibliográfico pudemos perceber que a migração pendular motivada pelo estudo é um tema pouco explorado no Brasil se compararmos com os deslocamentos diários da população para o trabalho. De acordo com Lima: uma provável hipótese para a escassez da produtividade desse tema no Brasil se dê por um fator metodológico (2015: 32). Ou seja, há uma lacuna sobre essa temática até o momento, e o que inviabiliza um estudo maior nessa área são as informações disponibilizadas pelo Censo Demográfico sobre as pessoas que estudam em municípios diferentes daqueles que residem, sendo limitadas em algumas variáveis.

Portanto, o referido autor aponta que existem outras fontes que podem ser utilizadas para um melhor desenvolvimento de estudos sobre o movimento pendular de estudante. Um recurso bastante acessível a todas as pessoas e que possibilita um maior grau de detalhamento e recursos para a produção de um trabalho bem consistente e de maior visibilidade é o Censo Escolar⁷.

7 Censo Escolar: é um levantamento de dados estatísticos educacionais de âmbito nacional realizado todos os anos e coordenado pelo Inep. É feito com a colaboração das secretarias estaduais e municipais de educação e com a participação de todas as escolas públicas do

Observamos tendências de produção sobre migração pendular com maior incidência na área de demografia e geografia. A primeira é a ciência que estuda as populações humanas em aspectos como natalidade, produção econômica, distribuição étnica entre outros. A segunda é a ciência que trata da descrição da terra e dos fenômenos físicos, biológicos e humanos que nela ocorrem, suas causas e relações.

Identificamos que há uma lacuna nessa temática quanto à produção de pesquisa principalmente na área de psicologia, pois nada foi encontrado na base de dados utilizados por essa pesquisadora. Uma das dificuldades encontradas após a leitura do material é que alguns textos embora sejam resultados de pesquisa, não apresentam de forma clara os aspectos metodológicos norteadores dos trabalhos impedindo aos leitores uma compreensão mais clara da problemática.

Percebemos que a migração pendular estudantil tem uma importância significativa enquanto objeto de estudo da mobilidade populacional, mas ainda não tem tanta relevância teórica no Brasil, pois, carece de pesquisas que tem muito a contribuir para os estudos urbanos, sociais, econômicos e psicológicos principalmente no que se refere à constituição da subjetividade humana.

Dessa forma, é importante ressaltar que o fenômeno da migração pendular é uma condição social e material que altera as mediações das relações entre os indivíduos e a sociedade na qual os sujeitos estão inseridos. Nesse sentido, só é possível entender as implicações que a migração pendular adquire no âmbito dos processos psicológicos quando o concretizamos na realidade social.

Considerando a coleta de dados sobre o estudo em questão tivemos por base a elaboração de um instrumento de pesquisa, na forma de um questionário que foram aplicados de forma aleatória em 6 estudantes regularmente matriculados nos diferentes cursos da UFMS/CPAQ. Este contou com questões fechadas e abertas. As primeiras se referiam a distância da residência ao local de estudo, tempo de viagem de ida e de volta, conforto do veículo entre outros. As últimas relacionadas aos aspectos pessoais e motivacionais que o processo de migração pendular suscitam nos estudantes. Após aplicação os dados foram sistematizados e analisados. É importante destacar que na discussão dos resultados apresento informações que são fruto de observação da prática cotidiana dessa pesquisadora.

No que diz respeito à origem dos estudantes em processo de migração pendular no município de Aquidauana identificamos procedência de diferentes aldeias indígenas, da etnia Terena. Dos seis participantes que se deslocam diariamente de suas comunidades para o estudo, dois são da aldeia Limão verde, dois da aldeia Moreira em Miranda, um da aldeia Bananal e um da aldeia Ypegue.

Os da Aldeia Limão verde enfrentam viagem com distância de 23 quilômetros diariamente. Os acadêmicos da aldeia Moreira têm um percurso longo em torno de 100 km, pois precisam se deslocar da sua moradia até o centro de Miranda e de lá pegar o ônibus para Aquidauana, seguindo mais 75 quilômetros. O da Aldeia Bananal e Ypegue também tem um percurso longo pois viajam em torno de 60 quilômetros para chegar até a UFMS/CPAQ.

Há estudantes que moram em outras comunidades indígenas que estão distantes do Campus da UFMS: Água Branca (60,4 km), Morrinho (59 km), Lagoinha (59,1 km) e Imbirussu (58,5) entre outras. O Distrito de Camisão (18 km), Cipolândia (65,7),

País. Trata se do principal instrumento de coleta de informações da educação básica, que abrange as suas diferentes etapas e modalidades: ensino regular (educação infantil e ensino fundamental e médio), educação especial e educação de jovens e adultos.

Piraputanga (30.7 km) e Taunay (56 km). As aldeias mais populosas são a de Bananal com 1.435 moradores, seguida de Limão verde com 1.270 e Ypegue com 1.109. (Salvador, 2012)

Com relação ao modo como os alunos se deslocam para a universidade em sua maioria utilizam ônibus disponibilizado pela prefeitura, ou ônibus escolar das aldeias. O tempo gasto pelos alunos é de uma hora a uma hora e trinta minutos para a ida e para a volta. Os acadêmicos da Aldeia Limão verde, do período vespertino, saem da sua moradia às 12 horas e só retornam por volta das 19 horas quando os alunos do período noturno chegam para as aulas presenciais. Estes só retornam após às 23 horas. Os acadêmicos que moram em Miranda saem de sua residência às 10h30 e só retornam no início da noite às 18 horas. Gastando diariamente em média três horas no percurso. Quanto à qualidade dos transportes os alunos em situação de entrevista avaliaram como pouco confortável.

Os estudantes mencionaram que no percurso diário enfrentam dificuldades frequentes tais como: cansaço, atrasos dos ônibus principalmente quando chove, pois, as estradas são ruins, cheias de buracos, há problemas mecânicos dos ônibus ocasionando perda de aulas, prova, seminários, levando muitos acadêmicos a reprovação caso os docentes não relevem tais imprevistos. Além dessas dificuldades citaram perigos nos trajetos; por se tratar de uma BR (262)⁸ enfrentam presenças de animais na pista, trechos sem acostamentos, tráfego de caminhões de carga e carros particulares em alta velocidade.



Fonte: AGESUL, 2017.

A questão financeira também foi apontada pelos discentes como uma dificuldade. Embora, os acadêmicos comprovadamente indígenas e ou quilombolas⁹ que estão regularmente matriculados em cursos de graduação presencial recebem um auxílio financeiro do MEC, no valor de 900 reais, ainda reclamam não ter dinheiro para adquirir o material didático para leitura solicitado pelos docentes e, até mesmo para sua alimentação, fatores desmotivadores e que podem prejudicar o processo ensino aprendizagem. Observamos que para muitos, esse auxílio financeiro é a única renda familiar para a sua sobrevivência e de sua família.

Quanto ao seu desempenho, relataram que por morarem em outras localidades se sentem prejudicados, pois não podem se dedicar ou participar de grupos de estudos, projetos e cursos de extensão devido à falta de um programa que atenda aos acadêmicos que migram diariamente. Assim, constatamos que apesar das dificuldades acima elencadas os acadêmicos ainda encontram motivação para permanecer na migração pendular. A motivação principal é o ingresso numa universidade pública federal, a atratividade acontece porque as instituições se

8 BR 262 é uma rodovia transversal brasileira que interliga os estados do Espírito Santo, Minas Gerais, São Paulo e Mato Grosso do Sul. É a nona maior rodovia do país, possuindo 2.213 quilômetros de extensão.

9 Pessoas descendentes e remanescentes de comunidades formadas por escravizados fugitivos (os quilombos), entre o século XVI e o ano de 1888 (quando houve a abolição da escravatura), no Brasil.

localizam na microrregião, pois muitos dos discentes não têm acesso à capital de Estado – Campo Grande –, ou por que tem poucos recursos financeiros ou pela distância territorial.

Apontam ainda como fatores motivadores a construção de vínculos, se sentem parte de um todo, pois se sentem comprometidos e identificam-se com alguns docentes e valorizam a instituição. Em suma, nota-se que a motivação que leva a migração pendular são diferentes e variam de região, de local para local, no caso específico desse trabalho é a realização de uma formação profissional. Diante de tantos desafios se faz necessário, programas e projetos de extensão direcionada para esses acadêmicos de forma a minimizar as suas dificuldades.

Considerações finais

A migração sempre existiu, mas ao longo do desenvolvimento de formação da humanidade seu processo vai aos poucos se modificando de acordo com seu tempo histórico, imprimindo um processo de questão social cada vez mais complexo no âmbito do que tange as populações.

Contemporaneamente eles acontecem pelos motivos (religiosos, culturais, econômicos, educacionais, políticos, ideológicos entre outros) e que desencadeiam inúmeras alterações nos espaços geográficos entre os locais de origem e os locais de destino.

No Brasil as migrações internas acontecem em grande parte por aspectos econômicos ou causas naturais como as grandes secas que atingem a região nordeste do país. As pessoas migram para a região sudeste em busca de melhores condições de vida e oportunidade de emprego. Por causa disso, é importante um olhar para a sociedade como um todo, avaliando os aspectos econômicos, culturais, sociais e políticos que influenciam nos processos migratórios tanto a nível regional como global.

Vimos que as migrações pendulares são muito mais que o ato de ir e vir das pessoas, mas sim de ter acesso ao direito à educação, conviver é viver o lugar de modo que se relacione com outros indivíduos e, com estes, compartilhar seus sentimentos, expectativas, interesses e necessidades, de modo a construir sua própria história.

Esse processo a cada dia se amplia e torna-se mais complexo e tem incidência nos grandes centros urbanos, por motivo de trabalho. Para a finalidade de estudos ainda são recentes e carecem de pesquisas, principalmente no ensino superior, mas vem ganhando maior visibilidade enquanto estudos da mobilidade populacional, pois tende ao crescimento, porque os processos seletivos das universidades públicas consideram que o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM)¹⁰ aumentou muito a migração pendular dos estudantes, especialmente na mobilidade de longa distância.

O processo de interiorização de ensino superior resultou em maior acesso da população local e também permitiu à residentes de municípios vizinhos a mesma opção. Dessa forma, podemos afirmar que contribuiu significativamente para que os processos pendulares se ampliassem. E neste sentido, torna-se cada vez mais premente o estudo das especificidades que a questão da migração pendular suscita nas individualidades e nas questões de âmbito social, pois trata de deslocamentos de pessoas de um lugar para outro, motivados por um ou mais fatores, sendo complexos e amplos os aspectos que a determinam.

10 ENEM foi criado em 1998 pelo Ministério da Educação (MEC) é uma prova realizada em todo o Brasil por pessoas que já concluíram ou estão em fase de conclusão do ensino médio.
Fonte:www. Enenvirtual.com .br

Referências

- AGESUL, AGÊNCIA ESTADUAL DE GESTÃO DE EMPREENDIMENTOS. (2017). Sistema Rodoviário do Estado de Mato Grosso do Sul. 2017. Disponível em: http://www.agesul.ms.gov.br/wp-content/uploads/2018/02/Sistema-Rodovi%C3%A1rio-Estadual-SREMS_2017.pdf
- Becker, O. M. S. (2006). “Mobilidade Espacial da população: conceitos, tipologia, contextos”. In: Castro, I. E.; Gomes, P.C. C.; Corrêa, R. L. (2006). *Explorações Geográficas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2. ed., cap.9. p. 319-367. Disponível em: jbgousp.blogspot.com/2013/03/migracoes-e-trabalho-heinz-dieter.html
- BRASIL. Portal Brasil. (2015). Disponível em: www.brasil.gov.br. Cidadania e Justiça.
- Doarth, João. (2019). “Em agosto, Campus de Aquidauana completa 49 anos de história: veja vídeo”. Publicado em: 13/08/2019. Disponível em: <https://cpaq.ufms.br/em-agosto-campus-de-aquidauana-completa-49-anos-de-historia/>
- Doarth, João. (2020). Disponível resultado final – vestibular 2020 e Passe 3ª. Etapa. Publicado em: 21/01/2020. Disponível em: <https://www.ufms.br/disponivel-resultado-final-vestibular-2020-e-passe-3a-etapa/>
- Geminiano Junior, J. (2012). *Um aporte da mobilidade pendular dos estudantes do curso de geografia da UEPB: Implicações no processo de ensino aprendizagem*.
- Golgher, A. B. (2004). “Fundamentos da Migração”. Belo Horizonte: UFMG/Cedepar. Disponível em: <http://www.cedepar.ufmg.br/pesquisas/td/TD%20231.pdf>
- INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR MIGRATION. (20013). *World Migration Report*. Disponível em: http://publications.iom.int/bookstore/free/WMR2013_EN.pdf>. Acesso em: 2020
- Jardim, A.P. (2007). “Algumas reflexões sobre o estudo das migrações pendulares. V Encontro Nacional sobre Migrações”. Núcleo de Estudos Populacionais, NEPO, Unicamp.
- Jardim, A.P. (2011). “Movimentos pendulares: reflexões sobre a mobilidade pendular”. In: *Reflexões sobre os deslocamentos populacionais no Brasil. Estudos e Análises de Informação Demográfica e Socioeconômica*. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), nº 1., p. 1-60. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/reflexoes_deslocamentos/deslocamentos.pdf>
- Joia, Paulo Roberto & Paixão, Alfredo Aguirre. (2016). “Rodovias Municipais: Integração e Organização do espaço no município de Aquidauana.” *Terr@Plural*, Ponta Grossa, v. 10. N.1 p.109-124. Jan/jun.
- _____. (2018). “Implicações do uso de ocupação do solo para o planejamento e gestão ambiental da Bacia Hidrográfica do rio Aquidauana-MS”. *Campo Grande: Revista Interações*. V. 19. N. 2, apr/june.
- Lima, W. M. (2015). “Mobilidade, espaço de vida e desempenho escolar: o caso dos estudantes de Ensino Médio no município de Natal” – RN 23/02/2015. 110 pg. Mestrado em DEMOGRAFIA. Universidade Federal do Rio Grande do Norte: Natal Biblioteca, Depositária: Biblioteca Central Zila Mamede – UFRN. Telma Patrícia Andrade Lopes, Instituição de Ensino.

- Lopes, T. P. A. (2014). *Migrações: novas realidades – viver num mundo em movimento*. Dissertação de Mestrado. Universidade de Lisboa.
- Oliveira, P. A. B. (2011). *Análise da mobilidade pendular na região metropolitana de Belo Horizonte em 2001-2002*. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Programa de Pós-Graduação em Tratamento da Informação Espacial.
- Oliveira, P. da Cruz; Madeiro, C.G. (2013). *Migração Pendular entre São Lourenço do Sul e Pelotas: a educação superior como polo de atração*. II Simpósio de Estudos Urbanos: a dinâmica das cidades e a produção do espaço.
- ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL PARA MIGRAÇÕES (OIM). (2010). *Conceitos básicos de migração. Perfil migratório no Brasil 2009*. Brasília: OIM.
- Ravenstein, E.G. (1985). “As Leis da Migração”. In: MOURA, H. A. (1980). *Migração Interna: textos selecionados*. Fortaleza: BNB/ETENE. tomo 1, p. 19-88. cap. 1.
- Robba, Cláudio. (1992). *Aquidauana ontem e hoje*. Campo Grande: Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul (série Historiográfica), 12. ed.
- Salvador, M.N.R. (2012). *Os índios Terena e a agroindústria no MS: A relação Capital – Trabalho*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.
- Saladini, A. P. S. (2011). *Trabalho e Imigração: os direitos sociais do trabalhador imigrante sob a perspectiva dos direitos fundamentais*. Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado em Ciência Jurídica do Centro de Ciências Sociais Aplicadas do Campus de Jacarezinho da Universidade Estadual do Norte do Paraná.
- Santos, R. B.(1994). *Migrações no Brasil*. São Paulo: Scipione.
- SEMESP, Mapa do Ensino Superior no Brasil (2019). *Sindicato das Entidades Mantenedoras de Estabelecimentos de Ensino Superior no Estado de São Paulo*. 9 ed. Disponível em: https://www.semesp.org.br/wp-content/uploads/2019/06/Semesp_Mapas_2019_Web.pdf
- Tavares, J.M. da SIVA. (2016). *Movimentos pendulares de estudante na região norte fluminense*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional. Campos de Goitazes.



Interculturalidade e educação: Migrantes de uma escola pública da capital de Mato Grosso do Sul

Interculturality and education: Migrants from a public school in the capital of Mato Grosso do Sul

Pâmella da Silva Aranda¹

Universidade Católica Dom Bosco (UCDB)
Campo Grande, Mato Grosso do Sul, Brasil

pamellaaranda-@hotmail.com

Ana Maria de Vasconcelos Silva²

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS)
Campo Grande, Mato Grosso do Sul, Brasil

vasconcelosana659@gmail.com

URL : <https://www.unilim.fr/trahs/2407>

DOI : 10.25965/trahs.2407

Licence : CC BY-NC-ND 4.0 International

Os processos sociais implicados nos fluxos de pessoas entre países, regiões e continente, estão atrelados a fenômenos distintos, com grupos sociais diversos e complexas interligações de instâncias sociais, econômicas, culturais, jurídicas e institucionais, entre outras, que envolvem os movimentos de pessoas que cruzam fronteira de Estados-nação. Com os crescentes fluxos migratórios culturalmente distintos, o convívio entre culturas, num contexto de globalização econômica, social e cultural, torna-se um desafio. Este trabalho visa apresentar o resultado de uma pesquisa realizada no Ciclo do Programa de Iniciação Científica - PIBIC 2018-2019, “Interculturalidade e Educação: Migrantes nas escolas de Campo Grande (MS)”, cujo objetivo foi de investigar os significados e sentidos que o professor atribui à vivência com os alunos migrantes. A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica e de campo de cunho qualitativo e na coleta de dados foi utilizada a entrevista semiestruturada. Foram entrevistados cinco profissionais da rede estadual de educação, três professores do ensino médio e dois do ensino fundamental. Os resultados apontaram para a concepção de um multiculturalismo assimilacionista no sentido prescritivo, ou seja, todos são chamados a participar do sistema escolar, mas sem que se coloque em questão o caráter monocultural presente na dinâmica do sistema, e tampouco discute as causas das assimetrias e das desigualdades sociais.

Palabras clave: educação, interculturalidade, multiculturalidade, políticas públicas, Brasil

Les processus sociaux impliqués dans la circulation des personnes entre les pays, les régions et les continents sont liés à différents phénomènes, à des groupes sociaux

¹ Universidade Católica Dom Bosco - UCDB - Curso de Graduação em Psicologia - Grupo de Estudo em Teoria Sócio Histórica, Migração e Gênero - Campo Grande - Mato Grosso do Sul - Brasil.

² Professora da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS - Campus Corumbá/MS. Mestre e Doutora em Psicologia - Campo Grande - Mato Grosso do Sul - Brasil.

divers et des interconnexions complexes à la fois sociales, économiques, culturelles, juridiques et institutionnelles, qui sous-tendent les mouvements des personnes traversant la frontière des États-nations. L'augmentation de flux migratoires culturellement distincts, la coexistence entre les cultures, dans un contexte de mondialisation économique, sociale et culturelle, constituent un défi. Notre travail vise à présenter le résultat d'une recherche menée dans le cadre du cycle du Programme D'Initiation Scientifique - PIBIC 2018-2019, « Interculturalité et éducation: les migrants dans les écoles de Campo Grande (MS)», dont l'objectif est d'étudier les significations et le sens que l'enseignant attribue à l'expérience avec les étudiants migrants. La méthodologie utilisée repose sur une recherche bibliographique et qualitative de terrain et des entretiens semi-structurés. Cinq professionnels du réseau éducatif de l'État, trois enseignants du secondaire et deux enseignants du primaire ont été interrogés; enfin une analyse de contenu a été menée. Les résultats ont montré que nous avons affaire à un multiculturalisme assimilationniste au sens prescriptif, c'est-à-dire que s'il y a participation effective au système scolaire, le caractère monoculturel existant n'est pas remis en cause dans la dynamique du système, de même que les causes des asymétries et inégalités sociales.

Mots-clefs : éducation, interculturalité, multiculturalisme, politiques publiques, Brésil

Los procesos sociales involucrados en el flujo de personas entre países, regiones y continentes, están vinculados con diferentes fenómenos, con diversos grupos sociales e interconexiones sociales, económicas, culturales, legales e institucionales complejas, que involucran los movimientos de personas que cruzan la frontera de estados-nación. Los crecientes flujos migratorios culturalmente distintos, la convivencia entre culturas, en un contexto de globalización económica, social y cultural, se convierten en un desafío. Este trabajo tiene como objetivo presentar el resultado de una investigación realizada en el ciclo del Programa de Iniciación Científica - PIBIC 2018-2019, "Interculturalidad y educación: migrantes en las escuelas de Campo Grande (MS)", cuya meta es investigar los significados y sentidos que el profesor atribuye a la experiencia con el estudiante migrante. La metodología utilizada fue una investigación de campo bibliográfica y cualitativa y se utilizaron entrevistas semiestructuradas para recopilar datos. Se entrevistó a cinco profesionales de la red de educación estatal, tres maestros de secundaria y dos maestros de primaria. Para el tratamiento de datos, se utilizó el análisis de contenido. Los resultados apuntan a la concepción de un multiculturalismo asimilacionista en el sentido prescriptivo; es decir, todos están llamados a participar en el sistema escolar, pero sin cuestionar el carácter monocultural presente en la dinámica del sistema, ni discutir las causas de las asimetrías y desigualdades sociales.

Palavras-chave: educação, interculturalidade, multiculturalismo, políticas públicas, Brasil

The social processes involved in the flow of people between countries, regions and the continent are linked to distinct phenomena, with diverse social groups and complex interconnections of social, economic, cultural, legal and institutional instances, among others, that involve the movements of people. People crossing the border of nation states. With the growing culturally distinct migratory flows, the interaction between cultures, in a context of economic, social and cultural globalization, becomes a challenge. This paper aims to present the result of a research carried out in the Científic Initiation Program - PIBIC 2018-2019 Cycle, "Interculturality and Education: Migrants in the schools of Campo Grande (MS)",

whose objective is to investigate the meanings and meanings that the teacher attributes to the experience with migrant students. The methodology used was the bibliographic and field research of qualitative nature and in the data collection the semi-structured interview was used. Five professionals from the state education network, three high school teachers and two elementary school teachers were interviewed. For data processing content analysis was employed. The results pointed to the conception of an assimilationist multiculturalism in the prescriptive sense, that is, all are called to participate in the school system, but without questioning the monocultural character present in the system dynamics, nor does it discuss the causes of the asymmetries and of social inequalities.

Keywords: education, interculturality, multiculturalism, public policy, Brazil

Introdução

Os processos sociais implicados nos fluxos de pessoas entre países, regiões e continente, estão atrelados a fenômenos distintos, com grupos sociais diversos e complexas interligações de instâncias sociais, econômicas, culturais, jurídicas e institucionais, entre outras, que envolvem os movimentos de pessoas que cruzam fronteira de Estados-nação.

O convívio entre culturas, num contexto de globalização econômica, social e cultural, torna-se um desafio e um problema, onde, por um lado, se assiste a uma convergência cultural, mas por outro lado, a uma afirmação cada vez maior das próprias culturas. Com o aumento dos fluxos migratórios culturalmente distintos, os confrontos entre culturas, fruto do aumento da heterogeneidade das sociedades irão certamente crescer (Bäckström & Castro-Pereira, 2012: 96).

Com os crescentes fluxos migratórios culturalmente distintos se faz necessário compreender as concepções de multiculturalidade e interculturalidade na educação, considerando que a interculturalidade surge enquanto um desafio no que se refere à capacidade de reconhecer e valorizar as diferenças. Neste sentido, a interculturalidade implica uma interação significativa das culturas em presença, através do diálogo e do conhecimento mútuo.

Nesta perspectiva, Candau (2008) apresenta a problemática do multiculturalismo como uma questão polêmica na atualidade. Para a autora uma das características fundamentais das questões multiculturais é o fato de estarem atravessadas pelo acadêmico e o social, a produção de conhecimentos, a militância e as políticas públicas. Ressalta as lutas dos grupos sociais discriminados e excluídos de uma cidadania plena, os movimentos sociais, especialmente os relacionados às questões étnicas e, entre eles, de modo particularmente significativo, os relacionados às identidades negras, que constituem o *locus* de produção do multiculturalismo.

Para Candau (2008) o multiculturalismo é uma característica das sociedades atuais e o primeiro passo para uma reflexão à respeito desse tema é considerar as leituras realizadas pelas abordagens: descritiva e prescritiva. Para a autora, na abordagem descritiva enfatizam-se a descrição e a compreensão da construção da formação multicultural de cada contexto específico, configurações multiculturais dependem de cada contexto histórico, político e sociocultural. Já a perspectiva prescritiva compreende o multiculturalismo como uma maneira de intervir e de transformar a dinâmica social.

Candau (2008) aponta ainda três perspectivas que estão na base dessas abordagens: o multiculturalismo assimilacionista, o multiculturalismo diferencialista ou monoculturalismo plural e o multiculturalismo interativo, também denominado interculturalidade. Desta forma, a abordagem assimilacionista parte do princípio de que vivemos numa sociedade multicultural, no sentido descritivo. Nessa sociedade não existe igualdade de oportunidades.

Dessa forma, a política assimilacionista favorece a integração na sociedade a partir da incorporação da cultura hegemônica - perspectiva prescritiva. Nesse sentido, não se muda a matriz da sociedade, buscam-se assimilar os grupos marginalizados e discriminados aos valores, mentalidades, conhecimentos socialmente valorizados pela cultura hegemônica. Assim, a educação promove uma política de universalização da escolarização, mas não coloca em questão o caráter monocultural presente na sua dinâmica, nos conteúdos curriculares, nas relações entre os diferentes atores, nas estratégias utilizadas nas salas de aula, e nos valores privilegiados etc (Candau, 2008).

Na perspectiva do multiculturalismo diferencialista, quando se enfatiza a assimilação, se termina por negar a diferença ou por silenciá-la. E tem como proposta colocar ênfase no reconhecimento da diferença. Acredita que só desta maneira os diferentes grupos socioculturais poderão manter suas matrizes culturais de base. É enfatizado o acesso aos direitos sociais e econômicos e, ao mesmo tempo, é estimulada a formação de comunidades culturais homogêneas com suas próprias organizações – bairros, escolas, igrejas, clubes, associações etc. (Candau, 2008).

Essas duas perspectivas são focos nas polêmicas sobre a problemática multicultural, apresentam-se como as mais desenvolvidas nas sociedades contemporâneas. Contudo, é na terceira perspectiva que a autora demonstra afinidade, por considerá-la a mais promissora para a construção de sociedades democráticas e inclusivas, que articulam políticas de igualdade com políticas de identidade, um multiculturalismo aberto e interativo, com ênfase na interculturalidade (Candau, 2008).

A abordagem intercultural defende uma educação para o reconhecimento do “outro”, para o diálogo entre os diferentes grupos sociais e culturais. Ou seja, direcionada para a construção de uma sociedade democrática, plural, humana. Assim, Candau (2008) empresta de Catherine Walsh (2001) o conceito de interculturalidade:

[...] processo dinâmico e permanente de relação, comunicação e aprendizagem entre culturas em condições de respeito, legitimidade mútua, simetria e igualdade. Um intercâmbio que se constrói entre pessoas, conhecimentos, saberes e práticas culturalmente diferentes, buscando desenvolver um novo sentido entre elas na sua diferença. Um espaço de negociação e de tradução onde as desigualdades sociais, econômicas e políticas, e as relações e os conflitos de poder da sociedade não são mantidos ocultos e sim reconhecidos e confrontados. Uma tarefa social e política que interpela o conjunto da sociedade, que parte de práticas e ações sociais concretas e conscientes e tenta criar modos de responsabilidade e solidariedade. Uma meta a alcançar. (Candau, 2008: 10-11)

Walsh (2010) define a interculturalidade em três perspectivas: relacional, funcional e interculturalidade crítica. A perspectiva relacional refere-se à forma básica de contato e intercâmbio entre culturas, entre pessoas, valores e tradições em condições de igualdade ou desigualdade, sem se deter aos conflitos de interesses dos diferentes grupos étnicos.

Assim, a interculturalidade é vista como algo que sempre existiu, ou seja, naturalizando o contato e a relação entre os povos, por exemplo, indígenas, afrodescendentes, a mestiçagem dos sincretismos e as transculturações. Nesse sentido, oculta ou minimiza os conflitos nos contextos de poder, dominação e colonialidade que permeiam as relações. A interculturalidade se limita aos contatos e às relações individuais, negando as intencionalidades e implicações sociais e políticas.

Na perspectiva funcional, a interculturalidade se baseia no reconhecimento da diversidade e das diferenças culturais, com propostas de inclusão na estrutura social estabelecida, buscando o diálogo, a *tolerância* e a *convivência*. Ou seja, a *interculturalidade é funcional ao sistema existente*, não se questiona as causas das assimetrias e das desigualdades sociais, estabelecendo uma relação de compatibilidade com a lógica do modelo neoliberal (Walsh, 2010, grifo nosso).

De acordo com Walsh (2010), as reformas educativas da década de 1990 foram concebidas e alinhadas para atender à nova ordem multicultural do capitalismo global, portanto, a proposta de interculturalidade é baseada na perspectiva funcional.

A terceira, e última perspectiva, trata-se da interculturalidade crítica, que não parte da diversidade cultural, mas da estrutural-colonial-racial. Nesse sentido, a interculturalidade é compreendida como ferramenta, processo e projeto, construída com base nas necessidades das pessoas e não impostas a elas. Busca a transformação das estruturas sociais com base na construção de relações de respeito às diferenças de maneira que não as anule.

Para Walsh (2008), a interculturalidade está intimamente ligada a um projeto social, cultural, educacional, político, ético e epistêmico, com foco na decolonização e na transformação. Assim, a interculturalidade é compreendida como proposta de mudança epistêmica capaz de provocar novos conhecimentos e diferentes leituras de mundo, sem perder de vista a colonialidade do poder, do saber e do ser

Nesse sentido, Walsh (2008) faz uma crítica às formulações teóricas multiculturais que não questionam as bases ideológicas do Estado-Nação, partem de lógicas epistêmicas eurocêntricas, e, no campo educacional, sob o pretexto de incorporar representações e culturas marginalizadas, apenas reforçam os estereótipos e os processos de representações e culturas marginalizadas, coloniais de racialização.

Nesse sentido, Walsh (2008) propõe a perspectiva da interculturalidade crítica como forma da pedagogia decolonial, pensada a partir da ideia de uma prática política contraposta à geopolítica hegemônica, monocultural e monorracional do conhecimento.

Em tal contexto, este trabalho visa apresentar o resultado de uma pesquisa realizada no Ciclo do Programa de Iniciação Científica - PIBIC 2018-2019 e resultado dos trabalhos do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Migração e Teoria Sócio-Histórica do Programa de Mestrado e Doutorado em Psicologia da Universidade Católica Dom Bosco. O tema desta pesquisa foi “Interculturalidade e Multiculturalidade na Educação Migrantes nas escolas de Campo Grande (MS)”, cujo objetivo foi de investigar os significados e sentidos que o professor atribui à vivência com os alunos migrantes e investigar o significado e sentido dos termos: interculturalidade e multiculturalidade de acordo com a vivência desses migrantes.

I – Os caminhos da pesquisa

Para que se pudesse analisar à questão da interculturalidade na escola sulmatogrossense nos propusemos realizar uma pesquisa inicial e exploratória em uma escola pública de Campo Grande, a fim de conhecer melhor a questão e buscarmos maior apropriação desta.

Para isto, a metodologia utilizada foi a pesquisa de campo, e como já apontado, a pesquisa exploratória, de cunho qualitativo. A coleta de dados foi realizada no mês de junho de 2019 em uma escola pública na capital de Mato Grosso do Sul. Após o termo de anuência aprovado pela instituição, foi realizado o convite aos professores para participarem da pesquisa.

Assim, cinco professores, por adesão espontânea, aceitaram o convite para participação da pesquisa, três professores do ensino médio, sendo um professor com formação em história (com graduação também em lingüística), uma professora com graduação em letras e outra em geografia. Com tempo de exercício profissional, respectivamente, 30, 18, e 10 anos. E duas professoras do ensino fundamental,

ambas com graduação em Pedagogia e com Pós-graduação *Latu Sensu* (Psicopedagogia e Alfabetização), com tempo de exercício profissional de 13 e 25 anos. Desse modo, para a apresentação dos recortes das falas dos professores do ensino médio, utilizamos as letras: PH (Professor de História), PL (Professora de Língua Espanhola) e PG (Professora de Geografia). Para as professoras de ensino fundamental (Pedagogas): PP1 e PP2.

O instrumento de coleta de dados foi entrevista semiestruturada com gravação de áudio autorizada pelos participantes. As entrevistas foram realizadas individualmente, na própria escola, com duração de 30 minutos.

O roteiro da entrevista foi organizado por eixos: o primeiro, relacionado aos alunos migrantes (quantidade de alunos migrantes em suas respectivas salas de aula, nacionalidades, idades); processo de inserção desses alunos na sala de aula; interação com os colegas; aprendizado, características que diferenciam os alunos migrantes dos alunos brasileiros, e por fim, o que agregou a convivência com esses alunos na vida profissional. No segundo eixo, as questões foram relacionadas à instituição (preparação da escola para receber esses alunos; orientação metodológica. E o terceiro e último eixo, relacionado à concepção do professor acerca da interculturalidade e multiculturalidade.

II – A interculturalidade na percepção de professores de uma escola pública de Campo Grande

A dimensão cultural constitui-se em eixo desencadeador de confrontos e de interações que repercutem no processo educacional. Nesse sentido, a escola, por sua vez, assume um lugar de destaque para tal processo. Ela também passa a ser um espaço/tempo significativo de negociação e enunciação das diferentes culturas. O reconhecimento da legitimidade das diferenças culturais e sua importância para o processo educacional é um fato ainda novo na educação. De acordo com Dayrell (1996: 136) entender a escola como espaço sócio-cultural demanda “resgatar o papel dos sujeitos na trama social que a constitui enquanto instituição”.

Em tal contexto, a interculturalidade entra em cena, entre os educadores ainda de forma incipiente. Embora Mato Grosso do Sul tenha recebido migrantes paraguaios e bolivianos com frequência, a incidência de outras nacionalidades é ainda muito pequena, todavia após a **migração haitiana** e agora com a **migração venezuelana** começa a ficar cada vez mais intensa a migração de outras populações o que pode provocar uma “*certa estranheza*” para professores e alunos sulmatogrossenses, que agora compartilham experiências diferenciadas. Desta forma, os resultados da problematização que incide este estudo serão descritos a seguir.

Conforme a distribuição do roteiro da entrevista, o primeiro eixo - alunos migrantes - quanto ao processo de inserção do aluno em sala de aula: Uma professora do ensino fundamental que ministra aulas para um aluno de nacionalidade venezuelana, de 10 anos de idade, relata:

[...] **foi uma surpresa**, ninguém me falou: olha, **você vai ter um aluno de nacionalidade diferente** né, ninguém falou, eu recebi ali. Ele não falava quase nada da língua portuguesa. (PP1).

Neste sentido, Matos & Persisán (2016) destacam que se deve reconhecer que a maioria das escolas não modificou quase nada, porque não possuem alunos estrangeiros, e não se considera necessário tomar medidas. Inclusive àquelas escolas que têm uma alta presença de alunos estrangeiros não fazem mudanças profundas.

Situação demonstrada por estudos históricos (já com avanços significativos), a escola é vista como uma instituição envolvida com as diversas formas de regulação social e moral, tendendo a concepções fixas de identidade e de cultura, em que se registra a hegemonia de uma prática monocultural.

No que tange à **interação do aluno em sala de aula**, as duas professoras do ensino fundamental convergiram na resposta:

[...] muita dificuldade no início, pois **os alunos brasileiros praticavam “bullying” com ele, riam dele**. Essas atitudes dos alunos brasileiros exigiram de nós professoras uma mobilização em busca de mecanismos para auxiliar nessa mediação, incluindo temas na sala de aula sobre a cultura venezuelana, solicitando ao aluno migrante que falasse sobre o seu dia a dia no país de origem. (PP1 e PP2)

Nessa direção, observamos que as manifestações em sala de aula estão em nível de desejo, de aspirações do professor em desenvolver com os alunos um diálogo intercultural, do que encaminhamentos e práticas consistentes. Ou seja, os professores não estão preparados, considerando que foram formados para trabalhar em uma escola que prioriza o homogêneo e o uniforme. Os alunos também não foram preparados para essa vivência de compartilhamento com alunos de outras nacionalidades, de forma que isto pode gerar “*estranhamentos*” que vão se desvelar em forma de preconceito, discriminação gerando “*bullyings*”³. A discriminação pode se manifestar de várias maneiras, tanto no aspecto étnico como no social, gênero, orientação sexual, regiões geográficas de origem, características físicas e relacionadas à aparência, grupos culturais específicos, etc. Possivelmente, estamos imersos em uma cultura da discriminação, na qual o limite entre “nós” e “os outros” é uma prática social constante que se expressa pelo não reconhecimento dos que são considerados não somente diferentes, mas, em muitos casos, “inferiores”, por diferentes características pessoais e comportamentais, como podemos observar.

Sá & Cortez afirmam que “o entendimento e discussão de saberes multi/interculturais ao cotidiano educativo faz-se indispensável e coloca-se como um dos desafios contemporâneos ao trabalho docente” (2012: 2), as autoras entendem que:

[...] a mediação de saberes multi/interdisciplinares no processo educativo é uma necessidade, já que a especificidade dos contextos em que se educa hoje ganha cada vez mais importância, e dessa forma o/a professor/a e a escola, não deve só se adequar a essas novas demandas, mas, sobretudo, fazer uma releitura da sua visão de educação, desenvolver uma nova sensibilidade a partir de saberes interculturais que promova no diálogo as diferentes culturas desconstruindo a ideia de educação monocultural (2012: 2).

Para tanto, é imprescindível haver, no âmbito educacional, espaço para discussão de temas que envolvam questões interculturais. Uma escola plural, que caminhe na perspectiva do diálogo, que considere relevante o ‘outro’, que valorize o diferente.

No caso do ensino médio, todos os três professores participantes desta pesquisa ministram aulas para dois **estudantes haitianos** (1º e 3º ano) e duas **alunas**

3 Palavra de origem inglesa que designa atos de agressão e intimidação repetitivos contra um indivíduo que não é aceito por um grupo.

venezuelanas (1º e 2º ano). Em relação ao processo de inserção dos alunos migrantes de ensino médio, os professores como os do ensino fundamental, vistos acima, vêm criando mecanismos e estratégias para inserir estes alunos na sala de aula e no sistema escolar. Os professores com conhecimentos em línguas estrangeiras, também, dão suporte para elaboração de um teste de nivelamento para verificar em que séries esses alunos devem ser matriculados. Destacaram ainda, que aos poucos é possível integrá-los nos grupos já formados, entretanto, um dos professores pontua:

[...] é um processo penoso, árduo e complicado, a primeira barreira é a questão da língua, uma vez que, a interação social necessita de um conjunto disponível de conhecimentos partilhados. (PH).

É evidente que essa questão da língua ainda é uma barreira para esses migrantes. Ferreira (2011) discute que o centro das dificuldades na comunicação intercultural seria então o não-compartilhamento do mesmo repertório de gêneros e, em maior ou menor grau, o desconhecimento das semelhanças e diferenças no uso desses gêneros, assim como o não-reconhecimento adequado dos significados que permeiam a interação e pondera:

[...] problemas (como a assimetria de conhecimentos relevantes) relacionados ao uso da linguagem, aos gêneros comunicativos, aos seus estilos de uso, entre outros, podem **causar diversos mal-entendidos e falhas de interpretação** entre os membros de uma mesma cultura, mas, principalmente, àqueles que não possuem um repertório semelhante de conhecimentos (2011: 192).

O que a autora pondera, é de extrema importância, principalmente em relação à interação dos alunos migrantes em sala de aula, pois a língua aparece como uma questão central nas dificuldades apresentadas pelos alunos migrantes com os colegas de sala.

A linguagem tem um papel fundamental e de grande complexidade no processo constitutivo do gênero humano, ou seja, cada ser singular se apropria da linguagem e a utiliza como instrumento simbólico para mediatizar a relação com o outro e consigo mesmo. A língua representa um sistema específico de comunicação por meio da linguagem. Por sua vez, a linguagem é um sistema de signos que opera como meio de comunicação e intercâmbio entre os homens e como instrumento da atividade intelectual. A linguagem possibilita a compreensão da situação-problema ou da tarefa a ser realizada, permitindo suas formulações sob a forma de ideias, de conceitos e de juízos. (Silva & Almeida, 2020).

Nesse sentido, Botler (2012) pontua que o bilinguismo é visto como possível solução para assegurar a garantia de direitos e reconhecimento das diferenças e até mesmo acolhimento desse migrante.

Retomando a questão do processo de inserção dos alunos migrantes na escola. Os professores do ensino médio acreditam que tudo depende do processo de acolhimento e explicam como desenvolvem esse processo:

[...] a princípio eu apresento os alunos e início falando em espanhol que é a maneira como eu me comunico com esses alunos, aí eu conto um pouquinho da rotina e peço para que eles falem da rotina deles, como é a escola, que isso desperta a curiosidade dos alunos e eu faço a tradução para eles, e a

partir daí gera o diferente, por isso não **gera tanto preconceito**, agora caso contrário talvez houvesse preconceito, porque o aluno fica isolado, não se sente importante, ele não sabe, fica desmotivado, frustrado. (PL). [...] **logo no começo eu trabalhava diretamente com ela (aluna venezuelana)**, lia, tentava ler as coisas para ela, explicava diretamente para ela, passava muitas atividades em dupla porque aí já ia fazendo amizade com os meninos, e aí havia uma troca, e até hoje é assim, quando eu vejo, percebo que ela está com dificuldade, eu procuro atendê-la pessoalmente, assim, diretamente, falar com ela, ver com que ela está tendo dificuldade, porque, o que pode se fazer para melhorar, mas é um processo demorado, porque enquanto ela não conseguiu dominar bem a língua portuguesa ela vai ter dificuldade, eles terão dificuldade. (PG).

Uma estratégia para a inserção dos alunos tem sido o trabalho individual e a atenção redobrada do professor para com o aluno. Em relação ao processo de acolhimento, Figueredo (2009) destaca o fato de o ser humano moldar suas identidades por meio das experiências vividas por intermédio de sua língua materna, é viável destacar que as experiências desses alunos migrantes estão transitando por duas distintas culturas / línguas, também adaptando suas concepções sobre as diferenças existentes entre as línguas dos dois países, com isso, é de extrema importância enfatizar a questão do acolhimento, principalmente por conta da dificuldade da língua falada.

Ao serem perguntados sobre o que diferenciam alunos migrantes dos outros alunos, um dos professores destacou que existem várias características que diferenciam esses alunos migrantes, mas, sobretudo, o fato de serem políglotas:

[...] eu percebo a questão da capacidade lingüística que eles apresentam, os haitianos por exemplo, eles falam francês, crioulo, e espanhol, e ainda estudam inglês PH).

Ressaltamos aqui, a importância de se considerar o processo histórico, cultural e político na vida dos alunos migrantes. Muitos são de classes sociais economicamente privilegiadas, mas que por razões diversas foram obrigados a deixar seu país. Possuem qualificação como, por exemplo, o domínio de outras línguas. No caso dos haitianos isso se dá também pela localização geográfica de seu país de origem. Localizado na América Central fica mais próximo aos Estados Unidos. A população majoritariamente fala a língua crioula haitiana, mas comumente chamada de “crioulo”, o dialeto haitiano e também fala francês, língua oficial do país, pois foi colônia francesa. Tem facilidade com o espanhol, por se localizar proximamente dos países de colonização espanhola, e também por ter sido colônia espanhola e posteriormente francesa (em 1697, o Haiti foi cedido pela Espanha à França). Outro ponto importante, é que muitos das famílias destes migrantes se deslocaram de país em país até chegar ao Brasil e muitos destes países são de língua espanhola. Portanto, a questão do aprendizado de novas línguas é um fato mais comum para estes, não se estendendo a outros alunos migrantes.

Na questão sobre o que a convivência com esses alunos, agregou em suas vidas, os professores ressaltaram que tem sido extremamente enriquecedor tanto na área profissional quanto no pessoal.

Na questão sobre a escola, se ela está preparada para receber alunos migrantes, quatro professores acreditam que a escola brasileira não está preparada para

receber alunos migrantes e que fica sob a responsabilidade do professor que recebe o aluno migrante em sala de aula. Ou seja, a escola não tem uma política de acolhimento para o aluno migrante e nem metodologia pedagógica, ficando a critério do empenho e da criatividade dos professores.

Uma das professoras participante desta pesquisa entende que a escola faz o que pode, na medida do possível, pois existe uma relação de troca, se referindo aos professores que dominam outros idiomas e que, faz a mediação no processo de comunicação entre aluno/professor.

Nesse sentido, Silva & Rebolo afirmam que:

[...] o grande desafio da escola é prevê um trabalho com a diversidade, ou seja, uma escola que se proponha a atuar de forma ativa com a heterogeneidade, que caminhe na **perspectiva do diálogo**, que considere relevante o 'outro', que **valorize o diferente**. É possível constatar um avanço, na escola atual, no que diz respeito a essa temática, uma vez que já se percebe a presença de discussões acerca de gênero, sexualidade, relações étnico-raciais, tensões entre igualdade e diferenças e Direitos Humanos. Mas, para que se construa essa escola que seja, de fato, realizadora/ promotora de uma educação intercultural, muitos desafios deverão ser vencidos. (2017:189)

Dessa forma, as relações entre escola e cultura não podem ser concebidas como entre dois pontos independentes, mas como uma teia tecida no cotidiano e com fios e nós profundamente articulados. Portanto, para pensar interculturalidade na escola é necessário assumir uma postura de valorização positiva das diferenças e combater às discriminações em toda dinâmica escolar, “o que exige um trabalho coletivo dos educadores, assim como espaços de formação continuada que abordem estas questões” (Candau, 2011: 252).

No terceiro e último eixo, está relacionado à concepção do professor acerca da interculturalidade e multiculturalidade. Em relação a esta questão, dos cinco professores entrevistados, um professor, não respondeu e quatro concebem interculturalidade e multiculturalidade como palavras sinônimas, termos que se referem a culturas diferentes e também que a escola deve ser um espaço de acolhimento.

Observamos que essa concepção de interculturalidade e multiculturalidade dos professores vai ao encontro ao que Candau (2008) denomina de política assimilacionista, que defende a integração na sociedade, mas, não questiona a cultura hegemônica e nem o caráter monocultural presente na escola. Converte também, para a concepção de interculturalidade definida por Walsh (2010), de interculturalidade funcional, ou seja, é funcional ao sistema existente, se baseia em propostas de inclusão na estrutura social estabelecida, sem discutir as causas das assimetrias e das desigualdades sociais, estabelecendo uma lógica do modelo neoliberal (Walsh, 2010).

Desse modo, Fleuri (2003) propõe a perspectiva da educação intercultural como estratégia para potencializar a própria ação desencadeada pelo conflito, mediante o diálogo e o encontro, de modo que constitua espaços alternativos produtores de outras formas de identidades, marcadas pela fluidez, pela interação e pela acolhida do diferente.

Assim, é possível evidenciar que o desenvolvimento de uma educação intercultural é uma questão complexa, atravessada por tensões e desafios. Trata-se de ressaltar uma perspectiva alternativa e contra hegemônica de construção social, política e educacional.

Considerações finais

É de extrema importância conhecer e discutir as implicações das políticas multiculturais na educação e na escola, como também conhecer as concepções e experiências relacionadas e pautadas na influência dos padrões histórico, político e cultural sobre as políticas, no sentido da igualdade e da universalização do acesso à educação.

Outro aspecto fundamental é a formação para uma cidadania aberta e interativa, proposta pela interculturalidade crítica, capaz de reconhecer as assimetrias de poder entre os diferentes grupos culturais e de trabalhar os conflitos e promover transformação social. Assim, a humanidade no século XXI, ainda tem a chance de superar os erros do passado.

A construção de um Estado democrático requer não somente o reconhecimento e a proteção da sua diversidade cultural, este exige também a implantação de mecanismos capazes de garantir às minorias o pleno exercício dos seus direitos fundamentais.

A partir desta pesquisa pode-se perceber que as relações interculturais fazem-se cada vez mais presentes na sociedade brasileira e sulmatogrossense, o que denota a importância de estudos cada vez mais aprofundados sobre a questão e suas implicações, além de que promover políticas que possibilitem universalização de acesso e igualdade no ambiente escolar colabora para que a sociedade seja cada vez mais justa, menos discriminatória e mais igualitária.

Referências

- Bäckström, B. & Castro-Pereira, S. (2012). “A questão migratória e as estratégias de convivência entre culturas diferentes em Portugal.” *REMHU: Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana*, 20(38), 83-100.
- Botler, A.H. (2012). « Repercussões das políticas multiculturais na educação. » *Educação & Sociedade*, 33 (119), 595-609.
- Candau, Vera Maria Ferrão. (2008). “Diferenças culturais, interculturalidade e educação em direitos humanos”. *Educação & Sociedade*, 33(118), 235-250.
- Candau, Vera. (2011). “Diferenças culturais, cotidiano escolar e práticas pedagógicas”. *Currículo sem Fronteira*. v. 11, n. 2, jul/dez. p. 240-255.
- Dayrell J. (1996). “A escola como espaço sócio-cultural”. In _____. (org). *Múltiplos olhares sobre educação e cultura*. Belo Horizonte: UFMG.
- Ferreira, Mergenfel A. Vaz. (2011). “Olhares brasileiros e alemães: um estudo sobre percepção, interculturalidade e ensino de língua e cultura estrangeira”. *Pandaemonium Germanicum*, (18), 185-213.
- Figueredo, C. J. (2009). “Pesquisa em sala de aula de língua estrangeira (LE): reflexões sobre interculturalidade com base nas perspectivas de um guineense aprendiz de inglês no Brasil”. In: Rodrigues, M. A. (Org.). *Pesquisa em linguagem: métodos e abordagens linguísticas e literárias*. Goiânia: PUC Goiás, v. 1, p. 9-32.

Fleuri, Reinaldo Matias. (2003). “Intercultura e educação”. *Revista Brasileira de Educação*, (23), 16-35.

Matos, Doris Cristina Vicente da Silva, & Permisán, Cristina Goenechea. (2016). “Educação intercultural e formação de professores em contexto espanhol para alunos imigrantes”. *Educação e Pesquisa*, 42(4), 1093-1108.

Sá, M. J. R. de. & Cortez, D. de S. (2012). “Desafios contemporâneos ao trabalho docente: mediações de saberes multi/interculturais no cotidiano educativo”. In: Encontro Internacional da Sociedade Brasileira de Educação Comparada, 5., 2012. Anais... Belém do Pará, 2012. Disponível em: http://www.sbec.org.br/evt_2012.php

Silva, Vanilda Alves da, & Rebolo, Flavinês. (2017). “A educação intercultural e os desafios para a escola e para o professor”. *Interações(Campo Grande)*, 18(1), 179-190.

Silva, A. M. V. & Almeida, L. P. (2020). *Constituição do sujeito em contexto intercultural: Um estudo sobre estudantes brasileiros e de origem boliviana na fronteira Brasil-Bolívia*. Campo Grande, MS, Brasil: Tese de Doutorado, Universidade Católica Dom Bosco (UCDB)

Walsh, C. (2001). *La educación intercultural en la educación*. Perú: Ministerio de Educación.



La experiencia de los niños indígenas jornaleros agrícolas migrantes en el noroeste de México

The experience of child indigenous workers agricultural migrants in northwest México

José Ángel Vera Noriega¹

Centro de Investigación en Alimentación y Desarrollo A.C.
Hermosillo, Sonora, México

avera@ciad.mx

Francisco Fernando Durazo Salas²

TECNOESTATA S.C.
Hermosillo, Sonora, México

durazof@gmail.com

URL : <https://www.unilim.fr/trahs/2458>

DOI : 10.25965/trahs.2458

Licence : CC BY-NC-ND 4.0 International

Nuestro artículo tiene como objetivo describir la forma de vida de niñas y niños indígenas jornaleros agrícolas migrantes, así como las particularidades de la migración interna indígena en el noroeste de México. En este marco, los procesos de ajuste de las políticas al campo destruyeron la capacidad económica de los campesinos en favor de un modelo neoliberal e incrementaron los flujos migratorios de las regiones deprimidas (sur-sureste) a las regiones agrícolas desarrolladas del país (noroeste). La migración se ha convertido en una característica inherente a los pueblos indígenas y jornaleros agrícolas; los cambios sociales, culturales, económicos y otros, los han colocado en una situación que los somete a procesos de explotación laboral y a una constante discriminación. La movilidad y el trabajo como condiciones de vida obligan a familias enteras a contratarse como jornaleros en los campos agroindustriales, en este contexto, la incorporación de niños y niñas indígenas migrantes en actividades del mercado agrícola implica que abandonen la escuela y vayan esporádicamente a la escuela para niños migrantes. Adicionalmente, están expuestos a problemas de salud relacionados con la intensa jornada de trabajo,

¹ Doctor en Psicología Social por la Universidad Nacional Autónoma de México. Miembro del Sistema Nacional de Investigadores (Nivel 2) y la Academia Mexicana de Ciencias. Profesor Investigador Titular del Centro de Investigación en Alimentación y Desarrollo A.C. (Doctorado en Desarrollo Regional) y de la Universidad de Sonora (Doctorado en Innovación Educativa). Actualmente desarrolla proyectos de investigación con financiamiento nacional e internacional, público y privado fundamentalmente con poblaciones rurales e indígenas en los Estados del Noroeste Mexicano y centro oriente de Brasil, en aspectos relacionados con Salud y calidad de vida y socialización escolar.

² Licenciado en Psicología Industrial por la Universidad de Sonora, investigador asociado en consultora TECNOESTATA SC. Experiencia en investigación sobre adaptación psico-social de jornaleros agrícolas migrantes en el noroeste de México, equidad de género en instituciones de educación superior y del sector público, y de convivencia escolar en educación básica.

las condiciones en las que lo realizan, los riesgos de la propia actividad laboral, los accidentes durante los traslados al campo, entre otros.

Palavras-chave: migración interna, niñez, población indígena, trabajadores agrícolas

Notre article vise à décrire le mode de vie des enfants indigènes, travailleurs agricoles migrants, ainsi que les particularités de la migration interne des indigènes dans le nord-ouest du Mexique. Dans ce contexte, les processus d'ajustement des politiques à la campagne ont détruit la capacité économique des paysans au profit d'un modèle néolibéral et accru les flux migratoires des régions défavorisées (sud-sud-est) vers les régions agricoles développées du pays (nord-ouest). La migration est devenue une caractéristique inhérente aux peuples indigènes et aux journaliers agricoles ; les changements sociaux, culturels, économiques et autres les ont placés dans une situation qui les soumet à des processus d'exploitation par le travail et à une discrimination constante. La mobilité et le travail comme condition de vie obligent des familles entières à être embauchées comme journaliers dans les domaines agro-industriels, dans ce contexte, l'incorporation de garçons et de filles indigènes migrants dans les activités du marché agricole implique qu'ils abandonnent l'école et n'y aillent que de façon sporadique. De plus, ils sont exposés aux problèmes de santé dus aux journées de travail intenses, aux conditions de travail, aux risques inhérents à leur activité professionnelle, aux transferts vers les champs et bien d'autres.

Mots-clefs : migration interne, enfance, population indigène, travailleurs agricoles

Nosso artigo tem como objetivo descrever o modo de vida das crianças indígenas trabalhadores agrícolas migrantes, bem como as peculiaridades da migração interna indígena no noroeste do México. Nesse contexto, os processos de ajuste de políticas ao campo destruíram a capacidade econômica dos camponeses em favor de um modelo neoliberal e aumentaram os fluxos migratórios das regiões deprimidas (sul-sudeste) para as regiões agrícolas desenvolvidas do país (noroeste). A migração tornou-se uma característica inerente dos povos indígenas e diaristas agrícolas; mudanças sociais, culturais, econômicas e outras as colocaram em uma situação que as sujeita a processos de exploração do trabalho e discriminação constante. A mobilidade e o trabalho como condições de vida obrigam famílias inteiras a serem contratadas como diaristas em campos agroindustriais. Nesse contexto, a incorporação de meninos e meninas migrantes indígenas nas atividades do mercado agrícola implica que eles abandonam a escola e esporadicamente vão para a escola para crianças migrantes. Além disso, estão expostos a problemas de saúde relacionados ao intenso dia de trabalho, às condições em que o fazem, aos riscos de sua própria atividade laboral, aos acidentes durante transferências para o campo, entre outros.

Palabras clave: migração interna, infância, população indígena, trabalhadores agrícolas

Our article aims to describe the way of life of migrant agricultural day laborers, as well as the peculiarities of internal indigenous migration in northwestern Mexico. In this framework, the processes of adjustment of policies to the countryside destroyed the economic capacity of the peasants in favor of a neoliberal model and increased migratory flows from the depressed regions (south-southeast) to the developed agricultural regions of the country (northwest). Migration has become an inherent characteristic of indigenous peoples and agricultural day laborers; social, cultural, economic and other changes have placed them in a situation that subjects them to processes of labor exploitation and constant discrimination. Mobility and

work as living conditions force entire families to be hired as day laborers in agro-industrial fields, in this context, the incorporation of indigenous migrant boys and girls in agricultural market activities implies that they drop out of school and sporadically go to the school for migrant children. Additionally, they are exposed to health problems related to the intense work day, the conditions in which they do it, the risks of their own work activity, accidents during transfers to the field, among others.

Keywords: internal migration, childhood, indigenous population, agricultural workers

Este artículo sobre la experiencia de niñas y niños jornaleros agrícolas indígenas migrantes intenta, por un lado, presentar las formas de vida muy vulnerables dentro de un sistema atroz que se desarrolla alrededor de los cambios en políticas hacia el campo en los últimos 20 años. Estos cambios provocaron la expulsión de grupos de familias indígenas de sus lugares de origen hacia las regiones productoras de hortalizas, a gran escala, con riego tecnificado muchos de ellos hablando su lengua de origen y cargando consigo sus rutinas, miedos, expectativas, mitos y rituales hacia lugares donde son discriminados y banalizados sus derechos fundamentales.

Por otro lado, es necesario particularizar las causas de la migración en México y, en especial, de la emigración indígena. La *Comisión Nacional para el Desarrollo de los Pueblos Indígenas* (2015) nos informa sobre una alta movilidad entre la población indígena, mostrando que el noroeste del país en los estados de Baja California, Sinaloa y Sonora durante decenios han venido siendo polos de atracción; por el contrario, Oaxaca, Veracruz, Puebla y Guerrero (sur-sureste) se distinguen por ser polos de expulsión de población indígena.

Planteamiento del problema

La migración, como es sabido, es el desplazamiento de un conjunto de población, por un lapso de tiempo variable de su lugar de residencia. Se trata de un proceso de desplazamiento de grupos humanos que contempla tres aspectos: el lugar de origen, la trayectoria migratoria y el lugar de destino, y otros tres en cuanto a la población misma (Nolasco y Rubio, 2005: Pág. 1, párr. 6); su cuantía, los motivos que llevan a la decisión de salir de su lugar de origen y a elegir el lugar de destino, y las consecuencias socioeconómicas, culturales, individuales y sobre el medio tanto en el lugar de salida como en el de llegada.

En México, la situación de los migrantes en los campamentos es de multiculturalidad; en estos coexisten indígenas que pertenecen a etnias del sur, centro y norte y mestizos de todo el país. Esto ha significado una notable dificultad para los diferentes grupos étnicos en cuanto a la preservación de sus vínculos identitarios, sumado a que no existen acciones o programas gubernamentales que den soporte al desarrollo y reproducción de las culturas originarias, en situación de multiculturalidad y constante movimiento (Nolasco, 2006).

Por largos periodos la población en las comunidades indígenas se ve reducida de manera importante; en algunas, solo se quedan los ancianos y niños pequeños, lo que dificulta la reproducción cultural y provoca un cambio en los patrones familiares, aunque comúnmente la familia indígena es extensa - la migración privilegia a la familia nuclear, fragmentando sus formas tradicionales de organización (Nolasco, 2006).

En el complejo universo de la migración y la cultura, el fenómeno de las identidades destaca, ya que los migrantes pendulares y circulares, incluso los que se han establecido definitivamente, se encuentran en una situación de alteridad permanente. En este sentido, hacen falta estudios específicos sobre este tema y su magnitud, por lo que, se torna necesario realizar investigaciones, bajo un enfoque psicosocial, que aborde los cambios y las formas o maneras en que la niñez jornalera migrante construye su identidad y las formas en las que la reproduce. Entender cómo es que los niños migrantes interiorizan, aprenden e interpretan el mundo en el que viven y cómo llegan a manifestar determinadas expresiones de vida y una identidad particular se torna compleja, dado que sus contextos socioculturales pueden llegar a ser tan distantes y contrastantes (Vera, 2009).

En este contexto, las identidades construidas a partir de un territorio definido históricamente y de una memoria colectiva (tradición oral), como es el caso de los grupos indígenas, se ve afectado con la migración. El ir y venir de los niños origina que los marcos referenciales de su grupo se vean afectados en cuanto a sus conductas, creencias y actitudes. Todo ello indica que la migración y los cambios en los grupos de referencia afectan la configuración de la identidad social y étnica en los niños migrantes.

La migración en México

Desde tiempos prehistóricos, el ir y venir del ser humano permitió la expansión de la especie en todos los continentes. La diversidad existente en nuestro mundo de hoy se debe al desplazamiento temporal o definitivo de grupos o individuos que por razones diversas deciden migrar.

La migración como proceso abarca tres etapas: la emigración, la inmigración y el retorno. Blanco (2000) explica que ha existido confusión y problemas de interpretación entre las aproximaciones teóricas al respecto, mostrando ambigüedades para definir de dónde se emigra y por qué, y a dónde se inmigra y cuáles son las razones y el tiempo de permanencia en el destino. Los parámetros para definir un desplazamiento que se entienda como migratorio requiere de un movimiento que ha de generarse entre dos áreas geográficas delimitadas por los municipios, las provincias, las regiones o los países. Por otro lado, la permanencia deberá ser dentro de un marco temporal amplio y el cambio debe suponer una transformación importante del medio físico y social. Adicionalmente, el traslado debe tener la intención de satisfacer necesidades o una mejora en la calidad de vida (Micolta, 2005).

El Departamento de Asuntos Económicos y Sociales de las Naciones Unidas (Department of Economic and Social Affairs) estimaba que, en 2015, alrededor de 244 millones de personas vivían en una nación distinta a la de su origen. México no está exento de este proceso; la colindancia con Estados Unidos ha configurado su migración externa. Esta cercanía permitió que alrededor de 12 millones de mexicanos hayan decidido residir en aquel país de forma legal, junto con otros cinco millones de indocumentados (Canales y Rojas, 2018). Entre las causas del flujo migratorio se encuentran la profunda brecha entre los niveles de ingreso y las condiciones de empleo de ambos países, así como el creciente contacto de las familias con sus lugares de origen.

Por otro lado, la pérdida de espacios laborales y las crisis económicas padecidas durante las últimas tres décadas impulsaron la migración de grandes contingentes al interior del país. La complejidad del proceso migratorio interno es grande; inicialmente, implicó una migración rural-urbana, de individuos provenientes del campo, atraídos por las grandes urbes. Sin embargo, el origen y destino de los movimientos migratorios se han vuelto más complejos y su impacto es mayor.

Causas de la migración

Las aproximaciones teóricas que en detalle explican las causas de la migración, se exponen según la disciplina en la Tabla 1.

Tabla 1. Causas de las migraciones en términos interdisciplinarios

DISCIPLINA	PERSPECTIVAS
Demografía	<p>*Las migraciones como resultado de distintos desarrollos de la estructura de la población.</p> <p>Análisis de la migración en términos de:</p> <ul style="list-style-type: none">- componentes demográficos (edad, sexo, índice de fertilidad, etc.)- características socio-económicas de los inmigrantes (profesión, cualificación, etc.)
Economía	<p>*Decisiones individuales sobre la base de la conquista de mayor bienestar en otro lugar.</p> <p>Formación de las expectativas basada en la información sobre:</p> <ul style="list-style-type: none">- diferencias de ingresos- niveles de desempleo y puestos de trabajo- diferencias de precios- tasas relativas de crecimiento económico. <p>*Necesidades laborales en los países de destino como resultado de:</p> <ul style="list-style-type: none">- relativa provisión de factores de producción y recursos- deficiencias del mercado- integración
Etnología	<p>*La migración como resultado de:</p> <ul style="list-style-type: none">- evoluciones culturales en una sociedad- contactos entre diferentes sistemas sociales y culturales
Geografía	<p>*Las migraciones como expresiones de redes espaciales</p> <p>*Distancia (geográfica) como causa primordial de la migración</p>
Historia	<p>*Estadios de desarrollo absolutos y relativo a las áreas de origen y destino</p> <p>*Evolución histórica</p>
Política	<p>*Las migraciones como resultado (generalmente involuntario) de conflictos políticos</p>

	<ul style="list-style-type: none">*Las migraciones como opción de salida de un sistema político*Diferencias entre los sistemas políticos de las áreas de origen y de destino
Psicológica	<ul style="list-style-type: none">*Estructura motivacional en los procesos de toma de decisiones de los emigrantes*El “stress” como factor de migración*Conductas no racionales
Sociología	<ul style="list-style-type: none">*Las migraciones como forma de cambiar la posición social, el estatus y el rol<ul style="list-style-type: none">- conducta específica del grupo* Las migraciones como estrategia familiar* Las migraciones como resultado de estrategias anómicas entre sistemas*Decisiones individuales sobre la base de la conquista de mayor bienestar en otro lugarFormación de las expectativas basada en la información sobre:<ul style="list-style-type: none">- diferencias de ingresos- niveles de desempleo y puestos de trabajo- diferencias de precios-tasas relativas de crecimiento económico* Necesidades laborales en los países de destino como resultado de:<ul style="list-style-type: none">- relativa provisión de factores de producción y recursos.- deficiencias del mercado- IntegraciónLas migraciones como producto colateral de la internacionalización del capital

Fuente: tomado de Carrasco (1999: 12)

Conviene aquí, dar una mirada a la migración interna indígena en México, la cual está relacionada con el mercado de trabajo rural, mismo que tiene como características que es domestico-familiar, intensivo, de baja percepción salarial, sin prestaciones ni servicios. Por esto, Sánchez (2003) asume que los procesos de ajuste de las políticas al campo destruyeron la capacidad económica de los campesinos en favor de un modelo neoliberal e incrementaron los flujos migratorios de las regiones deprimidas (sur-sureste) a las regiones agrícolas desarrolladas y productivas del país (noroeste). La precariedad del trabajo jornalero agrícola generó un contexto de exclusión y vulnerabilidad social para muchas familias rurales campesinas.

Se observa, pues, la existencia de una división del territorio nacional vinculada a las particularidades de la fuerza de trabajo y el mercado laboral, las cuales están

relacionadas con los movimientos migratorios de la población rural e indígena; de modo que, por un lado, tenemos a una región moderna y exportadora que requiere trabajadores temporales y, por otro lado, una región con condiciones precarias de infraestructura y pocas opciones de ocupación laboral (Red Nacional de Jornaleras y Jornaleros Agrícolas [RNJJA], 2019a; Rojas, 2017). En la Tabla 2 se describen las características de las regiones, según su condición de atracción y de expulsión.

Tabla 2. Espacios geográficos y niveles de desarrollo por región en México

Región	Características	Productores
Norte y noroeste (de atracción).	Se concentran los grandes centros de producción agrícola; cuentan con un clima y relieve propicio para la agricultura.	Presentan una compleja infraestructura hidráulica y sistemas de riego, un alto uso de tecnología y un gran dinamismo productivo que les permite a las grandes empresas integrarse y competir en el mercado internacional.
Sur y sureste (de expulsión).	Subsiste una arraigada tradición agrícola (particularmente en los territorios mayoritariamente indígenas), hay una orografía y relieve variables, poco favorables para la gran mayoría de los cultivos.	Son zonas que requieren de una fuerte inversión productiva, y donde se ubican las regiones más pobres del país, con alta concentración de agricultura de subsistencia y cuya producción se orienta, en mayor cantidad hacia el autoconsumo y el mercado local.

Fuente: tomado y modificado de RNJJA (2019a: 24)

Tipos de migración interna

La migración interna en México se ha convertido más que en un fenómeno transitorio, en una característica inherente a los grupos sociales que padecen extrema pobreza, destacando los pueblos indígenas y jornaleros agrícolas por la complejidad que adopta su migración, tanto por los patrones y causas que la generan, como por los impactos culturales a que ésta conduce.

El desplazamiento rural a los lugares de atracción laboral confiere a los grupos en movimiento distintas acepciones. Así, uno puede referirse a migrantes asentados o itinerantes. Los primeros son los que se han establecido en el lugar de acogida, en tanto los segundos, en constante movimiento, se caracterizan por tener ciertas particularidades, descritas a continuación (Lara, 2006):

- *Migrantes errantes golondrinos*: viajan según la temporada del año, van cambiando de campo según la cosecha, sin tener una residencia fija.

- *Migrantes circulares*: se mueven en más de dos lugares de trabajo, con residencia principal en el pueblo de origen o en un campamento, en alguno de los lugares de trabajo.
- *Migrantes pendulares*: trabajan por temporada; una vez terminado el ciclo, retornan al lugar de origen durante tres o cuatro meses. Regresan al siguiente período de cosecha. Tienden a caracterizarse por contratarse siempre al mismo campo.

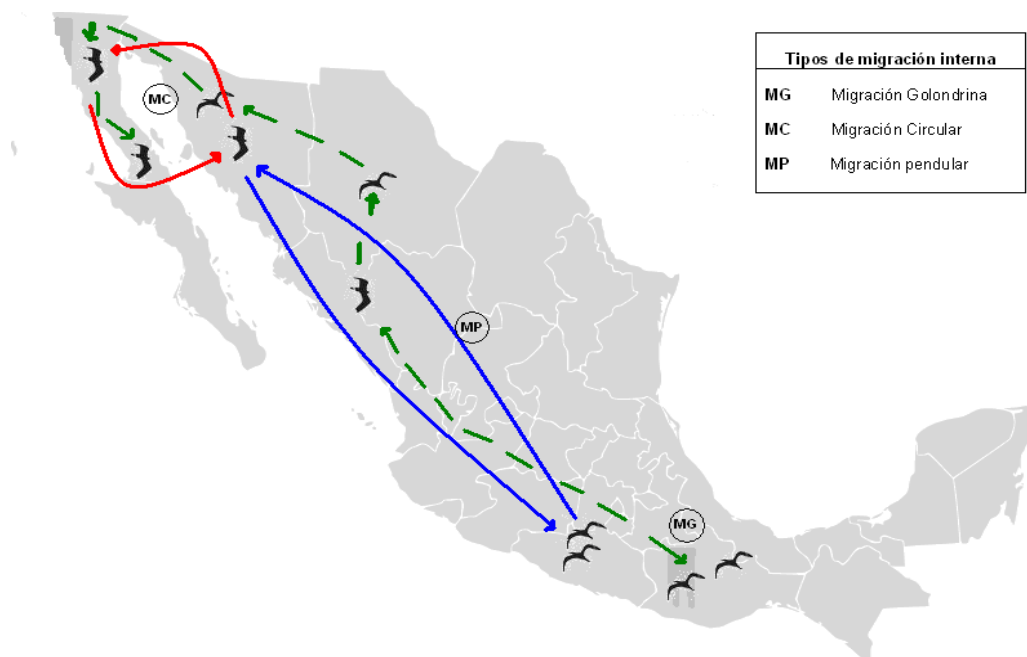


Figura 1. Tipos de migración interna en México. **Fuente:** Consejo Nacional de población (2016).

Los pueblos indígenas siempre han representado a los grupos sociales más marginados del desarrollo del país, por lo que en los últimos años no ha habido un grupo étnico cuya población, en proporción importante, no migre para ocuparse en los servicios básicos de las ciudades y en los complejos agroindustriales (Nolasco, 2006). De tal suerte, la migración ha provocado un cambio en la forma en que se incorporan los indígenas a la estructura productiva. Gran parte de ellos trabajan como jornaleros asalariados - entendiéndose como jornalero agrícola a un individuo que transita de su condición de campesino pobre a la de asalariado agrícola.

Cabe señalar algunas diferencias en los tipos de jornaleros que existen en México (RNJJA, 2019a: 14): (a) quienes viven y trabajan en su lugar de origen, (b) los migrantes temporales que trabajan en la agricultura intensiva y salen de su lugar de origen a los campos de los estados productores, y (c) los migrantes que permanecen en las regiones de atracción de agricultura intensiva.

¿Quiénes y cuántos son los que conforman este grupo de Jornaleros Agrícolas Migrantes (JAM) son dos preguntas que son necesarias responder para conocer la magnitud del fenómeno de la migración interna? En este rubro no existe una estimación exacta acerca del número de jornaleros en el país.

El Instituto Nacional de Estadística y Geografía (INEGI, 2017), a través de la Encuesta Nacional de Ocupación Empleo (ENOE), para el segundo trimestre del año 2017, estima a la población de jornaleros ocupados en el sector agrícola, en un total de 2,292,053 personas; de los cuales el 10.27% son mujeres. Esta cifra ofrece un

panorama de la importancia del fenómeno, no sólo para su estudio sino también para su atención.

Los cambios sociales, culturales, económicos y de otros tipos, los exponen a situaciones que han significado nuevas formas de riesgo, abuso y manipulación. En este sentido, el proceso migratorio de los jornaleros agrícolas inicia con el reclutamiento en su comunidad de origen; ahí, los enganchadores aprovechan la oportunidad para negociar y contratar a las personas con promesas de salarios altos, hospedaje y apoyo para el traslado.

El viaje llega a convertirse en la mayoría de los casos en un martirio; los autobuses usados para el traslado de jornaleros no ofrecen las mínimas condiciones de seguridad para el viajero. En el campo, los jornaleros son acomodados en galerones de lámina acanalada y piso de concreto o tierra, en cuartos de tres metros cuadrados aproximadamente, cuyas condiciones de hacinamiento ocasiona dificultades para mantener intimidad y una sana convivencia. Cabe señalar, que existen campos en los que se contratan únicamente a familias, o bien, el campo opta por contratar y mantener por separado a familias, mujeres y hombres solteros.

Los servicios mínimos que ofrece un campo agrícola son: agua, energía eléctrica, regaderas comunes, sanitarios, comedor (en el caso de algunos campos que no les es permitido a las mujeres cocinar), hornillas, guardería, escuela (primaria multigrado) y en pocos casos servicio médico, de una a dos veces por semana. Los servicios descritos ofrecen un panorama alentador; sin embargo, existen campos en los que no existen letrinas y que sufren por largas temporadas el desabastecimiento de agua potable.

Aunado a esta situación se encuentra la inseguridad de los campos en donde el consumo de alcohol y de drogas (marihuana) se realiza abiertamente. Las agresiones físicas y verbales se manifiestan en fines de semana cuando los jornaleros reciben su “raya” (cobran el salario establecido por el campo). Las violaciones, o bien, hechos violentos con armas blancas provocan de forma aislada enfrentamientos con guardias del campo y/o policías ministeriales. A esta situación se suman los accidentes y muertes laborales que adultos y niños sufren durante el trabajo.

Debido a las características del trabajo que realizan los JAM, existen diversos riesgos para su salud y seguridad relacionados con la falta de equipo de protección personal adecuado, capacitación insuficiente, la extensa jornada laboral y las temperaturas altas en las que se realiza (Castañeda, Cruickshank, Guercke y Verduzco, 2016). Entre los problemas de salud más recurrentes se encuentran: intoxicaciones y quemaduras por el manejo de agroquímicos y la fumigación de los campos mientras el personal se encuentra laborando, deshidratación e insolación, así como estar expuestos a diversos accidentes por el uso de herramientas filosas, entre otras.

Familia y migración

Buena parte del crecimiento económico de las principales regiones agrícolas del país se sustenta esencialmente en las familias indígenas migrantes de los estados más pobres como: Oaxaca, Guerrero, Puebla, Hidalgo, Veracruz, Michoacán y Chiapas. En México, se estima que existen al menos 434,961 familias en permanente movimiento entre las zonas de expulsión y las zonas de atracción (Rojas, 2012a).

En este sentido, SEDESOL y UNICEF (2006: 39) afirmaban que, a pesar de la diversidad de las formas de emigración, el trabajo en los campos agrícolas se basa principalmente en las familias nucleares y extensas (43%), siguiéndole en orden de importancia el trabajo de personas solas (35%), los padres o madres que viajan solos

con sus hijos (8%), las parejas que viajan solas o acompañadas (7%) y las personas que migran colectivamente en grupos (7%).

Desde esta mirada, las familias de jornaleros agrícolas no pueden ser consideradas como cualquier otra familia que no está sujeta a procesos migratorios. Su situación las somete a procesos de explotación laboral y a una constante discriminación.

Los estilos de enseñanza que madres y padres desarrollan en el hogar se trasladan de un lugar a otro, siendo un modelo autoritario y poco afectivo del padre, y muy objetivo por parte de la madre. En el contexto del migrante, la percepción subjetiva de apoyo del padre es fundamental para mantener la autoestima, su autoconcepto, su percepción como madre, como esposa, como cuidadora. En el tránsito, el proceso de predominio masculino es un rasgo que se ejerce sobre la madre y las hijas que participan en la labor del campo apoyando, pero si desatender las labores del hogar (Vera y Rodríguez, 2009a).

El número de hijos en la condición de migrantes y no migrantes, lo mismo que las redes de apoyo social, particularmente con los abuelos y tíos, primos y sobrinos, configuran un fuerte lazo de identidad y pertenencia ya que forman parte de la historia general de la etnia y en particular del clan al que se pertenece, del lugar de donde se venga y la empatía que exista entre los principios rituales, las expectativas de futuro y el plan de vida (Vera y Rodríguez, 2009b).

La familia percibe la condición de migración como un sacrificio para mejorar los indicadores de bienestar en el lugar de origen; son fundamentales para la mejora de la percepción de satisfacción laboral y familiar de la madre e impactan de manera directa en las habilidades, el tiempo y la calidad de la interacción con los hijos, y con ello, los avances en el desarrollo psicológico (Vera y Robles, 2010).

En síntesis, los estilos y prácticas educativas se repiten a través de los territorios de migración; sin embargo, la condición migrante disminuye el tiempo de contacto de la madre con sus hijos y, en muchos casos, la ausencia de las redes de apoyo social de los abuelos, tíos y primos es una pérdida fundamental para la estimulación y promoción del desarrollo de los niños.

Contexto del trabajo infantil de niños indígenas migrantes

A nivel internacional se han establecido convenios para la erradicación del trabajo infantil en el mundo. Desde esta perspectiva, se considera trabajo infantil a todo trabajo que aleja al menor de la escuela y de oportunidades básicas para el desarrollo personal, tales como recreación y descanso (Organización Internacional del Trabajo [OIT], 2003).

Este trabajo somete a los niños a situaciones de amenaza a su integridad física, emocional y mental. El trabajo infantil, en este contexto, es un fenómeno que se deriva de las decisiones de los padres que surge como estrategia de sobrevivencia ante diferentes circunstancias y contextos (Orraca, 2014).

En el ámbito regional y en el caso particular de la niñez indígena, conviene señalar algunos aspectos acerca de las actividades que, desde temprana edad, realizan los niños indígenas del país y con lo que puede considerarse, desde una visión ajena a la cultura como trabajo infantil. De acuerdo con González (2006), las actividades de niños y niñas inician prácticamente desde que pueden sostenerse en pie y entienden el idioma del grupo. Los cinco años significa la entrada a otra etapa de la infancia, en la cual se adquieren responsabilidades en la realización de actividades grupales. Desde este sentido, niños y niñas indígenas se incorporan al trabajo agrícola, desde las condiciones de su etnicidad.

En este punto debe aclararse que el trabajo infantil en los campos agroindustriales no forma parte de este proceso de socialización y de educación de los niños, puesto que, en los campos agrícolas, las familias no controlan los procesos de producción, los ciclos de trabajo o duración de las jornadas; es decir, el trabajo jornalero no está cargado con contenidos culturales arcaicos como lo está el trabajo que los niños realizan en sus comunidades de origen. Con lo que el trabajo deja de ser un medio para la transmisión intergeneracional de conocimientos, destrezas y actitudes. En la incorporación de los hijos al trabajo infantil, lo fundamental es obtener el máximo de recursos, para compensar los bajos salarios temporales que reciben los padres (Rojas, 2012b).

Desde esta perspectiva, la importancia del trabajo de los niños migrantes en los campos agrícolas ha sido minimizada. Constantemente, se oculta a la luz pública el trabajo que día a día los niños y niñas realizan en el campo y a las condiciones laborales a la que son sometidos.

De acuerdo con cifras de la OIT (2014), existen alrededor de 168 millones de niñas y niños que trabajan en el mundo; de esa cantidad, el sector agrícola capta al 59% de esta población - una de las modalidades de trabajo más riesgosas, tanto para niños y niñas como para los adultos.

La movilidad y el trabajo como condiciones de vida obligan a familias enteras a contratarse como jornaleros. En los campos vinícolas y hortícolas del país, existen menores de 18 años laborando en diferentes actividades que exigen un desgaste físico. La contratación de menores en los campos agrícolas se debe, en gran medida, a que al ser pequeños son más eficientes para algunas actividades como preparación y desyerbo del suelo de cultivo, corte de hortalizas, desahíje, desbrote y deshoje para el caso de la uva (Gamboa y Gutiérrez, 2015; Rojas, 2012b).

Las principales actividades realizadas por los niños jornaleros que trabajan como asalariados son: corte, desyerbo, recolección, selección de frutos, empaque, carga y acarreo. En tanto que las actividades ejecutadas por niños menores de 10 años son en su mayoría referentes al trabajo doméstico como: lavar trastes, cuidar de sus hermanos menores, limpiar el cuarto, lavar ropa y en el caso de las niñas aprender a tortear.

La Tabla 3 muestra la distribución del trabajo infantil según el tipo de familia, de acuerdo al diagnóstico realizado por SEDESOL y UNICEF (2006), aclarando que no encontramos una actualización reciente de estos datos. Destacándose la familia nuclear (61.2%), familia con parientes y/o paisanos y/o personas solas (16.7%) y madre sola con hijos con un (6.7%).

Tabla 3. Distribución de niñas y niños por tipo de familia y según su condición de trabajo infantil

Tipo de familia	Niños que sí trabajan		Niños que no trabajan		Total	
	Núm.	%	Núm.	%	Núm.	%
Personas solas	307	1.9	0	0.0	307	1.1
Pareja sin hijos	14	0.1	9	0.1	23	0.1

Pareja con parientes y/o paisanos y/o personas solas	258	1.6	61	0.5	319	1.1
Madre sola con hijos	1,106	6.7	823	6.8	1,929	6.7
Madre sola con hijos y parientes y/o personas solas	675	4.4	340	2.8	1,015	3.5
Padre solo con hijos	231	1.4	110	0.9	341	1.2
Padre solo con hijos y parientes y/o paisanos y/o personas solas	270	1.6	136	1.1	406	1.4
Familia nuclear	10,082	61.2	8,768	72.1	18,850	65.8
Familia con parientes y/o paisanos y/o personas solas	2749	16.7	1,817	14.9	4,566	15.9
Grupo de parientes y/o paisanos y/o personas solas	787	4.8	104	0.9	891	3.1
Total	16,479	100.	12,168	100.	28,647	100.

Fuente: SEDESOL y UNICEF (2006: 46)

Situación educativa de la niñez indígena migrante

El INEGI, por medio del Módulo de Trabajo Infantil aplicado en el marco de la ENOE 2015, informaba que para el cuarto trimestre de ese año trabajaban en el sector agropecuario 5,359 niñas y 25,054 niños (de 5 a 15 años) y 660,135 adolescentes (entre 16 y 17 años), representando el 30% del total de los menores (3% niñas y 27% niños) que trabajaban en el país.

Actualmente, se calcula en 326 mil los niños y adolescentes migrantes agrícolas en edad de cursar la educación básica, de los cuales solo 49 mil (15%) asisten a la escuela (Instituto Nacional para la Evaluación de la Educación [INEE], 2019). Los niños y adolescentes JAM registran el mayor rezago educativo ya que, de acuerdo al mismo INEE (2016), en 2009 el promedio de escolaridad era de 8.1 años a nivel nacional, para jóvenes de 15 o más años de edad, mientras que para los JAM era de 4.5 años.

En consecuencia, la incorporación de niños y niñas indígenas migrantes en actividades remuneradas en los mercados de trabajo, implica que abandonen la escuela de su lugar de origen y vayan esporádicamente a la que existe en el lugar de destino, o definitivamente no asistan por no haber alternativas de estudio. Los datos que ofrece el INEE (2019) indican que aproximadamente ocho de cada 10 de estos niños y adolescentes nunca han asistido a la escuela o la abandonan para incorporarse al trabajo.

Entre los obstáculos que deben afrontar los niños indígenas migrantes para iniciar o continuar sus estudios, podemos contar los siguientes: su continua movilidad (migrantes golondrinos y pendulares), la presencia de trabajo infantil, grupos escolares multilingües y multiculturales, docentes poco capacitados, rechazo por

llegar cuando el ciclo escolar ya ha iniciado, falta de documentos oficiales que certifique el último grado que estudió y la percepción que los niños y padres de familia tienen acerca de la escuela en los campos agrícolas (INEE, 2016; RNJJA, 2019a).

La educación que reciben los niños y las niñas en los campamentos agrícolas, aunado a la necesidad del trabajo junto a sus padres y los cambios territoriales que se suceden cada tres meses, son evidencia de que las políticas públicas de Estado son ineficaces. Lo que han fomentado entre los capataces y dueños de empresas agrícolas de exportación son escuelas con infraestructura precaria, material insuficiente, ausencia de docentes capacitados y profesionales sustituidos por promotores educativos, con deficiencias para implementar estrategias multigrado e interculturales, además de las instancias locales del gobierno que neutralizan el problema del trabajo infantil (Rojas, 2011).

La mayoría circundante en las ciudades ha promovido la naturalización de la exclusión y marginación, por lo cual es muy difícil enfrentar la pobreza, precariedad laboral y vulnerabilidad social. El círculo vicioso que vive este grupo social, difícilmente hallará solución frente al proyecto neoliberal en el agro mexicano y en materia educativa (Leal, 2011). Actualmente, los campos agrícolas en el noroeste de México han mejorado sus instalaciones para albergar a los migrantes sobre todo por orden de la autoridad, pero la necesidad de trabajo de las familias indígenas y la habilidad para las tareas del campo por un bajo costo siguen haciendo de la exportación de hortalizas un negocio redituable por el desempeño de las familias indígenas migrantes.

El nivel educativo para esta población es deficiente puesto que no se cumple con los horarios establecidos para la enseñanza y el poco cuidado de la infraestructura con la que se cuenta (aulas informales, aulas móviles y guarderías), no ayuda a mejorar la percepción que el niño tiene de la escuela, ubicada dentro del campo como una “escuela de mentirita” a diferencia de la escuela ubicada en la comunidad “ahí si se aprende, es de verdad”. Lo que limita a los niños migrantes una efectiva incorporación a las escuelas.

Aspectos de salud y seguridad en el trabajo de la niñez jornalera

En México existen cientos de niñas y niños sometidos a un trabajo que no les permite el acceso a una educación y salud de calidad, al entretenimiento u otras actividades propias de su edad, violando sus derechos más básicos. Muchos de estos niños están expuestos a formas de trabajo infantil muy riesgosas y a condiciones insalubres, soportando largas horas de trabajo que les ocasionan desgaste físico y, en algunos casos, sufren los efectos perjudiciales por el contacto que tienen con agroquímicos.

El proceso de migración expone al niño a diversos factores no propicios para el cuidado de su alimentación y seguridad, que pueden dar lugar a problemas de desnutrición, desencadenando mayor propensión a padecer enfermedades infecciosas en el niño y otros problemas físicos, mentales y sociales (Ortega, 2019). El deterioro de la salud de niñas y niños jornaleros a que se ven expuestos se relaciona con problemas como: enfermedades dermatológicas, respiratorias e intestinales, intoxicación, deshidratación, quemaduras, fracturas, cortadas, entre otros (Castañeda et al., 2016).

En el aspecto de salud, las familias, por su condición de migrantes pendulares no cuentan con seguro social; en algunos campos, existe la visita ocasional de un médico

general por lo que, para atender algún padecimiento agudo, tenían que trasladarse a la localidad o ciudad más cercana.

Sobreviviendo en los campos agrícolas

En el noroeste de México el trabajo de los jornaleros indígenas migrantes se desarrolla en campos dedicados básicamente a la uva y como segundo producto al espárrago y la calabaza italiana; los salarios varían según el trabajo que requiere cada producto. El mínimo para el caso de la uva entre marzo y mayo va de 5 a 12 dólares por día; en la época de corte, el salario depende de las cajas realizadas por persona, lo que posibilita elevar el salario diario. En este sentido, las familias indígenas migrantes comparten la misma situación laboral y de salario que la mayoría de las veces es una suma de las cajas o el destajo de la familia completa.

En la época de corte, se contratan los miembros que cuenten con la capacidad física para trabajar. Los niños indígenas migrantes (de 10 años en adelante) son contratados como jornaleros, cuyos horarios laborales van de 6:00 a.m. a 4:00 o 6:00 p.m. Los salarios percibidos por la familia son destinados a la compra de alimentos y/o pago del servicio de comedor y al ahorro familiar para la compra o construcción en algún terreno, en el lugar de origen.

Sin embargo, dos o más salarios no son suficientes para subsistir en el campo o durante los meses en los que se retorna a la comunidad de origen. El 70% del salario semanal se utiliza para solventar los gastos en las “tienditas”, en los que los precios de los productos se triplican. Por la ubicación de los campos, las “tienditas” o abarrotes son los únicos lugares para abastecerse de los productos básicos, lo que ocasiona el abuso en el alza de los precios y convierte a estos negocios en un círculo vicioso, puesto que los dueños son los mismos administradores o mayordomos del campo. Esta situación provoca que la dieta alimentaria de las familias jornaleras sea limitada en calidad y cantidad, la cual se basa en un alto consumo de carbohidratos y pocos o nulos alimentos frescos y nutritivos (Arellano, Álvarez y Eroza, 2019).

La estancia de los trabajadores agrícolas se remite a los espacios laborales y de descanso (surcos, cuarto frío y galerones). La distribución de las galeras en los campos agrícolas está acorde al estado civil, sexo, grupo étnico o estado de procedencia de los trabajadores. Hay campos que contratan únicamente a personas con familia, o bien, a trabajadores que provengan de la misma comunidad o región con el fin de evitar enfrentamientos o disturbios. En el caso de confluir dos o más etnias, el campo acomoda a los jornaleros de acuerdo al grupo de pertenencia, lo que induce al divisionismo y a la falta de organización para defender sus derechos laborales ante la empresa.

Las galeras son espacios improvisados en los que se acomodan los trabajadores. Son indiscutibles las condiciones de hacinamiento en las que viven y las restricciones que la empresa estipula para la permanencia y preservación del empleo. Al interior no se permite la cría de animales y en algunos de los casos no les es permitido cocinar. Sin embargo, el consumo de alcohol y enervantes como la marihuana es innegable los fines de semana. Los servicios básicos como luz, agua y drenaje los proporciona el campo. En la mayoría de los campos agrícolas existen letrinas y fosas sépticas para desechos, pero su condición precaria con solo la losa de concreto, sin lavabo o excusado provoca una situación insalubre y de riesgo sanitario (González, 2019).

En el aspecto religioso, las familias jornaleras profesan la religión católica. En su constante ir y venir acostumbran llevar durante el viaje a los “Diositos” por lo que es común ver dentro de las galeras altares improvisados.

Síntesis

La migración de los niños indígenas no parece beneficiar su proceso de desarrollo social y personal, y los cambios que acontecen en la dinámica familiar en los campos receptores aleja a los niños de sus tradiciones y rutinas y, adicionalmente, de la escuela. El proceso identitario del niño migrante se trastoca al identificarse con símbolos y sueños de una sociedad neoliberal que se aparta cada vez más de sus valores sobre la compasión, lealtad, comunidad y naturaleza (Vera, Robles y Lunez, 2010).

La cosmovisión de la naturaleza como espacio abierto de donde emergen plantas y animales, nuestro sustento y nuestro destino, el agua como fuente de vida y de salvación, el aire, la lluvia y el fuego; modifican su esencia cuando el niño observa la tecnificación de los riegos, la domesticación del agua, las plantas producto ingeniado de la empresa, los frutos, sus colores y sabores resultado de la amalgama química que se reproduce en maquila de forma patentada y en serie; trastoca el ingenio nativo del niño indígena y cambia su explicación de la realidad y de sus sueños por un mundo de derroche y destructor en donde la vida social tiene el objetivo de producir riqueza y no comunidad.

Durante tres lustros estuvimos asistiendo a los campos agrícolas. En el año 2019, estuvimos en las aulas, pabellones, letrinas y comedores conviviendo con niños indígenas migrantes, jugando, preguntando, soñando y estudiando las formas en las cuales se conforma como persona el niño que gusta de viajar y se lamenta de los amigos que deja en cada paraje, comparte sus experiencias y espera regresar a su comunidad donde se siente seguro y protegido.

Como se reportó en otro escrito (Vera, Lunez y Castillo, 2012), los dibujos de los migrantes comienzan a perder a través de los años –tres a cinco años– los canales de comunicación de la casa familiar a la de los abuelos, amigos y los paisajes integran maquinaria y construcciones modernas citadinas; es cuando se puede cuantificar la pérdida del sistema de rituales y mitos que se transforman en las formas modernas de relación social a través de la apariencia y la simulación.

Hoy día, se observan escuelas con mejores infraestructura y mobiliario, profesores mejor pagados, pero sin la competencia académica para lidiar con niños indígenas migrantes en grupos multigrado (Rojas, 2019a). Los ciclos escolares continúan siguiendo la línea de maduración del producto y los docentes se integran a la cadena productiva, desde la recolección al empaque. Poco ha cambiado esta realidad desde el inicio del siglo, si bien la explotación del niño por parte de padres y empresarios se matiza con tintes de dignidad en las instalaciones; el niño sigue viajando junto a sus padres para multiplicar las ganancias y el empresario cuida su reputación cuidando que la escuela sea un lugar limpio y seguro y permitiendo la entrada con los padres a los surcos bajo protesta de que no trabajan, cuando es conocido que los niños trabajan por imitación y como acto de apego por sentirse útiles y recompensados por los afectos de los padres (Rojas, 2019b).

Durante lo que va del siglo han mejorado las condiciones físicas y legales para apoyar el desarrollo psicológico y social del niño indígena migrante y se le protege de la discriminación y la exclusión colocándole en sus propias escuelas, con sus maestros, lejos de las ciudades y manteniéndoles dentro del campo agrícola. Desde entonces se pensó en el diseño de un sistema de seguimiento educativo desde los lugares de origen y durante el recorrido, que pudiera ir señalando fortalezas y debilidades y promover una educación de calidad. Se soñó en un seguimiento nutricional y de salud y un monitoreo del desarrollo psicosocial para apoyar a la familia en los lugares de retorno y de pasaje en los procesos de lenguaje, cognición, motora fina y gruesa,

sensorio motora y, a su vez, capacitar a docentes y facilitadores para enfrentar los retos clínicos de la depresión, estrés y ansiedad en los infantes y niños y promover la autoestima, identidad y plan de vida. Algo se ha logrado, hemos caminado, pero falta mucho para sentirse satisfechos con el día a día de los niños indígenas migrantes en los campos agrícolas.

Referencias

Arellano, M., Álvarez, G. y Eroza, E. (2019). Prácticas de alimentación y salud entre trabajadores agrícolas migrantes en Miguel Alemán, Sonora, México. *Población y Salud en Mesoamérica*, 17. <https://doi.org/10.15517/psm.v17i1.37822>

Blanco, C. (2000). *Las migraciones contemporáneas*. Madrid: Alianza Editorial.

Canales, A. y Rojas, M. (2018). Panorama de la migración internacional en México y Centroamérica. Santiago: ONU/CEPAL. Recuperado de: https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/43697/1/S1800554_es.pdf

Carrasco, C. (1999). *Mercados de trabajo: los inmigrantes económicos*. Madrid: Instituto de Migraciones y Servicios Sociales.

Castañeda, N., Cruickshank, S. Guercke, L. y Verduzco, M. (2016). *Diagnóstico sobre la situación de las políticas públicas y legislación para personas jornaleras agrícolas migrantes en México*. Ciudad de México: Centro de Estudios en Cooperación Internacional y Gestión Pública, A.C. Recuperado de: <http://cecig.org.mx/project/ejemplo-pdf-3/>

Comisión Nacional para el Desarrollo de los Pueblos Indígenas. (2015). *Indicadores socioeconómicos de los Pueblos Indígenas de México, 2015*. Ciudad de México: Autor. Recuperado de: <https://www.gob.mx/inpi/articulos/indicadores-socioeconomicos-de-los-pueblos-indigenas-de-mexico-2015-116128>

Consejo Nacional de Población. (2016). *Migración Interna en México*. Recuperado de: <https://www.gob.mx/conapo/acciones-y-programas/migracion-interna-en-mexico>

Department of Economic and Social Affairs. (2015). *International Migration Report 2015*. New York: ONU. Recuperado de:

https://www.un.org/en/development/desa/population/migration/publications/migrationreport/docs/MigrationReport2015_Highlights.pdf

Gamboa, C. y Gutiérrez, M. (2015). *Jornaleros agrícolas en México. Antecedentes, políticas públicas, tratados internacionales, causas y efectos del problema, iniciativas y opiniones especializadas*. Recuperado de: Ciudad de México: Cámara de Diputados/SEDIA. Recuperado de: <http://www.diputados.gob.mx/sedia/sia/spi/SAPI-ISS-78-15.pdf>

González, F. (2006). El trabajo infantil en el cultivo del café en Nayarit. *V Congreso Nacional de la Asociación Mexicana de Estudios del Trabajo. Trabajo y reestructuración: Los retos del Nuevo Siglo*. Mayo, Morelos, México,. Recuperado de: <http://www2.izt.uam.mx/amet/vcongreso/webamet/indicedemesa/ponencias/MESA5/Gonzalezsm5.pdf>

González, J. (2019). Jornaleros agrícolas migrantes y seguridad social. *Centro de Estudios Sociales y de Opinión Pública*, Documento de Trabajo núm. 310. Recuperado de: <http://www5.diputados.gob.mx/index.php/camara/Centros-de->

Estudio/CESOP/Novedades/Documento-de-trabajo.-Jornaleros-agricolas-migrantes-y-seguridad-social

Instituto Nacional de Estadística y Geografía. (2015). *Módulo de Trabajo Infantil 2015*. Recuperado de: <https://www.inegi.org.mx/programas/mti/2015/>
_____. (2017). *Encuesta Nacional de Ocupación y Empleo (ENOE) 2017*. Recuperado de: <https://datos.gob.mx/busca/dataset/encuesta-nacional-de-ocupacion-y-empleo-eno>

Instituto Nacional para la Evaluación de la Educación. (2016). *Directrices para mejorar la atención educativa de niñas, niños y adolescentes de familias de jornaleros agrícolas migrantes*. Ciudad de México: Autor. Recuperado de: https://www.inee.edu.mx/wp-content/uploads/2018/12/Directriz_migrantes.pdf
_____. (2019). *De 326 mil niños y jóvenes hijos de trabajadores agrícolas migrantes, sólo 49 mil van a la escuela*. Comunicado de prensa No. 7, 24 de enero de 2019. Recuperado de: <https://www.inee.edu.mx/de-326-mil-ninos-y-jovenes-hijos-de-trabajadores-agricolas-migrantes-solo-49-mil-van-a-la-escuela/>

Lara, S. (2006). Mercado de trabajo rural, nuevos territorios migratorios y organizaciones de migrantes. *V Congreso Nacional de la Asociación Mexicana de Estudios del Trabajo. Trabajo y reestructuración: Los retos del Nuevo Siglo*. Mayo, Morelos, México.

Leal, O. (2011). Escuelas en campamentos y fincas en México: experiencias educativas con niños jornaleros migrantes. *Revista Electrónica de Psicología Iztacala*, 14(2), 310-334. Recuperado de: <http://www.revistas.unam.mx/index.php/repi/article/%20view/26041/24514>

Micolta, A. (2005). Teorías y conceptos asociados al estudio de las migraciones internacionales. *Trabajo Social*, (7), 59-76. Recuperado de: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=4391739>

Nolasco, M. (2006). *Migración indígena y derechos humanos (jornaleros agrícolas en México)*. Comisión Nacional de Derechos Humanos. Recuperado de: http://www.cdi.gob.mx/sicopi/migracion_ago2006/3_marisol_melesio_nolasco.pdf

Nolasco, M. y Rubio, M. (2005). *La migración indígena: causas y efectos en la cultura, la economía y la población*. Recuperado de: https://www.etnografia.inah.gob.mx/index.php?option=com_content&view=article&id=61&Itemid=97

Organización Internacional del Trabajo. (2003). *Combatiendo las peores formas de trabajo infantil: Manual para inspectores*. Ginebra: Autor. Recuperado de: https://www.ilo.org/ipec/Informationresources/WCMS_IPEC_PUB_2621/lang-es/index.htm

Organización Internacional del Trabajo. (2014). *Caracterización del trabajo infantil agrícola en municipios seleccionados de los estados de Sinaloa, Oaxaca y Veracruz*. Ginebra: Autor. Recuperado de: https://www.ilo.org/ipec/Informationresources/WCMS_322758/lang-es/index.htm

Orraca, P. (2014). El trabajo infantil en México y sus causas. *Revista Problemas del Desarrollo*, 178(45), 113-137. Recuperado de: <http://www.scielo.org.mx/pdf/prode/v45n178/v45n178a6.pdf>

- Ortega, M. (2019). Familias, niños y niñas jornaleros migrantes en el noroeste de México. Condiciones de vida y riesgos para la salud. *Revista Latinoamericana de Educación y Estudios Interculturales*, 3(2), 100-112. Recuperado de: http://cresur.edu.mx/OJS/index.php/RLEEI_CRECUR/article/view/414
- Red Nacional de Jornaleras y Jornaleros Agrícolas. (2019a). *Violación de derechos de las y los jornaleros agrícolas en México*. Ciudad de México: Autor. Recuperado de: http://cecig.org.mx/wp-content/uploads/2019/03/INFORME_RNJJJA_2019.pdf
- Rojas, T. (2011). La investigación educativa con población infantil jornalera migrante en México. *Revista Académica de Investigación y Postgrado*, edición especial, 2(2), 135-149.
- Rojas, T. (2012a). Bienestar social de las familias agrícolas migrantes: acciones gubernamentales y de las empresas agroexportadoras. *Iberofórum. Revista Iberoamericana sobre Niñez y Juventud en Lucha por sus Derechos*, 7(14), 35-71. Recuperado de: <https://www.inee.edu.mx/wp-content/uploads/2018/12/rojas-t-bienestar-social-de-las-familias-agricolas-migrantes.pdf>
- _____. (2012b). Migración y ocupación de la fuerza de trabajo infantil en regiones agroexportadoras. *Rayuela. Revista iberoamericana sobre niñez y juventud en lucha por sus derechos*, (5), 193-203. Recuperado de: <http://revistarayuela.ednica.org.mx/sites/default/files/Art.%20Teresa%20Rojas%20Rangel.pdf>
- _____. (2017). Migración rural jornalera en México: la circularidad de la pobreza. *Iberofórum. Revista de Ciencias Sociales de la Universidad Iberoamericana*, 12(23), 1-35. Recuperado de: <https://ibero.mx/iberoforum/23/pdf/ESPANOL/1-NOTAS-PARA-EL-DEBATE-IBEROFORUM-NO23.pdf>
- _____. (2019a). Trayectorias escolares de hijos de familias agrícolas migrantes en Sonora, México. *Región y Sociedad*, 31. <https://doi.org/10.22198/rys2019/31/1181>
- _____. (2019b). Ocupación laboral de niñas y niños agrícolas asentados y migrantes en Sonora. *Textual*, 74, 461-491. <http://dx.doi.org/10.5154.r.textual.2019.74.15>
- Sánchez, K. (2003). Mercado de trabajo rural, migración indígena y relaciones interétnicas. *Investigaciones Sociales*, 7(11), 151-166. Recuperado de: <http://www.acuedi.org/ddata/3663.pdf>
- Secretaría de Desarrollo Social & UNICEF. (2006). Diagnóstico sobre la condición social de las niñas y niños migrantes internos, hijos de jornaleros agrícolas. México: Autor. Recuperado de: <https://www.inee.edu.mx/wp-content/uploads/2018/12/sedesol-unicef-2006-diagnostico-sobre-condicion-social-nna-migrantes.pdf>
- Vera, J. (2009). Depresión, ansiedad y estrés en niños y niñas jornaleros agrícolas migrantes. *Revista Psico*, 40(3), 337-345. Recuperado de: <https://www.semanticscholar.org/paper/Depresi%C3%B3n%2C-ansiedad-y-estr%C3%A9s-en-ni%C3%B1os-y-ni%C3%B1as-Noriega-%C3%81ngel/e459a7809e4d19e28d7eb07692a970adc1a05e61>
- Vera, J., Lunez, E., Castillo, R. (2012) El dibujo como una medida de identidad en niños indígenas migrantes. En: *Perspectiva psicosocial aproximaciones históricas y epistemológicas e intervención*. Vázquez, J. (Coord.), Bock, A., Lorenzo, A., Castillo, M., Nava, E., Rocha, R. (Ed.) Primera Edición. México DF. Pp. 91-115.

Vera, J. y Robles, J. (2010). Condiciones de vida y psicosociales de niños migrantes en el noroeste de México. *Revista de Ciências Sociais Civitas*, 10(2), 345-365. doi: 10.15448/1984-7289.2010.2.6657

Vera, J., Robles, J. y Lunez, E. (2010). Estudio comparativo de depresión, ansiedad y estrés en niños jornaleros migrantes del Estado de Guerrero. En S. Rivera, R. Díaz, I. Reyes, R. Sánchez y L. Cruz (Comp.), *La Psicología Social en México*, Vol. XIII (pp. 999-1005). Ciudad de México: Editorial AMEPSO.

Vera, J. y Rodríguez, C. (2009a). Aprendizaje y desarrollo en escuelas para niños y niñas migrantes. En *Memorias del X Congreso Nacional de Investigación Educativa*, 21-25 de septiembre. Cd. De Veracruz, México: COMIE. Recuperado de: http://www.comie.org.mx/congreso/memoriaelectronica/v10/pdf/area_tematica_01/ponencias/0277-F.pdf

Vera, J. y Rodríguez, C. (2009b). Prácticas de crianza, desarrollo y cuidado del niño en poblaciones rurales e indígenas. *Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas*, 3(2), 10-22. Recuperado de: https://www.researchgate.net/publication/284188869_Praticas_de_crianza_desarrollo_y_cuidado_del_nino_en_poblaciones_rurales_e_indigenas



Compréhension sur le rôle du gouvernement chinois dans l'accueil des étrangers--le cas des commerçants étrangers à Yiwu

Understanding of the government's role in the acceptance of foreign residents – the case of international traders in Yiwu

Can Cui¹

Département de la langue française
Institut des Relations Internationales
Pékin, Chine

cancancancui@gmail.com

URL : <https://www.unilim.fr/trahs/2434>

DOI : 10.25965/trahs.2434

Licence : CC BY-NC-ND 4.0 International

La ville de Yiwu est une ville de très petite taille (à l'échelle chinoise). Elle est considérée comme une ville sous-préfectorale, dans la hiérarchie administrative chinoise : un statut relativement bas. Ainsi, elle est largement moins connue que Pékin ou Shanghai, de grandes métropoles internationales. Toutefois, l'existence du plus grand marché au monde de petits articles très bon marché explique l'arrivée et l'installation, récente, de commerçants étrangers. Notre article s'intéresse à la fois à la façon dont cette communauté internationale s'adapte à la ville de Yiwu et au rôle joué par le gouvernement local dans la vie de cette population migrante. Cela nous éclairera sur la qualité de l'accueil du gouvernement chinois envers les étrangers, notamment pour une telle petite ville et sur les privilèges dont ils jouissent, contrairement à ce qui a cours dans les grandes villes.

Mots-clefs : étrangers, Chine, Yiwu, gouvernement local, adaptation

Si consideramos el tamaño de las ciudades chinas, la ciudad de Yiwu es relativamente pequeña, lo que significa también, desde un punto de vista administrativo, un lugar y un estatuto inferiores a los de las otras ciudades – siendo Pékin o Shanghai las metrópolis más internacionalmente conocidas por los extranjeros. Sin embargo, la presencia del mayor mercado de articulitos de consumo, con bajos costos y enormes ganancias, explica la llegada e instalación, reciente, de negociantes extranjeros. Nuestro artículo tiene por meta estudiar el proceso de

¹ Docteur en Géographie humaine, Université de Clermont Auvergne (France), Master en langue et littérature françaises, Université de Wuhan (Chine).

adaptación de dicha población, el papel del gobierno local y la manera cómo la administración local influye en la vida de los residentes internacionales. Este análisis nos permitirá comprender mejor cómo reciben los gobiernos locales chinos a los residentes internacionales, especialmente en el caso de las ciudades pequeñas, donde la comunidad internacional viene a ser más importante que la local y las ventajas de las que goza.

Palavras-chave: extranjeros, China, Yiwu, gobierno local, adaptación

A cidade chinesa de Yiwu é uma cidade de pequeno porte na escala da China. Ela é considerada uma « sub prefeitura » na hierarquia de poder administrativo da China, com um status relativamente baixo. Portanto ela é menos conhecida que Pequim ou Shanghai : grandes metrópoles internacionais. A chegada de uma população estrangeira em Yiwu é decorrente da maior feira do município, voltada ao comércio de pequenos artigos, onde se encontram produtos com os menores preços e um interesse econômico crescente. Os estrangeiros, comerciantes na sua maioria, ao tomarem conhecimento de que a maioria dos produtos vendidos na China vinham de Yiwu migraram e se instalaram na cidade. Este artigo se interessa no nível de adaptação desta comunidade internacional, bem como no papel do governo chinês neste processo. Isso pode contribuir para melhor compreendermos a política de acolhimento do Governo Chinês junto aos estrangeiros, sobretudo em uma pequena cidade. O resultado da nossa análise mostra que em Yiwu os estrangeiros possuem um privilégio que não se vê em outras cidades grandes chinesas.

Palabras clave: estrangeiros, China, Yiwu, governo local, adaptação

As a relatively small city in China, the city of Yiwu ranks low in the country's administrative system. As such, in the eyes of international residents, it is much less known than big metropolises in China. Looking into the motives of the arrival of such a big international community, it can be found that one of the world's largest market of small commodities might be the key. In the eyes of international traders, the market itself represents low costs and huge profits. Upon realizing that most of the small articles sold in China originate in Yiwu, they quickly switched their focus from Guangzhou to this small Chinese city and settled down afterwards. This article tries to look closer, apart from the adaptation process of such a population, into the role of the local government and how its administration influences the lives of international residents. The analysis would allow us to better understand how the local Chinese governments are receiving international residents, especially in small cities when the international community might prove to be more important to the local one. The result confirms such a hypothesis by presenting the advantages that the international residents would enjoy.

Keywords: foreigners, China, Yiwu, local government, adaptation

Introduction

La Chine n'a pas été, jusqu'alors, un pays d'immigration. En effet, elle n'a commencé à accueillir, réellement, des étrangers qu'après la réforme économique chinoise intitulée 'réforme et ouverture'². Aujourd'hui, on observe facilement la présence de nombreux étrangers partout dans le pays ; dans les grandes villes, notamment. Par exemple, la ville de Guangzhou, plus connue sous le nom de "Canton", accueille la plus grande communauté africaine en Chine. Cependant, les petites et moyennes villes sont également appréciées par les non autochtones. Yiwu, une ville sous-préfectorale de la province de Zhejiang, en fait partie.

Fig. 1 - Localisation de Yiwu (Chine de l'Est)



Auteur : Can Cui.

Dans ce texte, nous nous intéressons à Yiwu, une ville bien plus petite, en émergence, qui accueille un nombre croissant d'africains. Ce choix s'explique pour deux raisons.

2 Elle fait référence au programme des réformes économiques menées à partir de 1978 en République populaire de Chine. Elle est mise en œuvre par les réformistes au sein du Parti communiste chinois, notamment sous la direction du nouveau secrétaire général du Parti, Deng Xiaoping.

Premièrement, si la ville de Guangzhou n'a pas été sélectionnée, c'est parce qu'elle est environ sept fois plus grande que Yiwu en superficie³ et la population africaine qui y réside y est dix fois plus nombreuse⁴. Même si cela peut être aussi intéressant, voire plus, les ressources et le travail nécessaires pour traiter un tel échantillon dépassent les capacités d'une chercheuse individuelle vivant à l'étranger. De plus, le nombre de recherches faites sur la population africaine à Yiwu reste très faible alors que celui sur Guangzhou est bien plus fort. Une contribution dans ce domaine peut donc être plus utile.

Dans l'objectif d'obtenir les informations d'une façon directe, onze visites sur le terrain ont été réalisées sur une période de 99 jours (entre 21 septembre 2014 et 22 septembre 2016). Au total, 81 questionnaires valides avec des commerçants étrangers ont été collectés et 32 entretiens réalisés avec des commerçants africains. Des entretiens avec des commerçants d'autres pays, des commerçants chinois ainsi que des fonctionnaires locaux de Yiwu ont été également effectués pour servir de références.

Selon des sources informelles (entretiens, questionnaires et discussion en privé)⁵, il existe actuellement au moins 20 000 personnes étrangères installées à Yiwu. Parmi elles, environ 7 000 à 8 000 sont des Arabes, 3 000 à 4 000 des Africains noirs et entre 1 000 et 2 000 des Indiens et Coréens⁶. Cette population largement masculine (91 %), dont la moitié est mariée, travaille dans la grande majorité des cas dans le milieu commercial international (90.9 %), surtout l'exportation (85.71 %), en compagnie des amis et de la famille. La plupart de ces commerçants, étrangers à Yiwu, viennent des pays en voie de développement.

Par ailleurs, on constate que :

- Ce sont majoritairement des hommes entre 20 et 50 ans, avec une éducation de type universitaire.
- L'Islam, le christianisme et l'hindouisme sont les trois religions les plus pratiquées à Yiwu.
- Les entreprises créées par les commerçants africains sont généralement de jeunes et petites entreprises. Elles sont souvent enregistrées dans le système administratif local, même si une partie des employés n'est pas déclarée.

Ces éléments significatifs de la population étrangère correspondent au profil de Yiwu. La ville a vécu, de fait, une transformation remarquable. À l'origine, c'était une ville très modeste, où l'agriculture était le noyau de l'économie ; puis, des

3 Source : <http://www.stats.gov.cn/>

4 Source : pré-enquête.

5 Source : entretiens sur le terrain 2014-2016.

6 Ibid.

marchés sont apparus graduellement à partir des années 1980, suite à l'ouverture du pays. Grâce à l'ouverture d'esprit des dirigeants de la ville ainsi qu'à des politiques avantageuses à l'époque, elle a été l'une des premières villes à s'intégrer dans des activités économiques de marché. Petit à petit, ces marchés se sont agrandis, avec une plus grande variété de produits, venant même d'autres régions limitrophes. Cet accroissement a donc attiré de plus en plus de commerçants chinois, que ce soit des fournisseurs ou des grossistes. En une dizaine d'années, le marché des petits articles de Yiwu est devenu l'un des plus grands de Chine, voire de la scène mondiale.

Ville connue pour la vente de petits articles à bas prix, elle attire plutôt des personnes venant de pays et régions en voie de développement, où la demande est forte. Les produits de Yiwu auraient plus de mal à pénétrer les marchés occidentaux, car la qualité risquerait de ne pas répondre à certains critères. Comment s'intègre donc la population en question à Yiwu et surtout, quel est le rôle des autorités locales ? Nous nous intéresserons d'abord à la transformation de leur fonction d'une façon générale.

I- Une transformation des fonctions de la municipalité dans la vie publique

À l'époque où l'économie planifiée⁷ était appliquée, les ressources étaient distribuées par l'administration. Les activités concernant le citoyen, la société, la production, la distribution, les échanges au sein d'une entreprise, voire la consommation étaient toutes contrôlées par l'État.

Ce fonctionnement a paralysé la société et a bureaucratisé les actions des gouvernements locaux. En conséquence, les habitants sont devenus moins actifs et moins motivés (Yu Ning, 2008 : 34). Ainsi, par exemple, durant cette période d'économie planifiée (1949-1978), une 'entreprise nationale chinoise' (*danwei* 单位) responsable de tous les aspects de la vie (salaire, assurance, santé, mariage, funérailles...) a constitué le noyau de leur existence. Cette unité a pris la forme d'une entreprise d'état. Plusieurs *danweis* ont alors formé une pyramide permettant à l'État de maintenir fortement son contrôle sur la vie de tous ses citoyens : Etat - *danwei* - individu (Bu Guangqing, 2004 :21). Les Chinois sont donc devenus de plus en plus dépendants de l'Etat.

7 La Chine populaire avait un système d'économie planifiée jusqu'en 1978, mis en place Mao, afin de réduire l'extrême pauvreté en entreprenant de grands travaux d'infrastructure (centrales électriques, irrigation...) et l'extension des terres cultivables.

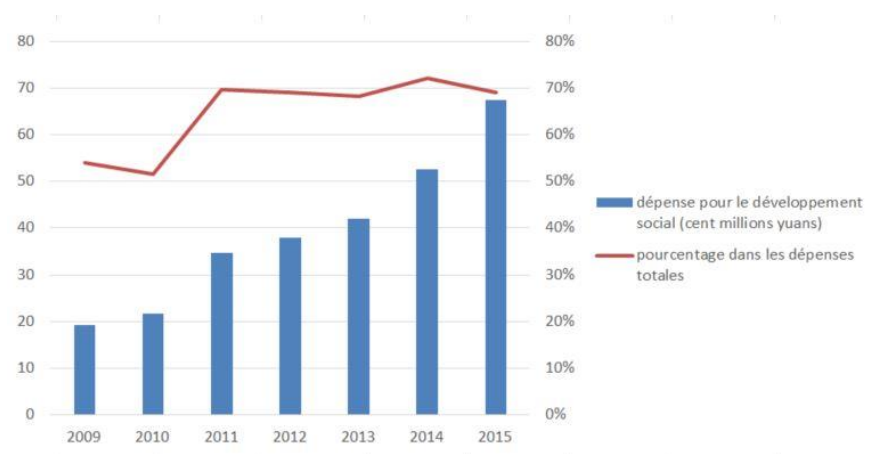
Après la réforme et ouverture de la Chine en 1978, la valeur du marché et d'une économie de marché ont été reconnues : l'économie de marché remplaçant graduellement l'économie planifiée. Pendant cette période, le travail des autorités de Yiwu s'est d'abord centré sur l'urbanisation - leurs contrôles se faisant de moins en moins lourds dans le secteur privé. Le passage d'un modèle de « gouvernement fort » vers une « société faible » s'est donc opéré modèle de « gouvernement faible » vers une « société forte » (Yu Ning, 2008 : 35).

La gouvernance s'est alors vue limitée au management social et aux services publics. En même temps, elle a dû appliquer un mécanisme de marché et briser la monopolisation par l'introduction d'un mécanisme de compétition. Durant cette même période, la conscience du peuple a commencé à s'éveiller. Des habitants se sont rendus compte qu'ils voulaient plus de liberté et de droits, matériellement et spirituellement. Cette réalité a obligé, dans un deuxième temps, à une transformation encore plus profonde des autorités gouvernementales.

En 1982, avec le développement de Yiwu, le territoire urbanisé est passé de 3,5 kilomètres carrés en 1993, à 56 kilomètres carrés en 2007 (He Zuoqing, 2008 : 24). Au cours des cinq années qui ont suivi, ce chiffre est monté à 38 et le niveau d'urbanisation a atteint 55 %. Cette expansion économique de la ville a fait prendre conscience au gouvernement local des inconvénients de l'ancien modèle économique ; De fait, cette focalisation sur l'économie a affaibli le développement de la société, créant ainsi un déséquilibre. Des changements étaient en route.

En 1993, un document intitulé « Plan sur des réformes du conseil des affaires d'État » publié par l'Assemblée Générale chinoise⁸, signifie le début de nouvelles réformes, dont l'objectif repose sur l'amélioration de l'efficacité du travail au sein du système administratif et l'établissement graduel d'une administration au service du développement économique.

Fig.2 - Dépenses gouvernementales dans le domaine social



8 Des représentants sont élus pour cinq ans par un système de vote très indirect, fonctionnant comme un sénat : ses membres sont issus des instances exécutives des territoires.

Source : Rapports économiques annuels de Yiwu. Auteur : Cui Can

En 2000, la municipalité de Yiwu décide d'abandonner l'ancienne gouvernance et de repenser le rôle de cette dernière. La conséquence directe en est une diminution de la part économique dans les rapports gouvernementaux et une augmentation des investissements en ce qui concerne le développement social local (**Erreur ! Source du renvoi introuvable.**).

Les autorités locales comprennent l'importance d'accorder une pleine autonomie de gestion à des organismes spécialisés dans le management. Elles donnent également le droit de diriger la production, le management des entreprises et des affaires sociales aux agences sociales (He Zuoqing, 2008 : 29). En 2003, pour la première fois dans l'histoire, la notion d'un « gouvernement au service du peuple » (*fuwuxingzhengfu* 服务型政府) est proposée. Elles comprennent aussi l'importance d'harmoniser la relation entre le gouvernement, l'entreprise, le marché et la société. En 2008, elles proposent de consacrer les deux tiers de leurs revenus financiers à l'amélioration de la qualité de vie, de l'éducation, l'emploi, la santé, la sécurité sociale, le logement, le transport, la protection environnementale et la sécurité. Ce changement s'observe par le biais d'investissements (allocations financières) au profit des activités de subsistance.

À partir de 2003, la municipalité se concentre sur le développement du commerce international, en favorisant l'accueil de la population étrangère. Pendant cette période, le gouvernement local institue une façon particulière, de créer un esprit d'initiative aux commerçants et marchés locaux, en limitant son rôle à quatre secteurs : celui de décideur (la décision de légaliser le petit commerce et l'existence de marchés durant les premières étapes du développement économique), d'organisateur (par exemple les tentatives de politiques avantageuses des villes plus grandes), de coordinateur (la distribution des ressources matérielles et immatérielles) et de superviseur (une surveillance et un contrôle seulement en cas de besoin) (Zhang Minjie, 2012 : 29) – politique qui va contribuer au développement économique de la ville.

Quand les premiers marchés de Yiwu sont apparus, un grand nombre de paysans a choisi de quitter la campagne pour faire du « business » dans des régions relativement plus urbanisées, comme Yiwu. Cependant, assez pauvre à l'origine, Yiwu ne pouvant accueillir ces nouveaux habitants, il fallut résoudre ce problème par un projet de construction d'infrastructure. Ce qui fut fait en 1988 par les autorités locales. Sans financement, elles ont d'abord vendu des terrains constructibles puis utilisé la somme d'argent obtenue pour construire des équipements et ce, pour 17 millions de yuans (Wang Weiping et Zhang Jinchun, 2005 : 56). Deux ans après, le projet était achevé.

La municipalité appliqua la même méthode les années suivantes. En 1995, 350 000 mètres carrés de terrains sont transférés pour une somme de 27 millions de yuans.

Cette démarche permet le financement des projets de construction d'infrastructures pour la ville (Wang Weiping et Zhang Jinchun, 2005 : 62). Depuis lors, à part des projets de constructions nationales comme des ponts, des canalisations et des protections contre les inondations, tous les projets de services sont intégrés dans un système de marché, tel que le droit de publicité dans des quartiers peuplés ou la propriété des taxis en ville. Les revenus sont investis dans la construction d'institutions publiques : université, hôpital, centre de sport et marchés de gros, d'autant plus difficile en raison du manque de financement⁹ de cette région.

Cette façon d'agir relève de ce que l'on appelle du « laisser-faire » (*wuwei* 无为).

Elle désigne plus précisément le fait que le gouvernement ne consacre qu'une petite partie de ses financements à des projets publics - la plupart d'entre eux étant issus des secteurs privés. L'avantage pour les investisseurs réside dans le fait qu'ils sont les premiers à bénéficier de ces projets¹⁰ (Wang Weiping et Zhang Jinchun, 2005 : 89).

Il existe également une méthode que des chercheurs appellent « agir » (*youwei* 有) (Pei Jizhuang, 2006 : 37). Dans un entretien avec un jeune garçon issu d'une famille commerçante du quartier, il a dévoilé un dysfonctionnement de la société : les propriétaires n'ayant pas besoin de travailler peuvent gagner bien plus que ceux qui louent leur boutique. Cela décourageant beaucoup de commerçants, chinois et étrangers.

Je connais un *laoban* (老板) (pour dire un commerçant) qui ouvrait un hôtel et il me disait qu'il gagnait environ 40 millions de yuans par an. Quand j'entendais cela, je me disais à moi-même, pourquoi travailler si dur quand je peux simplement louer ma boutique dans le marché pour 30 millions de yuans par an ?¹¹

Ainsi, de nombreuses personnes locales, qui sont des propriétaires des boutiques sur le marché, peuvent gagner assez d'argent uniquement en vendant ou louant leur boutique, sans travailler. En raison du dynamisme économique de Yiwu, ils trouvent facilement des chinois ou étrangers pour acheter ou louer leur boutique, à des prix intéressants. Ce phénomène est assez commun. Pour motiver les personnes qui

9 *L'Ouverture de Yiwu, recueil des reportages en 2001*, Bureau de propagande du gouvernement de Yiwu, 2001, p. 62

10 En 1998, une somme de 3,5 millions de yuans a été collectée pour construire 15 toilettes publiques payantes. Des investisseurs ont le droit de les gérer pendant une période, après laquelle le gouvernement en récupérera la propriété.

11 Entretien avec l'auteure, Octobre 2015.

travaillent et décourager celles qui en profitent, le gouvernement a décidé d'appliquer des mesures plus strictes. Par exemple, ceux qui sollicitent une place au marché doivent absolument fournir la preuve qu'ils se sont acquittés d'une taxe pour montrer qu'ils ont réellement travaillé dans ce marché pendant au moins trois ans (Huang Zuhui et Zhang Dongliang, 2007 : 98). De cette manière, il est impossible pour les boutiques d'être vendues ou louées librement. Les propriétaires qui, autrefois vivaient de leur loyer, sont obligés maintenant de travailler car ils ne peuvent plus vendre ou louer leur boutique.

C'est ainsi que le gouvernement de Yiwu contrôle fortement des éléments qu'elle juge cruciaux pour le développement de la ville, à savoir le loyer des marchés et laisse une grande liberté au secteur privé pour investir dans la construction de la ville mais surtout parce qu'elle manque de ressources en raison de son statut limité. En effet, un statut sous-préfectoral se trouve relativement bas dans le système hiérarchique chinoise.

II- Des politiques ciblées sur les commerçants étrangers, pour faciliter le commerce

En raison de son statut sous-préfectoral, Yiwu a des contraintes dans bon nombre de domaines administratifs. Néanmoins, son développement économique lui a permis d'obtenir des droits qui ne sont pas partagés par d'autres villes qui disposent de la même réglementation. Une partie de ses maires adjoints sont issus du Ministère du Commerce et du Ministère des Affaires Étrangères (Enquête sur terrain), ce qui montre l'intérêt de la capitale pour son développement. Elle est également, souvent, la première ville à bénéficier des nouvelles politiques, lesquelles une fois appliquées à Yiwu, sont mises en place dans d'autres régions, en particulier dans le domaine économique et financier (taxes, douane, aides financières), l'administration judiciaire et les procédures administratives.

Depuis 2008, le Bureau des taxes de Yiwu utilise un « modèle d'évaluation » pour le contrôle du prélèvement des taxes et la sécurisation du processus, en fonction de différentes catégories de produits. Grâce à des méthodes mathématiques reconnues par l'autorité, la capacité de production peut être calculée. Ces données sont ensuite transférées aux différents bureaux administratifs et utilisées dans la déclaration des impôts, l'analyse de leur estimation ainsi que la définition des seuils. Ce modèle rend le travail du Bureau des Taxes plus efficace.¹² A partir de 2016, les commerçants, chinois et étrangers, ont la possibilité de payer leurs taxes en fonction de leur

12 Journal du Commerce International, Ma Yisheng, 26/03/2008.

domaine d'activité et de leur chiffre d'affaires. Le seuil et les périodes de paiement sont définis différemment selon les situations¹³.

Plus récemment, des administrations se sont tournées vers la suppression de certaines taxes. Depuis 2013, des résultats ont commencé à être observés. Par exemple, le montant des taxes collectées sur les marchés a diminué de 8,6 % en 2014. Le taux de diminution a atteint 15,1 % en 2015. Après ce changement, soixante millions de yuans furent économisés en 2016¹⁴.

Suivant la direction de l'État central, Yiwu a appliqué des politiques favorables pour les entreprises de taille petite et moyenne. Le ministère des finances de l'État chinois a décidé de diminuer leurs taxes : jusqu'à fin 2017, le seuil minimum est passé de 200 000 à 300 000 yuans et les entreprises ou individus avec un chiffre d'affaires mensuel inférieur à 20 000-30 000 yuans sont dispensés de taxes¹⁵. Depuis la mise en place de cette politique, 24 800 entreprises en ont été bénéficiaires, soit 93,23 % des contribuables. La somme dispensée est estimée à plus de 84 700 000 yuans¹⁶. 46 000 commerçants individuels ont également bénéficié de cette politique : la somme est estimée à plus de 0,4 milliard de yuans. Une variété de méthodes est utilisée pour sécuriser la mise en place de ces politiques. Différents sites, annonces, brochures sont proposés pour diffuser le message. La mise en ligne a permis aux commerçants de suivre les procédures sans se déplacer.

La douane, composant important du commerce, connaît également des changements favorables à tous les commerçants. En 2002, le bureau douanier ainsi que le *Bureau d'Administration des Entrées et Sorties* de Jinhua¹⁷ ont ouvert une antenne à Yiwu, dans l'objectif de faciliter et accélérer les processus administratifs qui seraient propices aux bons déroulements des activités économiques dans la ville. En même temps, le *Bureau des Quarantaines et Inspections* de Yiwu a reçu les mêmes droits que ceux de niveau municipal, qui n'appartenaient pas à Yiwu, une ville sous-préfectorale. L'année suivante, en 2003, presque 30 000 conteneurs ont transité par le port de Yiwu, faisant de lui le port le plus grand de Chine.

Des politiques sont également proposées pour faciliter le transport des marchandises. Des conteneurs partant de la ville sont souvent remplis de petits articles de toutes sortes, ce qui complique leur déclaration, aussi pour accélérer le traitement des demandes, seule la plus grande quantité de produits nécessite une

13 Les marchés de Huangyuan et de Fushipin n'exigent plus de taxe au moment de la saison basse, lors de fêtes du printemps, par exemple.

14 Journal de Jinhua, Lou Zhiming, 14/09/2015.

15 *Ibid.*

16 *Ibid.*

17 Une ville préfectorale voisine de Yiwu.

déclaration. Aujourd'hui, trois minutes suffisent pour qu'un dossier soit évalué¹⁸, Yiwu devenant la plus grande douane intérieure en Chine.

La même attention a été accordée à la finance. En 2006, plus de 70,3 milliards de yuans ont été déposés dans des banques. Cependant, la somme des prêts était beaucoup moins importante (Ma Bin, 2008 : 32). Les branches des institutions financières dans les villes-districts n'avaient le droit de prêter que plusieurs millions de yuans. Cette somme était loin d'être suffisante pour beaucoup d'entreprises. De plus, les banques exigeaient souvent de lourdes démarches administratives. Ainsi, un certain nombre d'organisations civiles sont apparues. Selon une estimation à Yiwu (Jing Jinglu, 2008 : 48), les prêts entre acteurs privés comptaient pour environ 34,3 % de ceux réalisés légalement. Il y a généralement trois façons de prêter de l'argent en privé : entre individus, par la collecte illégale de fonds, et par des « banques » privées. Ces organisations ne sont pas toutefois reconnues par l'État. L'intérêt des commerçants n'est donc pas protégé.

Ces inconvénients ont vite suscité l'attention des autorités et des demandes exceptionnelles ont été acceptées par le gouvernement provincial. Jusqu'à fin 2015, vingt-quatre institutions financières ont été établies à Yiwu, avec 244,514 et 209,532 milliards de yuans en dépôt et en prêts.

Yiwu est aujourd'hui la première ville de district disposant des locaux de cinq banques nationales¹⁹. Des prêts de petites sommes sont disponible pour des commerçants étrangers²⁰. De plus, des tarifications avantageuses sont proposées aux petites et moyennes entreprises. Plus de 100 millions de yuans ont été économisés de cette manière en 2016²¹.

En termes judiciaires, Yiwu n'était pas qualifiée pour juger les affaires concernant des personnes ou entreprises étrangères au début du 21^e siècle. Seule la ville capitale (Hangzhou) et deux autres villes préfectorales du Zhejiang (Wenzhou et Ningbo) en ont le droit. En conséquence, sans moyens judiciaires, certains commerçants finissaient par prendre des mesures illégales. Il y avait des incidents : liberté des commerçants étrangers contrôlée illégalement par leurs partenaires commerciaux ; produits enlevés sans l'accord de leur propriétaire (Hu Guofu, 2009 : 77).

À partir de 2005, la Cour Suprême de l'État chinois accorde au tribunal de Yiwu le droit de traiter des affaires internationales. Elle devient ainsi la seule cour de district à s'occuper de ce type d'affaires. Le seuil maximum pour qu'une affaire puisse être traitée par la cour locale était d'un million de yuans. Ce seuil a augmenté régulièrement : trois millions de yuans en 2007 et cinq millions de yuans en 2009.

18 Journal du Commerce International, Wang Wei, 19/09/2007.

19 gonghang 工行、nonghang 农行、zhonghang 中行、jianhang 建行、jiaohang 交行

20 Journal de la Finance de Shanghai, Ding Hongjia, 17/02/2017.

21 *Ibid.*

Les plaintes concernant des commerçants étrangers sont enregistrées, acceptées par la cour locale et peuvent donner lieu à l'interdiction de quitter la Chine. En trois ans depuis sa mise en place (2005-2008), 82,26 % des affaires judiciaires ont été retirées et résolues par médiation²² .

En outre, en 2009, une plateforme d'alerte (*yiwuyujingpintai* 义乌预警平台), sur Internet, est créée par la police de Yiwu qui collabore avec marchés. En effet, la police relève les personnes ou entreprises qui ne sont pas enregistrées correctement dans le système ou qui n'ont pas respecté certaines règles et fait intervenir le Bureau d'Industrie et de Commerce. Les « hors-la-loi » figurent sur la plateforme, Ce qui permet aux fournisseurs chinois, avant de s'engager pour telle ou telle entreprise, de vérifier si elle n'a pas fait l'objet d'une condamnation pour fraude. Ce signalement peut aussi être renseigné par des particuliers qui ont connaissance ou subi des fraudes de la part des étrangers. Cette plateforme, accessible à tous, donne la possibilité de partager facilement des informations par le plus grand nombre et évite ainsi des pertes potentielles.

Ces évolutions ont été bien accueillies par les commerçants étrangers (Fu Baishui, 2007 : 39) car une fois que les autorités de district ont possédé plus de pouvoirs, les démarches administratives sont devenues beaucoup moins lourdes. Cela favorise leur vie et travail quotidien. À partir de 2004, dès l'arrivée des premiers commerçants étrangers, ils ont eu la possibilité de créer leur propre entreprise (Hu Guofu, 2009 : 32). Depuis, la population étrangère peut légalement exercer des activités économiques : il ne faut pas plus de trois jours pour traiter la demande de création d'une entreprise étrangère, deux jours pour des entreprises chinoises. Dans certains cas particuliers, la demande de création peut même être immédiate²³. (Yiwu, 2014 : 36)

Avant ces réformes dans le Zhejiang, toutes les procédures administratives de Yiwu devaient passer par la ville de Jinhua afin d'être finalisées. Pour demander un document administratif à Yiwu, par exemple, il fallait d'abord passer par les autorités locales, puis par l'échelon supérieur, soit les autorités de Jinhua, et finalement la province. Une demande d'utilisation d'un territoire pouvait prendre deux mois (Sha Huju, 2009 : 68). Depuis, tout se fait à Yiwu.

Au cours de ces différentes réformes, la grande majorité des procédures intermédiaires, notamment celles qui devaient passer par l'autorité municipale, ont été éliminées. L'autorité locale a reçu le droit de traiter les affaires administratives. En outre, elle a décidé d'établir un centre administratif. En 2002, un établissement

²² *Ibid.*

²³ Depuis fin mars 2017, la demande ainsi que toutes les procédures concernant l'établissement d'une entreprise sont accessibles via Internet.

intitulé « Centre 365 » a été édifié. Dans ce centre, 274 personnes ont traité en totalité 332 affaires concernant l'autorisation administrative, l'évaluation de dossiers ainsi que d'autres services pour les résidents de la ville²⁴.

Dans cet établissement, il existe également des guichets qui traitent uniquement de certains domaines comme le transport et les taxes. En fait, il regroupe la majorité des démarches administratives, améliorant ainsi l'efficacité du système. Plus largement, un centre de services du commerce international a été créé au sein des marchés, uniquement pour les commerçants. (Yiwu, 2014 : 36) Dans ce centre, des commerçants étrangers peuvent facilement régler toutes les procédures qui régissent leur vie quotidienne et leur vie professionnelle.

III- Des politiques administratives pour faciliter la vie pratique des commerçants étrangers

Le Bureau des Affaires des Étrangers et Chinois d'outre-mer de Yiwu a rédigé et publié un manuel pour les résidents étrangers (**Erreur! Source du renvoi introuvable.**). Dans ce manuel, outre une brève introduction sur la ville, les différentes politiques concernant la vie et le travail des étrangers sont clairement indiquées comme le visa, le permis de travail, le logement, la santé, l'éducation, la croyance religieuse et le mariage.

Figure 3 : Annonce en centre-ville pour les personnes étrangères, en chinois et en anglais



24 Enquête réalisée par nos soins à Yiwu le 26 novembre 2015.

En 2005, Yiwu est devenue la seule ville de district en Chine où la municipalité est autorisée à traiter des demandes de visas et de permis de séjour (Hu Guofu, 2009 : 34). Actuellement, il existe 17 types de visas pour entrer en Chine. La plupart des étrangers à Yiwu possèdent un visa Z qui est celui qui est accordé aux personnes travaillant en Chine. Selon mes enquêtes de terrain, pour obtenir ce visa, les étrangers bénéficient souvent d'un contrat de travail de l'entreprise d'un ami ou d'un compatriote. Après leur arrivée, ils cherchent à monter leur propre entreprise. Un autre type de visa souvent utilisé est le visa L : un visa de tourisme. Avec ce visa, ils peuvent entrer dans la ville et y rester pour une courte période. Ensuite, une fois que le visa arrive à expiration, ils passent à l'extérieur de la Chine continentale comme Hongkong ou la Malaisie pour le renouveler. Certains commerçants arrivent même à rester à Yiwu pendant plusieurs années en utilisant cette méthode. Naturellement, elle n'est pas légale. Le visa S est destiné, quant à lui, aux membres de la famille de personnes résidant en Chine et qui n'ont pas encore obtenu la nationalité chinoise. Enfin, parmi les plus utilisés, existe le visa X, délivré aux résidents étrangers qui sont venus en Chine pour des études, de longue ou courte durée.

Les étrangers peuvent entrer à Yiwu avec n'importe quel visa. Ceux qui possèdent un visa Z, J1, Q1, S1, X, doivent, dans les vingt-quatre heures suivant leur arrivée à Yiwu, remplir un formulaire intitulé « Formulaire d'enregistrement de l'hébergement temporaire pour les personnes étrangères ». Sept jours avant la fin de la validité du visa, ils sont obligés de demander auprès de la police un permis de séjour légal. Si ils changent de logement, même temporairement, ils doivent informer la police de ce changement dans les vingt-quatre heures après leur départ. Les locaux de la police se trouvent à deux endroits : un dans le Bureau de Police et un autre au Marché International de Yiwu. Ce dernier a été établi dans l'objectif de diminuer les déplacements.

Seulement cinq types de visas permettent à leurs possesseurs de vivre à Yiwu :

- le permis Z pour les travailleurs étrangers en Chine,
- le permis X pour les étudiants,
- le permis J pour les journalistes,
- le permis Q pour les personnes dont une partie de la famille est chinoise,
- le permis S pour les personnes dont la famille est étrangère mais réside en Chine.

Un grand nombre d'entreprises peut prendre en charge les procédures administratives pour un visa ou un permis de séjour. Pour faciliter la demande, un centre des services internationaux a été créé par le Bureau des Étrangers et des Chinois d'outre-mer. Cet établissement est chargé du contact avec les ambassades et consulats étrangers en Chine, les institutions de commerce international et des relations amicales avec les villes jumelle (Zhang Jiancheng et Wang Zhehuai, 2006).

Les autorités de Yiwu ont pris l'engagement de traiter une demande de visa sur un délai de 7 jours ouvrés et de 15 jours ouvrés pour un permis de séjour. Depuis 2015, les étrangers ont le droit d'avoir un visa de deux ans alors qu'auparavant il fallait le renouveler tous les ans. Tout cela montre que les autorités locales s'intègrent activement dans la vie des étrangers.

Le droit de travailler est accordé à tout étranger en Chine. Mais, pour ce faire, il doit demander une autorisation de recrutement auprès de la municipalité, ainsi qu'une autorisation de travail de l'État. Muni de ces documents, il est qualifié pour demander un visa de travail auprès de l'ambassade ou du consulat chinois qui se trouvent dans son pays d'origine. Une fois en Chine, au cours des premiers quinze jours de son arrivée à Yiwu, il doit passer par le Bureau des Ressources Humaines, pour obtenir une « licence de travail pour étrangers ». Cette démarche lui permet d'être en situation régulière pour vivre et travailler dans la ville. Depuis 2007, les autorités locales ont le droit d'accepter directement les demandes des étrangers (Hu Guofu, 2009 : 32). Ainsi, ils ne sont plus obligés d'aller à Jinhua ou Hangzhou pour mener leurs démarches.

Pour se loger, toute personne, quelle que soit sa nationalité ou son origine, est libre de louer un appartement et/ou d'acheter des propriétés. Elle est néanmoins obligée de passer par Internet ou de se rendre auprès des autorités pour s'inscrire dans le système administratif. Le reste des procédures est identique à celui suivi par les Chinois. Un certain nombre de résidences²⁵ ou quartiers a pris la forme de résidences internationales. Cela est souvent dû à leur localisation proche des marchés, avec un bon rapport qualité/prix et une forte présence d'étrangers. Ainsi, un quartier peut compter plus de 1200 étrangers venant de plus de 60 pays. Cette population participe aux activités de la résidence ; certains jouent même le rôle des gestionnaires (Hu Guofu, 2009 : 96), ce qui peut être comme un symbole de la reconnaissance des étrangers, ce qui contribue également à améliorer leur niveau d'intégration.

Des résidences internationales se sont créées à côté des résidences avec une forte présence étrangère. Par exemple, au sein de la résidence Jiang Dong, un quartier arabe anime toujours les soirées. Un grand nombre de musulmans y habitent et on trouve une grande quantité de restaurants et de boutiques musulmanes, facilitant ainsi la vie des étrangers, surtout ceux qui sont venus avec les commerçants : leurs familles. Dans ce genre de situation, souvent, les membres de la famille (femme,

25 Une résidence en Chine (Xiao Qu) désigne un ensemble de bâtiments projetés, construits et gérés par une même entreprise. Une résidence est souvent fermée à ses propriétaires et locataires par des portes digitales et on trouve généralement des boutiques, à côté, proposant différents services quotidiens. Une résidence est l'équivalent d'un quartier en France, à une échelle plus petite.

parents, enfants) ne parlent pas le chinois. L'existence de ces quartiers permet de les intégrer plus facilement dans la vie quotidienne.

Pour ce qui est du domaine sanitaire, avant 2008, les étrangers étaient obligés de se déplacer à Hangzhou (environ 2 heures en voiture) pour toute visite médicale. Ce fonctionnement était compliqué (temps, coût). De fait, seul 0,4 % des étrangers entrés à Yiwu, à cette date ont effectué cette démarche (Hu Guofu, 2009 : 55). Aussi, à la fin de cette même année, le Ministère de la Santé et le Ministère des Affaires Étrangères ont autorisé la création d'un centre de santé. Depuis, des procédures administratives ainsi que des traitements médicaux peuvent être réalisés dans la ville même et, aujourd'hui, tous les hôpitaux de Yiwu ouvrent leurs portes aux étrangers, avec des tarifications identiques à celles des Chinois.

L'éducation des enfants de parents étrangers est une thématique qui mérite de l'attention. Un accès à une éducation de qualité peut aider à attirer et retenir une personne. Pour les plus jeunes, un large choix d'écoles primaires et de collèges est offert aux écoliers internationaux. De plus, dans certaines écoles chinoises et locales, des classes étrangères ont été établies, destinées uniquement aux enfants de nationalité étrangère. Les parents peuvent alors choisir s'ils veulent inscrire leur enfant dans une classe avec des enfants chinois ou non. Plus récemment, des « écoles » étrangères ont commencé à ouvrir ; c'est un phénomène plutôt récent mais non reconnu par les autorités locales. Ce sont des lieux privés où les enfants étrangers peuvent recevoir une éducation selon leur origine, souvent organisés et financés par leurs parents commerçants venant de l'étranger. Ces parents forment une équipe pour la construction de l'école, son management ainsi que le recrutement et l'accueil des enseignants de leur pays d'origine.

Le fait est surtout observé dans des quartiers arabes. Malheureusement, sans la reconnaissance et le soutien du gouvernement municipal, ces « écoles » restent peu connues. Certains étrangers s'interrogent même sur la qualification des professeurs et le motif de la création de ces établissements, les soupçonnant d'être purement établis à but lucratif. De plus, sans inscription dans une école officielle, il est impossible de renouveler le visa des enfants étrangers.

En termes de religion, toute personne, chinoise ou étrangère, est libre de choisir sa croyance. Les autorités de Yiwu ne possèdent aucun pouvoir dans ce domaine. Au contraire, les dirigeants de la ville y attachent une grande importance. Avec l'accord et le soutien du gouvernement, les mosquées de Yiwu ont été refaites à plusieurs reprises : chaque fois elles sont devenues plus grandes. Aujourd'hui, on y trouve la mosquée la plus grande de toute la Chine.

Les locaux eux-mêmes tolèrent les différentes croyances et il n'est pas rare, dans la journée, en se promenant sur les marchés, de rencontrer des commerçants étrangers qui s'arrêtent en plein milieu d'une discussion pour prier. Pendant ce temps, les fournisseurs chinois, habitués à la situation, partent faire autre chose et la conversation reprend après la prière. Le pragmatisme des commerçants de Yiwu

contribue à cette attitude accueillante. Tant que leur intérêt commercial n'est pas mis en jeu ils adoptent une attitude plutôt indifférente.

Cette liberté de croyance s'observe aussi dans la politique matrimoniale. Administrativement, il n'existe aucun obstacle pour des unions internationales. Le mariage est un choix libre aussi bien pour les Chinois que les étrangers et, même si bon nombre de familles restent méfiantes à l'égard des mariages mixtes, ils ont tendance à augmenter²⁶.

Par-delà ces politiques prêtant attention aux bénéfices des étrangers, les dirigeants de Yiwu n'hésitent jamais à souligner leur reconnaissance et appréciation envers cette population extérieure. Cette attitude est visible avec l'introduction d'une « carte d'ami commercial », une carte distribuée à tous les résidents étrangers depuis juillet 2016. Cette carte est considérée comme la version étrangère d'une carte de résident pour les Chinois. Elle contient des données d'identité. Ainsi, au lieu de sortir toujours avec leur passeport, les résidents étrangers peuvent garder cette carte sur eux pour toute demande de pièce d'identité. En outre, elle peut également être utilisée lors du paiement pour des services publics comme le bus, la location de vélos. De cette manière, les étrangers peuvent bénéficier des mêmes facilités administratives que les résidents chinois.

La délivrance de cette carte est favorable pour le niveau d'adaptation des étrangers, d'une façon non seulement pratique mais aussi symbolique. En possession de cette carte, les détenteurs se sentiraient plus reconnus par le gouvernement local et se sentent moins comme un 'passant' temporaire dans la ville. Ce changement dans la mentalité serait propice à l'installation des commerçants étrangers ainsi que leur niveau d'adaptation à la vie quotidienne et au travail.

La municipalité de Yiwu investit beaucoup pour créer un bon environnement pour les étrangers. Ils sont souvent invités à des conférences et séminaires gouvernementaux pour exprimer leurs besoins et faire des suggestions, qui sont souvent respectées et mises en place par les autorités. Dans l'autre sens, des dirigeants sont toujours prêts à participer à des événements étrangers en vue de montrer leur soutien réel. Un certain nombre d'étrangers, surtout les premiers arrivants, peuvent se sentir importants pour la ville. Un Sénégalais, résident depuis plus de douze ans, m'a raconté sa relation avec les dirigeants de la ville :

Moi je les connais bien. Ils sont toujours très à l'écoute de nous. Peut-être c'est parce que ça fait longtemps que je suis là, je trouve que les dirigeants, par exemple le maire adjoint X, mettent beaucoup d'attention à ce que je dis. J'ai leur

26 Source : enquêtes sur le terrain ainsi que l'observation de l'auteure.

contact personnel. Je les ai même sur WeChat²⁷. En effet, je peux les appeler quand je veux. Je pense que ce n'est pas le même cas dans d'autres endroits et ici, je me sens très pris au sérieux.²⁸

En donnant un statut important à certains étrangers, les dirigeants de Yiwu cherchent à être appréciés en retour des communautés étrangères. Ils ont compris la relation étroite existant entre les compatriotes étrangers : les premiers arrivés sont aujourd'hui les plus respectés dans leur communauté, considérées par les nouveaux arrivants comme des 'grands frères' qui ont réussi dans le commerce et possédant d'importantes connaissances sur la ville.

De cette manière, ils souhaitent que cette population puisse diffuser la bonne réputation de l'administration au sein de sa communauté. De plus, les *leaders* des communautés étrangères possèdent certain privilège en comparaison avec leurs compatriotes et les résidents locaux. Ainsi, ils se sentent plus responsables.

Ainsi, la ville peut les satisfaire, non seulement dans un sens matériel mais aussi psychologique. Cette façon de faire facilite également la gouvernance locale. D'un côté, les dirigeants de la ville possèdent plus de moyens pour connaître et comprendre la population étrangère, d'un autre côté, les politiques officielles peuvent toucher plus facilement et directement les étrangers, surtout les nouveaux arrivants qui n'ont pas encore assez de connaissances sur la langue chinoise et la culture locale. Cela crée ainsi un cercle vertueux.

Conclusion

Dans toute la Chine, il est difficile de trouver une ville où la population étrangère bénéficie d'un meilleur statut qu'à Yiwu. Les *traders* internationaux qui s'y sont installés sont aujourd'hui des *leaders* dans leur entourage et proches des autorités locales. Mais les nouveaux arrivants bénéficient également des politiques avantageuses destinées aux étrangers, afin de faciliter leur vie sur place et de les maintenir dans la ville, ce qui se voit rarement dans des grandes villes en Chine. En même temps, sans la présence des étrangers, le commerce de Yiwu n'aurait pas atteint son niveau d'aujourd'hui.

Cette particularité s'explique par le besoin mutuel des commerçants étrangers et le gouvernement de Yiwu. Les commerçants étrangers, généralement venant des pays en voie de développement apprécient les produits vendus sur le marché de Yiwu : en raison de leur bon rapport qualité/prix, et ils peuvent faire de forts profits en

27 Le logiciel le plus populaire pour former et garder un réseau via Internet en Chine, comme Facebook.

28 Entretien avec l'auteure, Yiwu le 6 mars 2015.

exportant ces produits dans leur pays d'origine. Les autorités de Yiwu, ayant compris l'importance du commerce international pour le bien-être de la population locale ainsi que le développement économique de la ville, s'efforce à de créer un environnement propice à la vie et aux activités commerciales des étrangers. Contrairement à Guangzhou ou d'autres villes métropoles, Yiwu a fort besoin de cette population extérieure. Ce besoin la motive à devenir un gouvernement appréciable, notamment par les résidents internationaux.

Références

Bu, G.q (2004), *Analyse sur la transformation des fonctions gouvernementales sous l'angle de la relation entre le gouvernement et la société*, Nanjing, Mémoire de Master, Université Normale de Nankin.

Fu, B.sh (2007), « *Quatre tours de réforme dans le Zhejiang, Yiwu devient la ville de district avec le plus de pouvoir* », Beijing, Journal hebdomadaire de l'économie chinoise, 3 : 38-39.

He Z.j (2008), *Etude sur la construction d'un gouvernement au service du publique*, Hangzhou, Mémoire de Master, Université de Zhejiang.

Huang, Z.h et ZhangB, D.l (2007), « *Pourquoi Yiwu ?* », Hangzhou, Presses du peuple du Zhejiang.

Hu, G.f (2009), « *Harmonie et prospérité, un centre commercial animé – recueil des cas de développement de Yiwu* », Beijing, Presse de l'École communiste centrale.

Jing, J.l (2009), « *Investigation sur la finance clandestine de Yiwu* », Beijing, Informations commerciales nationales (études sur des théories économiques), 21 : 47-49.

Ma, B (2008), « *Etude sur la relation entre les gouvernements du niveau provincial et de district par un élargissement du pouvoir – expériences des réformes du Zhejiang* », Beijing, Observation du développement chinois, (7) : 32-34.

Pei, J.zh (2006), « *Entre faire et laisser faire – un regard en arrière et une analyse de l'histoire de la création d'une ville commerciale à Yiwu* », Beijing, Zi Guangge, 11 : 35-37, 2006.

Sha, H.j (2009), « *Élaboration sur le système direct et les réformes de la province du Zhejiang* », Beijing, Décisions scientifiques, 4 : 66-74.

Wang, W.p et Zhang, J.ch (2005), *Yiwu – une ville sans murs*, Beijing, Presse d'industrie légère de Chine.

Yu, N (2008), « *La reconstruction des fonctions gouvernementales et le mécanisme de restriction pour l'intérêt des autorités* », Beijing, La gestion administrative en Chine, 1 : 33-35.

Zhang, M.j (2012), « *L'héritage, la diffusion et l'innovation de la culture de Yiwu* », Hangzhou, Journal académique de l'université de commerce du Zhejiang, 4 : 26-32.



Ceuta a pie de muro: hacia una aproximación de la frontera hispano-marroquí

Ceuta at the foot of the wall: towards an approximation of the spanish-moroccan border

Alicia Fernández García¹

Université Paris 8
Vincennes Saint-Denis, Francia

alis_carras@hotmail.com

URL : <https://www.unilim.fr/trahs/2416>

DOI : 10.25965/trahs.2416

Licence : CC BY-NC-ND 4.0 International

Enclave extra-péninsulaire, isolée mais stratégique, Ceuta est devenue une ville-frontière hispano-marocaine sous haute tension ainsi qu'une forteresse européenne soumise à une forte pression migratoire. La construction d'un mur de séparation, l'édification de barbelés, de clôtures et de tours de contrôle donnent à voir un paysage urbain où la notion de frontière est omniprésente. Une démarcation territoriale qui véhicule aussi une démarcation humaine, car la frontière à Ceuta divise, stigmatisant ceux qui sont du mauvais côté, brisant aussi les rapports interculturels qui semblent avoir été naturels dans et autour de cette enclave. Elle limite également la présence des Marocains des alentours dans la ville, générant ainsi des migrations pendulaires quotidiennes de part et d'autre de cette frontière. L'étude des dynamiques frontalières à Ceuta proposée dans cet article nous permettra de mieux mesurer leurs impacts et leur portée.

Mots-clefs : Ceuta, dynamiques frontalières, migrations, économie de la frontière

Enclave extra peninsular, aislado pero estratégico, Ceuta se ha convertido en una ciudad-frontera hispano-marroquí bajo presión así como en una fortaleza europea sometida a una fuerte presión migratoria. La construcción de un muro de separación, la edificación de alambradas, vallas y torres de control dan a ver un paisaje urbano en el que la noción de frontera es omnipresente. Una demarcación territorial que vehicula también una demarcación humana ya que la frontera en Ceuta divide, estigmatizando a aquellos que están del lado malo, rompiendo también las relaciones interculturales que parecen haber sido naturales en y alrededor de este enclave. La frontera limita igualmente la presencia de marroquíes de los alrededores en la ciudad, generando así migraciones pendulares cotidianas de un lado y del otro de esta frontera. El estudio de las dinámicas fronterizas en Ceuta propuesto en este artículo nos permitirá mejor calibrar sus impactos y alcances.

Palavras-chave: Ceuta, dinâmicas fronterizas, migrações, economia de la frontera

Enclave extra-peninsular isolado, mas estratégico, Ceuta se tornou uma cidade fronteira hispano-marroquina sob pressão, assim como uma fortaleza europeia sujeita a uma forte pressão migratória. A construção de um muro de separação, a edificação de arame farpado, cercas e torres de controle revelam uma paisagem

¹ MCF en langue et civilisation espagnoles

urbana na qual a noção de fronteira é onipresente. Uma demarcação territorial que também transmite uma demarcação humana dado que a fronteira em Ceuta divide, estigmatizando aqueles que estão do lado errado, rompendo também as relações interculturais que parecem ter sido naturais dentro e ao redor deste enclave. A fronteira também limita a presença de marroquinos do entorno na cidade, gerando migrações pendulares diárias de um lado e do outro desta fronteira. O estudo das dinâmicas fronteiriças em Ceuta, proposto neste artigo, permitirá medir melhor o seus impactos e os seus alcances.

Palabras clave: Ceuta, dinâmicas fronteiriças, migrações, economia da fronteira

Extra-peninsular enclave, isolated but strategic, Ceuta became a Spanish-Moroccan border town under high tension, as well as a European fortress subject to strong migratory tension. The construction of a separation wall, of barbed wire, fences and control towers, show an urban landscape where the notion of border is omnipresent. A territorial demarcation which also conveys a human demarcation, because Ceuta's border divides, stigmatizing those who are on the wrong side, also breaking the intercultural relationships that seem to have been natural in and around this enclave. It also limits the presence of local Moroccans in the city, thus generating daily commuters' migrations on both sides of this border. The study of border dynamics in Ceuta proposed in this article, will allow us to better measure their impact and reach.

Keywords: Ceuta, border dynamics, migrations, border economics

Desde los años 1980, la gestión de los flujos migratorios se ha convertido en un desafío mayor para los países miembros de la UE. La libre circulación en el espacio Schengen les ha empujado a incrementar el control en las fronteras, sometiendo a contribución a aquellos estados candidatos a la UE a cambio de la obtención de ayudas para el desarrollo de sus regiones². Este ha sido el caso de España que ha tenido que reforzar el control en su frontera sur hasta militarizarla y restringir así las migraciones.

Ceuta, ciudad de apenas 20km² y con una población oficial de unos 84 843 habitantes, ha conocido el establecimiento progresivo de una población de origen no peninsular, principalmente marroquí, y desde los años 90, se ha convertido en un “hot spots” de la política de control de las fronteras, debido a las olas migratorias recurrentes de jóvenes subsaharianos y magrebíes que intentan penetrar en suelo ceutí, viendo en este territorio una puerta de entrada en España y hacia Europa. Pero la frontera de Ceuta es también un espacio-recurso para la ciudad y para los numerosos vecinos marroquíes, así como un lugar privilegiado de elusión y de ilegalidad.

Este artículo intentará estudiar la situación de frontera de Ceuta, situada en medio de dos continentes que presentan fuertes disparidades como son Europa y África; una ciudad que padece igualmente de enormes desigualdades sociales. De esta manera, ¿cómo se vive en el enclave español de Ceuta? ¿cuáles son las principales dinámicas existentes en su frontera? ¿cuáles son los retos estratégicos, económicos y sociales de este muro de separación entre Marruecos y España?

Para responder a estas problemáticas, esta contribución se apoya en un importante trabajo de terreno realizado entre octubre 2015 y septiembre 2019. La consulta de numerosos artículos extraídos de la prensa local y nacional completan las fuentes metodológicas de esta investigación. A partir de este material empírico y documental, este trabajo se organizará en dos partes. En primer lugar, trataré de estudiar Ceuta desde un punto de vista demográfico con el objetivo de demostrar cómo, debido a su situación geográfica estratégica, la ciudad se ha convertido a lo largo de los siglos en tierra de acogida. En la segunda parte, realizaré una radiografía de la frontera de Ceuta lo que me permitirá evaluar el impacto social ejercido por la presión migratoria, así como las repercusiones y el alcance de la economía de la frontera.

1. La población de Ceuta: aspectos demográficos de una ciudad de culturas

Ciudad-frontera confrontada a un flujo importante de inmigración clandestina, Ceuta es también una sociedad plural en la que conviven desde hace siglos judíos, musulmanes, hindúes y cristianos. Ceuta condensa así todos los desafíos de las sociedades multiculturales contemporáneas.

1.1. El enclave de Ceuta: una tierra de acogida

La existencia secular de cuatro culturas en el perímetro reducido de Ceuta ha hecho de este enclave español situado en Marruecos un ejemplo de convivencia y de tolerancia entre los pueblos. Desde finales del siglo XIX, la presión demográfica ejercida por los marroquíes vecinos ha dado lugar progresivamente a una sociedad

² Ayudas provenientes de los programas de desarrollo regionales también llamados Fondo europeo de desarrollo regional.

culturalmente y lingüísticamente mezclada. Aparte de la comunidad de origen peninsular, que constituye casi el 59% de su población, coexisten otras tres comunidades culturales y religiosas: una comunidad originaria de Marruecos (40%), una comunidad judía (0,5%) (Klecker de Elizalde, 1997: 63) cuyo peso demográfico ha disminuido a lo largo de los años, pero que sigue ocupando un papel central en la economía de la ciudad y, por último, una población hindú de apenas un centenar de personas cuya llegada a la ciudad se remonta a los años 50 (Fernández García, 2017: 160-163)

Contrariamente a lo que ha ocurrido en España que ha pasado del estatuto de país de emigración durante los años 50-60 para convertirse en tierra de acogida y país receptor de inmigrantes a partir de los años 80 (Chaput, Galeote, LLombart Huesca, Pujol Berché, Tur, 2015), las migraciones en la ciudad de Ceuta tienen un carácter secular y están estrechamente vinculadas a su situación geográfica estratégica. Así, la presencia de judíos tiene, por ejemplo, su origen en el siglo XI. Por su parte, la instalación de personas provenientes del vecino Marruecos data del tratado de paz hispano-marroquí de 1860³.

A partir de esta fecha, Ceuta conoció la instalación espontánea y alentada por las treguas, de los que en aquella época eran considerados como “moros de paz”, término utilizado para referirse a los musulmanes. Otro momento bisagra de la evolución demográfica de Ceuta se sitúa en 1912 tras la proclamación del protectorado español en Marruecos. Un momento histórico que estuvo acompañado de un importante dispositivo de repoblación, debido en gran medida a la atracción ejercida por la existencia de minas de hierro, plomo, manganeso y antimonio en el territorio en el que se asentaba dicho Protectorado (Salueña, 2007: 9).

Sin embargo, la independencia de Marruecos en 1956 y el final del llamado popularmente “Marruecos español” trajeron consigo una tendencia demográfica inversa con el declive de la población de origen peninsular. La sangría demográfica provocada por el retorno de los españoles se hizo sentir en Marruecos en general ya que diez años después de la declaración de Independencia, la población española fue dividida por dos⁴, pero afectó particularmente al enclave de Ceuta que se vació. Sin embargo, este vacío dejado por la salida de peninsulares fue rápidamente colmado por la llegada y el asentamiento de una población de origen marroquí, proveniente de los alrededores.

1.2. La población de origen marroquí de Ceuta y su lento reconocimiento

La proximidad de Marruecos, la existencia de una historia común hecha de rivalidades, pero también de períodos de entendimiento y de intercambios e incluso la aridez y pobreza del Rif han contribuido al aumento del número de personas originarias de las regiones vecinas, cuya presencia en Ceuta remonta como ya lo hemos señalado al siglo XIX. Como muestra de este hermanamiento forjado por más de cuatro décadas de historia en común y consolidado por la geografía, cabe mencionar la metáfora utilizada por el sultán Hassan I “Marruecos y España son

3 Tras un armisticio de poco más de un mes, el 26 de abril de 1860 España y Marruecos firman el tratado de Wad-Ras que pone fin a la llamada Primera Guerra de África (1859-1860).

4 Bernabé LÓPEZ GARCÍA, “Cien años mal conocidos”, *Al servicio del Protectorado. España en Marruecos 1912-1956*, Instituto de Historia y Cultura Militar-Ministerio de Defensa, Madrid, 2012, p. 91-96.

dedos de una misma mano”, para evocar el espíritu de cooperación existente entre ambos países (Martínez & González, 2012: 10).

Un colectivo que se ha convertido numéricamente, en la segunda comunidad de la ciudad y que comparte, junto con las otras comunidades, un fuerte repliegue comunitario vehiculado por el referente étnico-religioso de “musulmán” (Stallaert, 1998 : 143-147). En efecto, la religión se ha transformado en Ceuta en un referente identitario fuerte y en el rasgo estigmático de la pertenencia (Fernández García, 2017: 59). En este enclave español la religión se eleva al rango de institución capaz de federar la construcción identitaria de los habitantes y condicionar las interacciones cotidianas (Saint-Blancat, 2004: 235-247).

Desde un punto de vista demográfico, podemos establecer tres categorías para estudiar este colectivo de origen marroquí: en primer lugar, tenemos los nacidos en Ceuta que distinguiremos de aquellos cuya instalación es reciente y también de aquellos que viven clandestinamente en la ciudad. A estas tres categorías, habría que sumar una última constituida por la población musulmana fluctuante, como consecuencia de las migraciones pendulares diarias y que se cree que superan las 25 000 personas. La permeabilidad de la frontera hispano-marroquí dificulta el recuento demográfico sobre todo de este colectivo originario de Marruecos, y las estadísticas, que no son oficiales, varían de una fuente a otra. Por otro lado, las cifras demográficas en el enclave de Ceuta son a menudo sinónimo de fraudes y subestimaciones. A este respecto citaremos los sucesivos escándalos provocados por el control del censo electoral que se lleva a cabo desde el año 2013. Así, entre 2013 y 2018 y según los datos publicados por la Policía Local y anunciados por Jacob Hachuel, consejero de Gobernación, casi 5 000 casos de empadronamientos sospechosos han sido destapados⁵.

A las dificultades generadas por la imposibilidad de manejar cifras verídicas debido en parte al alcance de estos “falsos vecinos”, también hay que añadir la existencia de un fraude consentido por parte de los políticos locales que no dudan en recurrir al clientelismo electoral. Citaremos a este respecto el testimonio de varios entrevistados que me afirman que en la ciudad se intercambian votos por trabajos en los planes de empleo⁶; evocaremos también el escándalo suscitado por la adjudicación fraudulenta de pisos de protección oficial⁷. Pese a la nebulosa que rodea las estadísticas demográficas en Ceuta, la siguiente tabla nos muestra la importancia numérica que ha ido adquiriendo el colectivo de españoles de origen marroquí cuya presencia se ha reforzado considerablemente a partir del año 1986.

En efecto, este año marcó el inicio de un periodo de lucha de este colectivo por acceder a la plena ciudadanía, a raíz de la aprobación por parte del gobierno socialista de Felipe González (1982-1996), de la llamada Ley de Extranjería⁸. Sin ser legalmente españoles a pesar de haber nacido en su gran mayoría en Ceuta y confinados en los barrios periféricos de la ciudad, estos habitantes solo poseían una tarjeta de residencia llamada peyorativamente «*chapa del perro*», totalmente

5 “La Policía detecto más de 800 fraudes en el padrón de 2018”, *Ceutaaldia*, 28/12/18; “La Policía Local ha detectado más de 4 000 fraudes en el censo desde 2013”, *Ceutaaldia*, 28/9/18.

6 Las entrevistas llevadas a cabo en Ceuta tuvieron lugar en julio del 2019.

7 “Emvicesa sospecha de fraudes en 19 VPO y reclama la colaboración vecinal”, *El Faro de Ceuta*, 28/2/18.

8 También conocida como ley sobre los derechos y libertades de los extranjeros, esta ley fue aprobada bajo el gobierno socialista de Felipe González y supuso la primera ley en materia de inmigración.

desprovista de valor jurídico. La aplicación de esta Ley provocó una verdadera lucha social por parte de la población de origen marroquí, alentada por el deseo de salir de la invisibilidad social y jurídica y adquirir reconocimiento en cuanto ciudadanos españoles (Fernández García, 2016: 235).

Tabla 1. Evolución de la población musulmana de Ceuta, 1901-2014

	1901	1917	1935	1950	1960	1970	1986	1995	2003	2009	2011	2014
Ceuta												
Population totale	13.843	33.239	60.437	56.909	64.728	62.607	65.500	69.807	74.931	78.674	82.376	84.963
Population musulmane			5.000	5.630	7.102	12.556	12.177	18.000	25.568	32.257	34.894	36.492
			(8.2%)	(9.8%)	(9.8%)	20%	(18.5%)	(25.7%)	(34.1%)	41%	(42.3%)	(42.9%)
<i>Espagnols musulmans (naturalisés)</i>							2.240		23.165		30.969	31.771
							(18.4%)		90%		(88.7%)	87%

Fuente: Elaboración propia a partir de varias fuentes: Ana Isabel PLANET CONTRERAS, *Melilla y Ceuta. Espacios-frontera hispano-marroquíes*, Tesis doctoral, Universidad Autónoma de Madrid, 1998; Bernabé LÓPEZ GARCÍA, « Entre Europe et Afrique, Ceuta et Melilla », *Revue du monde musulman et de la Méditerranée*, n° 59-60, 1991, p. 164-180 ; INE, *Estudio estadístico de las comunidades musulmanas de Ceuta y Melilla*, 1986; Alejandro KLECKER DE ELIZALDE, “Aspectos demográficos y poblacionales de Ceuta y Melilla”, Darío Valcacer (éd.), “Ceuta y Melilla en las relaciones de España con Marruecos”, *Cuadernos de Estrategia*, n° 91, 1995 y UCIDE, *Población musulmana en España* (informes correspondientes al periodo 2009-2014).

Nota:*Este porcentaje corresponde a la proporción de musulmanes con respecto al conjunto de la población.

**Este porcentaje corresponde a la proporción de españoles musulmanes (naturalizados) con respecto al conjunto de la población musulmana.

Desde el punto de vista de la repartición sociodemográfica, la población de Ceuta se establece en los diferentes barrios siguiendo una lógica comunitaria. El espacio urbano se caracteriza por un clivaje social y religioso bastante nítido entre el este de la ciudad donde vive una población de origen peninsular y el oeste (distritos 4, 5 y 6), más limítrofes con Marruecos, donde se han ido instalando los habitantes de origen marroquí.

Tabla 2. Reparto de las comunidades por distritos (%)

Distritos	Población total	Católica	Musulmana
1	12 444	97%	3%
2	8 240	82,9%	17,1%
3	17 115	92,8	7,2%
4	17 620	86,6%	31,4%
5	10 169	73%	27%
6	9 751	20,2%	79,8%

Fuente: elaboración propia a partir de los datos de Carlos Rontomé (Rontomé, 2012: 93)

Mapa 1. Distritos de Ceuta



Fuente: Alicia Fernández García, *Op. cit.*, 2017, p. 187.

El distrito 6 concentra casi el conjunto de la población musulmana y de origen marroquí de la ciudad. Es aquí donde encontramos los barrios con “mala reputación” y donde se concentra la exclusión social (a través del paro y de la pobreza), entre los cuales destacaremos el barrio del Príncipe, considerado por ciertos medios como “el barrio más peligroso de España” (Fernández García, 2018). La tabla mostrada anteriormente muestra el clivaje sociocultural del espacio urbano de Ceuta; los datos obtenidos permiten evocar la hipótesis de una especie de guetización sociocultural del tejido urbano. Como se puede observar, es justamente en estos distritos exigüos, hacinados, de calles estrechas en donde se concentra la mayor parte de la población musulmana y donde la tasa de paro ronda el 70% de los activos (Fernández García, 2018). Además, añadiremos que la pobreza en Ceuta tiene una coloración

sociocultural ya que según las cifras disponibles afecta a más del 65% de la población musulmana y a menos del 15% de la población cristiana⁹.

Podemos por ello decir que Ceuta es la expresión espacial de numerosas y profundas desigualdades económicas y sociales, pero también es el producto de un proceso de ocupación del espacio urbano de índole neoliberal y de matiz sociocultural, en la medida en que hacina a la población musulmana pobre en la periferia y reserva los barrios más céntricos a la población cristiana que dispone de un poder adquisitivo mayor¹⁰. Cabría por lo tanto avanzar que son estas desigualdades urbanas las que amplifican y reproducen las desigualdades estructurales que caracterizan a la sociedad ceutí.

2. Radiografía de la frontera de Ceuta: presión migratoria y dependencia económica

La frontera de Ceuta la cruzan, la atraviesan diariamente, numerosos marroquíes y este tránsito desempeña un papel central en la economía de la ciudad. Por ello, con el paso de los años y frente a la ausencia de aduana fronteriza entre España y Marruecos, que han vivido dándose la espalda y entre los cuales pesa un contencioso territorial sobre la soberanía de los enclaves de Ceuta y Melilla, la frontera de Ceuta se ha transformado en el terreno propicio del contrabando y del comercio ilícito. Además, esta frontera es el símbolo del cierre operado por la Unión Europea (UE) y pese a su protección a ultranza por medio de un imponente sistema de vigilancia cada vez más militarizado a través de vallas, alambradas y muros, el número de inmigrantes que intentar llegar a Ceuta no deja de crecer (Castán Pinos, 2014: 86) Dichas tentativas por pisar suelo español saltando la valla de Ceuta han transformado esta ciudad en una de las primeras puertas de entrada de la inmigración clandestina en Europa¹¹.

2.1. Alambradas y avalanchas: hacia una aproximación de las migraciones a la frontera

Para poner fin a la entrada masiva de inmigrantes sin visa y bajo la presión de la UE obcecada por el control de sus fronteras exteriores, España se vio obligada tras su entrada en la UE (1986) a levantar dos barreras físicas en las ciudades de Ceuta y Melilla. En Ceuta, dicha construcción se inició a partir de 1996. Con una altura inicial de tres metros, esta malla metálica ha sido reforzada siendo cada vez más difícil atravesarla. En la actualidad, la frontera de Ceuta mide 8 kilómetros, dispone de tres mallas paralelas y cuenta con la presencia de más de 1000 policías. Se la ha dotado de alambradas, de concertinas, de captosres infrarrojos de movimiento y de sonido, así como de múltiples cámaras de vigilancia. Sin embargo, las dificultades que encuentra la mayoría de los candidatos a la inmigración para obtener un visado permitiéndoles entrar en Europa les empuja a intentar cruzarla, pese a la dificultad.

9 “La pobreza en Ceuta es crónica y se extiende poco a poco a otras zonas”, *El Faro Ceuta*, 24/9/13.

10 Sobre los clivajes centro-periferia, leer los trabajos de Christophe GUILLUY, *La France périphérique*, Paris, Broché, 2015, y de Georges SAUNIER, « Quelques réflexions sur le concept de Centre et Périphérie », *Hypothèses*, vol. 3, n° 1, 2000, p. 175-180.

11 “España se consolida como la primera puerta de entrada de la inmigración clandestina en Europa”, *Eldiario.es*, 20/2/19.

Después de haber sufrido extorsiones, violaciones y maltrato, al llegar a Marruecos se establece una verdadera selección entre los inmigrantes en función de sus medios económicos. Aquellos que a pesar del largo y costoso viaje siguen disponiendo de medios económicos, recurrirán a un coyote o contrabandista, o comprarán una lancha que les permitirá cruzar el estrecho. Pero para aquellos inmigrantes a los que no les queda nada, la única opción será buscar refugio cerca del paso fronterizo de Ceuta en donde establecerán, en plena sierra, sus campamentos improvisados que ellos mismos llaman “guetos”.

Allí, en el campamento llamado Ben Younech, esperan el momento idóneo para intentar dar el salto a la valla de Ceuta, sufriendo durante la espera las incursiones violentas e intimidaciones de la policía marroquí e incluso el desprecio de los campesinos de los alrededores que temen la inseguridad provocada por su presencia (Pian, 2008: 12-13; Carnet, 2011: 218-219). Cada nuevo instrumento de control en la frontera de Ceuta desemboca en una astucia para esquivarlo: así, tras la instalación de concertinas o también conocidas como “mallas antitrepa” cuya misión era disuadir a los inmigrantes de dar el salto a la valla, dichos inmigrantes se fabrican calzados provistos de clavos y envuelven sus manos en trapos para intentar escalar sin sangrar demasiado.

La difícil gestión del flujo migratorio y las presiones de las autoridades españolas para intentar frenar la llegada de inmigrantes han intensificado las redadas y las expulsiones que se caracterizan a menudo por acciones poco o nada respetuosas de los derechos humanos. Es lo que nos dejan ver los vídeos de ONG y los relatos de inmigrantes que acreditan del uso y abuso de las llamadas “expulsiones en caliente” en la frontera de Ceuta. Estas actuaciones implican la devolución y expulsión de los inmigrantes interceptados en la frontera, sin verificar su estado de salud y sin ni siquiera respetar el procedimiento establecido legalmente. Una medida que ha sido legalizada por el gobierno del Partido Popular (PP) presidido por Mariano Rajoy (2011-2018)¹² y que es objeto de numerosas denuncias por parte de asociaciones y organismos humanitarios, pero también por parte del Tribunal Europeo de Derechos Humanos (TEDH) y la ONU¹³. Añadiremos, sin embargo, que a lo largo de los últimos meses la política de mano dura contra la inmigración ilegal gana legitimidad jurídica en el seno de las instituciones europeas. Esto al menos lo se desprende de una sentencia del TEDH que avala las devoluciones en caliente vulnerando con ello los derechos fundamentales de los refugiados¹⁴.

Una vez saltada la valla, los inmigrantes que han conseguido pisar suelo español son atendidos por la Cruz Roja y después dirigidos al Centro de estancia temporal de inmigrantes (CETI) donde podrán, en principio, solicitar una demanda de asilo (Soddu, 2002: 112-113). Este centro construido en el año 2000 y ampliado cuatro años más tarde tiene una capacidad de acogida de 512 personas, aunque en realidad el CETI de Ceuta conoce una situación de colapso crónico ya que más de 1 200 inmigrantes viven en sus instalaciones. Con el objetivo de gestionar mejor estas situaciones recurrentes de saturación, el centro dispone de tiendas de campaña

12 “Ceuta y Melilla: el PP pretende legalizar las entregas en caliente de inmigrantes en las vallas”, *El País*, 22/10/14.

13 “La ONU insta a España a dejar de hacer devoluciones en caliente”, *El Mundo*, 6/11/17.

14 Para una información más precisa sobre dicha sentencia y los argumentos dados al respecto ir a [[https://hudoc.echr.coe.int/spa#{%22documentcollectionid%22:\[%22GRANDCHAMBER%22\],\[%22itemid%22:\[%22001-201354%22\]}](https://hudoc.echr.coe.int/spa#{%22documentcollectionid%22:[%22GRANDCHAMBER%22],[%22itemid%22:[%22001-201354%22]})], consultado el 30/5/2020/

prestadas a menudo por el Ejército lo que le permite albergar a los nuevos residentes y evitar así que se encuentren en la calle.

A la espera del estudio de su situación por parte de las autoridades españolas y desprovistos de recursos, estos inmigrantes recorren los cuatro kilómetros que les separan de la ciudad y una vez allí, intentarán ganar un poco de dinero para poder así continuar su periplo hacia Europa. Inmigrantes que vemos errar en las calles de Ceuta: los vemos a la entrada de los supermercados pidiendo dinero u ofreciendo ayuda a las personas mayores a cambio de algunos euros. Los vemos también en los parkings, en las aceras de la carretera esperando ser contratados en las obras como jornaleros, otros deambulan en el puerto donde intentan esquivar la vigilancia de los guardias para deslizarse en un barco con destino la península¹⁵. Su número, pero incluso simplemente su presencia son, con frecuencia, motivo de tensión social en una ciudad gangrenada por el paro (35% de los activos)¹⁶, la pobreza (44,3% de la población) (INE, 2015) y la fuerte presencia de los mendigos marroquíes y de los niños de la calle¹⁷.

2.2. La economía de la frontera: contrabando, comercio atípico y trabajo transfronterizo

La dependencia económica del enclave español de Ceuta con Marruecos ha permitido cierta flexibilidad y tolerancia en la travesía; por ello los habitantes de la provincia marroquí de Tetuán pueden entrar en Ceuta sin necesidad de visado, documento requerido para el resto de los marroquíes (Ferrer Gallardo, 2008: 136). Estos vaivenes son el origen de lo que se conoce como la economía de la frontera que, en el caso de Ceuta, existe gracias al paso diario de más de 25 000 marroquíes.

El tráfico de mercancías a través de la frontera, que es garantizado por una buena parte de estos marroquíes, constituye un excedente para la economía de ambas partes. Del lado marroquí, según los datos avanzados por Nabil Laida, director general de la Administración de aduanas e impuestos indirectos de Marruecos, los productos que entran por el paso fronterizo del Tarajal de Ceuta suponen entre 550 y 730 millones de euros, lo que en términos de aranceles equivale a una pérdida para Marruecos estimada entre 180 y 270 millones de euros¹⁸. En Ceuta, las mercancías exportadas hacia Marruecos pagan un impuesto llamado IPSI, una especie de IVA reducido, que se ha convertido en la primera fuente de ingresos de la ciudad. Este llamado comercio atípico ya que carente de tarifas aduaneras, mueve más del 50% de lo que la ciudad importa desde la Península¹⁹. Además, las compras de los marroquíes en Ceuta representan entre el 40 y el 45% de las ventas de las tiendas.

El 9 de octubre del pasado año Marruecos y España decidieron cerrar el paso fronterizo del Tarajal²⁰ y poner así fin al tráfico irregular de mercancías transportadas en coches o en forma de fardos empujados a pie o cargados a las espaldas de numerosos hombres y mujeres marroquíes que se ganan la vida como

15 Observaciones realizadas durante el trabajo de campo, julio 2019.

16 “Seis regiones españolas están entre las diez con más paro de España”, *El País*, 28/4/16.

17 “Mendigos y dignidad”, *El Faro de Ceuta*, 17/4/11.

18 “Fin del porteo: el director de la aduana marroquí es partidario en cerrar la frontera”, *El Faro de Ceuta*, 6/2/19.

19 “El fin del contrabando tolerado asfixia a Ceuta y a su entorno”, *El País*, 10/12/19.

20 “El PP exige a la Delegación que desmienta el acuerdo con Marruecos para bloquear Tarajal”, *El Faro de Ceuta*, 8/11/19.

mulas de carga²¹. Tal cierre ha supuesto una sangría económica tanto para la ciudad como para los habitantes del vecino Marruecos.

Si para la Federación de empresarios de Ceuta se trata de “un desastre económico”, del otro lado de la valla se escuchan los gritos desesperados de los porteadores y porteadoras evocando la asfixia económica generada por dicha decisión²². Las restricciones impuestas en los últimos días al llamado “porteo” en el paso fronterizo del Tarajal está provocando el caos. Haciendo caso omiso de la decisión tomada, los portadores y porteadoras se agolpan en las puertas de la frontera con el objetivo de forzar la entrada, lo que provoca situaciones trágicas y momentos de máxima tensión como lo muestran las avalanchas, aglomeraciones, crisis nerviosas, caídas y accidentes sucedidos durante los últimos días del mes de diciembre de 2019²³.

Entre los numerosos marroquíes que atraviesan diariamente este paso fronterizo que separa Ceuta de Marruecos, más de la mitad lo hacen para procurarse mercancías a bajo precio, productos que se utilizarán para el consumo propio, aunque la gran mayoría acabarán siendo vendidos en los mercados marroquíes. En todo caso, estas travesías cotidianas sirven para paliar la precariedad socioeconómica que conoce gran parte de la población marroquí del Rif y participan así en lo que podemos considerar la “economía del buscarse la vida”, tan practicada en Marruecos (Alioua, 2013: 142).

Una dinámica migratoria pendular que ha convertido la economía de la ciudad de Ceuta en una economía del tránsito y que justifica los que los sociólogos llaman la “industria de la inmigración” (Harris, 1995) Como no existe aduana comercial, este tipo de comercio transfronterizo se considera como contrabando por las autoridades del país donde llegan estas mercancías, y como “comercio atípico” por aquel de donde salen.

La originalidad de estas compras reside también en el modo de transportarlas, así como en las personas que las portan y las pasan por el paso fronterizo del Tarajal. En la mayoría de los casos, son mujeres que cargan los productos sobre sus espaldas o encima de sus cabezas e incluso adosados a sus cuerpos, recibiendo así el nombre de «*porteadoras*». Sin embargo, si este fenómeno estaba inicialmente protagonizado por mujeres, la crisis económica de 2008 que tan duramente ha golpeado a España ha transformado la perspectiva de género de dichas travesías y a día de hoy, cada vez son más los hombres que pasan fardos de un lado y del otro de la frontera. Hombres y mujeres marroquíes casi exclusivamente que atraviesan casi cuatro o cinco veces al día este paso fronterizo del Tarajal para ganar unos 100 euros. Las autoridades de Ceuta estiman que, entre 3 000 y 8 000 personas, realizan cotidianamente esta tarea (Fuentes Lara, 2019:190).

Los enormes paquetes de mercancías que los porteadores llevan sobre sus cabezas o encima de sus espaldas pueden alcanzar hasta 30 kg, y solo desde junio del 2016, el tamaño de los paquetes transportados ha sido reducida a una dimensión en teoría

21 Sobre las porteadoras, leer los artículos siguientes: “Las porteadoras de Ceuta y Melilla”, *El Faro de Ceuta*, 6/3/17; “La vida de las porteadoras protagonizan un documental”, *El Faro de Ceuta*, 11/5/19; “Las mujeres porteadoras en la ciudad de Melilla”, *El País*, 2/2/18; “Porteadora, oficio de alto riesgo”, *El País*, 29/8/17; “El infierno de las porteadoras del Tarajal”, *El País*, 20/7/19.

22 *Op. cit.*, *El País*, 10/12/19.

23 “Tarde de bloqueo y decomisos masivos en la frontera”, *El Faro de Ceuta*, 12/12/19.

máxima de 60 x 60 cm²⁴. Ante la presión ejercida por asociaciones humanitarias que denuncian la vulneración de los derechos humanos en las fronteras de Ceuta y Melilla, se han adoptado nuevas medidas como el permitir a las porteadoras tener un carrito para pasar la mercancía, pero el reverso de la medalla es que el carrito está tan cargado que supera a menudo los 100 kg²⁵.

La situación de estas porteadoras es dramática a varios niveles. Por las condiciones en las que trabajan, pero también debido a la presión que sufren por parte de las mafias que las empujan a hacer cada vez más trayectos. Es por ello por lo que estas mujeres pasan a menudo la noche en los alrededores de la frontera para poder así comenzar su jornada de trabajo a la apertura del paso. Así, alrededor del Tarajal, en donde se suceden enormes almacenes y naves, se ha creado una verdadera favela. Además, el paso del Tarajal se ha convertido en escenario de violencias de todo tipo teniendo por blanco las porteadoras, pero también los trabajadores y propietarios de los almacenes. La frecuencia y la amplitud de la violencia es tal que una red mafiosa se ha organizado y propone un servicio de protección a las víctimas, a cambio de una especie de “impuesto revolucionario”²⁶.

Otro perfil de esta “población flotante” que atraviesa cotidianamente la frontera de Ceuta es el que está formado por los trabajadores marroquíes que constituyen una mano de obra barata empleada en la construcción, la hostelería o en el servicio doméstico. Hombres y mujeres que trabajan a menudo en negro, sin declarar nada, sin tener derecho a nada.

Con respecto a las mujeres empleadas como domésticas, diremos que en Ceuta se las llama “mis muchachas”, apelación que con el uso del posesivo desvela la relación de sumisión que conocen dichas mujeres. Si tenemos en cuenta los datos no oficiales disponibles y las discusiones con algunas de ellas²⁷, diremos que trabajan por un sueldo de miseria como son los menos de 250 euros mensuales percibidos (Fuentes Lara, 2016: 610).

Siguiendo un fenómeno menos conocido, más reciente y minoritario, estas migraciones pendulares conciernen también a españoles, de origen marroquí pero no exclusivamente, que tras la crisis de 2008 se han ido de Ceuta para instalarse en las ciudades y pueblos de la región marroquí vecina de Tetuán. Teniendo como único recurso el paro e incluso, en la mayoría de los casos el subsidio de 400 euros mensuales, estos hombres mayoritariamente se han instalado en Marruecos en donde el nivel de vida es más bajo.

Finalmente, la economía de la frontera de Ceuta se alimenta también del tráfico de drogas que, según las autoridades, representa alrededor del 25% de la economía local. Dicha frontera se ha convertido en el transcurso de los años en uno de los ejes centrales del tráfico de sustancias ilícitas, dirección España y Europa. Un tráfico de drogas que tiene graves consecuencias en la ciudad y que constituye uno de los principales generadores de actos criminales. A este respecto las cifras son bastantes desveladoras: por ejemplo, Ceuta se sitúa a la cabeza de España en cuanto al mayor

24 “El Tarajal no se libra del caos a pesar de la apertura del Biutz”, *El Pueblo de Ceuta*, 26/8/16.

25 Ver el documental *Con el mundo auestas*, dirigido por Fernando Santiago y elaborado por el servicio de producciones audiovisuales de la Diputación de Cádiz en colaboración con la Asociación Pro Derechos Humanos.

26 “Tarajal: la espiral de la violencia”, *El Faro de Ceuta*, 23/10/15.

27 Entrevistas con Fatima H., Sarah G. y Leila E. vecinas de Castillejos, realizadas el 5 de julio del 2019 en los alrededores del paso fronterizo del Tarajal.

número de infracciones penales por narcotráfico²⁸, y su tasa de criminalidad es la más elevada de toda España (en 2017, la ciudad conoció 53 infracciones penales por cada 1 000 habitantes, es decir, 9,1 más que en el resto de España)²⁹.

A modo de conclusión diremos que la frontera de Ceuta pone en evidencia las asimetrías existentes entre los dos países que separa. Según los datos publicados por Eurostat, esta frontera hispano-marroquí constituye la quinta frontera más desigual del mundo³⁰. A modo de ejemplo diremos que, en 2005, el PIB per cápita de España multiplicaba por 15 al de Marruecos mientras que, por ejemplo, el de EEUU multiplicaba por 6 al de México³¹. Dicha frontera también es una línea de demarcación intrínsecamente geo-política marcada por las relaciones de dominación entre una Europa rica y codiciada y un continente africano pobre³² e incapaz de ofrecer un futuro a sus jóvenes.

El enclave de Ceuta junto con Melilla constituye además la única frontera terrestre de la UE en África y por ello, en razón de su situación geográfica estratégica, Ceuta siempre se ha caracterizado por haber sido una tierra de acogida. Una tradición que comienza a declinar y a convertirse incluso en espejismo debido a la presión de seguridad ejercida por la UE y a la guerra que las instancias europeas han declarado a los inmigrantes clandestinos. La ciudad a través de los medios desplegados por el gobierno central, debe asegurar el objetivo de inmigración cero, impidiendo los asaltos de subsaharianos y magrebíes a la valla. Por ello, desde hace algunos años asistimos a la militarización de la frontera de Ceuta que, cada vez, se está pareciendo más a un campo de batalla como lo muestran las heridas y desgarros causados por las concertinas, la violación sistemática de los derechos humanos e incluso, la violencia con la que se afrontan policías e inmigrantes.

Por último, la frontera de Ceuta tiene otra funcionalidad ya que constituye una fuente de ingresos esencial para la economía local, totalmente dependiente del tráfico transfronterizo con Marruecos y también para los habitantes de las regiones marroquíes vecinas. Esta dependencia desvela las paradojas de la frontera hispano-marroquí, así como un control fronterizo esquizofrénico y lleno de interés ya que, para mantener su dinamismo económico, la ciudad debe promover la entrada de marroquíes durante el día, pero debe expulsarlos al caer la noche, es decir, en el momento del cierre de la frontera.

La frontera de Ceuta es por ello el muro de la esperanza para todos aquellos trabajadores y transeúntes marroquíes cuya travesía es necesaria para ganarse la vida. Esperanza para los hoteleros, empresarios, comerciantes y numerosas familias que disponen cotidianamente de una mano de obra marroquí bastante barata. La frontera de Ceuta también es sinónimo de bonanza para los gerentes del polígono del Tarajal cuyos negocios dependen de las compras realizadas por las porteadoras marroquíes. Esperanza también para los parados ceutíes que con 400 euros de subsidio e incluso a veces nada, ven en la travesía de la frontera y en el Marruecos vecino el único lugar donde poder vivir o sobrevivir ya que los alquileres en Ceuta

28 “Sube el tráfico de drogas y bajan los delitos sexuales en Ceuta”, *El Faro de Ceuta*, 11/12/19.

29 “¿Por qué la tasa de criminalidad en Ceuta supera la media nacional?”, *Ceutaactualidad*, 24/3/18.

30 *Ibid*,

31 “La frontera más desigual de la UE”, *El País*, 5/10/05.

32 « L’Afrique reste le continent de la pauvreté », *Jeune Afrique*, 27/10/16.

son desproporcionados y bastante codiciados. La frontera de Ceuta es por lo tanto la frontera de la ambigüedad, capaz tanto de generar esperanza como de provocar dramas.

Referencias

- Aliou, M. (2013). « Le Maroc, un carrefour migratoire pour les circulations euro-africaines ? ». *Hommes et migrations*, n°1303
- Carnet, P. (2011). *Passer et quitter la frontière? : les migrants africains clandestins à la frontière sud de l'Espagne*. Toulouse : Université de Toulouse- Le Mirail, thèse de doctorat.
- Castan Pinos, J. (2014). *La fortaleza europea: Schengen, Ceuta y Melilla*. Ceuta: IEC
- Chaput, M-C, Galeote, G., Llombart, M., Pujol M. et Tur, B. (dir.) (2015). *Migraciones e identidades en la España plural. Estudios sobre los procesos migratorios*. Madrid: Biblioteca Nueva,
- Fernandez Garcia, A. (2016). « Génération 1986: l'essor d'une conscience nationale espagnole chez les immigrés marocains à Ceuta et Melilla ». *HispanismeS*, n°8
- _____ (2017). *Vivre ensemble. Conflit et cohabitation à Ceuta et Melilla*. Paris : L'Harmattan
- _____ (2017). « Ceuta et Melilla, mosaïques socioculturelles : cohabitation sociale et dynamiques identitaires », Rolland, Y. ; Tardieu, J.P. ; Kanté I. ; Samouth, E. et Mezzapesa, M. (éd.), *Identités en contextes pluriels*. Paris : L'Harmattan
- _____ (2018). « El Príncipe : de la fiction d'une série à la réalité d'un quartier ». *Cahiers de civilisation espagnole contemporaine* [En ligne], n°21
- Ferrer Gallardo, X. (2008). "Acrobacias fronterizas en Ceuta y Melilla. Explorando la gestión de los perímetros terrestres de la Unión europea en el continente africano". *Documents d'anàlisi geogràfica*, n°58
- Fuentes Lara, M. C. (2016). "Las mujeres porteadoras en la frontera hispano-marroquí de Ceuta. Una perspectiva socio-económica". In: González García, E.; García Muñiz, A.; García Sansano, J. e Iglesias Villalobos, L. (éd.), *Mundos emergentes: cambios, conflictos y perspectivas*. Toledo: ACMS
- Fuentes Lara, C. (2019). *La situación de las mujeres porteadoras en la frontera sudeuropea: el caso de Ceuta*. Madrid : CIS
- Guilluy, C. (2015). *La France périphérique*. Paris: Broché
- Harris, N. (1995). *The New Untouchables: Immigration and the New World Worker*. Londres: I.B. Taurus
- INE, *Encuesta de las condiciones de vida en España: Tasa de riesgo de pobreza por comunidades autónomas*, 2015
- INE, *Estudio estadístico de las comunidades musulmanas de Ceuta y Melilla*, 1986
- Klecker de Elizalde, A. (1995). "Aspectos demográficos y poblacionales de Ceuta y Melilla". *Cuadernos de Estrategia*, n° 91
- Lopez Garcia, B. (1991). « Entre Europe et Afrique, Ceuta et Melilla ». *Revue du monde musulman et de la Méditerranée*, n° 59-60
- López García, B. (2012). "Cien años mal conocidos", *Al servicio del Protectorado. España en Marruecos 1912-1956*. Madrid: Instituto de Historia y Cultura Militar- Ministerio de Defensa:
- Martínez, F. y González, I. (2012). *Regenerar España y Marruecos*. Madrid: CISC

Pian, A. (2008). « Aux portes de Ceuta et Melilla : regard sociologique sur les campements informels de Bel Younes et de Gourougou ». *Migrations société*, vol.2, n°116

Planet Contreras, A.I. (1998). *Melilla y Ceuta. Espacios-frontera hispano-marroquíes*. Madrid: Universidad Autónoma de Madrid, Tesis doctoral

Rantomé Romero, C. (2012). *Convivencia y conflicto en una ciudad multiétnica*. Ceuta: IEC-UNED

Saint-Blancat, C. (2004). « La transmission de l'islam auprès des nouvelles générations de la diaspora ». *Social Compass*, vol. 51, n° 2

Salueña, J.A. (2007). “La economía del protectorado español en Marruecos durante la Guerra Civil”. *Revista de Estudios Internacionales Mediterráneos*, n° 3

Saunier, G. (2000). « Quelques réflexions sur le concept de Centre et Périphérie ». *Hypothèses*, vol. 3, n° 1

Stallaert, C. (1998). *Etnogénesis y etnicidad en España. Una aproximación históricoantropológica al casticismo*. Barcelona: ed. Proyecto, 1998.

Soddu, P. (2002). *Inmigración extra-comunitaria en Europa: el caso de Ceuta y Melilla*. Ceuta: IEC

UCIDE, *Población musulmana en España* (informes correspondientes al periodo 2009-2014).

Artículos de periódicos:

“La Policía detecto más de 800 fraudes en el padrón de 2018”, *Ceutaaldia*, 28/12/18.

“La Policía Local ha detectado más de 4 000 fraudes en el censo desde 2013”, *Ceutaaldía*, 28/9/18.

“Emvicesa sospecha de fraudes en 19 VPO y reclama la colaboración vecinal”, *El Faro de Ceuta*, 28/2/18.

“La pobreza en Ceuta es crónica y se extiende poco a poco a otras zonas”, *El Faro Ceuta*, 24/9/13.

“España se consolida como la primera puerta de entrada de la inmigración clandestina en Europa”, *Eldiario.es*, 20/2/19.

“Ceuta y Melilla: el PP pretende legalizar las entregas en caliente de inmigrantes en las vallas”, *El País*, 22/10/14.

“La ONU insta a España a dejar de hacer devoluciones en caliente”, *El Mundo*, 6/11/17.

“Seis regiones españolas están entre las diez con más paro de España”, *El País*, 28/4/16.

“Mendigos y dignidad”, *El Faro de Ceuta*, 17/4/11.

“Fin del porteo: el director de la aduana marroquí es partidario en cerrar la frontera”, *El Faro de Ceuta*, 6/2/19.

“El fin del contrabando tolerado asfixia a Ceuta y a su entorno”, *El País*, 10/12/19.

“El PP exige a la Delegación que desmienta el acuerdo con Marruecos para bloquear Tarajal”, *El Faro de Ceuta*, 8/11/19.

- “Las porteadoras de Ceuta y Melilla”, *El Faro de Ceuta*, 6/3/17.
- “La vida de las porteadoras protagonizan un documental”, *El Faro de Ceuta*, 11/5/19.
- “Las mujeres porteadoras en la ciudad de Melilla”, *El País*, 2/2/18.
- “Porteadora, oficio de alto riesgo”, *El País*, 29/8/17.
- “El infierno de las porteadoras del Tarajal”, *El País*, 20/7/19.
- “Tarde de bloqueo y decomisos masivos en la frontera”, *El Faro de Ceuta*, 12/12/19.
- “El Tarajal no se libra del caos a pesar de la apertura del Biutz”, *El Pueblo de Ceuta*, 26/8/16.
- “Tarajal: la espiral de la violencia”, *El Faro de Ceuta*, 23/10/15.
- “Sube el tráfico de drogas y bajan los delitos sexuales en Ceuta”, *El Faro de Ceuta*, 11/12/19.
- “¿Por qué la tasa de criminalidad en Ceuta supera la media nacional?” *Ceutaactualidad*, 24/3/18.
- “La frontera más desigual de la UE”, *El País*, 5/10/05.
- “L’Afrique reste le continent de la pauvreté”, *Jeune Afrique*, 27/10/16.



Relações entre migrações internacionais e empregabilidade no Estado de Mato Grosso do Sul-Brasil

Relations between international migration and employability in the State of Mato Grosso do Sul-Brazil

Gabriel de Souza Sales¹

Universidade Católica Dom Bosco (UCDB)
Campo Grande, Mato Grosso do Sul, Brasil

gabrielo8sales@hotmail.com

Camila Torres Ituassu²

Universidade Católica Dom Bosco (UCDB)
Campo Grande, Mato Grosso do Sul, Brasil

camilaituassu@yahoo.com.br

URL : <https://www.unilim.fr/trahs/2324>

DOI : 10.25965/trahs.2324

Licence : CC BY-NC-ND 4.0 International

O presente estudo tem como objetivo identificar e discutir as relações de trabalho de migrantes internacionais no Brasil, mais especificamente no estado de Mato Grosso do Sul, a partir da perspectiva da Psicologia Sócio-Histórica. A metodologia é constituída pela coleta de dados a partir de uma revisão bibliográfica. Os movimentos migratórios acontecem a todo o momento, principalmente para países com fronteiras abertas e com leis para regulamentar a situação destes. Quando chegam ao Brasil, os migrantes trazem consigo sua cultura e a saudade de sua terra natal e de quem ficou para trás, além de enfrentarem barreiras para conseguirem ascender no novo lar. Mato Grosso do Sul, por fazer fronteira com dois países, Bolívia e Paraguai, é uma das importantes portas de entrada para nossos vizinhos, que, ao chegar, se instalam no estado ou seguem para outros estados. Um dos principais motivos dos movimentos migratórios são as crises financeiras, o excedente de mão-de-obra e a pobreza, principalmente em países designados como “subdesenvolvidos”. Desta forma, um dos aspectos prioritários dos migrantes é a conquista de um

¹ Acadêmico do Curso de Graduação em Psicologia pela Universidade Católica Dom Bosco, UCDB, Brasil (2017-Atual), voluntário do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (2018-Atual), participa do Grupo de Estudos em Teoria Sócio-Histórica, Migração e Gênero do Programa de Pós-Graduação, Mestrado e Doutorado em Psicologia da Universidade Católica Dom Bosco.

² Especialista em Psicologia da Saúde pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, PUC-MG, Brasil (2003), Especialista em MBA em Gestão Estratégica de Negócios (2011), Mestrado em Psicologia pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, UFMS, Brasil (2014). Ela possui Mestrado em Psicologia e atualmente é Professora da Universidade Católica Dom Bosco e Diretora da Coppini Estratégias Humanas. Tem experiência na área de Psicologia, com ênfase em Psicologia do Trabalho e Organizacional, atuando principalmente nos seguintes temas: subjetividade, afeto e trabalho. Participa do Grupo de Estudos em Teoria Sócio-Histórica, Migração e Gênero do Programa de Pós-Graduação, Mestrado e Doutorado em Psicologia da Universidade Católica Dom Bosco.

trabalho, como forma de se estabelecer no país de chegada, garantindo a permanência ou saída destas pessoas em seu novo país.

Palabras clave: empregabilidade, fronteira, Mato Grosso do Sul, migração internacional

La présente étude vise à identifier et à analyser les relations de travail des migrants internationaux au Brésil, plus particulièrement dans l'État du Mato Grosso do Sul, dans une perspective psychologico- socio-historique. La méthodologie utilisée consiste à collecter des données à partir d'une révision bibliographique de la thématique. Les mouvements migratoires ont lieu à tout moment, principalement vers des pays dont les frontières sont ouvertes et qui disposent de lois spécifiques pour régler ce genre de situation. Lorsqu'ils arrivent au Brésil, les migrants emportent avec eux leur culture, mais sont empreints de nostalgie envers leur terre natale et envers ceux qui sont restés. Dans le même temps, ils se heurtent à maints obstacles pour construire leur nouveau foyer. Mato Grosso do Sul, qui a des frontières communes avec deux pays, la Bolivie et le Paraguay, est l'une des principales portes d'entrée pour nos voisins qui, à leur arrivée, s'installent dans l'État ou se dirigent vers d'autres États. L'une des principales raisons des mouvements migratoires sont les crises financières, l'excédent de main-d'œuvre et la pauvreté, principalement dans des pays dits "sous-développés". Ainsi, l'un des aspects prioritaires des migrants est la conquête d'un travail, comme moyen de s'établir dans le pays d'arrivée, en garantissant le séjour ou la sortie de ces personnes dans leur nouveau pays.

Mots-clefs : employabilité, frontaliers, Mato Grosso do Sul, migration internationale

El presente trabajo tiene como objetivo identificar y analizar las relaciones laborales de migrantes internacionales en Brasil, más específicamente en el estado de Mato Grosso do Sul, desde una perspectiva psicologico-socio-histórica. La metodología consiste en la recopilación de datos a partir de una revisión bibliográfica. Los movimientos migratorios ocurren en todo momento, principalmente para países con fronteras abiertas y con leyes que regulan este tipo de situación. Cuando llegan a Brasil, los migrantes traen consigo su cultura y la nostalgia de su tierra natal y de quien queda atrás, además de enfrentar barreras para lograr ascender en el nuevo hogar. Mato Grosso do Sul, por tener fronteras con dos países, Bolivia y Paraguay, es una de las puertas de entrada más importantes para nuestros vecinos, quienes, al llegar, se instalan en el estado o siguen su rumbo para otros estados. Uno de los principales motivos de los movimientos migratorios son las crisis financieras, el excedente de mano de obra y la pobreza, principalmente en los países llamados "subdesarrollados". De esta forma, uno de los aspectos prioritarios de los migrantes es la conquista de un trabajo, como forma para establecerse en el país de llegada, garantizando la permanencia o salida de estas personas en su nuevo país.

Palavras-chave: empleabilidad, frontera, Mato Grosso do Sul, migración internacional

This work aims to identify and discuss the work relations of international migrants in Brazil, more specifically in the state of Mato Grosso do Sul, from a perspective of socio-historical psychology. The methodology consists of the collection of data from a bibliographic review. Migratory movements happen at all times, mainly to countries with open borders and laws to regulate their situation. When they arrive in Brazil, migrants bring with them their culture and the longing of their homeland and of those left behind, in addition to facing barriers to ascend in the new home. Mato Grosso do Sul, that borders two countries, Bolivia and Paraguay, is one of the

important gateway for our neighbors, who, when arriving, settle in the state or go to other states. One of the main reasons for migratory movements are financial crises, high competitiveness for work and poverty, mainly in countries designated as "underdeveloped". In this way, one of the priority aspects of migrants is the conquest of a job, as a way to settle in the country of arrival, ensuring the permanence or exit of these people in their new country.

Keywords: employability, frontiers, Mato Grosso do Sul, international migration

Introdução

De acordo com Bauman (2017), a migração faz parte da natureza humana e a mobilidade foi essencial para a perpetuação da espécie. No entanto, a convivência entre povos de partes distintas do mundo tornou-se menos amigável e as competições, anteriormente motivadas por comida e abrigo, adquiriram razões políticas conforme as relações sociais se complexificaram com a formação das sociedades mais organizadas.

Migrar tornou-se uma realidade para muitos por fatores ligados à globalização, a qual conecta muitos países, porém faz com que o processo seja diferente para alguns que precisam de acolhimento em outras nações. Milesi e Lacerda (2007) chamam a atenção para a tendência de migração entre países próximos e semelhantes culturalmente, podendo auxiliar na adaptação ao novo país, apesar das dificuldades do processo. É este um dos motivos que podem explicar por que muitos cidadãos latino-americanos optam pelo Brasil como destino, em especial pelas fronteiras de fácil acesso, como as do estado de Mato Grosso do Sul.

O Brasil passou por diversas mudanças nos últimos anos quanto à migração internacional e hoje conta com a atualizada Lei de Migração (Lei nº 13445, de 24 de mai. 2017), que, como posto em seu art. 1º, “dispõe sobre os direitos e deveres dos migrantes e visitantes, regula a sua entrada e estada no País e estabelece princípios e diretrizes para as políticas públicas para o emigrante” (Lei nº 13445, 2017: 1). Apesar de diferenciar os termos que conceituam os diferentes movimentos migratórios, optou-se por utilizar apenas o termo “migrante internacional” para designar qualquer pessoa que se desloca em pequenas ou grandes distâncias para residência permanente ou temporária, em consonância com as reflexões de Nolasco (2016) acerca deste movimento na literatura em usar termos mais abrangentes para não excluir ninguém, porém sem entrar em questões como a dos refugiados, que passam por outro tipo de fluxo, de acordo com Patarra (2005).

São múltiplas as motivações que levam à migração, e a busca por trabalho é com certeza um aspecto central na vida das pessoas. A partir do viés da empregabilidade, o migrante trata o trabalho com papéis distintos: o de inclusão e o de exclusão no novo país. Este inclui por sua importância como formador de relações sociais, como dito por Lane (2006), ao passo que exclui, no tocante do que Araújo, Fontoura e Almeida (2017) colocam na vulnerabilidade à que muitos migrantes passam ao chegar no novo país, sendo relegados à jornadas de trabalho abusivas e baixos salários, porém aceitam estas vagas por não verem outra saída, já que precisam suprir necessidades básicas.

Diante da vulnerabilidade e dos obstáculos enfrentados pelos migrantes, Vieira (2016) aponta a necessidade de aproximação da Psicologia com o tema, com a participação ativa no acolhimento, na luta por políticas públicas melhores e na promoção de saúde deste, pois a migração pode ser muito estressante, o que é potencializado com as dificuldades em se estabelecer no novo país e pode causar sofrimento psíquico.

O texto foi dividido entre a metodologia, resultados e conclusões. Os resultados estão dispostos em quatro seções e partem da história da migração brasileira, seguindo pelas características do processo, a importância do Mato Grosso do Sul no contexto migratório para, enfim, aprofundar a relação migração e empregabilidade. Tendo isso em vista, o principal objetivo deste trabalho é realizar um levantamento acerca das vivências de empregabilidade da população migrante no contexto deste estado, tão importante para o cenário migratório brasileiro, com um olhar voltado para a teoria materialista e visando observar a relação dialética do indivíduo com o

trabalho e as consequências psíquicas do processo de instalação em um novo país e entrada no mercado de trabalho.

Metodologia

Esta é uma pesquisa qualitativa sob a perspectiva materialista histórico-dialética. O método de coleta de dados foi à revisão bibliográfica de artigos científicos e jornalísticos, monografias, livros, normas e leis, disponíveis on-line ou fisicamente e publicados entre 2005 e 2019, relativos aos temas. As palavras-chave para a pesquisa foram “migração internacional”, “Mato Grosso do Sul”, “fronteira Brasil-Paraguai” e “empregabilidade”. A partir da coleta, foram selecionados 28 materiais teóricos.

O recorte temporal dos materiais se deu por conta das constantes transformações nos fluxos migratórios e em como ele é observado, portanto, é de muita valia analisar materiais publicados há menos de 15 anos para não cair em preconceitos e estereótipos e se perder diante de reflexões ultrapassadas sobre o tema.

Percursos históricos da migração brasileira

Em um mundo tão globalizado, é quase impossível não se contatar outras culturas e regiões do globo. Como destaca Bauman (2017), por conta da crescente sensação de que as fronteiras se abrem cada vez mais, a relação entre pessoas de diferentes regiões tornou-se mais fácil, o que poderia representar uma revolução para as migrações. Entretanto, Milesi e Lacerda (2007) e Vieira (2016) apontam que os desdobramentos do fim da Guerra Fria, os quais aumentaram as tentativas crescentes de construir muros – reais e metafóricos – na tentativa de proteger as nações do perigo investido aos estrangeiros³, que são tratados como bárbaros e perigo iminente. Este posicionamento é um dos grandes responsáveis pelo descaso que muitas nações demandam aos migrantes, em especial aos mais pobres.

De acordo com Bastos e Mageste (2018), a migração brasileira remonta à invasão europeia no século XVI, passando pela escravização e tráfico de negros africanos, dando ao país um cenário migratório único. Apesar de ser uma nação muito diversa culturalmente, o processo de colonização foi marcado por uma relação embasada em preconceitos e estereótipos sobre alguns estrangeiros. Por essas razões, já se enxerga como a migração brasileira se deu ao longo dos anos e quais as origens de muitos preconceitos perpetuados até hoje, conforme aponta Jardim (2017).

Bógus e Fabiano (2015) apontam que o país passou, há alguns anos, por uma reviravolta em seus fluxos migratórios ao passar de país de origem de migrantes para também destino de migração, assim como em muitos países da América Latina. Diversas são as razões que motivam a migração, ao mesmo tempo em que são múltiplos os obstáculos encontrados tanto no processo migratório quanto no estabelecimento no país. Antes de aprofundar este ponto, é válido retomar o caminho que o Brasil percorreu quanto aos fluxos migratórios durante sua história.

Segundo Jardim (2017), o Brasil produziu suas primeiras legislações específicas sobre migração apenas no século XIX, em um cenário marcado pela independência do país e passos maiores rumo à abolição da escravatura, ocorrida em 1888, mas que ainda influenciaram grandemente no foco racista das leis. O preconceito que o país

³ O uso do termo “estrangeiro” não é mais recomendado por seu caráter excludente, negativo e de nacionalismo extremo que ele carrega, porém foi utilizado para dar conta do sentido negativo dado aos fluxos migratórios do país desde o colonialismo europeu (Jardim, 2017).

traz em suas raízes influenciou na criação de um modelo de migrante ideal, que vinha em busca de trabalho e comumente tinha ascendência europeia. Inclusive o governo criou incentivos oficiais, presentes na Lei nº 5, de 5 de outubro de 1892, para trazer pessoas que se encaixavam nesta categoria para o país, pois traria um ar mais refinado aos estrangeiros residentes no país, além de movimentar a economia local.

Já no século XX, na década de 1930, o Brasil vivia os tempos de Estado Novo e o mundo via a emergência da Segunda Guerra Mundial, além da ascensão de regimes totalitários pelo planeta. Neste cenário, Jardim (2017) aponta o enfraquecimento no incentivo à migração com o Conselho de Imigração e Colonização, coordenando a entrada de estrangeiros baseado nos critérios de migrante ideal. A entrada de europeus no país durante a Segunda Guerra também foi restringida até o fim da Guerra, em 1945.

Nesta fase de Guerra, houve diversos movimentos de segregação entre nacionais e estrangeiros. No Brasil, um exemplo é o Estatuto do Estrangeiro, criado na Ditadura Militar e influenciado pelos ares protecionistas ao tratar estrangeiros como ameaça, ao mesmo tempo em que mascaravam tais discriminações sob o pretexto de serem leis que deveriam ser seguidas para o bem geral da nação (Jardim, 2017).

As décadas de 1980 e 1990 representaram grande movimento de saída de brasileiros para outros países, sendo a última o que Sales (1999 como citado em Souza; Almeida, 2015) designou como “década perdida”, devido à grande saída de cidadãos do país. Isso ocorreu por várias razões como a recessão econômica e as instabilidades políticas da transição da ditadura militar para a redemocratização, motivando muitos a tentarem novas oportunidades em outros países.

Nesta fase também ocorria fortalecimento da globalização com o advento da internet, intensificando as relações, principalmente econômicas, entre distintas regiões do planeta. Por conta deste caráter de abertura de fronteiras comunicacionais, o mundo passou a discutir a questão migratória com o olhar mais atento às reais demandas, procurando fugir de estereótipos e preconceitos (Bógus& Fabiano, 2015).

No Brasil não seria diferente, pois com a Lei dos Refugiados (Lei nº 9.474/1997), um marco para a legislação brasileira de migração, se trouxe o tratamento mais humanizado deferido a migrantes, inspirando a atual Lei de Migração. Segundo Jardim (2017), esta lei trouxe ideias como a descriminalização da migração e reformulou as formas de extradição, além de mais respeito aos direitos dos migrantes.

Esta questão da mudança de papel do Brasil na migração ao tornar-se grande país de destino foi possível por questões como as colocadas por Vieira (2016), que dizem respeito ao poder que estas leis de organização da migração têm para quem escolhe o país como destino, apesar de ainda não funcionarem tão bem quanto o que se propõe.

Outro ponto bastante presente nos movimentos migratórios brasileiros em geral é a questão do trabalho. Nestes três séculos, a principal motivação dos fluxos foi o trabalho, mesmo com a precariedade e discriminação a que estes estavam sujeitos, porém se observa como sua mão-de-obra foi necessária para o desenvolvimento do país, demonstrando que a ideia do migrante inimigo é desvantajosa para todas as partes.

Por fim, percebe-se como os processos migratórios brasileiros foram permeados por anos de preconceito e o ataque seletivo aos migrantes, porém hoje é possível ver que grandes passos foram dados, apesar de estarmos longe de alcançar o ideal no

acolhimento. Esta evolução foi possível graças à mudança de paradigmas científicos e sociais, o que possibilitou olhar mais abrangente do migrante dentro de sua realidade e necessidades.

Características e desafios da migração internacional no Brasil

Diversos são os desafios das nações para acolher migrantes, porém o principal com certeza é a formulação de políticas públicas que contemplem as necessidades dos migrantes. Milesi e Lacerda (2007) argumentam que estas políticas devem contemplar a segurança, saúde, educação, participação política e suporte para estabelecimento em uma nova sociedade, porém, com a tendência de resistir em receber migrantes na maioria dos países, o processo é dificultado.

Entre 2010 a 2015 houve crescimento de 20% no fluxo migratório para residência no Brasil, cerca de 700 mil pessoas. Do total, aproximadamente 200 mil vieram de países sul-americanos, aumentando em 20% a quantidade de migrantes vindos de nações vizinhas. Estes dados foram divulgados no relatório trienal *World Migration Report 2018*, da Organização Internacional para as Migrações (OIM), de responsabilidade da ONU - Organização das Nações Unidas. Os números ainda indicam que 70% das migrações sul-americanas são entre países da região, sendo que 29% dos migrantes vivendo no Brasil são originários destas regiões (Almeida, 2017).

Almeida (2017) alerta que, apesar de estes indivíduos representarem uma pequena parcela da população brasileira, cerca de 0,3%, houve significativo aumento no número de migrantes que chegaram ao Brasil. São diversos os casos, porém um que chama a atenção é o dos venezuelanos. Pereira (2018) afirma que a Venezuela passa por sua maior crise política e humanitária, o que aumentou a migração para o Brasil.

Com o aumento exorbitante do número de migrantes em pequenas cidades do norte do Brasil, algumas sofreram com esse aumento exponencial devido um despreparo estrutural destas cidades e dos governos locais para lidarem com a situação, o que instaurou uma crise socioeconômica na região. Agravando a situação, a mídia local ainda coloca os migrantes como invasores, como posto por Aragão e Santi (2018). Por conta disso, muitos optam por seguir para outras regiões do país, porém a entrada continua alta e gerando conflitos, como noticiado por Oliveira, Brandão e Costa (2018).

A falta de infraestrutura para atender às necessidades dos nacionais e dos migrantes pode causar conflitos, como já citado. Além disso, a imagem preconceituosa de que eles “roubam” o lugar dos brasileiros ou que representam perigo para a segurança pública, dificultam demasiadamente sua adaptação e estabelecimento no país (Almeida, 2017).

Com a decisão do governo de Jair Bolsonaro em retirar o Brasil do Pacto Global para Migração Segura, Ordenada e Regular da ONU⁴, sob a justificativa de proteger a soberania nacional em decidir se recebe ou não migrantes, e incidentes como o do colombiano que ganhou uma marmita com cacos de vidro e chegou a ser hospitalizado em Rondônia, noticiado por Leite (2019), se percebe no cotidiano o que

4 O Pacto Global para Migração Segura, Ordenada e Regular foi aprovado em 2018 com apoio da Assembleia Geral da ONU e é apoiado por 163 países. Sua adesão não é obrigatória e traz 23 objetivos que visam à adoção de um acordo global para assegurar à integridade e o respeito aos direitos de migrantes (Rodríguez, 2018).

foi dito por Patarra (2005) ao colocar como o preconceito é reforçado por ações protecionistas que permeiam o governo e a marginalização de grupos a partir do quanto são bem quistos.

A tendência em se fechar para o outro não acontece apenas no Brasil, tendo em vista o que Bauman (2017) chama de ascensão de tiranos por todo o mundo, com discursos de culpabilização dos migrantes para os problemas vividos nos países, colocando grande parte da população contra eles, além de se utilizarem de argumentos sedutores de que tudo vai melhorar com as medidas rápidas e certeiras que serão tomadas se o tirano chegar ao poder. Contudo, os riscos de barbáries como o Holocausto se repetirem tornam-se mais reais com esta onda de líderes ultra-protecionistas.

O Brasil elegeu em 2018 um presidente com discursos como estes acima, prezando pela soberania do país acima de outros, aderindo a discursos que podem dificultar a fixação e adaptação de migrantes no Brasil, além de muitos outros obstáculos já enfrentados. Dentre eles, destacam-se a vulnerabilidade do migrante e seu luto pessoal, trazido por Vieira (2016), a barreira linguística, colocada por Patarra (2005), e a burocracia para regularização destes migrantes no Brasil pela ótica de Almeida (2017) e Cavalcanti (2018).

O primeiro problema elucidado por Vieira (2016) é a vulnerabilidade e os perigos aos quais os migrantes se expõem no processo de mudança de país, focando no luto de deixar sua vida e cultura, pessoas queridas e ainda ter de lidar com uma cultura nova num processo de aculturação, em que não perde as características culturais que traz consigo, mas pode ficar confusa a relação entre a cultura natal e a do novo país.

Por conta de o Brasil ser o único país latino-americano que tem como língua oficial o português, Patarra (2005) e Cavalcanti (2018) apontam que, apesar de serem línguas semelhantes, há muitas distinções, inclusive entre países e culturas, o que dificulta as relações dos migrantes no país e até sua entrada no mercado de trabalho.

A outra problemática é a da burocracia para regulamentação de migrantes, colocada por Patarra (2005) e Oliveira (2008) como grande essencial para entender o que ocorre na vida dos migrantes após desembarcarem no Brasil, a julgar que o país é popularmente conhecido por sua burocracia, logo, com a migração não seria diferente. Os processos de regularização quando solicitados podem demorar muito tempo e nem serem aceitos, em grande parte por conta da falta de estrutura para acolher tantas pessoas. Aliado a isso, há a dificuldade de acesso aos serviços de acolhimento com o da Pastoral do Migrante, colocada por Rosa (2019), pois se para este trabalho houve dificuldades em encontrar tais serviços, para um recém-chegado, sem domínio da língua ou conhecimento mínimo do funcionamento dos sistemas de saúde, é mais complicado ainda.

Por conta disso, muitos migrantes vivem de trabalhos informais por atravessarem as fronteiras de forma clandestina. Segundo Almeida (2017), como a fiscalização em muitas das fronteiras é precária, permitindo que uma categoria específica de migrante surja: o residente fronteiriço. São muitas as questões ligadas às fronteiras, porém elas serão desenvolvidas na seção seguinte, pois o estado de Mato Grosso do Sul se encaixa bem nesta situação. Porém, o residente fronteiriço ainda se encontra vulnerável nestas regiões por conta dos altos índices de criminalidade e o tráfico de drogas e pessoas, o que os coloca em vulnerabilidade no próprio lar.

Por fim, como apresentado por Araújo, Fontoura e Almeida (2017), o trabalho é um fator central no estabelecimento do migrante no Brasil, porém por conta dos preconceitos ainda muito presentes, lhes são relegadas atividades que desrespeitam

suas necessidades, podendo ainda, por sua situação de vulnerabilidade, deixá-los sujeitos a trabalhos análogos ou a própria escravidão.

Percebeu-se como se dão os movimentos migratórios, suas características e principais desafios para o estabelecimento do migrante no Brasil. Seja pela falta de acesso aos serviços de acolhimento, preconceitos ou as barreiras culturais e de comunicação, é imprescindível analisar tais questões no estudo de fluxos migratórios, pois eles não são apenas deslocamentos geográficos, mas sim de pessoas que deixam para trás uma história e vida no país natal para tentar novas oportunidades em uma nova terra.

O papel do Mato Grosso do Sul no cenário migratório

O estado de Mato Grosso do Sul concentra cerca de 2,4 milhões de habitantes, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2010), sendo o 6º maior em questões territoriais do país. Composto por 79 municípios, 44 deles fazendo fronteira com os dois países vizinhos, o estado possui uma realidade migratória complexa, pois se dá principalmente de duas maneiras: pela convivência entre moradores de diferentes países nas regiões fronteiriças, caracterizando uma realidade social, política e econômica interessante, e como ponto de passagem para pessoas que atravessam o estado rumo a outras regiões do país, motivados, na maioria das vezes, também por oportunidades de trabalho (Almeida, 2017).

Ao chegar, os migrantes comumente se encontram em altas condições de vulnerabilidade e diversas dificuldades para se estabelecer no estado ou seguir para outras regiões. Para isso, existem diversas organizações de apoio e acolhida de migrantes e refugiados, sendo a grande maioria ligada à movimentos religiosos ou organizações voluntárias. Entretanto, se para realizar esta pesquisa não foi fácil encontrar programas de acolhimento como estes, imagine para pessoas recém-chegadas, vulneráveis, com pouco domínio do português e sem saber aonde encontrar tais serviços, visto que não têm a divulgação ou acesso facilitados.

Dentre os principais serviços de acolhimento, os trabalhos realizados pelas Irmãs Missionárias Scalabrianas à frente da Pastoral do Migrante no estado se destacam. O acolhimento já ocorre há 35 anos e atualmente traz entre suas ações a acolhida dos recém-chegados, além cursos, eventos e encontros formativos para auxiliá-los a se estabelecer no país, profissionalizar-se e conseguir trabalho, além da celebração das culturas para a integração de todos (Rosa, 2019).

O objetivo dos serviços oferecidos pela Pastoral é justamente superar práticas assistencialistas, muito comuns ao se tratar destes grupos, e fortalecer a autonomia e protagonismo dos migrantes em sua fixação no país. Este trabalho ainda auxilia em questões como a “regularização dos documentos, ensinar o português, orientar para o acesso a serviços sociais públicos, formar para a geração de renda, sendo esses pressupostos e instrumentos que visam à autonomia” (Rosa, 2019: 205).

Rosa (2019) ainda cita outros serviços de apoio que atuam em parceria com a Pastoral como o Comitê para Refugiados, Migrantes e Apátridas (CERMA), o Centro de Apoio ao Migrante (CEDAMI), Universidades, com projetos de pesquisa e prestação de serviços, além de órgãos oficiais como a Ordem dos Advogados do Brasil, Ministério Público do Trabalho e o próprio governo. A Pastoral funciona em grande parte com o auxílio de voluntários da comunidade, haja vista a grande chegada de migrantes.

O estado ainda traz outra característica que o coloca como destaque no cenário migratório brasileiro: as regiões fronteiriças. Martine (2005) afirma que com a globalização, é comum falar que o mundo caminha rumo ao que se chama de

humanidade sem fronteiras. Todavia, como observa Oliveira (2008), é necessário observar as fronteiras além de limites territoriais, pois nelas muitas vezes são estabelecidas complexas relações sociais entre nacionais de diferentes países, formando uma fronteira viva.

Portanto, apesar de as fronteiras não serem apenas demográficas e políticas, elas mostram possuir um caráter econômico e social importante para residentes fronteiriços e revelam, segundo Oliveira (2008), as diferentes normas sociais válidas apenas nestas regiões, assim como a quebra de algumas regras oficiais instauradas pelo Estado, sendo substituídas por novas, a partir das necessidades dos nacionais dos dois países.

Oliveira (2008) ainda disserta sobre a fronteira Brasil-Paraguai e conflitos que já ocorreram na região, como a Guerra do Paraguai no século XIX. Justamente por sua importância histórica, utilizaremos desta mesma fronteira para estabelecer algumas reflexões, focando na parte sul-mato-grossense, haja vista que segundo Almeida (2017) sua extensão territorial em fronteiras de fácil acesso e o fato de fazer divisa com dois países, Bolívia e Paraguai, traz um contexto sócio-político e econômico único e de interessante análise. Almeida (2017) afirma a partir de dados fornecidos pelo relatório da Organização Internacional para Migrações (OIM), contendo os principais países sul-americanos de origem dos migrantes que vêm para o Brasil, estando entre eles Bolívia e Paraguai, os quais fazem fronteira direta com o estado, portanto mais uma razão para se tratar destas fronteiras.

No Mato Grosso do Sul observamos duas cidades que representam bem como se dão estas relações entre cidades com fronteiras de fácil acesso: Ponta Porã, que faz fronteira com o Paraguai, e Corumbá, que faz fronteira com a Bolívia. Estes dois municípios contam com população aproximada de 70 mil e 100 mil habitantes, respectivamente, ou seja, são cidades pequenas e interioranas, pois Ponta Porã se encontra a 258 km e Corumbá a 403 km da capital Campo Grande, de acordo com o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT (Almeida, 2017).

As duas principais cidades fronteiriças se destacam pelo fácil acesso dos nacionais de países vizinhos, tornando possível a convivência entre cidadão dos dois países, além de possibilitar que usufruam de alguns serviços de educação, segurança e saúde do Brasil. Almeida (2017) salienta que estas cidades ainda são atrativos comerciais para moradores do resto do estado, que se deslocam até elas a fim de fazer compras e turismo, movimentando a economia da região e beneficiando os moradores da região.

Trazendo novamente ao foco a questão da vulnerabilidade suscitada por Vieira (2016), esta região apresenta diversas problemáticas sociais, além da falta de infraestrutura para atender a todos, como salienta Almeida (2017). A autora ainda cita o tráfico de drogas e pessoas e os altos índices de criminalidade que decorre da falta de controle governamental e da facilidade de acesso das fronteiras, o que pode aumentar o estado de vulnerabilidade dos residentes fronteiriços. Entretanto, não se pode finalizar esta seção apenas com este aspecto negativo relacionado ao trabalho. Apesar de não termos encontrado muitos materiais referentes ao acesso e distribuição de migrantes no trabalho no estado, é importante elucidar outros pontos relacionados ao trabalho, dada sua centralidade na vida do migrante. Araújo, Fontoura e Almeida (2017) destacam a mudança na participação de mulheres migrantes latino-americanas e em como elas tomaram papel ativo nos processos migratórios, fazendo um mapeamento de como este fenômeno afeta migrantes oriundos de culturas mais patriarcais.

Por fim, percebe-se como o estado é importante no cenário migratório, pois além de seu complexo contexto fronteiriço, ele possibilita fazer boas reflexões acerca da relação entre o migrante e o trabalho. Porém, justamente esta relação foi vista em pequena quantidade nos materiais consultados, demonstrando mais uma vez a importância de um trabalho como este. Para aprofundar tais questões, serão discutidas as ligações entre a empregabilidade e a migração, tentando focar nos aspectos subjetivos do fenômeno e com o objetivo de, ao fim, relacionar todos os pontos dissertados até então.

As relações da migração com a empregabilidade

De acordo com Gazier (2001) como citado em Pérez (2008), o construto⁵ da empregabilidade traz diversas conceituações que usam de diversos artifícios para explicar o fenômeno, alguns mais interacionistas abordando as relações entre as características individuais e as características do mercado, outras focando apenas no indivíduo, outras trazendo aspectos da genética e neurociências, porém nenhuma com um consenso, justamente pela pluralidade de conceitos.

Nesta seção final, o caminho que se pretende seguir é um que considere a interação entre o migrante e o trabalho, sem deixar de lado as questões que dificultam seu estabelecimento no mercado e na sociedade, como o papel de ações governamentais para o ingresso destes grupos em diversos setores do mercado, além de não se esquecer da perspectiva sócio-histórica que guia esta pesquisa.

Trazendo um olhar mais direcionado para o trabalho formal, Kilimnik, Neto e Reis (2015) indicam a empregabilidade como essencial para se entender a relação de migrantes com as organizações de trabalho. A empregabilidade diz respeito às condições do indivíduo de se aperfeiçoar e se adequar às mudanças e exigências que ocorrem no trabalho, abordando sua subjetividade, suas capacidades para manter-se no trabalho, considerando o papel das organizações e do Estado respeito às necessidades e garantir um ambiente adequado para o desenvolvimento do trabalho.

O conceito apareceu no início do século XX nos Estados Unidos e englobava o caráter dicotômico de separação daqueles que possuíam capacidades físicas e mentais para exercer funções dentro do ambiente de trabalho dos que não tinham (Náder & Oliveira, 2007 como citado em Kilimnik, Neto & Reis, 2015). Posteriormente, com a inclusão de aspectos sociológicos, a adaptação no trabalho, questões identitárias e de relações de poder, começou um novo capítulo nos estudos da empregabilidade, referindo-se principalmente a questões ligadas à flexibilidade do trabalhador e a sua capacidade de renovação para conseguir um trabalho ou exercer suas funções.

Todavia, muitos estudiosos ainda enxergam a empregabilidade apenas pela capacidade individual de conseguir e manter-se num emprego. De acordo com Gazier (2001) como citado em Pérez (2008), a empregabilidade é claramente delimitada ao tratar de aspectos como a transição do indivíduo do desemprego para empregado e como a capacidade de conseguir um emprego tradicional, mais formal, auxilia na construção de uma imagem social mais bem quista em uma sociedade como a brasileira.

5 O uso deste termo pode trazer um caráter quantitativo ao fenômeno, o que seria, de certa forma, incoerente em uma pesquisa qualitativa como esta, porém baseados nas reflexões de Pérez (2008) optamos por chamar a empregabilidade de construto, pois traz diversas conceituações e visões que não são o suficiente para estabelecer um *corpus* conceitual suficiente para discussões teóricas mais concisas e substanciais.

A partir de Cavalcanti (2014), é possível afirmar que por abordar aspectos subjetivos das relações de trabalho, a empregabilidade engloba aspectos como a dificuldade de inserção dos migrantes no mercado de trabalho, as condições de trabalho, salários, a representação social do trabalho e como o migrante se percebe, seguido de problemas como a revalidação de diploma no país. Para não cometer equívocos, para refletir sobre os processos migratórios deve seguir por diversos caminhos, abrangendo tanto questões sócio-históricas, quanto político-econômicas, estando presentes, por exemplo, nas motivações da migração.

O processo de migração se mostra estressante e causador de angústias, haja vista o preconceito e o choque cultural e a saudade de casa encontrados no país de destino. Como já discutido, Vieira (2016) destaca o processo de luto do migrante ao deixar seu país como causa de sofrimento, além de dificultar ainda mais sua adaptação no novo país e a chance de encontrar trabalho. Neste caso, por sua centralidade na vida das pessoas, o trabalho serve como estabelecedor de relações sociais e fazer com que este processo seja menos difícil e doloroso, além de dar visibilidade ao migrante.

Contudo, o acesso do migrante ao trabalho é dificultado e lhe sobra vagas que os nacionais não quiseram, o que, aliado à situação de vulnerabilidade em que esta população se encontra, se apresenta como um perigo para a exploração análoga à escravidão em trabalhos que vão muito além no desrespeito aos direitos humanos, como já citado por Araújo, Fontoura e Almeida(2017).

Complementar a este ponto, Vendramini (2018) traz a tendência histórica dos migrantes mostrarem-se como importante forma de compor a urbanização e de ser parte da acumulação de capital do país justamente por se submeterem a salários baixíssimos, jornadas longas e exaustivas e em funções que exigiam pouca qualificação, já que estes precisavam de trabalho para sobreviver, logo, aceitavam o que aparecia, sendo um dos lados mais fracos da equação de crescimento da economia brasileira e recaindo na exploração.

Segundo Pérez (2008), apesar de se olhar muito mais para o trabalhador como um ser humano e se discutir o respeito aos seus limites do que antes, o mundo capitalista se movimenta rumo à quebra da formalidade nas relações de trabalho, valorizando trabalhadores autônomos e informais, além da crescente onda de terceirizações, fruto da noção neoliberalista de se ter o mínimo possível de vínculos com os funcionários, o que ocasionando maior obsolescência das pessoas no contexto laboral. Agora, ao trazer este cenário para o caso de um migrante, este fenômeno torna ainda mais árdua à jornada para trabalhar no país de destino, quem dirá em funções menos desumanas.

Para Cavalcanti (2014) e Vendramini (2018), a tendência do trabalhador de ir aonde o trabalho está e tentar se adequar às funções ofertadas para não ficar sem trabalho é uma característica muito discutida no campo da empregabilidade, no que diz respeito aos limites das organizações de trabalho em respeitar os direitos dos trabalhadores migrantes como cidadãos, os quais são colocados em xeque por fatores consequentes de sua vulnerabilidade, como a urgência em ganhar dinheiro para sobreviver e, muitas vezes, garantir a subsistência dos que ficaram ou pela falta de oportunidades.

Porém, isto não significa que ao aceitarem estas ofertas os migrantes se tornem culpados pela perpetuação de sua marginalidade no trabalho. Bauman (2017) aponta as estratégias de governos em colocar o migrante como causa máxima dos problemas do país e uma ameaça à segurança, causando pânico na população, que apoia e dá força ao fechamento – metafórico ou concreto – das fronteiras para os grupos de migrantes mais marginalizados. Tais ações elucidam outro fenômeno trazido por

Vendramini (2018): com o medo de perder seu lugar na sociedade, nacionais vêem os migrantes como adversários, grandes ameaças ao emprego, porém sem perceber que a maioria dos trabalhos disponíveis para comumente são as relegadas por nacionais.

Por fim, observa-se que esta situação pode ocasionar maiores cargas psicossociais que alguns indivíduos não agüentam, cabendo novamente à Psicologia apropriar-se deste espaço e perceber que os migrantes a partir de sua individualidade dentro de todo o contexto social e político em que ele está envolvido, cuidando do acolhimento e da garantia de sua saúde psíquica e também na luta por mais direitos e na busca pela autonomia destes sujeitos em suas próprias histórias para que enfim se tenham maior qualidade de vida e visibilidade como cidadãos dotados de expectativas, sentimentos, opiniões e anseio de ajudar o crescimento do país e ter uma vida em paz (Vieira, 2016). Portanto, a empregabilidade mostra-se essencial no entendimento do papel subjetivo do trabalho na vida dos migrantes pela centralidade destas atividades nas suas vidas.

Considerações finais

O fenômeno migratório mostrou-se de extrema importância para o entendimento das relações sócio-históricas e econômicas do Brasil em toda a sua história. Apesar de ter passado por um momento de grandes avanços no apoio aos migrantes, principalmente com a Lei de Migração de 2017, vê-se que o país está retrocedendo novamente com os discursos dos novos governantes, seguindo a onda de líderes preconceituosos e que comandam as nações a base do ódio e da nomeação de inimigos que estão subindo ao poder ao redor do mundo.

O grande desafio desta pesquisa foi justamente estabelecer uma discussão sobre a empregabilidade dos migrantes no contexto do Mato Grosso do Sul, com enfoque nos aspectos subjetivos do fenômeno migratório e de ingresso no mercado de trabalho. Já era esperado encontrar poucos materiais que discutam fatores psicossociais da migração brasileira, principalmente no estado, porém, quanto à empregabilidade, deparou-se com um cenário teórico muito ligado aos aspectos negativos e à vulnerabilidade destes grupos, enfocando principalmente no tráfico nas regiões fronteiriças do estado.

Ao escolher estes recortes para a pesquisa, já eram esperadas dificuldades para encontrar discussões teóricas que abrangessem todo este contexto. Entretanto, acredita-se ter alcançado os objetivos de estabelecer uma discussão que conectasse e trouxesse à tona possíveis apontamentos entre questões distintas como estas, demonstrando a falta de discussões acadêmicas sobre os aspectos subjetivos da migração, principalmente na área da Psicologia, além de explicitar a importância de pesquisas como esta para trazer aos holofotes todo o potencial da área em atender à saúde do migrante e ainda participar da luta por direitos destes.

Quanto à perspectiva teórica, o olhar da Psicologia Sócio-Histórica enriquece o debate de aspectos como estes e ainda demonstra como as pesquisas sobre migração podem e devem evoluir a partir de visões abrangentes das formas com que a identidade dos indivíduos é formada dentro de grupos sociais e culturais específicos e como isto se coloca em situações como a da migração.

Por fim, as discussões se fecham com uma visão ampla acerca da identidade migratória do estado e em como é necessário se estudar tais relações para tirar da invisibilidade os protagonistas das migrações para que continuem acontecendo mudanças concretas na sociedade, sem se abater pelos percalços e retrocessos a que

todos estão sujeitos. Conhecendo o desconhecido é possível mudar situações inaceitáveis e amenizar a vulnerabilidade à qual, migrantes ficam sujeitos.

Referências

- Almeida, L. P. (2017). “Questões de gênero e a necessidade de políticas públicas na região de fronteira Brasil-Paraguai-Bolívia”. Ebook Chile: Território(s), Género, Trabajo y Políticas Públicas en América Latina. São Paulo, 16-27.
- Aragão, T., & Santi, V. (2018). “Somos migrantes: o uso das redes sociais na produção midiática alternativa sobre a migração venezuelana em Roraima”. *Aturá: Revista Pan-Amazônica de Comunicação*, 2(1), Jan.-Abr., 136-156.
- Araújo, K. A., Fontoura, F. C., & Almeida, L. P. (2017). “Migração, território e trabalho de mulheres latino-americanas”. São Paulo: Ebook Chile: Território(s), género, trabajo y políticas públicas en América Latina, jan., 139-150.
- Bastos, F. H. C., & Mageste, L. (2018). “Migração internacional qualificada e política migratória no Brasil (2000-2017)”. *Conjuntura Austral*, 9(48), Out.-Dez., 72-97
- Bauman, S. (2017). *Estranhos à nossa porta*. Rio de Janeiro: Zahar, (Carlos Alberto Medeiros, Trad.).
- Bógus, L., & Fabiano, M. L. (2015). “O Brasil como destino das migrações internacionais recentes: novas relações, possibilidades e desafios”. *Ponto e Vírgula*, (18), 126-145.
- Cavalcanti, L. (2014). “Imigração e mercado de trabalho no Brasil: Caracterização e questões teóricas”. In: Cavalcanti, L., Oliveira, A. T., & Tonhati, T. (Orgs.). *A Inserção dos Imigrantes no Mercado de Trabalho Brasileiro*. Coleção Cadernos do Observatório das Migrações Internacionais, Cap. 1, 11-22.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (2010). *Censo Demográfico 2010 de Mato Grosso do Sul*. Recuperado de <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ms/panorama>.
- Jardim, T. D. M. (2017). “A lei migratória e a inovação de paradigmas”. *Cadernos de Debates Refúgio, Migrações e Cidadania*, 12(12), dez., 17-46.
- Kilimnik, Z. M., Neto, S. P. S., & Reis, J. A. (2015). “Empregabilidade e reinserção no mercado de trabalho: um estudo com profissionais com experiência internacional”. *Gestão.org*, 13(2), 93-102.
- Lane, S. T. M. (2006). *O que é psicologia social*. São Paulo: Brasiliense, 22a ed.
- LEI N. 13.445, de 24 de maio de 2017. Esta Lei dispõe sobre os direitos e os deveres do migrante e do visitante, regula a sua entrada e estada no País e estabelece princípios e diretrizes para as políticas públicas para o emigrante. Recuperado de http://www.impresanacional.gov.br/mp_leis/leis_texto.asp?ld=LEI%209887.
- Leite, M. (2019). “Imigrante ganha marmita com pedaços de vidro e é levado para hospital em RO”. *Uol Notícias*, Abr. 8. Recuperado de <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2019/04/08/imigrante-ganha-marmita-com-pedacos-de-vidro-e-e-levado-para-hospital-em-ro.htm>.
- Martine, G. (2005). “Globalização inacabada: migrações internacionais e pobreza no século 21”. *São Paulo em perspectiva*, 19(3), Jul.-Set., 3-22.
- Milesi, R., & Lacerda, R (Orgs.) (2007). *Políticas públicas para las migraciones internacionales: migrantes y refugiados*. Brasília: Dez.

- Nolasco, C. (2016). *Migrações internacionais: conceitos, tipologia e teorias*. Oficina do CES, (434)
- Oliveira, M. G. (2008). *A fronteira Brasil-Paraguai: principais fatores de tensão do período colonial até a atualidade*. Dissertação (Dissertação em Geografia). Brasília, DF: Departamento de Geografia, Universidade de Brasília, Brasil
- Oliveira, V., Brandão, I., & Costa, E. (2018). “Protesto de brasileiros após morte de pintor exige expulsão de venezuelanos e fechamento da fronteira em Roraima”. G1 Roraima, Set. 8. Recuperado de <https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2018/09/08/brasileiros-fazem-manifestacao-em-boavista-apos-morte-de-pintor-e-cobram-expulsao-de-venezuelanos.ghtml>.
- Patarra, N. L. (2005). “Migrações internacionais de e para o Brasil contemporâneo: volume, fluxos, significados e políticas”. *São Paulo em Perspectiva*, 19(3), 23-33.
- Pereira, A. P. S. (2018). “A imigração venezuelana em Roraima e o risco da explosão demográfica. Estadão Política”. Recuperado de <https://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/a-imigracao-venezuelana-em-roraima-e-o-risco-da-explosao-demografica/> Ago. 20
- Peréz, E. R. (2008). *Empregabilidade: versões e implicações. Uma leitura desde a Psicologia Social*. (Tese de Doutorado). São Paulo, SP, Brasil: Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo.
- Rodríguez, R. (2018). *Saiba tudo sobre o Pacto Global para Migração*. ONU New: Dez. 8. Recuperado de <https://news.un.org/pt/story/2018/12/1650601>.
- Rosa, R. C. (2019). “Serviço Pastoral dos Migrantes da Arquidiocese de Campo Grande - MS. Desafios, conquistas e perspectivas”. Brasília: Revista Interdisciplinar Mobilidade Humana, 27(55), Abr.,199-206.
- Souza, F. B., & Almeida, L. P. (2015). “Migração de retorno: fator de conflitos pessoais e familiares. Conflits en territoires hispanophones, lusophones et francophones”, (6), 13-20.
- Vendramini, C. R. A. (2018). “A categoria migração na perspectiva do materialismo histórico e dialético”. *Revista Katál.*, 21(2), Mai.-Ago., 239-260.
- Vieira, A. R. (2016). “Os desafios da Psicologia no contexto contemporâneo da migração e as políticas públicas no estado do Paraná”. In *I Seminário sobre Direitos Fundamentais e Democracia. Anais do I Seminário sobre Direitos Fundamentais e Democracia*. Curitiba: Autor, mar.



La présence des Chinois en Afrique -- Défis des Chinois diplômés de langue française dans la nouvelle ère

The presence of Chinese in Africa -- Challenges of Chinese graduates in French in the new era

Jiahui Li¹

Guangzhou, Guangdong, Chine

URL : <https://www.unilim.fr/trahs/2344>

DOI : 10.25965/trahs.2344

Licence : CC BY-NC-ND 4.0 International

De nos jours, avec l'intensification des échanges entre la Chine et l'Afrique, en particulier sur le plan économique et commercial, les sociétés chinoises entreprennent de plus en plus de projets sur ce continent éloigné ; un nombre croissant de Chinois y travaillent, y compris des Chinois diplômés de langue française. Comme la voie de la coopération sino-africaine s'élargit sans cesse, l'Afrique francophone constitue ainsi un principal débouché pour les étudiants chinois diplômés de langue française. Un nombre croissant d'universités chinoises ouvrent la spécialité du français, ce qui entraîne une concurrence importante pour les diplômés en matière de travail. En outre, avec l'initiative « Ceinture et Route », la demande des talents en français devient urgente. Notre recherche se concentre sur la situation réelle et les pensées de ce groupe particulier dans des pays africains francophones. À travers des entretiens semi-directifs, les informateurs partagent avec nous leurs perceptions et expériences personnelles ainsi que les accomplissements dans des pays destinataires, en soulignant, en particulier, des défis inévitables à relever, à savoir ceux liés aux conditions de vie, à la sécurité, au travail, aux relations humaines avec les populations locales ainsi qu'à la planification future. En fait, défis et gains coexistent lorsqu'il s'agit de travailler à l'étranger, aussi faut-il saisir les opportunités que nous offre la nouvelle ère mais nous ne pouvons ignorer les difficultés auxquelles les expatriés sont confrontés. Par conséquent, l'exploration future des contre-mesures pour améliorer l'adaptation des immigrants sera d'une grande importance.

Mots-clés : Afrique, défis, migrants chinois diplômés de langue française, relations sino-africaines, travail

Hoy en día, con la intensificación de los intercambios entre China y África, en particular en los campos económico y comercial, las empresas chinas realizan cada vez más proyectos en este continente distante ; un número creciente de chinos trabajan allí, incluso los chinos graduados en lengua francesa. En la medida en la cooperación chino-africana se amplía constantemente, el África francófona se convierte en una salida principal para los estudiantes chinos de lengua francesa. Un número cada vez mayor de universidades chinas está abriendo la especialidad del francés, lo que crea una competencia significativa para los graduados en términos de trabajo. Además, con la iniciativa *Belt and Road*, la demanda de talentos en

¹ Diplômée d'un master en Sciences de l'Éducation à l'Université de Limoges et d'un autre en interprétariat en binôme sino-français à l'Université des études internationales de Xi'an.

francés es cada vez más urgente. Nuestra investigación se centra en la situación real y los pensamientos de este grupo, en particular en los países africanos francófonos. Por medio de unas entrevistas semiestructuradas, los informantes comparten sus percepciones y experiencias personales, así como los logros realizados en los países receptores, destacando, en particular, los desafíos inevitables que deben cumplirse, a saber, los relacionados con las condiciones de vida, seguridad, laborales, con las poblaciones locales, así como la planificación futura. De hecho, desafíos y ganancias siempre coexisten cuando se trata de trabajar en el extranjero, así que se requiere aprovechar las oportunidades ofrecidas por la nueva era. Pero, no podemos ignorar las dificultades a las que se enfrentan los expatriados. Por lo tanto, en el futuro, será de gran importancia explorar las contramedidas destinadas a mejorar la adaptación de los inmigrantes.

Palavras-chave: África, desafíos, migrantes chinos graduados en lengua francesa, relaciones chino-africanas, trabajo

Atualmente, com a intensificação do intercâmbio entre a China e a África, em particular no plano econômico e comercial, as empresas chinesas realizam cada vez mais projetos no continente distante. Um número crescente de chineses que trabalha na África, incluindo graduados em língua francesa. À medida que o caminho da cooperação sino-africana se amplia constantemente, a África de língua francesa constitui assim uma saída principal para os estudantes chineses da língua francesa. Um número crescente de universidades chinesas está abrindo a especialidade na língua francesa, o que cria uma concorrência significativa para os graduados em termos de trabalho. Além disso, com a iniciativa Belt and Road, a demanda por talentos em francês certamente se tornou urgente. Nossa pesquisa enfoca a situação real e os pensamentos desse grupo em particular nos países africanos de língua francesa. Por meio de entrevistas semiestructuradas, os informantes compartilharam conosco suas percepções e experiências pessoais, bem como as realizações nos países beneficiários, destacando, em particular, desafios inevitáveis a serem enfrentados, a saber, desafios relacionados às condições de vida, segurança, no trabalho, relações humanas com populações locais e planejamento futuro. De fato, os desafios e os ganhos sempre coexistem para trabalhar no exterior ; por um lado, devemos aproveitar firmemente as oportunidades que a nova era nos oferece ; por outro, não podemos ignorar as dificuldades para as quais os expatriados enfrentam. Portanto, será de grande importância explorar contra medidas para melhorar a adaptação dos imigrantes em pesquisas futuras.

Palabras clave: Africa, desafios, migrantes chinos graduados em língua francesa, relações sino-africanas, trabalho

Nowadays, with the intensification of the exchanges between China and Africa, in particular in the economic and commercial spheres, the Chinese companies undertake more and more projects on the distant continent ; an increasing number of Chinese work there, including Chinese graduates in French. As the path of Sino-African cooperation widens constantly, French-speaking Africa thus constitutes a main outlet for Chinese students graduating in French. A growing number of Chinese universities are opening the major of French, which leads to significant competition for graduates in terms of work. In addition, with the “Belt and Road” initiative, the demand for French talent has certainly become urgent. Our research focuses on the real situation and the thoughts of this particular group in French-speaking African countries. Through semi-structured interviews, the informants in this study share with us their personal perceptions and experiences as well as achievements in recipient countries, and in particular highlight the unavoidable challenges to be met, namely challenges related to living conditions, safety, work, human relations with

local populations as well as future planning. In fact, challenges and gains coexist when it comes to working abroad, so we must seize the opportunities that the new era offers us, but we cannot ignore the difficulties that expatriates face. Therefore, the future exploration of countermeasures to improve the adaptation of immigrants will be of great importance.

Keywords: Africa, challenges, Chinese migrants graduated in French, sino-african relations, work

Aperçu des relations sino-africaines

L'Afrique et la Chine, en tant que berceaux de la civilisation humaine et nouvelles dynamiques du globe, ont joué un rôle essentiel dans l'Histoire et continuent, à l'heure actuelle, à s'en acquitter. Bien que ces deux continents soient éloignés l'un de l'autre sur le plan géographique, leurs échanges ont une longue histoire qui remonte à la dynastie des Han (202 avant J.C.- 220 après J.C.). À l'époque, le commerce de la soie fait principalement l'objet d'échanges économiques, d'où les fameuses « Routes de la soie » maritime et terrestre. Par la suite, la Chine a continué à multiplier des échanges économiques, politiques et culturels avec des pays africains².

Néanmoins, à la fin de la dynastie des Ming et au début de celle des Qing (1636-1921), les gouvernements chinois se sont repliés sur eux-mêmes. De surcroît, avec la montée du colonialisme occidental, la Chine et le continent africain ont tous souffert d'une agression coloniale, les contacts fréquents entre ces deux parties se sont ainsi interrompus.

À la suite de la fondation de la Chine nouvelle et de l'indépendance successive des pays africains, la douloureuse expérience similaire d'avoir fait l'objet d'invasions ainsi que l'envie de se développer rapprochent la Chine et des pays africains. En avril 1955, des représentants de 29 pays et régions asiatiques et africains se réunissent à Bandung, en Indonésie, pour la célèbre « Conférence de Bandung³ », qui marque la première réunion entre dirigeants chinois et africains.

En 1956, la Chine et l'Égypte établissent officiellement des relations diplomatiques ; l'Égypte devenant le premier pays africain à établir des relations diplomatiques avec la Chine nouvelle, ce qui déclenche une vague de relations diplomatiques entre la Chine et des pays africains. Et, en 1971, avec l'appui de 26 pays africains, l'Organisation des Nations Unies reconnaît que les représentants du gouvernement de la République populaire de Chine sont les seuls représentants légaux de la Chine auprès de cette institution, en expulsant les représentants du gouvernement de Taiwan. Après 1971, la Chine a connu des réformes politiques, économiques et sociales à l'intérieur, et la coopération sino-africaine s'est centrée sur la coopération économique et commerciale à la place de la coopération politique.

Basée sur les Cinq Principes de la Coexistence pacifique⁴, les relations entre la Chine et différents pays africains sont parvenues à une nouvelle étape au XXI^e siècle. Afin de renforcer davantage la coopération Sud-Sud entre la Chine et l'Afrique, dans le contexte de la mondialisation économique, le Forum de coopération sino-africain (FCSA) est créé en 2000, suite à la 1^{ère} Conférence ministérielle⁵, dans le cadre de

2 À titre d'exemple, sous la dynastie de Ming (1368-1644), l'amiral Zheng He, grand navigateur et diplomate chinois, effectue sept voyages maritimes à la découverte du monde occidental, dont quatre atteignent la côte est de l'Afrique.

3 Du 18 au 24 avril 1955, les délégations gouvernementales de 29 pays et régions afro-asiatiques tiennent la Conférence Asie-Afrique à Bandung en Indonésie, qui est également appelée « Conférence de Bandung ». La conférence a principalement traité de questions liées aux intérêts communs telles que la sauvegarde de la paix, la lutte pour l'indépendance nationale et le développement de l'économie.

4 Initiés en 1954 par les dirigeants de la Chine, de l'Inde et du Myanmar, et acceptés par le Conférence de Bandung, les principes sont les suivants : respect mutuel de la souveraineté et de l'intégrité territoriale, non-agression mutuelle, non-ingérence mutuelle dans les affaires intérieures, égalité et avantages réciproques et coexistence pacifique.

5 Tenue du 10 au 12 octobre 2000 à Beijing, la conférence a réuni des ministres de 44 pays africains ainsi que les représentants de 17 organisations internationales et organisations

l'initiative conjointe de ces deux parties. Parmi les membres du forum figurent la Chine, 53 pays africains ayant établi des relations diplomatiques avec la Chine⁶, ainsi que la Commission de l'Union africaine. La conférence ministérielle se tenant tous les trois ans, elle présente des mesures pragmatiques visant à promouvoir la coopération sino-africaine et le développement de l'Afrique. Elle produit des résultats remarquables et fructueux.

Au point de vue politique, la Chine et les 53 pays africains se soutiennent sur la scène internationale, en particulier sur la question de Taiwan⁷. Et en adhérant au principe de non-ingérence dans les affaires intérieures des partenaires africains, la Chine les encourage à explorer indépendamment une voie de développement adaptée à leurs propres conditions nationales. En outre, les échanges sino-africains de haut niveau sont devenus de plus en plus fréquents⁸ ; lors du Sommet de Johannesburg en 2015, les relations sino-africaines s'élèvent au niveau de partenariat de coopération stratégique globale⁹.

En matière de commerce, il est incontestable que l'Afrique est un continent riche en ressources énergétiques, agricoles etc., ce qui peut combler la pénurie chinoise de ressources. Mais, l'Afrique ne parvient pas à être autosuffisante pour le moment, aussi la Chine lui offre-t-elle des biens d'équipement et de consommation. Selon les statistiques publiées par le Ministère des Affaires étrangères, en 2002, et celui du Commerce de la Chine en 2010, le volume des échanges sino-africains de 10,6 milliards de dollars américains en 2000¹⁰ s'élevait à 91,07 milliards de dollars en 2009¹¹. La Chine est devenue le premier partenaire commercial de l'Afrique, à partir de cette année-là. En 2019, le volume des échanges Chine-Afrique était de 208,7

régionales africaines; elle avait pour thèmes : comment contribuer à l'instauration d'un nouvel ordre politique et économique international pour le 21^e siècle et comment renforcer la coopération économique et commerciale entre la Chine et l'Afrique dans le nouveau contexte.

6 Jusqu'à aujourd'hui, le Swaziland est le seul pays d'Afrique à ne pas avoir de relations diplomatiques avec la Chine.

7 Lors du Sommet de Beijing du FCSA, en 2018, ces 53 pays africains se sont unanimement engagés en faveur du principe d'une seule Chine et de la réunification de la Chine, en s'abstenant de développer des relations officielles avec Taiwan.

8 Depuis la fondation du FCSA, en octobre 2000, jusqu'en décembre 2015 où le Sommet de Johannesburg du FCSA pour la première fois a lieu sur le continent africain, les dirigeants chinois ont effectué 149 visites dans des pays africains et 379 dirigeants africains se sont rendus en Chine.

9 La Chine établit le rang des partenaires diplomatiques conformément aux relations bilatérales, comme un partenariat de coordination stratégique globale avec la Russie et un partenariat global stratégique avec la France. Le partenariat de coopération stratégique globale entre la Chine et l'Afrique signifie le développement sous tous azimuts de leurs relations; entre autres, la confiance mutuelle, la coopération économique gagnant-gagnant, les échanges culturels, l'entraide en matière de sécurité, ainsi que la solidarité et la coordination dans les affaires internationales.

10 « 中非关系 — 中华人民共和国外交部 », (« Relations sino-africaines - Ministère des Affaires étrangères »), <https://www.fmprc.gov.cn/web/ziliao_674904/wjs_674919/2159_674923/t9014.shtml>, consulté le 27 juillet 2019.

11 « 商务部研究院发布《中国与非洲经贸关系报告 2010》 », (« "Rapport 2010 sur les relations économiques et commerciales entre la Chine et l'Afrique" publié par l'Institut de recherche du Ministère du Commerce »), <<http://www.mofcom.gov.cn/article/ae/ai/201010/20101007187114.shtml>>, consulté le 27 juillet 2019.

milliards de dollars américains, soit une augmentation de 2,2 % par rapport à l'année précédente. Les exportations chinoises vers l'Afrique ont été d'environ 113,2 milliards de dollars, et les importations en provenance d'Afrique, d'environ 95,5 milliards de dollars¹².

Concernant les investissements chinois en Afrique, selon le *2017 Statistical Bulletin of China's Outward Foreign Direct Investment*, en 2017, l'investissement chinois en Afrique a atteint 4,1 milliards de dollars, soit une augmentation de 70,8 % en un an, représentant 2,6 % du total des investissements directs étrangers¹³. Et jusqu'à la fin de 2017, le stock des investissements directs à l'étranger (IDE) sortant de la Chine vers l'Afrique s'élevait à 43,3 milliards de dollars, soit 2,4 % du total¹⁴. Ces investissements se sont concentrés principalement sur cinq industries :

Tableau 1 : cinq industries du stock des IDE sortant de Chine sur le continent africain jusqu'à la fin 2017¹⁵

Industrie	Stock (milliards de dollars américains)	Part (%)
Construction	12,88	29,8
Mines	9,76	22,5
Services financiers	6,08	14,0
Fabrication	5,71	13,2
Location et services aux entreprises	2,31	5,3
Sous-total	36,74	84,8

Nous pouvons révéler à partir de ce tableau que la construction d'infrastructures constitue la priorité de la Chine en Afrique. D'ailleurs, jusqu'à la fin de 2017, plus de 3 400 entreprises étrangères venant de Chine se sont installés en Afrique¹⁶ ; elles ont créé des emplois pour les marchés locaux et aident des pays africains à accélérer leur industrialisation, à travers la transmission de la technique et de la technologie. En 2019, l'investissement direct chinois dans l'ensemble de l'industrie africaine était

12 « 2019 年中非经贸合作数据统计 », (« Statistiques de la coopération économique et commerciale sino-africaine en 2019 »), <<http://xyf.mofcom.gov.cn/article/tj/zh/202003/20200302942520.shtml>>, consulté le 25 mars 2020.

13 中华人民共和国商务部, 国家统计局 et 国家外汇管理局. (2018). *2017 年度中国对外直接投资统计公报*. 中国统计出版社, 96.

(Ministère du Commerce de la République populaire de Chine, le Bureau National des Statistiques et l'Administration Nationale des Changes. (2018). *2017 Statistical Bulletin of China's Outward Foreign Direct Investment*. Beijing: China Statistics Press, 96.)

14 *Idem*, p. 104.

15 *Ibidem*, p. 111.

16 *Ibidem*, p. 131.

de 3 milliards de dollars ; les entreprises chinoises ont signé de nouveaux contrats forfaitaires de travaux pour une valeur de 55,9 milliards de dollars avec l'Afrique¹⁷.

La coopération sino-africaine se retrouve également dans d'autres secteurs, tels que la culture, la médecine, le tourisme, l'agriculture, la construction d'infrastructures, la formation des talents ainsi que le maintien de la paix. Bref, en s'inspirant de l'esprit d'une coopération gagnant-gagnant, la Chine et l'Afrique comblent leurs lacunes réciproques et s'aident mutuellement dans le but de réaliser un développement commun, dans la complémentarité. Il est indéniable que la Chine a apporté des ressources capitales, des investissements et des techniques en Afrique ; cette dernière, qui en est à ses premiers stades de croissance, devrait faire bon usage de la Chine pour promouvoir son propre développement en transformant son atout de matières premières, en d'autres avantages.

Diplômés chinois en langue française vers le continent africain

Les relations entre la Chine et l'Afrique influent sur le développement tous azimuts des deux parties et poussent aux échanges et à la mobilité des peuples. Il existe un grand nombre de Chinois en Afrique mais, notre recherche porte sur un groupe particulier – diplômés chinois en langue française.

L'essor des relations sino-africaines a besoin des talents forts en langues étrangères. Comme l'Afrique francophone possède la langue française en partage et constitue une partie importante du continent africain, les talents chinois qui parlent le français y sont très demandés. Bien qu'il existe de nombreux pays anglophones en Afrique, les apprenants en langue française font l'objet d'une demande plus forte que ceux de langue anglaise : l'anglais est une discipline obligatoire dans les écoles chinoises, aussi les chinois francophones maîtrisent peu ou prou l'anglais. Ainsi, la voie élargie de la coopération sino-africaine a-t-elle non seulement concourue à l'explosion des départements chinois de français dans les universités¹⁸, mais a créé, aussi, un climat propice à la recherche du travail, pour les nouveaux diplômés des départements de français :

En effet, les échanges croissants avec l'Afrique stimulent grandement la demande de diplômés en français. Travailler comme interprète ou traducteur dans des sociétés chinoises présentes en Afrique constitue un des principaux débouchés professionnels pour les étudiants en français. (Zhang Li, 2018 : 7)

Alors en définitive, combien de diplômés chinois en langue française ont choisi de s'aventurer en Afrique ? Nous prenons à titre d'exemple les statistiques de Mme. Gao, enseignante chinoise de français : de 2013 à 2015, le nombre de diplômés de français de l'Université des sciences et technologies du Hebei et l'Université géologique du Hebei, ayant travaillé dans des entreprises installées en Afrique,

17 « 2019 年中非经贸合作数据统计 », (« Statistiques de la coopération économique et commerciale sino-africaine en 2019 »), <<http://xyf.mofcom.gov.cn/article/tj/zh/202003/20200302942520.shtml>>, consulté le 25 mars 2020.

18 Jusqu'en 2017, quelque 150 universités chinoises disposent d'un département de français. Source : <http://french.people.com.cn/Culture/n3/2017/0301/c31358-9183998.html>, consulté le 11 octobre 2018.

représentait environ 44 %, 42 % et 41 % parmi les 91, 89, 78 diplômés (Yiyun Gao, 2016 : 121).

Pour notre recherche, nous nous sommes également renseignée auprès d'une enseignante et d'une étudiante de la promotion 2019, des universités de Guangzhou (au Sud de la Chine) et de Gansu (au Nord-Ouest de la Chine) (Voir tableau ci-dessous).

Tableau 2 : Comparaison entre 2 universités sur le nombre de diplômés ayant choisi de travailler en Afrique, en 2019

Université	Ville	Nombre diplômés français	de de	Nombre diplômés de choisi travailler Afrique	de de en	Pourcentage (≈)
Université 1	Guangzhou (au Sud de la Chine)	environ 50		1-2		2 %-4 %
Université 2	Gansu (au Nord-Ouest de la Chine)	moins de 50		18-20		36 %-40 %

Source : extraits des entretiens auprès d'une enseignante et d'une étudiante¹⁹

Si nous considérons ces chiffres, nous constatons que le nombre de diplômés en français dans les deux établissements est presque similaire, mais le ratio de diplômés envoyés en Afrique varie énormément. Selon l'enseignante de l'université 1, cela a quelque chose à voir avec l'université et en particulier avec la ville. Elle nous a expliqué que, par exemple, dans la province du Guangdong (dont la capitale est Guangzhou ou Canton), la population locale ne veut pas sortir de la province, sans parler de l'expatriation en Afrique, et dans sa classe, presque aucun étudiant ne vient d'autres provinces.

Nous avons mené une pré-enquête, en juin 2019, au moyen d'un questionnaire, auprès de 86 étudiants issus de 5 départements de français répartis dans les provinces du Guangdong, du Hunan, du Hubei, du Shaanxi et du Gansu. Parmi ces étudiants de cycles universitaires différents, 52 étaient diplômés en 2019 et 30 avaient trouvé un travail. 16 des 30 diplômés étaient sur le point de partir pour l'Afrique ou y étaient déjà arrivés, dont 7 hommes et 9 femmes.

Nous avons réalisé une comparaison parmi ces 30 diplômés ayant trouvé un travail. Il y a en effet beaucoup d'opportunités en Afrique et le travail y est bien rémunéré. Dans le tableau suivant, X représente les réponses à la question : « Travaillerez-vous bientôt en Afrique ? », Y : « Votre salaire mensuel sera : (yuan) » :

19 Les entretiens avec l'auteure se sont déroulés en juin 2019 via le WeChat (application mobile comme Facebook).

Tableau 3 : Comparaison salariale des répondants

X\Y	< 5000	5000-10000	10000-15000	15000-20000	>20000	Effectif
Oui	0(0.00 %)	1(6.25 %)	11(68.75 %)	4(25 %)	0(0.00 %)	16
Non	7(50 %)	6(42.86 %)	1(7.14 %)	0(0.00 %)	0(0.00 %)	14

Source : extraits des réponses du questionnaire « Enquête sur l'intention de travailler en Afrique auprès des étudiants chinois spécialisés en français »²⁰

Nous pouvons voir clairement l'écart de salaires. En effet, la spécialité du français figure parmi les spécialités les plus rémunérées ; il est donc probable que les emplois en Afrique offrent des salaires élevés pour les étudiants de français. Mais, même s'ils peuvent toucher un salaire élevé, dans notre recherche, les enquêtés qui ne veulent pas travailler en Afrique sont beaucoup plus nombreux que ceux qui veulent y aller. Par manque de compréhension et en raison de la distance, la population chinoise a encore des stéréotypes sur l'Afrique, et selon nos enquêtés il existe bon nombre de défis difficiles à surmonter, tels que la sécurité, la nostalgie, les inquiétudes pour l'avenir après le retour en Chine, ainsi que la peur de l'inadaptation aux conditions difficiles dans les pays pauvres.

En vue de mieux comprendre la réalité en Afrique, nous avons mené des entretiens semi-directifs²¹ auprès de Chinois diplômés de langue française, en Afrique. À travers les discours de nos informateurs travaillant ou ayant travaillé dans différents pays africains, nous avons appris leurs motivations pour se rendre en Afrique, leur vie quotidienne sur le continent, les acquis et, en particulier, les défis auxquels ils sont confrontés.

Profil des informateurs

Il existe de nombreux Chinois qui parlent le français en Afrique, vu que le nombre de personnes à interroger est limité, nous avons interviewé 6 personnes au total en suivant le principe de saturation de l'information ; 3 d'entre elles ne se trouvaient plus sur le continent africain en mars 2019, lorsque nous avons commencé notre enquête. Elles travaillent ou ont travaillé dans différents pays francophones. Ce qui suit, ce sont des éléments extraits des entretiens et concernant le profil sociodémographique des acteurs étudiés. (Nous avons utilisé A pour désigner l'auteur, et B, C, D, E, F, G pour représenter nos informateurs sous le principe de l'anonymat).

20 Le questionnaire conçu par l'auteure a servi de pré-enquête de cette recherche.

21 Les entretiens ont duré en moyenne 70 minutes, via 5 modes, conformément à la volonté des informateurs ou à leur état de connexion à Internet : appel vidéo, appel audio, appel téléphonique, message vocal et message écrit.

Tableau 4 : Profil sociodémographique des informateurs

	Genre	Pays destinataire et durée	Profession	Secteur d'activités
Informat eur B	Femme	Mauritanie (une semaine de mission) Côte d'Ivoire (un mois de mission) Tunisie (fin 2017-09.2018) Algérie (03.2019-05.2019) Madagascar (06.2019-présent)	Interprète	Construction de bâtiment (Tunisie) Construction routière (Madagascar)
Informat eur C	Homme	Djibouti (08.2017-04.2018) Algérie (12.2018-présent)	Interprète	Construction de parking (Djibouti) Construction de bâtiment (Algérie)
Informat eur D	Femme	Ghana (une semaine de mission) Algérie (une semaine de mission) Gabon (02.2016-02.2017) Mauritanie (19 mois dès 2017) Sénégal (06.2019-présent)	Interprète (Gabon) Chargée de coordination externe (Mauritanie) Chargée de développer des marchés (Sénégal)	Énergie électrique (Ghana, Algérie) Construction (Gabon, Mauritanie, Sénégal)
Informat eur E	Femme	Algérie (11.2013-08.2015) Maroc (07.2018-09.2018, 12.2018-02.2019)	Interprète	Construction (Algérie) Mécanique (Maroc)
Informat eur F	Homme	Niger (10 mois durant 12.2013-02.2015) Gabon (8 mois durant 07.2015-10.2016) Algérie (5 mois durant 01.2017-08.2017)	Interprète et Chargé de gestion des employés locaux (Niger) Interprète (Gabon, Algérie)	Concassage des pierres et construction routière ²² (Niger) Construction (Gabon)

²² Il s'agit d'une entreprise pétrolière qui construit aussi des routes au Niger.

				Construction d'une usine sidérurgique (Algérie)
Informat eur G	Femme	Cameroun (04.2017-04.2019)	Chargée de dédouanement	Construction des ponts et chaussées

Au total, 12 pays d'Afrique francophone et un nombre de villes sont concernés dans cette recherche ; entre autres, Sfax (Tunisie), Antananarivo (Madagascar), Nouakchott (Mauritanie), Djibouti (Djibouti), Oyem (Gabon), Mohammedia (Maroc), Diffa (Niger), Abidjan (Côte d'Ivoire), Douala (Cameroun), Dakar (Sénégal), Alger, El Oued, Bellara (Algérie). Expatriés dans ces villes africaines, nos informateurs ont obtenu des réalisations et se sont également heurtés à des difficultés.

Leurs acquis présentent de nombreuses similitudes. En premier lieu, leur niveau de langue française s'est accru dans l'environnement francophone. En deuxième lieu, sous la pression extérieure, ils ont rapidement gagné en maturité, et leurs capacités à s'adapter et à traiter des problèmes deviennent de plus en plus fortes, puisqu'ils ne servent pas que d'interprètes dans le cadre de leur travail. En troisième lieu, en touchant un salaire relativement élevé, ils sont plus indépendants sur le plan économique, et peuvent faire des efforts moins longtemps que d'autres. Selon D., quoique l'environnement soit difficile, le revenu est plus stable et pour une très grande part il peut être épargné. Tandis qu'en Chine, les différents types de consommation tels que la nourriture, la location et les divertissements, ne permettent pas d'économiser beaucoup d'argent. De toute façon, la pression du travail et de l'économie est moins forte en Afrique.

En quatrième lieu, ils ont découvert différents paysages, environnements, cultures, populations, modes de penser que les Chinois ne peuvent pas voir et expérimenter. Il en ressort qu'ils disposent davantage de sujets dont ils peuvent parler et que leurs horizons sont plus élargis. Et les impacts de ces expériences dans des pays africains sur eux-mêmes sont également considérables sur leurs pensées et comportements.

En dernier lieu, B. nous a révélé que son expérience en Afrique et la rencontre de personnes différentes l'ont aidée à mieux comprendre la vie future de même que C., à savoir plus clairement ce qu'elle veut ; cela lui a permis d'avoir un plus grand sens des responsabilités face aux relations amoureuses et à la famille. C. qui souffrait de dépression a dû apprendre à relativiser au vu des vives souffrances humaines dont pâtissent les habitants, en particulier à Djibouti, où les familles font, malgré tout, preuve de vitalité et de joie, ce qui a touché son cœur.

Par contre, chaque personne est aussi confrontée à des défis différents, tels que le stress, la cuisine insatisfaisante, le paludisme qui nuit à la santé, la séparation d'avec la famille et la copine ou le copain, des inadaptations au développement rapide en Chine au retour de l'Afrique. Ces défis sont aussi une expérience de la vie. Bien qu'ils soient parfois douloureux, nous les présenterons en détail dans la partie suivante. En fin de compte, quels que soient leur travail et leur vie quotidienne, ou les défis qu'ils ont rencontrés, ils ont beaucoup gagné sur le continent.

Défis de nos informateurs

Selon nos informateurs, avant leur arrivée en Afrique, ils avaient peu d'informations sur leur pays destinataire ; les connaissances de certains étaient limitées parfois à la recherche de renseignements sur Internet. Prenons, par exemple, l'informatrice

E. partie en Algérie en 2013,. D'une part, elle voulait pratiquer la langue française, car si les personnes spécialisées en langue ne s'exercent pas pendant un long moment dans l'environnement linguistique, elles seront moins qualifiées et, d'autre part, elle a pu toucher un salaire élevé et gagner de l'argent.

En fait, je ne savais pas grand-chose, surtout sur l'Algérie, je ne savais rien du tout, je l'ai apprise après mon arrivée. Alors pour le Maroc, je savais seulement qu'il est un peu plus riche que l'Algérie, mais pour les autres, je ne savais pas. Je ne savais rien de la ville ou de la capitale, je l'ai aussi appris après y être allée. Il se pouvait que le climat soit relativement familier, je savais qu'il y a le désert du Sahara au sud, des océans au nord et à l'ouest. Je l'ai appris durant les études de la géographie au lycée, donc c'est la seule chose que je connaissais un peu.²³

La première fois qu'ils pénètrent dans ce continent éloigné où tout leur est inconnu, après leur arrivée dans les pays destinataires, comme l'informateur F. l'a manifesté, il y a nécessairement des « chocs ». Mais quels sont ces défis les attendent ?

1. Défis liés aux conditions de vie

Il existe véritablement de nombreuses différences entre la Chine et les pays africains, tels que les conditions géographiques, le niveau de développement, les habitudes de vie, etc. Il se peut que nos informateurs aient vu des paysages que nous ne pouvons pas admirer de notre vivant, mais ils ont également vécu une vie que nous ne pouvions pas imaginer.

Ils ont vécu dans 12 pays africains et les conditions de certaines villes sont considérablement difficiles. Par exemple, l'informateur C., qui voulait s'éloigner des villes et de la Chine - raison pour laquelle il a choisi de travailler en Afrique, raconte : » J'estimais qu'il est préférable de venir en Afrique qui est par exemple plus naturel. Cependant, l'environnement est trop mauvais à Djibouti et les habitants sont très pauvres avec la pénurie alimentaire²⁴ ». D'après lui, le cuisinier cuisinait très mal, aussi a-t-il perdu beaucoup de poids et souffert de dysenterie. En fait, ajoute t-il,

avec un climat désertique tropical, il n'y a presque pas de légumes dans le pays. Les légumes sont ainsi tous importés et sont bien chers et dans un choix très limité, les plats se répétaient tous les jours. D'ailleurs, il y fait vraiment chaud en été, et l'eau courante est si brûlante qu'il faut attendre jusqu'à la nuit profonde pour prendre une douche.²⁵

Finalement, par peur d'attraper des maladies comme le paludisme, il est parti en Algérie où il se trouve actuellement où les conditions climatiques et alimentaires sont plus agréables et la nourriture plus copieuse qu'à Djibouti.

Et quant à l'informatrice D., en tant que diplômée spécialisée en français, n'ayant pas trouvé d'emploi approprié en Chine, au bout d'un an, elle a finalement décidé de venir en Afrique au début de 2016. Elle nous explique :

23 L'entretien avec l'auteure s'est passé en juin 2019 par appel vidéo et message vocal.

24 L'entretien avec l'auteure s'est passé en juillet 2019 par appel audio et appel téléphonique.

25 L'entretien avec l'auteure s'est passé en juillet 2019 par appel audio et appel téléphonique.

Il y a au moins un espace pour se valoriser en Afrique, sinon en Chine on ne peut que changer de profession. On a déjà appris cette spécialité, et si on n'effectue pas un travail en cette matière, on n'a aucun avantage concurrentiel avec d'autres personnes.²⁶

Elle travaille toujours pour la même entreprise tout en ayant résidé dans trois pays différents, à savoir le Gabon, le Mauritanie et le Sénégal. Lors de sa participation au premier projet, elle a beaucoup chéri le poste et travaillé dur quoique les conditions à Oyem²⁷ aient été difficiles. Comme il s'agit d'un climat équatorial, il fait chaud et humide, il y a beaucoup d'insectes et des maladies comme le paludisme, dont les gens souffrent souvent. De surcroît, les conditions de vie sur le chantier étaient très mauvaises.

Après avoir quitté le Gabon, D. est ensuite arrivée en Mauritanie où les conditions de vie étaient particulièrement difficiles, les infrastructures moins bonnes qu'au Gabon et sans aucun centre commercial. Par ailleurs, comme c'est un pays musulman, il n'y a ni porc ni vin (boire du vin étant illégal), ce qui est très pénible pour les Chinois. Toutefois, D. préfère ce pays, bien que les conditions soient assez difficiles ; l'attitude de la population à l'égard des Chinois est amicale et c'est un pays assez sûr. En revanche, pour B., la Mauritanie a été le pays le plus pauvre où elle s'est rendue.

Selon F., c'est le Niger qui est le pays le plus pauvre de tous. Son PIB par habitant se classe chaque année parmi les trois derniers au monde. Le pays, vaste et peu peuplé (désert du Sahara), fait que la connexion internet y est extrêmement faible, mais le peuple est vraiment honnête et simple.

Fondamentalement, nos informateurs ne dépensent pas d'argent en Afrique ; l'entreprise s'occupe de tout, y compris du logement, de la restauration et des articles d'usage courant. En matière de logement, dans l'ensemble, l'environnement de l'habitat de nos informateurs est acceptable. Il y a, entre autres, des conteneurs rénovés, des abris préfabriqués sur le chantier, de petites villas, des appartements de grande classe et des dortoirs construits par l'entreprise elle-même.

Quoique l'aspect extérieur de l'abri de chantier soit peu engageant, les conditions intérieures sont convenables grâce aux climatiseurs, chauffe-eaux, etc²⁸. Par contre, F. a ajouté que les conditions extérieures au Niger étant très mauvaises, la société a tenté d'améliorer leur environnement en leur fournissant un conteneur rénové, relativement confortable avec des planchers en bois, des fenêtres, des climatiseurs, des rideaux, etc. Mais, sauf cas particuliers, les informateurs ont été bien logés dans leurs pays destinataires.

Pour ce qui est de la restauration, généralement, les entreprises chinoises disposent de cuisiniers chinois ; certaines ont même leurs propres potagers. Dans l'ensemble, la plupart des informateurs sont satisfaits des conditions alimentaires. De plus, il y a bon nombre de restaurants chinois et occidentaux dans les pays destinataires.

Toutefois, certains pays et villes africains, très pauvres, font que les Chinois qui y résident connaissent une situation difficile et, ce, même si les entreprises chinoises

26 L'entretien avec l'auteure s'est passé en juillet 2019 par appel audio.

27 Oyem est une ville située au Nord du Gabon, où ont eu lieu des matchs de la Coupe d'Afrique des nations de football, en 2017. D. et F. y ont travaillé au projet de la construction du stade pour cet événement.

28 Ce sont des extraits venant des entretiens avec nos informateurs.

s'efforcent de créer un bon cadre de vie et de travail pour leurs ressortissants ; l'environnement extérieur hostile de certaines villes²⁹ est inévitable, en particulier lorsque un grand nombre de Chinois est engagé dans le domaine de la construction.

2. Défis sécuritaires

L'insécurité est la première impression ressentie par les Chinois à l'égard des pays africains. Ce sentiment est engendré par l'histoire et les actualités télévisées projetées en Chine qui font que les Chinois diplômés se refusent à travailler en Afrique. Notre informatrice B. raconte :

Au début, je n'avais probablement pas pensé à travailler en Afrique, j'ai travaillé en Chine, puis progressivement j'ai mieux compris l'Afrique et j'ai senti qu'elle n'était pas aussi dangereuse que je le pensais.³⁰

F. pour sa part, avant son arrivée en Afrique, a longtemps été tiraillé entre la peur du danger et le désir de nouveaux horizons. Il nous explique :

En fait, j'étais très inquiet avant de m'expatrier au Niger pour la première fois en 2013. Il existait de nombreuses raisons qui m'empêchaient de m'y rendre, notamment des dangers dont les gens parlent, comme des maladies infectieuses et des guerres. J'y suis allé finalement, parce que j'ai éprouvé des aspirations dans mon cœur. Après tout, c'est l'autre bout du monde avec des pays, des langues et des choses totalement différents. C'était toujours un peu attractif et enfin j'y suis allé.³¹

F. nous signale aussi que certains parents disent à leur enfant : « l'Afrique est trop dangereuse, tu es le seul enfant³², tu ne devrais pas y aller ». Il est vrai que travailler en Afrique n'est pas seulement un défi pour des diplômés chinois, mais aussi pour leurs parents qui s'inquiètent de leur sécurité et santé. Cependant, l'attitude de leur famille n'a pas empêché nos informateurs de s'aventurer en Afrique, même si, dans certains pays³³, la danger existe réellement.

Toujours selon nos informateurs, leurs sorties dépendent de la permission que leur octroie l'entreprise et de la situation sécuritaire du pays destinataire. Dans certains pays ou villes relativement sûrs, ils sont libres de sortir, comme en Mauritanie, au Maroc, à Djibouti et à Douala. D. et E. ont pu sortir dans la rue, le soir, dans les deux premiers pays sans aucun souci. C. a habité à côté du palais présidentiel à Djibouti ; en conséquence, les pillages étaient rares. G. est souvent allée à Douala pour son travail. Selon elle, la ville n'était pas particulièrement dangereuse mais il y avait parfois des braquages et des vols.

De façon générale, les entreprises qui les emploient autorisent nos informateurs à sortir librement, tout en étant très prudents. En revanche, en Tunisie ou à

29 Villes telles que Oyem au Gabon, Diffa au Niger et Djibouti à Djibouti.

30 L'entretien avec l'auteure s'est déroulé en juillet 2019 via appel audio.

31 L'entretien avec l'auteure s'est déroulé en juin 2019 via appel audio.

32 En 1979, la Chine a mis en œuvre la politique d'« un enfant par couple » ou de « l'enfant unique » pour contrôler la croissance démographique ; à partir de 2016, tous les couples chinois sont autorisés à avoir deux enfants.

33 Des pays tels que la Libye et le Soudan du Sud qui ont connu des guerres ces dernières années, et ceux qui sont menacés par le terrorisme comme la Somalie et le Nigéria.

Madagascar commente B., il faut demander à l'avance l'approbation des instances supérieures, et au moins trois personnes doivent être réunies pour sortir et une voiture est mise à leur disposition.

C'est au Niger où l'insécurité a été la plus forte. Selon F., les camps où ils vivaient étaient entourés par des camps de militaires ; les ouvriers devaient être accompagnés de soldats équipés d'AK-47 lors de l'exécution des travaux. Le projet sur lequel ils travaillaient a finalement été retiré et la construction des routes arrêtée à cause des menaces émanant de l'organisation Boko Haram :

Elle nous a envoyé plusieurs fois des lettres de menace, et finalement, notre siège a pris la décision de retirer tout notre projet. À ce moment-là, en raison des contraintes de temps, toutes sortes de véhicules, y compris les grues, les excavatrices, les voitures et les camionnettes, se sont mis en une ligne de 1,6 kilomètre, et dirigés rapidement du bord du désert jusqu'au centre du désert, où notre entreprise exploitait du pétrole. Plus tard, nous sommes finalement rentrés en Chine en avion. Cette grande retraite est vraiment spectaculaire. Il me semble que depuis le retrait du projet jusqu'à présent, la construction de la route arrêtée n'a pas repris.³⁴

À cela, F. a ajouté que même en Algérie, des gendarmes ont été envoyés lors des sorties pour protéger les employés, parce qu'il y avait des terroristes dans des wilayas³⁵ montagneuses et sensibles.

En fin de compte, la situation en matière de sécurité est différente selon les pays et les villes. D. précise qu'ils n'étaient pas autorisés à sortir à leur guise, ou bien eux-mêmes n'osaient pas le faire, d'où le sentiment d'« être en prison ». En règle générale, il existe des sociétés de sécurité locales ou des forces armées qui, durant le projet mené par l'entreprise chinoise, assurent la sécurité. Toutefois, pour mieux se protéger, il est recommandé de sortir le moins possible ; il n'est pas conseillé de sortir tout seul, en particulier pour les femmes, car les femmes asiatiques sont vite remarquées dans la rue, ce qui dans une certaine mesure, limite les activités récréatives des employés et leurs échanges avec les populations locales.

3. Défis liés aux activités professionnelles

La plupart de nos informateurs s'impliquent dans le domaine de la construction et servent d'interprètes. Il est inévitable qu'ils rencontrent des défis et des frustrations au travail, comme le stress, le manque de motivation et la divergence avec d'autres collègues.

En général, la pression du travail en Afrique n'est pas très forte, sauf à l'arrivée, parce que tout est inconnu : l'environnement, le personnel de l'entreprise, le contenu du travail et en particulier le vocabulaire professionnel qui doit être pratiqué. B. déclare que :

De nos jours, pour les diplômés de français, le marché de l'emploi dans le secteur de l'ingénierie et de la construction est relativement vaste, mais nous n'avons pas appris ces choses lorsque nous étions à l'université, j'étais

34 L'entretien avec l'auteure s'est déroulé en juin 2019 via appel audio.

35 C'est une division administrative de l'Algérie, qui correspond à la province.

complètement ignorante au début du travail. Fondamentalement, ce que nous avons acquis à l'université avait plutôt trait à la littérature. Je ne sais pas si d'autres universités ont ouvert des cours de français liés à l'ingénierie, mais nous n'en avons pas eu dans la mienne, et la demande en cette matière est en réalité assez importante.³⁶

Pour l'instant, l'enseignement chinois du français met l'accent plutôt sur la littérature française, la culture et la linguistique sans prendre beaucoup en considération le besoin de cette partie des diplômés.

Au surplus, comme l'a indiqué F., toutes les fois où il est allé en Afrique, le défi de l'utilisation de la langue française au travail était chaque fois plus grand. Il a passé beaucoup de temps et d'énergie à apprendre par cœur des dictionnaires, à essayer de parler avec les autochtones de manière à améliorer ses compétences, ce qui lui a aussi permis de comprendre mieux l'industrie de la construction. Nos informateurs ont également mentionné que les accents du français dans les pays africains sont très différents de ce qu'on leur a enseigné, si bien qu'il leur semble qu'ils n'ont jamais appris cette langue. Bien qu'ils soient issus de départements de français, il leur reste encore beaucoup à apprendre et s'adapter, dès leur arrivée et au plus vite, aux accents locaux et aux habitudes linguistiques.

Au bout de deux mois de travail intense, nos informateurs finissent par se familiariser à toutes ces différences. G. a même avoué « s'ennuyer » au Cameroun. À Djibouti, C. s'est beaucoup ennuyé lui aussi ; il a très peu travaillé, avait beaucoup de temps libre et ne progressant pas, manquait de motivation. Contrairement à F., qui n'a pas eu un seul jour de repos lorsqu'il a travaillé au Niger et au Gabon parce que le temps imparti pour la réalisation des projets était très court. En Tunisie, B raconte :

je travaillais pour un projet de construction, j'étais essentiellement sur le chantier, donc je travaillais sept jours sur sept, soit 30 jours par mois presque sans repos. Et je devais attendre l'ordre presque durant 24 heures, j'étais particulièrement fatiguée.³⁷

Cela s'explique par le fait que, la seule à savoir parler le français sur l'ensemble du projet - un travail très intense -, il lui fallait s'occuper de tout, mais, en même temps, cela lui conférait une certaine supériorité puisque sa compétence linguistique était unique. Dans l'ensemble, et bien que mes informateurs disposent de moins de jours de repos au travail, ils ont droit à des congés annuels, une ou deux fois par an d'une durée de 30 jours, environ, à chaque fois.

De façon générale, travailler à l'étranger n'est pas aussi difficile qu'on se l'imagine ; cela reste une opportunité pour acquérir et enrichir son expérience, mieux élargir ses horizons et améliorer ses capacités. Mais les défis au travail sont également inévitables, surtout lorsqu'on est seul à l'étranger, sans famille ni amis ; les problèmes sont facilement amplifiés, il faut alors être courageux et ajuster l'état d'esprit au contexte environnant.

36 L'entretien avec l'auteure s'est déroulé en juillet 2019 via appel audio.

37 L'entretien avec l'auteure s'est déroulé en juillet 2019 via appel audio.

4. Défis en matière de relations sociales avec les locaux

Dans leur ouvrage *La Présence chinoise en Afrique francophone*, les chercheurs francophones Mbabia, O., Wassouni, F., et Gazibo, M. signalent « [...] les Chinois de la récente vague de migration, contrairement à leurs compatriotes au début du XXe siècle, ont un problème d'intégration » (2018 : 51). Il est de fait que, si l'on s'en réfère aux propos de nos informateurs, leurs relations avec la population locale sont peu fréquentes et restreintes au travail ou à de courtes communications. Pourtant, tous expriment leur désir de connaître des coutumes locales, de s'intégrer dans des cercles locaux en se faisant des amis au sein de la population. Bien plus, C. par exemple espère y rencontrer l'amour. Lorsque nous lui avons demandé combien de temps il compte rester en Algérie, il a répondu : « Je ne sais pas, ça dépend. Si je me marie avec une femme locale, je vais rester plus longtemps, sinon je vais rester moins longtemps.³⁸ »

Néanmoins, les contacts sont très difficiles. B. et C. nous ont raconté qu'ils ont été rarement invités à prendre un repas chez un local. D. a exprimé qu'elle ne savait pas comment se lier d'amitié avec les habitants locaux. De surcroît, E. a expliqué qu'il leur fallait, parfois, apprendre des dialectes pour communiquer avec des habitants locaux qui ne parlent pas le français.

Côté africain, les opinions sont très partagées envers les Chinois, ce qui exerce également une influence sur les échanges. Aux questions que nous posons à nos informateurs sur l'attitude et l'impression des populations locales des pays destinataires à l'égard des Chinois résidant dans leur pays, C. nous répond que les Algériens âgés plus de 40 ans sont très amicaux avec la Chine car, pour eux, ce pays a été le premier pays à soutenir l'Algérie, lors de son indépendance. Les Mauritaniens, quant à eux, pensent que les Chinois viennent les aider à développer leur économie, aussi, en général, leur attitude envers les Chinois est plutôt amicale. Par contre, D. n'a pas le même ressenti et considère que les Africains ne sont pas très amicaux envers les Chinois :

L'attitude des gens là-bas est ordinaire envers les Chinois, pas comme vous le pensez : nous sommes tellement bienveillants envers les frères africains et ils éprouvent un sentiment tellement profond envers les Chinois. Mon premier pays destinataire d'Afrique m'a donné l'impression que dans de nombreux cas, ce sont juste des vœux pieux de notre part. Les gens ne sont pas très amicaux avec les Chinois, pas aussi amicaux que nous le pensons.³⁹

Par ailleurs, pour certains Africains, les Chinois vendent des produits bon marché et de mauvaise qualité dans leur pays, gagnent de l'argent au détriment de leur environnement, et volent leur emploi. G. mentionne que les Chinois sont moins respectés que les Européens.

Pour nos informateurs, cela s'explique par le fait que les Chinois vivent si éloignés des Africains que ces derniers n'ont pas beaucoup d'impressions sur les premiers du fait de de cette méconnaissance. L'importance des échanges économiques entre les Chinois et les Africains fait que de nombreux travailleurs locaux sont recrutés par les entreprises chinoises, ce qui occasionne maintes frictions entre les deux peuples et renforce la mauvaise impression que les populations locales ont des Chinois.

38 L'entretien avec l'auteure s'est passé en juillet 2019 par appel audio et appel téléphonique.

39 L'entretien avec l'auteure s'est déroulé en juillet 2019 via appel audio.

Enfin, il convient de noter que les problèmes de sécurité et les sorties restreintes sont également des facteurs majeurs affectant la communication avec les locaux. Nos informateurs, en tant que passerelles facilitant les échanges entre les populations chinoises et africaines francophones, n'ont pu, malgré tout, communiquer en profondeur avec les populations locales - c'est encore plus difficile lorsque les Chinois ne parlent pas français -, ce qui ne favorise pas la compréhension mutuelle, l'élimination de certains préjugés et stéréotypes entre les populations.

5. Défis pour l'avenir

De nombreux diplômés de français viennent travailler en Afrique ; la plupart d'entre eux sont engagés dans la traduction d'ingénierie, mais en fait, à leur retour, en Chine, leur expérience est difficile à prendre en compte pour retrouver un nouvel emploi. La planification future de leur carrière représente donc un grand défi à relever pour ceux qui ont choisi/choisissent de travailler sur le continent africain.

Aux yeux de D., il n'y aurait d'ailleurs guère d'avenir pour les étudiants travaillant comme interprètes dans des pays d'Afrique francophone. Il n'y a, selon elle, que trois options possibles : soit travailler en Afrique pendant un ou deux ans, terme suffisant pour que les étudiants gagnent suffisamment bien leur vie - le salaire n'augmentant pas de manière significative avec la durée du service ; soit poursuivre des études et éviter de se rendre en Afrique ; soit y séjourner à l'issue des études de master, parce que le choix du poste est plus important et qu'ils peuvent travailler auprès de personnes de niveau plus élevé et non sur un chantier ou un projet de construction. D'un point de vue personnel, elle avoue :

Je ne pense pas que travailler en Afrique soit une solution à long terme, je ne veux pas vraiment travailler juste pour gagner de l'argent et toucher un revenu plus élevé que travailler en Chine. Je n'aime pas beaucoup cet état. Je trouve donc que je devrais améliorer ma capacité et me perfectionner. Et dans l'avenir, j'espère pouvoir trouver un emploi qui puisse être lié à l'Afrique et y partir en mission occasionnellement. Ce que je souhaite d'autant plus, c'est un travail sur le plan culturel, qui ne touche pas trop à l'économie et à l'argent dont l'objectif est extrêmement fort. Par exemple, le développement des marchés ne me plaît pas.⁴⁰

Elle observe qu'une grande partie des personnes qu'elle connaît et qui ont travaillé en Afrique, ont changé d'activité professionnelle en Chine. À leur retour d'Afrique, ceux qui poursuivent leurs études sont plus nombreux que ceux qui travaillent. E., F. et G. ont bien gagné leur vie en Afrique, et ils ont fini par quitter ce continent et ont repris des études supérieures en Chine et en France.

En outre, les facteurs familiaux sont également une réelle question à prendre en compte pour les expatriés. C. nous a avoué qu'il est difficile pour les hommes de trouver une compagne en Afrique, contrairement aux femmes qui ont de nombreux prétendants. E. a trouvé un emploi d'enseignante de français en Chine, mais elle s'intéresse aux pays africains et souhaite travailler à nouveau ou visiter le Maghreb ou Madagascar. Toutefois, « outre mes propres intérêts » dit-elle,

de nombreuses questions pratiques doivent encore être prises en compte, par exemple l'avenir, le mariage, les enfants et la

40 L'entretien avec l'auteure s'est déroulé en juillet 2019 via appel audio.

famille ; il faut un plan à long terme. Mes parents sont âgés et je veux aussi rester dans le pays.⁴¹

Pour B., c'est très différent. En 2019, elle nous déclare qu'elle aime l'entreprise dans laquelle elle travaille à Madagascar et compte y rester et ce, pour plusieurs raisons : l'équipe qui l'entoure, le dirigeant qui est une personne très responsable qui travaille dur, le système mis en place au sein de l'entreprise, ses deux jours de repos les samedi et dimanche, les bons petits plats préparés par le cuisinier.

Je sens maintenant que travailler à l'étranger me plaît beaucoup. J'aime vraiment ce sentiment lorsque je travaille dans une bonne unité. Je veux travailler dans l'entreprise actuelle jusqu'à ce que je sois obligée de quitter mon poste, alors je choisirai de partir.⁴²

Pendant, un an après, elle nous confie⁴³ que sa famille lui manque beaucoup et qu'elle souhaite poursuivre ses études, en quittant l'Afrique, pour devenir enseignante de français dans un établissement supérieur.

En fin de compte, les conditions de vie, la pression, les relations humaines, la question de la sécurité, la planification future constituent des défis auxquels nos informateurs sont confrontés. De surcroît, les Chinois expatriés doivent également être en mesure de résister à la solitude à l'étranger.

Conclusion

Les relations entre la Chine et les pays africains sont en progression constante. Depuis dix ans, la Chine est le premier partenaire commercial de l'Afrique. Les deux parties ont certainement rencontré des difficultés pour prétendre à une complète égalité, fait face à des frictions et différends commerciaux pour développer leurs relations, mais « si aujourd'hui les relations Chine-Afrique se compliquent, leur essor ne se dément pas » (Bermond, Daubet, Gauthier, 2015 : 143). Elles ont encore de fortes complémentarités, et la coopération dans divers domaines dispose d'un potentiel important et de vastes perspectives.

Les échanges entre la Chine et les pays d'Afrique francophones, qui ne cessent de s'intensifier, font que les travailleurs chinois qui parlent le français sont très sollicités par les entreprises présentes en Afrique. Nombreux sont ceux qui se sont engagés dans la coopération sino-africaine francophone. Effectivement, il existe déjà plus de 150 établissements supérieurs qui offrent une formation de et en langue française, ce qui entraîne une forte concurrence à l'intérieur et un taux d'emploi moins élevé. Si l'avenir de la francophonie réside en Afrique, celui des étudiants chinois de français se situe également sur ce continent.

Notre recherche qui porte sur la présence de Chinois diplômés de langue française, en Afrique, a pour objectif de mieux comprendre la situation réelle de nos informateurs dans les pays destinataires. Dans l'ensemble, la vie dans les pays africains est très différente de celle de la Chine. Travailler dans ces pays est une opportunité de développement pour nos informateurs qui ont obtenu des résultats appréciables malgré les nombreux défis auxquels ils ont été confrontés.

41 L'entretien avec l'auteure s'est déroulé en juin 2019 via message vocal.

42 L'entretien avec l'auteure s'est déroulé en juillet 2019 via appel audio.

43 L'entretien avec l'auteure s'est déroulé en juin 2020 via message écrit.

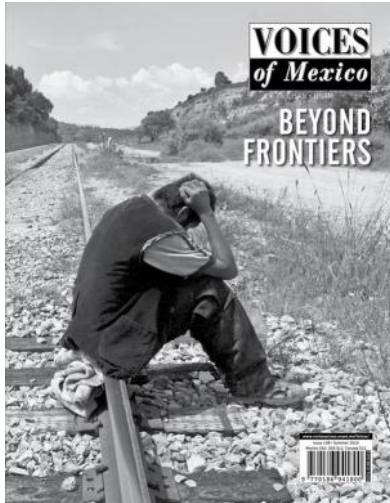
Leur salaire, élevé, est amplement justifié : la vie n'est pas aussi confortable et pratique à l'étranger, il y a parfois des préoccupations concernant la sécurité ainsi que la santé, et le cercle d'amis est effectivement restreint. Quoi qu'il en soit, nos informateurs ont pleinement profité de l'expérience de travailler et de vivre dans des pays africains et ont enrichi leur apprentissage de l'autre.

Enfin, il convient de rappeler la diffusion des connaissances sur des pays africains dans l'enseignement chinois du français pour changer la vision qu'en ont les Chinois, puisque la spécialité du français en Chine est considérée comme un cours préparatoire pour l'Afrique. Les entreprises chinoises doivent également assumer leurs responsabilités sociales, promouvoir le développement local, fournir aux employés un environnement extérieur favorable, et favoriser les échanges et la compréhension entre les différentes populations.

Références

- Albarello, L., Bourgeois, É., & Bajoit, G. (2012a). *Apprendre à chercher* (4e édition). Bruxelles : De Boeck.
- Bermond, P., Daubet, A., & Gauthier, S. (2015). « La présence chinoise en Afrique est-elle appelée à durer ? » *Geoeconomie*, N° 75(3), 139-158.
- Berthier, N. (2016a). *Les techniques d'enquête en sciences sociales : Méthodes et exercices corrigés*. Paris : Armand Colin.
- Chaponnière, J.-R. (2008a). « L'aide chinoise à l'Afrique : Origines, modalités et enjeux ». *L'Economie politique*, n° 38(2), 7-28.
- Mbabia, O., Wassouni, F., & Gazibo, M. (2016b). *La présence chinoise en Afrique francophone*. L'Hay-les-Roses : Monde global éditions nouvelles.
- Michel, S., Beuret, M., & Woods, P. (2008b). *La Chinafrique : Pékin à la conquête du continent noir*. Paris : B. Grasset.
- Park, Y. J. (2009). « Les Chinois résidant temporairement en Afrique. Les 'séjournateurs' ». *Hommes & migrations*[En ligne], 1279, 126-138, consulté le 5 janvier 2019.
- Qi, Z. (2012b). 3. « L'architecture de l'aide chinoise ». In : *Le temps de la Chine en Afrique*. Paris : Editions Karthala, 73-91.
- Singly, F. de. (2012c). *Le questionnaire* (3e édition). Paris : A. Colin.
- Wintgens, S. (2016c). « La coopération Sud-Sud : Le cas de la Chine en Afrique et en Amérique latine ». *La nouvelle géographie du développement*, Bruxelles, Editions Bord de l'Eau, 157-173.
- Zhang, L. (2018). La Francophonie en Chine : perspectives linguistique et culturelle, *Revue Internationale des Francophonies*[En ligne], consulté le 12 novembre 2018.
- 高一云. (2016d). 河北省高校法语专业就业状况调查与对策分析. *廊坊师范学院学报* (社会科学版), 32(2), 121-123.
- Yiyun, G. (2016d). « Enquête et analyse des contre-mesures sur la situation professionnelle de la spécialité française dans la province du Hebei ». *Journal of Langfang Teachers College (Édition en Sciences Sociales)* 32 (2), 121-123.
- 张象. (1987). 古代中国与非洲交往的四次高潮, *南开史学*, N° 2, 118-131.

Xiang Z. (1987). « Quatre temps forts des échanges entre la Chine et l'Afrique antiques ». *Études historiques de Nankai*, N° 2, 118-131.



Prada F.E (2020). Freedom has no borders and no human being is illegal.

Mexico: Universidad Nacional Autónoma de México (UNAM), Centro de Investigaciones sobre América del Norte (CISAN), Text and Photos, *Voices of Mexico* N°108, p. 25-33

Francisco Elías Prada

The quest for a social Utopia is a ministry. My human commitment is my central axis and photography is my tool. This innate urge has not changed yet, despite my wishes, but I have. And I think that I have at least managed to contribute questions to others, to pass on to them the feeling of urgency about these times, the need to be moved to outrage in the face of injustice and to bear witness using solidarity as a language, the passion of going after the living stories, trying to narrate from inside oneself, living every process from the point of view of beings of flesh and bloods, almost always as a lone wolf, listening to others with all my senses, accompanying them despite the risks to continue building a life, a testimony, a struggle that goes beyond the image and the consequences it might have and of our own acts.

La búsqueda de la utopía social para mí es un apostolado. Tengo el compromiso humano como eje y a la fotografía como herramienta. Esta impronta no cambia nada todavía, muy a pesar de mis propios deseos, pero yo sí he cambiado y creo que he logrado aportar a otros por lo menos interrogantes, contagiar la sensación de urgencia de estos tiempos, la necesidad de indignarse ante la injusticia y la necesidad de dar testimonio; teniendo a la solidaridad como lenguaje entre los seres humanos, la pasión tras las historias vivas; intentando narrar desde adentro, viviendo cada proceso desde los seres de carne y hueso, casi siempre como un lobo solitario, escuchando a los otros con todos los sentidos, acompañándolos en el riesgo para seguir construyendo una vida, un testimonio, una lucha, más allá de la imagen misma y de las consecuencias de ella y de los propios actos.

www.revistascisan.unam.mx/voices/pdfs/10806.pdf